

REVISTA

*katálysis*

Revista de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação em Serviço Social  
Universidade Federal de Santa Catarina



A Revista Katálysis é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi indexada na Scientific Electronic Library Online – SciELO – em 2006. Recebe desde o ano de 2008, pelo Sistema de Avaliação e Qualificação da Capes/Qualis, a classificação A1. A Revista Katálysis tem o objetivo de publicar produções científicas atuais e relevantes, relacionadas ao Serviço Social, abrangendo temáticas das ciências sociais aplicadas, ciências humanas, política social, trabalho, questão social, saúde pública, cidadania, democracia, ética, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, questão urbana e agrária e globalização, bem como temas cuja interdisciplinaridade lhe são inerentes. É uma Revista científica, de periodicidade quadrimestral, arbitrada, indexada, de circulação nacional e internacional. De natureza acadêmica, é voltada para o Serviço Social e áreas afins, para professores, pesquisadores, profissionais e para os segmentos da sociedade civil e política. Por seu vínculo com uma universidade pública, contribui para a construção de espaços públicos de socialização do conhecimento científico, acumulando, desde 1997, um rico acervo de informações, análises, fontes teóricas, debates, pesquisas e experiências.

**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**  
Irineu Manoel de Souza – Reitor  
Joana Célia dos Passos – Vice-Reitora

**Centro Socioeconômico – CSE**  
Maria Denize Henrique Casagrande – Diretor  
Daniel Ricardo Castelan – Vice-Diretor

**Departamento de Serviço Social – DSS**  
Maria Teresa dos Santos – Chefe  
Edivane de Jesus – Subchefe

**Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS**  
Tânia Regina Krüger – Coordenadora  
Liliane Moser – Subcoordenadora

**Revista Katálysis – PPGSS – UFSC**  
Telefone: +55 48 3721 6524  
E-mail: [revistakatalysis@gmail.com](mailto:revistakatalysis@gmail.com)  
Websites:  
<https://katalysis.ufsc.br>  
<http://www.scielo.br/rk>

**Avaliadores da Edição**  
Alcides Pontes Remijo – Universidade Federal de Goiás – UFGO, Goiânia – GO, Brasil  
Aline Aparecida Justino – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Ana Carla Werneque Ribas – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis-SC, Brasil  
Ana Paula da Rosa Deon – Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista – RR, Brasil  
Andréia de Oliveira – Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, Brasil  
Celeste Aparecida Pereira Barbosa – Universidade Federal do Triângulo Mineiro UFTM, Uberaba – MG, Brasil

Charles Toniolo de Souza – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil  
Christian Adel Mirza – Universidade da República – UDELAR, Montevideú, Uruguai  
Cilene Sebastiana da Conceição Braga – Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA, Brasil  
Clara Martins do Nascimento – Universidade de Pernambuco – UPE – Palmares – PE, Brasil  
Cláudia March Frota de Souza – Universidade Federal Fluminense – UFF – Niterói – RJ, Brasil  
Cláudia Maria Costa Gomes – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB, Brasil  
Cristina Kologeski Fraga – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria – RS, Brasil  
Daniel Luciano Gevehr – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Taquara – RS, Brasil  
Davi Antunes da Luz – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Edvânia Ângela de Souza Lourenço – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Franca – SP, Brasil  
Eliana da Costa Pereira de Menezes – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria – RS, Brasil  
Ernesto Seidl – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Fábio Machado Pinto – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC  
Giovanna Martins Sampaio – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, Brasil  
Gissele Carraro – Universidade de Brasília – UNB, Brasília – DF, Brasil  
Gláucia Lelis Alves – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil  
Helena Lúcia Augusto Chaves – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil  
Hélder Boska de Moraes Sarmento – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Joana Valente Santana – Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA, Brasil  
Josimara Aparecida Delgado – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, Brasil  
Juliane Feix Peruzzo – Universidade Federal de Pernambuco – UFF, Recife – PE, Brasil  
Juliene Tenório de Albuquerque – Centro de Desenvolvimento e Cidadania – CDC, Recife – PE, Brasil  
Kathiuça Bertollo – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Mariana – MG, Brasil  
Leandro Nunes – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Lila Cristina Xavier Luz – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina – PI, Brasil  
Liziani Sarmento Portella – Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó – SC, Brasil  
Luciana da Silva Alcântara – Instituto Nacional do Câncer – INC, Rio de Janeiro – RJ, Brasil  
Luciane Pinho de Almeida – Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande – MS, Brasil  
Mailiz Garibotti Lusa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre – RS, Brasil  
Marcia da Silva Mazon – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil

Maria Cristina Soares Paniago – Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Maceió – AL, Brasil  
Maria del Carmen Cortizo – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Maria Lúcia Lopes da Silva – Universidade de Brasília – UNB, Brasília – DF, Brasil  
Marlon Garcia da Silva – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP – Ouro Preto – MG, Brasil  
Marília Carbonari – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Marina da Cruz Silva – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, Brasil  
Marli Elisa Nascimento Fernandes – Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR, Brasil  
Marta Regina Farinelli – Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Uberaba – MG, Brasil  
Michel Goulart da Silva – Instituto Federal Catarinense – IFC, Blumenau – SC, Brasil  
Miriam Thaís Guterres Dias – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre – RS, Brasil  
Moema Amelia Serpa Lopes de Souza – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande – PB, Brasil  
Patrícia de Lima Felix – Universidade Comunitária de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Chapecó – SC, Brasil  
Patrícia Krieger Grossi – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC – RS, Porto Alegre – RS  
Paulo Marques Alves – Instituto Universitário de Lisboa – IUL, Lisboa, Portugal  
Priscila Keiko Cossual Sakurada – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, Brasil  
Ranieri Carli de Oliveira – Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio das Ostras – RJ, Brasil  
Regina Sueli de Souza – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia – GO, Brasil  
Reginaldo Pereira França Júnior – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Sousa – PB, Brasil  
Rodrigo Fernandes Ribeiro – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto – MG, Brasil  
Rosa Lúcia Prêdes Trindade – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió – AL, Brasil  
Rosângela Nair de Carvalho Barbosa – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil  
Sabrina Aparecida da Silva – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Salezio Schmitz Junior – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC  
Sandra Luciana Dalmagro – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Silvana Marta Tumelero – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Matinhos – PR, Brasil  
Tiago Camarinha Lopes – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia – GO, Brasil  
Tiago Martinelli – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre – RS, Brasil  
Vera Lúcia Batista Gomes – Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA, Brasil  
Vini Rabassa da Silva – Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, Pelotas – RS, Brasil  
Virginia Alves Carrara – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Mariana – MG, Brasil  
Walfrido Nunes Menezes – Universidade de Pernambuco – UPE, Recife – PE, Brasil

### **Comissão Editorial**

Beatriz Augusto de Paiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Marisa Camargo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Dilceane Carraro, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, Brasil.

Cristiane Luiza Sabino de Souza, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Edivane de Jesus, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Jaime Hillesheim, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

### **Suplentes**

Heloísa Teles, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Fabiana Luiza Negri, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Keli Regina Dal Prá, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Sirlândia Schappo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

### **Conselho Editorial Científico**

Aldaíza Sposati - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Ana Elizabete Mota - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE, Brasil

Ângela Maria Quintero Velásquez - Universidad de Antioquia - UdeA, Medellín, Colômbia

Beatriz Gershenson - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil

Berenice Rojas Couto - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil

Claudia Sandra Krmpotic - Universidad Nacional de La Matanza - UNLAM, Buenos Aires, Argentina

Cristina González - Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Córdoba, Argentina

Denise Bomtempo Birche de Carvalho - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil

Edvânia Ângela de Souza Lourenço, Universidade do Estado de São Paulo - UNESP - Franca - SP, Brasil

Estela Grassi - Universidad de Buenos Aires - UBA, Buenos Aires, Argentina

Fábio Machado Pinto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Departamento de Metodologia de Ensino, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil., Brasil

Fernanda Rodrigues - Universidade Católica Portuguesa - UCP, Braga, Portugal

Hélia Augusta Bracons, Instituto Serviço Social Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal

Irene Rizzini - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Ivanete Boschetti - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil

Jorge Manoel Leitão Ferreira - Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Lisboa, Portugal

Jussara Maria Rosa Mendes - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil

Lígia Helena Hahn Lückmann - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil

Manuel Jesús Sabariego Gómez - Universidad Pablo de Olavide - UPO, Sevilha, Espanha

Maria Carmelita Yazbek - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Maria da Glória Gohn - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo - SP, Brasil

Maria do Rosário de Fátima e Silva - Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina - PI, Brasil

Mariangela Belfiore Wanderley - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Marilda Villela Iamamoto - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Marta Silva Campos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Mónica Solange De Martino Bermúdez - Universidad de la República - UDELAR, Montevideú, Uruguai

Nora Aquín - Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Córdoba, Argentina

Paulo Marques Alves, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de Sociologia, Lisboa, Portugal, Portugal

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil

Raquel Carneira Varela, IHC/UNL (Instituto de História Contemporânea/ Universidade Nova de Lisboa), Portugal

Ronaldo Vielmi Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora - Faculdade de Serviço Social

Sergio Lessa - Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió - AL, Brasil

Sueli Bulhões da Silva - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Susana Cazzaniga - Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER, Entre Ríos, Argentina

Susana Malacalza - Universidad Nacional de la Plata - UNLP, Buenos Aires, Argentina

Yolanda Aparecida Demetrio Guerra - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

### **Editor-Chefe**

Ricardo Lara

### **Vice-Editora Chefe**

Michelly Laurita Wiese

### **Projeto Gráfico**

Pedro Paulo Delpino

### **Editores Eletrônicos**

Editora Cubo

### **Formatação e Revisão da Normalização**

Laura Alves Sebastião

### **Tradução**

A2Z Serviços de Idiomas - Inglês

### **Assistente em Administração**

Newton de Mendonça Barbosa Jr.

**ISSN 1982-0259**

### Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da UFSC

Revista Katálysis / Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Curso de Graduação em Serviço Social. – n.1 (junho 1997) – .

– Florianópolis; 1997 – .

v. ; 28 cm

Quadrimestral

Resumo em português e inglês

Até 2003 vinculada ao Departamento de Serviço Social.

A partir de 2004 vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.

A partir de 2006, disponível na SciELO em: <[www.scielo.br/rk](http://www.scielo.br/rk)>

A partir de 2008, disponível no Portal Periódicos UFSC em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>>

Versão impressa ISSN 1414-4980 até edição v. 18, n. 1 2015.

Versão online ISSN 1982-0259

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social.

CDU 36

#### **Publicação indexada em:**

SciELO - Scientific Electronic Library Online

DOAJ - Directory of Open Access Journals

REDALYC - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

DIALNET - Difusión de Alertas en la Red - Universidad de La Rioja/España

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

vLEX - Base de Dados da Área de Direito

OEI - Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura

ULRICHSWEB – Global Serials Directory

CAPES - Portal de Periódicos da Capes

PKP - Public Knowledge Project Index

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

# Sumário

## Editorial

<b>Crise sanitária, territórios e pobreza</b> Ivete Simionatto	1
<b>Critique of growth and degrowth ideology: from developed to underdeveloped countries</b> João Romeiro Hermeto	9
<b>Cash transfer in the Covid-19 pandemic in Latin America and the Caribbean</b> Maria Ozanira da Silva e Silva	21
<b>Mapas, fome e planejamento territorial</b> Aline Rocha Rodrigues; Samira Kauchakje; Francisco Henrique de Oliveira	32
<b>“Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia</b> Cynthia Studart Albuquerque; Rachel Araujo de Matos	43
<b>Fronteiras “visíveis” e deslocamentos: ensaio por meio da pichação e do funk</b> João Vitor Bitencourt; Ariane Rego de Paiva	54
<b>A saúde em tempos de crise: lições a partir da Covid-19</b> Juliana Maria de Araújo; Marco Aurelio Marques Ferreira	65
<b>As contrarreformas e a reprodução social na pandemia da Covid-19</b> Marcos Antônio da Silva; Célia Regina Vendramini	77
<b>Conflitos socioambientais em áreas de complexos portuários na Amazônia paraense: ameaças, agentes e resistências</b> Thais Sousa Silva; Nádia Socorro Fialho Nascimento; Maria Elvira Rocha de Sá	89
<b>Direito à moradia: as ações do Museu das Remoções durante a pandemia</b> Diana Bogado; Cristiano Guedes; Joana Nazar	100

# Sumário

<b>Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19</b>	
Priscila Thayane de Carvalho Silva; Camila Ferreira da Silva	110
<b>Tiempos de pandemia: Impactos en el proceso de construcción de un estatuto profesional relativamente autónomo</b>	
Pablo Bentura	120
<b>Crise sanitária e atenção primária: a atuação de assistentes sociais nos territórios</b>	
Ana Cristina de Souza Vieira; Delaine Cavalcanti Santana de Melo; Raquel Cavalcante Soares	128
<b>Assistência Social no ajuste fiscal: pandemia e gestão da força de trabalho</b>	
Mossicléia Mendes da Silva	139
<b>Espaço Tema Livre</b>	
<b>György Lukács e Agnes Heller: Uma relação discipular</b>	
Liana Amaro Augusto de Carvalho	149
<b>A emancipação social no Estado plurinacional boliviano</b>	
João Paulo Rocha Pereira da Silva; Fran Espinoza; Carlos Augusto Alcântara Machado	158
<b>Breve história da crítica marxista ao fascismo: disputas e elementos de análise</b>	
Antônio Gabriel Santana Martins; Matheus Garcia; Daniela Cristina da Silva Garcia	168
<b>Resenha</b>	
<b>Por que não houve socialismo na experiência soviética?</b>	
João Guilherme Alvares de Farias	179

# Contents

## Editorial

<b>Health crisis, territories and poverty</b>	
Ivete Simionatto	5
<b>Critique of Growth and Degrowth Ideology: from developed to underdeveloped countries</b>	
João Romeiro Hermeto	9
<b>Cash transfer in the Covid-19 pandemic in Latin America and the Caribbean</b>	
Maria Ozanira da Silva e Silva	21
<b>Maps, hunger and territorial planning</b>	
Aline Rocha Rodrigues; Samira Kauchakje; Francisco Henrique de Oliveira	32
<b>“Social issue”, sexual division of labor and mental health in the pandemic</b>	
Cynthia Studart Albuquerque; Rachel Araujo de Matos	43
<b>“Visible” borders and displacements: essay through graffiti and funk</b>	
João Vitor Bitencourt; Ariane Rego de Paiva	54
<b>Health in times of crisis: lessons from Covid-19</b>	
Juliana Maria de Araújo; Marco Aurelio Marques Ferreira	65
<b>Counter-reforms and social reproduction in the Covid-19 pandemic</b>	
Marcos Antônio da Silva; Célia Regina Vendramini;	77
<b>Socio-environmental conflicts in areas of port complexes in the Amazon of Pará: threats, agents and resistance</b>	
Thais Sousa Silva; Nádia Socorro Fialho Nascimento; Maria Elvira Rocha de Sá	89
<b>Right to housing: the actions of the Removals Museum during the pandemic</b>	
Diana Bogado; Cristiano Guedes; Joana Nazar	100

# Contents

<b>Developments in racial inequalities in the Covid-19 pandemic</b> Priscila Thayane de Carvalho Silva; Camila Ferreira da Silva	110
<b>Pandemic times: impacts on the process of building a relatively autonomous professional status</b> Pablo Bentura	120
<b>Health crisis and primary care: the role of social workers in the territories</b> Raquel Cavalcante Soares; Delaine Cavalcanti Santana de Melo; Ana Cristina de Souza Vieira	128
<b>Social assistance in fiscal adjustment: pandemic and workforce management</b> Mossicleia Mendes da Silva	139
<b>Open-Themed Space</b>	
<b>Gyorgy Lukács and Agnes Heller: a disciplic relationship?</b> Liana Amaro Augusto de Carvalho	149
<b>A social emancipation in the bolivian plurinational State</b> João Paulo Rocha Pereira da Silva; Fran Espinoza; Carlos Augusto Alcantara Machado	158
<b>Brief history of Marxist criticism of fascism: struggle and elements of analysis</b> Antonio Gabriel Santana Martins; Matheus Garcia; Daniela Cristina da Silva Garcia;	168
<b>Review</b>	
<b>Why was there no socialism in the Soviet experience?</b> Joao Guilherme Alvares de Farias	179



**EDITORIAL**

## Crise Sanitária, Territórios e Pobreza

**Ivete Simionatto<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-0564-6658><sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Florianópolis, SC, Brasil.

*O que é verdade em relação aos males deste mundo é também verdade em relação à peste. Pode servir para engrandecer alguns. No entanto, quando se vê a miséria e a dor que ela traz, é preciso ser louco, cego ou covarde para se resignar à peste (CAMUS, 2017, p.120).*

Desde os tempos primordiais, em diferentes contextos e nas mais diversas regiões do planeta, as doenças impactaram significativamente os processos de reprodução social. Dos grandes êxodos das sociedades pré-históricas até a expansão dos impérios, com a globalização dos conflitos armados, a movimentação de grandes contingentes de pessoas e o avanço incontrolado do homem sobre a natureza favoreceram a disseminação de todo o tipo de moléstias, “deixando atrás de si um rasto de morte, destruição e miséria” (ESTEVEVES, 2021, p 14).

Essa lista interminável de surtos, epidemia e pandemias enfrentadas pela humanidade seguiu fatalmente seu curso neste primeiro quarto do século XXI, marcado desde seu início pelos surtos epidêmicos de SARS-1, cólera, Ebola, Zica Vírus e outros. Nenhum, porém, foi mais devastador e aterrorizante quanto a pandemia da Covid-19, causada pela disseminação do vírus SARS-COV-2, ou Coronavírus, como passou a ser mundialmente conhecido, provocando uma crise sanitária mundial de dimensões catastróficas (LARA, 2020; ABRASCO, 2022). Desde a gripe espanhola, que acometeu tragicamente a humanidade entre 1918 e 1919, nenhuma outra doença havia acarretado um abalo de tão grandes proporções em escala global, tornando-se o principal acontecimento histórico no âmbito sanitário no século e, quiçá, na história humana.

O contexto em que ocorre a pandemia da Covid-19 ultrapassa em muito a relevância e o impacto dos grandes eventos que a precederam. A aceleração do aquecimento global e as mudanças climáticas, a expansão territorial e a duração de secas, o aumento na intensidade e frequência de chuvas torrenciais, a poluição urbana, os desastres naturais e tecnológicos vêm agravando as condições de vida de milhares de pessoas. Este cenário é exacerbado ainda pela guerra imperialista entre a Rússia e a Ucrânia, cujos abalos na economia mundial têm repercutido no preço de produtos essenciais como energia e alimentos, e ainda pela queda drástica nos salários mensais reais em vários países, reduzindo o poder de compra das classes médias e atingindo de forma particularmente severa as famílias de baixa renda.

A crise estrutural do capital, anterior à pandemia, com baixas taxas de crescimento, restrições fiscais derivadas de políticas de ajuste, austeridade e constrangimentos econômicos diversos, reduziu



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

a “capacidade” dos governos nacionais, em responder às demandas necessárias à reprodução da vida social. Em boa parte do mundo, conforme constatou a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021), os sistemas de saúde apresentavam enormes déficits para o enfrentamento de uma emergência sanitária dessa magnitude, especialmente nos países mais pobres, discriminados também no acesso às vacinas para o combate ao vírus. Os países ricos foram os primeiros a serem atendidos, em alguns casos muito acima da demanda local, em comparação à oferta escassa nos países mais pobres. Viveu-se um verdadeiro “apartheid sanitário”, sendo que em maio de 2021, ainda no auge da pandemia, os países ricos, que representavam 15% da população mundial, detinham 45% das vacinas, enquanto os países de baixa e média renda, representando quase a metade da população mundial, tinham acesso a apenas 17% das vacinas disponíveis. Além disso, é nos países mais ricos que se concentram os oligopólios da indústria farmacêutica, menos comprometidos com a preservação das vidas do que em estabelecer acordos econômicos mais alinhados aos interesses das elites financeiras globais.

No Brasil, a pandemia da Covid-19 escancarou as desigualdades regionais no acesso à saúde e à vacinação. Segundo dados da OXFAN (2022), no final de julho de 2022 80,1% da população estava totalmente vacinada, sendo o quarto país do mundo com o maior número de doses aplicadas, atrás apenas da China, Índia e Estados Unidos. Contudo, o estado mais rico do país, São Paulo, foi o único a atingir a meta de 90% de cobertura vacinal completa estabelecida pelo Ministério da Saúde. Na região Sul, apenas 16% dos municípios chegaram a mais de 80%. As cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tiveram menores taxas de vacinação, o que ratifica a distribuição desigual dos imunizantes, decorrente da desigualdade estrutural do país, de nossa precária democracia e, conseqüentemente, do frágil acesso ao direito à saúde.

Ao baque provocado pela pandemia soma-se a estagnação econômica, já anteriormente em curso no país. A crise sanitária somente agravou as condições precedentes, exponenciando as expressões da questão social. As novas configurações do capitalismo, a expansão do processo de financeirização e suas articulações na produção de superlucros levaram ao recrudescimento brutal das desigualdades, já crescentes nos últimos anos, aumentando o abissal fosso social e econômico entre ricos e pobres (LARA, MOTA, 2022). A progressiva desindustrialização fez crescer de forma vertiginosa o desemprego, a precarização, a queda de renda e o aumento da pobreza. Acentuou-se a “defasagem da renda e do trabalho em relação à renda do capital” (SORRENTINO, 2021, p.475), ampliando as assimetrias que marcam os vários eixos do padrão da desigualdade em saúde no Brasil e em outras áreas, não apenas entre regiões, mas entre os municípios que as compõem. Além disso, “agudizaram-se todas as contradições estruturais da formação econômica brasileira, de um Estado nacional profundamente conservador sob o controle dos círculos financeiros internacionalizados com os quais os setores econômicos brasileiros estão enredados” (Ibidem, p.476).

Como consequência, agravaram-se as já precárias condições de trabalho, com o aumento da informalidade, a intensiva exploração da força de trabalho, os altos índices de adoecimentos e mortes. Em comparação a outros países, as condições básicas de reprodução social, as desigualdades salariais e de habitação e a redução dos investimentos em políticas públicas fazem do Brasil um dos países com as piores condições de vida para a maioria da população. Segundo dados do IBGE (2022), a extrema pobreza bateu recorde em nosso país em dois anos de pandemia. Entre 2020 e 2021, o número de pessoas vivendo em situação de miséria teve um salto de quase 50%. No mesmo período, três em cada dez brasileiros passaram a viver abaixo da linha de pobreza, um acréscimo de 22,7% em comparação a 2020. Já o número de pessoas em situação de extrema pobreza lamentavelmente subiu 48,2% no mesmo período. De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II Vigisan), entre o final de 2021 e início de 2022 o número de brasileiros que convive com a fome atinge a vergonhosa cifra de 33 milhões, demarcando o triste retorno do país ao mapa da fome.

Embora o vírus não faça distinção de classe social, as classes subalternas são, inegavelmente, as mais atingidas. Como escreve Harvey (2020), esta pandemia exhibe todas as características de classe, gênero e raça e suas consequências recaem incisivamente sobre as populações mais pobres e vulneráveis, como idosos, indígenas, quilombolas, trabalhadores informais, privados de liberdade, refugiados, pessoas em situação de rua, moradores de favelas e comunidades ribeirinhas e periféricas. Além disso, segundo indicações da OMS (2021), há mais pessoas brancas que negras vacinadas contra o coronavírus no Brasil, apesar da população negra ser maior que a branca, o que demonstra o impacto direto das desigualdades e do racismo estrutural na vida de milhares de brasileiros excluídos do direito e do acesso aos serviços. Também a Agência Pública (2021) apontou para a discrepância da vacinação entre brancos e negros. Até março de 2021, 3,2 milhões de pessoas que se declararam brancas haviam recebido a primeira dose do imunizante contra o novo coronavírus; já entre os negros, esse

número cai para 1,7 milhão. Embora os primeiros Boletins Epidemiológicos (BE) divulgados pelo Ministério da Saúde durante a pandemia praticamente ignoravam o campo “raça/cor”, os dados do Observatório Obstétrico Brasileiro COVID-19, notificados no Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEPGripe) até 23 de março de 2022, revelam que, entre as gestantes e puérperas mortas por Covid-19, 54% eram negras. Mulheres negras também foram a maioria das gestantes contaminadas pelo vírus (56%), das que apresentaram casos mais graves da doença (48% do total de internações) e das que demandaram leitos de UTI (47,5% dos leitos entre as mulheres desse grupo). Tais evidências comprovam que o racismo, somado às condições precárias de existência, segurança alimentar, condições de trabalho, renda e moradia não são apenas determinantes sociais ou epidemiológicos, mas estruturais e estruturantes das desigualdades em nosso país.

Outro dado que merece destaque é “a geografia dos óbitos por COVID-19”, que acompanha o mapa da desigualdade social do país. Segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), o cruzamento de dados de óbitos com os índices socioeconômicos dos municípios e locais de residência das pessoas falecidas revelam que sofreram mais diretamente as consequências da pandemia os quilombolas, os indígenas, os negros, os mais pobres, os residentes nos pequenos municípios e nas periferias das grandes cidades. A taxa de mortalidade no Brasil mostra, portanto, “que a maioria das mortes por COVID-19 tem idade, endereço, cor de pele e situação financeira bem definidos” (ABRASCO, 2022, p.87).

Ademais, o conservadorismo moralista e o negacionismo da ciência exacerbaram as dificuldades na contenção da pandemia e da crise sanitária, com repercussões inegáveis no campo ideológico-cultural e político, incubando, nas expressões de Gramsci (1999), “paixões bestiais”, “impulsos instintivos e violentos” introjetados como modo de vida e tornados senso comum. O governo federal, com sua ideologização anticientífica e uma clara ausência de coordenação nacional, sabotou abertamente o combate à Covid-19. Ao negar a gravidade da pandemia, minimizou a importância das políticas públicas, eximindo o governo de suas funções. O discurso negacionista associado a pauta de valores morais e costumes ultraconservadores e reacionários, foi potencializado pelos “múltiplos aparelhos privados de hegemonia”, pelas redes sociais, através da “guerra” ideológica instrumentalizada pelo então governo Trump, dos Estados Unidos, contra o “vírus chinês” e o fantasma da ameaça comunista. O negacionismo e a inação das autoridades governamentais, especialmente no Brasil, frente a uma doença que ceifou milhares de vidas, revelam os traços mais mórbidos e cruéis de um projeto político em seus traços neofascistas.

De Temer a Bolsonaro, chancelou-se a máxima do livre mercado como organizador da vida social e as contrarreformas caminharam para o desmonte das políticas públicas. A desconstrução do sistema protetivo brasileiro e das principais políticas setoriais, notadamente a Assistência Social (SUAS), o Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque para a Atenção Básica e a Saúde Mental e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) agravou a crise sanitária, deixando a descoberto as camadas de classe dependentes dos serviços estatais. A despeito das diretrizes da PNSS/Covid-19 em se utilizar da pandemia como justificativa para emplacar uma agenda de fortalecimento do mercado de saúde suplementar, a resposta efetiva a seu enfrentamento não veio do setor privado e dos planos de saúde, mas do SUS e do legado das políticas públicas estruturadas nas décadas anteriores. Mesmo precarizado pelo crônico subfinanciamento ao longo dos anos e o desfinanciamento com a Emenda Constitucional n.º 95/2016, o SUS reassumiu sua potência como política pública, alicerçado nos princípios da universalidade no acesso, da equidade, da integralidade e da regionalização, estruturado em todos os municípios brasileiros (ABRASCO, 2022). Além disso, o valor do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 aprovado somente após enorme pressão das forças progressistas do parlamento, constituiu-se num dos pilares para enfrentar a crise humanitária sem precedentes e recuperar os direitos de uma cidadania em processo de corrosão.

Os argumentos e pressões neoliberais - “A economia não pode parar!”, “Basta o Estado mínimo!”, “O confinamento atrapalha o bom funcionamento dos mercados!” -, ou seja, a contabilidade entre vida e economia, como escreveu Zizek (2020), direcionaram as escolhas de diferentes governos, esvaziando o compromisso do Estado com a democracia e a cidadania. O Estado, no entanto, inevitavelmente voltou a ter centralidade no enfrentamento às dramáticas consequências da Covid-19, tanto nos países centrais quanto periféricos. A máxima de Hayek, de que o Estado deve centrar-se em normas gerais, deixando os indivíduos livres para implementar suas escolhas, foi selvagem nos trópicos, com a demonização do público e a supremacia do mercado sem limites e sem fronteiras sociais.

E mais uma vez Zizek (2020, p.9) nos previne, em seu desesperançado prognóstico: “uma coisa é certa: isolamento, novos muros e novas quarentenas não resolverão o problema”. A preparação para as prováveis, e já anunciadas emergências sanitárias futuras requer a defesa da ciência, o combate ao negacionismo introjetado nas diversas camadas de classe e à mentalidade reacionária e antidemocrática arraigada em nossa realidade, mas,

sobretudo, tornar efetiva a presença do Estado na definição de uma agenda propositiva de políticas públicas, e não apenas na saúde, para antecipar-se aos desafios futuros e às travessias a serem realizadas, a despeito do elevado grau de incertezas e temores que nos impõe o tempo presente.

O conjunto de artigos reunidos neste número da *Katálysis* caminha nessa direção e apresenta, sob diversos ângulos, instigantes reflexões em torno dos efeitos deletérios da crise social e civilizatória agudizada pela crise sanitária que golpeou os vários continentes. Ao mesmo tempo, os temas abordados oferecem elementos preciosos para impulsionar o necessário e premente fortalecimento das instituições democráticas, do Estado de direito e das forças populares na constante luta para a preservação e a consolidação da democracia, da cidadania, dos direitos sociais e humanos, imprescindíveis na construção de um outro projeto civilizatório, pautado em igualdades e liberdades verdadeiramente substantivas.

## Referências

- AGÊNCIA PÚBLICA. Brasil registra duas vezes mais pessoas brancas vacinadas que negras. Disponível em <https://apublica.org/2021/03/brasil-registra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/>. Acesso em 28 de dez. 2022.
- ABRASCO. Pandemia de COVID-19. Dossiê. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em [Abrasco\\_Dossie\\_Pademia\\_de\\_Covid-19\\_versao2.pdf](https://abrasco.org.br/pt-br/abasco_dossie_pademia_de_covid-19_versao2.pdf). Acesso em 30 de nov. 2022.
- BRASIL. IBGE. Síntese de indicadores sociais. Disponível em: Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012 | Agência de Notícias (ibge.gov.br). Acesso em 05 dez. 2022.
- CAMUS, A. A peste. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- ESTEVES, A. As crises sanitárias: uma perspectiva histórica. Revista Sociedade e crises. Minho, 2022. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/> Acesso em: 04 dez. 2022.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira (Org.). v. 01, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LARA, R. Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. Revista Libertas. Juiz de Fora, v.20, n.1, p.53-69, jan./ jun. 2020. Disponível <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30657/20731>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- LARA, R. MOTA, A. E. Desigualdade, fome e produção de alimentos. Revista *Katálysis*. Florianópolis, v.25, n. 3, p. 437-442, set.-dez. 2022 <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/89701/51464>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- HARVEY, D. La política anticapitalista em la época del COVID-19. Observatório de la crisis, 2020. Disponível em <http://www.relats.org/documentos/FTLecturas.Harvey.abril.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- OBSERVATÓRIO OBSTÉTRICO BRASILEIRO COVID-19. Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/conheca-o-observatorio-obstetrico-brasileiro-covid-19-oobr-covid-19/>. Acesso em: 2 jan. 2023.
- OMS. (WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO). Independent Panel for Pandemic Preparedness and Response. Covid-19: make it the last pandemic. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: [Disponível em: https://theindependentpanel.org/wp-content/uploads/2021/05/COVID-19-Make-it-the-Last-Pandemic\\_final.pdf](https://theindependentpanel.org/wp-content/uploads/2021/05/COVID-19-Make-it-the-Last-Pandemic_final.pdf). Acesso em: 27 dez. 2022.
- OXFAM. Desigualdade no acesso às vacinas. Disponível em: [www.oxfam.org.br](https://www.oxfam.org.br). Acesso em 27 dez.2022.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. PENSSAN. II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19 (II VIGISAN), 2022. Disponível em <https://pesquisassan.net.br/>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- SORRENTINO, W. As travessias. In: MARINGONI, G. (Org.). A volta do Estado planejador: neoliberalismo em cheque. São Paulo: Contra a Corrente, 2021.
- ZIZEK, S. Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

## Ivete Simionatto

ivetesimionatto57@gmail.com

Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## UFSC

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Trindade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

CEP: 88.040-900

**EDITORIAL**

# Health Crisis, Territories And Poverty

**Ivete Simionatto<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-0564-6658><sup>1</sup>Federal University of Santa Catarina, Graduate Program in Social Work, Florianópolis, Santa Catarina, Brazil.

*What's true of all the evils in the world is true of plague as well. It helps men to rise above themselves. All the same, when you see the misery it brings, you'd need to be a madman, or a coward, or stone blind, to give in tamely to the plague. (Camus, 2017, p.120).*

Since ancient times, in different contexts and in the most diverse regions of the planet, illnesses have had major impacts on the processes of social reproduction. From the great migrations of prehistoric societies to the expansion of empires, with the globalization of armed conflicts, the displacement of large numbers of people and the uncontrolled advance of men over nature favored the spread of all kinds of diseases, “leaving behind a trail of death, destruction, and misery” (Esteves, 2021, p 14).

This endless list of outbreaks, epidemics, and pandemics faced by humanity has fatefully followed its course in this first quarter of the 21st century, marked since its beginning by the epidemic outbreaks of SARS-1, cholera, Ebola, Zika Virus, and others. However, none was more devastating and terrifying than the Covid-19 pandemic, caused by the spread of the SARS-COV-2 virus, or Coronavirus, as it became known worldwide, causing a global health crisis of catastrophic dimensions (Lara, 2020; Abrasco, 2022). Not since the Spanish flu, which tragically struck humanity between 1918 and 1919, has there been a disease of such massive proportions on a global scale, becoming the main historical health event of the century, and perhaps of human history.

The environment in which the Covid-19 pandemic occurs far exceeds the relevance and impact of the previous major events. The acceleration of global warming and climate change, the spread and duration of droughts, the rise in the intensity and frequency of torrential rains, urban pollution, natural and technological disasters are worsening the living conditions of thousands of people. This scenario is further exacerbated by the imperialist war between Russia and Ukraine, whose shocks in the world economy have had a repercussion on the price of essential products such as energy and food, and also by the drastic drop in real monthly wages in several countries, reducing the purchasing power of the middle classes and severely affecting low-income families.

The structural crisis of capital, prior to the pandemic, with low growth rates, fiscal restraints derived from adjustment policies, austerity, and various economic restrictions, reduced the “capacity” of national governments to respond to the demands needed for the reproduction of social life. In much



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

of the world, as the World Health Organization (Who, 2021) found, the healthcare systems had enormous deficits in facing a sanitary emergency of this magnitude, especially in the poorest countries, which were also disadvantaged in terms of access to vaccines to fight the virus. Rich countries were the first to be supplied, in some cases far above the local demand, compared to the scarce offer in the poorer countries. There was a real “sanitary apartheid”, while in May 2021, still at the height of the pandemic, rich countries, which represented 15% of the world’s population, held 45% of vaccines, while low- and middle-income countries, representing almost half of the world’s population, had access to only 17% of the available vaccines. Moreover, it is in the richest countries that the pharmaceutical industry oligopolies are concentrated, less committed to preserving lives than to setting up trade agreements more in tune with the interests of the global financial elites.

In Brazil, the Covid-19 pandemic has exposed regional inequalities in the availability of health care and vaccination. According to data from OXFAN (2022), by the end of July 2022, 80.1% of the population was fully vaccinated, being the fourth country in the world with the highest number of administered shots, behind only China, India, and the United States. However, the richest state in the country, São Paulo, was the only one to meet the goal of 90% complete coverage established by the Ministry of Health. In the South region, only 16% of the municipalities achieved more than 80%. The cities with low Human Development Index (HDI) had lower vaccination rates, which confirms the unequal distribution of immunizers, a result of the country’s structural inequality, our weak democracy, and, consequently, the poor level of access to the right to healthcare.

In addition to the shock caused by the pandemic, there was the economic stagnation already underway in the country. The health crisis only aggravated the previous conditions, amplifying the expressions of the social issue. The new configurations of capitalism, the expansion of the financialization process and its links to the production of superprofits led to a sharp increase in inequalities, already growing in recent years, widening the abyssal social and economic gap between rich and poor (Lara, Mota, 2022). The growing de-industrialization has caused a dramatic increase in unemployment, precariousness, income losses, and poverty. The “gap between income and labor in relation to capital revenue” (Sorrentino, 2021, p.475) widened the asymmetries that mark the various axes of the inequality pattern in Brazilian healthcare and in other areas, not only among regions, but also among the municipalities that compose them. Beyond that, “all the structural contradictions of the Brazilian economic formation, of a deeply conservative national state under the control of the internationalized financial groups with whom the Brazilian economic sectors are entangled” (Ibidem, p.476) worsened.

As a result, the already unstable working conditions have deteriorated, with an increase in informality, intensive exploitation of the labor force, and high rates of work-related illnesses and deaths. Compared to other countries, the basic requirements for social reproduction, the inequalities in wages and housing, and the lack of investment in public policies make Brazil one of the countries with the worst living conditions for the majority of its population. According to data from the IBGE (2022), extreme poverty set a record in our country in just two pandemic years. Between 2020 and 2021, the number of people living in extreme poverty rose by almost 50%. In the same period, three out of ten Brazilians fell below the poverty line, an increase of 22.7% compared to 2020. The number of people living in extreme poverty regrettably climbed 48.2% in the same period. According to the 2nd National Survey on Food Insecurity in the Context of the Covid-19 Pandemic in Brazil (II Vigisan), between the end of 2021 and the beginning of 2022 the number of Brazilians living in hunger will reach the shameful figure of 33 million, indicating the country’s sad return to the hunger map.

Although the virus does not distinguish between social classes, the subalterns are undeniably the most severely affected. As Harvey (2020) writes, this pandemic displays all the characteristics of the class, gender, and race regime, and its consequences fall incisively on the poorest and most vulnerable populations, such as the elderly, indigenous, quilombolas, informal workers, people deprived of freedom, refugees, unsheltered, slum dwellers, ribeirinhos and periphery communities. Moreover, according to WHO (2021), more white people than black people are vaccinated against the coronavirus in Brazil, despite the latter being the majority, which demonstrates the direct impact of inequalities and structural racism in the lives of thousands of Brazilians denied of their rights and access to services. The Agência Pública (2021) also pointed out the vaccination discrepancy between whites and blacks. By March 2021, 3.2 million people who declared themselves white had received the first dose of the immunization against the new coronavirus; among blacks, this number drops to 1.7 million. Although the first Epidemiological Reports (BE) released by the Ministry of Health during the pandemic virtually ignored the “race/color” aspect, data from the Brazilian Obstetric Observatory COVID-19, reported in the Influenza Epidemiological Surveillance Information System (SIVEPGripe) until March 23,

2022, reveal that among pregnant and postpartum women killed by Covid-19, 54% were black. Pregnant black women were also the majority of those contaminated by the virus (56%), of those with more severe cases of the disease (48% of all hospitalizations), and of those who required ICU beds (47.5% of the beds among women in this group). Such evidence proves that racism, together with inadequate conditions of livelihood, food security, working standards, income, and housing, are not only social or epidemiological determinants, but structural and structuring factors of inequalities in our country.

Another fact worth mentioning is “the geography of deaths by COVID-19”, which parallels the map of social inequality in the country. According to a research carried out by the Brazilian Association of Public Health (ABRASCO), the cross checking of mortality data against municipal socioeconomic indexes and the address of the deceased revealed that the quilombolas, the indigenous, the blacks, the poorest, and the residents of the countryside and the suburbs of the big cities suffered most directly from the consequences of the pandemic. The mortality rate in Brazil shows, therefore, “that most COVID-19 deaths have a clear age, address, skin color, and financial status” (Abrasco, 2022, p.87).

Additionally, moralistic conservatism and science denialism aggravated the difficulties in containing the pandemic and the health crisis, with indisputable repercussions in the ideological, cultural, and political fields, incubating, in Gramsci’s (1999) expressions, “bestial passions”, “instinctive and violent impulses” that were ingrained as a way of life and became common sense. The federal government, with its anti-scientific ideology and a clear absence of national coordination, has openly undermined the fight against Covid-19. By denying the seriousness of the pandemic, it minimized the importance of public policies, exempting the government from its duties. The denialist rhetoric associated with the ultra-conservative and reactionary moral values and customs was boosted by the “multiple private apparatuses of hegemony”, by the social networks, through the ideological “war” instrumentalized by the Trump administration in the United States, against the “Chinese virus” and the menace of communism. The denialism and indifference of government authorities, especially in Brazil, in the face of a disease that has claimed thousands of lives, reveal the most morbid and cruel traits of a political project in its neo-fascist lines.

From Temer to Bolsonaro, the dictum of the free market as the organizer of social life has been sanctioned, and the counter-reforms have led to the breakdown of public policies. The demolition of the Brazilian social protection system and its affiliated social policy branches, notably Social Assistance (SUAS), the Unified Health System (SUS), with emphasis on Primary Care and Mental Health, and the National System for Food and Nutritional Security (Sisan) has deepened the health crisis, rendering large layers of the class dependent on state care uncovered. Despite the PNSS/Covid-19 guidelines to use the pandemic as a subterfuge to strengthen the supplementary health market, the effective response came from the SUS and the legacy of public policies structured in previous decades, not from the private market and health insurance companies. Even crippled by chronic underfunding over the years and the defunding due to Constitutional Amendment No. 95/2016, the SUS has reassumed its relevance as a public policy, based on the principles of universal access, equity, integrality, and regionalization, structured in all Brazilian municipalities (Abrasco, 2022). Furthermore, the Emergency Aid of R\$600 approved only after enormous pressure from the progressive forces in parliament, was one of the cornerstones to face the unprecedented humanitarian crisis and recover the rights of an eroding citizenship.

Neoliberal claims and pressures – “The economy cannot stop!”, “The minimal state is enough!”, “Lockdown gets in the way of well-functioning markets!” - that is, the accounting between life and economy, as Zizek (2020) wrote, guided the choices of various governments, undermining the state’s commitment to democracy and citizenship. The state, however, has again inevitably taken center stage in confronting the dramatic consequences of Covid-19 in both central and peripheral countries. Hayek’s motto that the state should focus on general regulations, leaving individuals free to carry out their choices, was aggressive in the tropics, with the demonization of the public and the supremacy of the market with no limits and no social boundaries. And once again Zizek (2020, p.9) warns us, in his hopeless prognosis: “One thing is sure: isolation alone, building new walls and further quarantines, will not do the job”. The preparation for the probable, and already foreseen, future health emergencies requires the support of science, the fight against the denialism instilled in the various layers of the class and against the reactionary and antidemocratic mentality ingrained in our reality, but, above all, to make the state’s presence effective in the definition of a proactive agenda of public policies, and not only in healthcare, in order to anticipate future challenges and the steps to be taken, despite the high degree of uncertainties and fears that the present time imposes on us.

The set of articles gathered in this issue of *Katálysis Journal* moves in that direction and presents, from different angles, instigating reflections on the deleterious effects of the social and civilizing crisis aggravated by the health crisis that has assaulted the various continents. Simultaneously, the themes approached offer precious elements to propel the necessary and urgent strengthening of democratic institutions, the rule of law, and popular forces in the constant struggle for the preservation and consolidation of democracy, citizenship, social and human rights, indispensable in the making of another civilizational project, based on truly substantive freedoms and equality.

## Referências

- AGÊNCIA PÚBLICA. Brasil registra duas vezes mais pessoas brancas vacinadas que negras. Disponível em <https://apublica.org/2021/03/brasil-registra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/>. Acesso em 28 de dez. 2022.
- ABRASCO. Pandemia de COVID-19. Dossiê. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em [Abrasco\\_Dossiê\\_Pademia\\_de\\_Covid-19\\_versao2.pdf](#). Acesso em 30 de nov. 2022.
- BRASIL. IBGE. Síntese de indicadores sociais. Disponível em: Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012 | Agência de Notícias (ibge.gov.br). Acesso em 05 dez. 2022.
- CAMUS, A. A peste. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- ESTEVES, A. As crises sanitárias: uma perspectiva histórica. *Revista Sociedade e crises*. Minho, 2022. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/> Acesso em: 04 dez. 2022.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira (Org.). v. 01, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LARA, R. Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. *Revista Libertas*. Juiz de Fora, v.20, n.1, p.53-69, jan./ jun. 2020. Disponível <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30657/20731>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- LARA, R. MOTA, A. E. Desigualdade, fome e produção de alimentos. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v.25, n. 3, p. 437-442, set.-dez. 2022 <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/89701/51464>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- HARVEY, D. La política anticapitalista em la época del COVID-19. Observatório de la crisis, 2020. Disponível em <http://www.relats.org/documentos/FTLecturas.Harvey.abril.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- OBSERVATÓRIO OBSTÉTRICO BRASILEIRO COVID-19. Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/conheca-o-observatorio-obstetrico-brasileiro-covid-19-oobr-covid-19/>. Acesso em: 2 jan. 2023.
- OMS. (WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO). Independent Panel for Pandemic Preparedness and Response. Covid-19: make it the last pandemic. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: [Disponível em: https://theindependentpanel.org/wp-content/uploads/2021/05/COVID-19-Make-it-the-Last-Pandemic\\_final.pdf](https://theindependentpanel.org/wp-content/uploads/2021/05/COVID-19-Make-it-the-Last-Pandemic_final.pdf). Acesso em: 27 dez. 2022.
- OXFAM. Desigualdade no acesso às vacinas. Disponível em: [www.oxfam.org.br](http://www.oxfam.org.br). Acesso em 27 dez.2022.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. PENSSAN. II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19 (II VIGISAN), 2022. Disponível em <https://pesquisassan.net.br/>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- SORRENTINO, W. As travessias. In: MARINGONI, G. (Org.). A volta do Estado planejador: neoliberalismo em cheque. São Paulo: Contra a Corrente, 2021.
- ZIZEK, S. Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

## Ivete Simionatto

ivetesimionatto57@gmail.com

PhD in Social Work at the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP).

Retired Full Professor at the Federal University of Santa Catarina (UFSC).

## UFSC

Reitor João David Ferreira Lima University Campus – Trindade

Florianópolis - Santa Catarina – Brazil

ZIP CODE: 88.040-900



**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

# Critique of growth and degrowth ideology: from developed to underdeveloped countries

**João Romeiro Hermeto<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-1053-4175/><sup>1</sup>Università degli Studi di Pavia, Dipartimento di Studi Umanistici, Visiting Scholar, Pavia, PV, Italia

## Critique of growth and degrowth ideology: from developed to underdeveloped countries

**Abstract:** In this paper, I discuss the paradigmatic relationship between developed and underdeveloped nations within the notions of *growth/degrowth*. Economic Growth assimilated in the form of GDP expresses value bundle. Growth is demystified when the essence of value is grasped. Value ceases to be merely an abstract economic category and is apprehended as a social relation. Growth acquires a double reality under current social relations: Surplus value in a *particular* and a *general* form. To attain the dialectics of such relation and its supranational relationship, we endeavour a historical analysis giving an account of real relations to find the limits of our critique. Surplus labour historically has enabled societies to reach progress; only when societies produce beyond subsistence can they regard for different needs. On the other hand, the appropriation of surplus labour appears in history in many antagonist forms. In this perspective, the discussion about *growth/degrowth* attains major importance.

**Keywords:** (De)Growth; (Under)Development; Surplus-Labour; Exploitation; Marxism.

## Crítica à ideologia de crescimento e decrescimento: dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos

**Resumo:** Neste artigo, discuto a relação paradigmática entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas dentro das noções de crescimento/decrescimento. Crescimento Econômico assimilado na forma de PIB expressa cesta de valores. O crescimento é desmistificado quando a essência do valor é apreendida. O valor deixa de ser apenas uma categoria econômica abstrata e é apreendido como uma relação social. O crescimento adquire uma dupla realidade nas relações sociais atuais: mais-valia em uma forma particular e uma forma geral. Para alcançar a dialética dessa relação e sua relação supranacional, empreendemos uma análise histórica dando conta das relações reais para encontrar os limites de nossa crítica. O trabalho excedente historicamente permitiu que as sociedades alcançassem o progresso; somente quando as sociedades produzem além da subsistência podem atender a diferentes necessidades. Por outro lado, a apropriação do trabalho excedente aparece na história de muitas formas antagônicas. Nessa perspectiva, a discussão sobre crescimento/decrescimento ganha grande importância.

**Palavras-chave:** (Des)Crescimento; (Em)desenvolvimento; Excedente-Trabalho; Exploração; Marxismo.

## Crítica de la ideología del crecimiento y el decrecimiento: de los países desarrollados a los subdesarrollados

**Resumen:** En este artículo discuto la relación paradigmática entre naciones desarrolladas y subdesarrolladas dentro de las nociones de crecimiento/decrescimiento. El Crecimiento Económico asimilado en forma de PIB expresa el paquete de valor.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

El crecimiento se desmitifica cuando se capta la esencia del valor. El valor deja de ser una mera categoría económica abstracta y se aprehende como una relación social. El crecimiento adquiere una doble realidad en las relaciones sociales actuales: Plusvalía en forma particular y general. Para alcanzar la dialéctica de tal relación y su relación supranacional, emprendemos un análisis histórico que dé cuenta de las relaciones reales para encontrar los límites de nuestra crítica. La mano de obra excedente ha permitido históricamente a las sociedades alcanzar el progreso; sólo cuando las sociedades producen más allá de la subsistencia pueden considerar necesidades diferentes. Por otra parte, la apropiación del plustrabajo aparece en la historia de muchas formas antagónicas. En esta perspectiva, la discusión sobre crecimiento/decrecimiento adquiere mayor importancia.

**Palabras clave:** (Des)crecimiento; (En)desarrollo; Trabajo excedente; Explotación; Marxismo.

Received in 07.03.2022. Approved in 17.10.2022. Reviewed in 21.11.2022.

## Introduction

In this paper, I discuss the paradigmatic relationship between developed and underdeveloped nations within the notions of *growth/degrowth*. This means, when appropriation of estranged surplus-labour becomes the social nexus, then one cannot avoid a relationship of power-over, *i.e.* of domination. Such relationship must be accounted as historical; hence, one must understand its underlying foundation. Demystifying *growth* appears as a necessity in order to achieve such reasoning.

First, I challenge the mainstream notion of growth. Second, an investigation of growth as surplus-value is performed. In the third, fourth and fifth sections, I perform a historical investigation of social relations encompassing growth as surplus-value, namely its appropriation forms in different historical moments, such as the French Revolution, Bolshevik Revolution and Neoliberal raise.

Such historical undertaking grants the means for the last part, which is simultaneously an investigation and a conclusion – for it could not be different, since my investigative method is the immanent critique. The relations between nations appear as relations of power. The claim for degrowth without tackling the foundation of capitalist society appears hence as its opposite, *i.e.* not emancipatory actualization, but as the perpetuation of neo-colonial ties.

## General and particular forms of Growth

Defining *Growth* appears to be a difficult task. The first thing it comes to mind when one speaks of Growth is *Economic-Growth*: or *growth* in Gross Domestic Product (GDP). GDP can be defined, as IMF does, as the measurement of the monetary “value of final goods and services [...] produced in a country in a given period of time” (Callen, 2017). GDP then appears as a blunt measurement, since it measures *value* (exchange-value) only and all its underlying constitutive fractions appear as equivalents. Two important aspects are renounced: first, non-marketable wealth disappears; second, the quality (use-value), or rather specifics of what has been produced ceases to exist as exchange-value. Another problem of its definition, the notion of *value* and *price* becomes a unity, this makes it impossible to grasp the essence of *Growth*, for a price is merely the ideal form of value, which is actualized in the moment of alienation/appropriation and almost always fluctuates above or below the exchange-value. In order to grasp *growth*, I shall analyse its essence: *value*.

## Growth as Surplus-Labour

*Growth* as value (exchange-value) appears only under certain conditions. Considered in its general form, *growth* appears as surplus-labour. For value is merely a particular form of surplus-labour. Labour is the form in which man produces life. Karl Marx clearly asserts: living man presupposes the production of living man, in other words: “[l]ife itself appears only as a *means* of life” (Marx, 1992a, p. 328). Labour is the actualization of man’s teleological setting, but also of labour itself as activity. For labour is the grasping of life in-and-for-itself. Human’s generality ceases to be mute; it gains social character (Lukács, 2010; Marx, 1983). The division of labour appears as a historical necessity for man to create (produce and reproduce) humanity (Marx, 2014).

Adam Smith (2012, p. 9) also argues that “the great improvements in the productive powers of labour” appears to be the effect “of the division of labour”. By Adam Smith’s time capitalism wasn’t fully developed, hence his difficulty to grasp labour beyond natural determinations (*i.e.* human nature); yet, his example of the production of a simple pin shows the vast division of labour comprised in its formation (Smith, 2012). The social character of Labour enables labour-productivity to rise, labour, never purely individual, becomes an ever more collective labour (Marx, 2014). Natural needs become social needs. For Marx surplus-labour appears as a means of meeting social needs, of creating possibilities beyond the natural ones. Such socialization shows the social character of labour, which enables to push the barriers of nature further; however, man is not only a social being but a natural one; he can never overcome nature, for he is immanently part of it (Lukács, 2010; Marx, 1906, 1992b).

The existence of societies presupposes the production of such societies. For ancient Greece, the production of philosophy presupposed the production of living philosophers. Since philosophy does not produce means of life, of producing and reproducing itself, ancient Greek philosophy presupposed the appropriation of surplus-labour for its existence. Labour is the only source of surplus-labour; in ancient Greece, slavery appears thus as a historical necessity. Aristotle recognizes it as such: “The parts of household management correspond to the persons who compose the household, and a complete household consists of slaves and freemen” (Aristotle, 1984, p. 4270).

With wage-labour, David Ricardo acknowledges salaries as means of the labour to reproduce itself as labour, however, he does not grasp as an internal determination, but rather an external. This means, for Ricardo, labour does not produce value of the means of labour, but rather, the “prices of food and necessaries” determine the natural price of labour (Ricardo, 2001). Value in Ricardian terms is thence a natural determination, not a social relation. For Smith: “Labour is the real measure of the exchangeable value of all commodities” (Smith, 2012, p. 34). Marx shows, the exchange-value of a commodity is determined by “the labour-time socially necessary”, which is “required to produce an article under the normal conditions of productions, and with the average degree of skill and intensity prevalent at the time” (Marx, 1906, p. 46). Due to his misinterpretation, Ricardo is unable to grasp the exchange-value within international trade, only use-value (Marx, 1983).

Wage labour appears as a particular form of distribution and appropriation (Marx, 1983). It is the basis of capital since capital is a relation of production and appropriation of surplus-labour (as an end-in-itself) as value, *gratis-labour*, the product of labour which exceeds the amount of *labour-time socially necessary* to reproduce labour (Marx, 2014). When labour needs 6 hours-day to reproduce itself as labour, if it works 12 hours-day, it produces double the amount needed for its reproduction, yet it receives only the socially necessary amount to reproduce it, its value. Insofar,

[h]alf the working day costs capital *nothing*; it thus obtains a value for which it has given no equivalent. And the multiplication of values can take place only if a value in excess of the equivalent has been obtained, hence *created*.” Insofar: “Surplus value in general is value in excess of the equivalent. (Marx, 1993, p. 324).

This means, the capitalist labour market denies the fundamentals of market-exchange-equivalency in order to produce and reproduce its existence as capital. Capitalist surplus-labour creates surplus-value – *growth* – and negates the imperatives of market-relations in order to do so.

Very briefly, I tried to attain the actualization of *growth* beyond its formal form GDP. *Growth* appears in general as a social necessity as means for meeting social demands. Yet, under the capitalist form of production, *growth* appears as an end-in-itself, as exploitation, the appropriation of estranged-labour, *gratis-labour*. In capitalism, *growth* appears in an *economic* form, while it actualizes political content of domination, capital rules labour as it controls its labour-power.

One can now throw light into the paradigmatic relation between developed and underdeveloped countries within the realm of the particular form of *growth*, surplus-labour under capitalist relations.

### French Revolution and the Struggle for Surplus-labour

The analysis of examples of historical processes tries to understand the struggles for the appropriation of surplus values, attempting to throw light into a totality.

According to Eric J. Hobsbawm, the modern world appears as the product of two revolutions: British-Industrial-Revolution and French-Revolution. The former could not be fully felt until 1830s/40s (Hobsbawm, 1996b), while the latter shook the whole ancient regime. Its slogan of “liberty, equality and (it followed) the fraternity of all men” (Hobsbawm, 1996b, p. 21) is still called out today to defend the triumph

not of liberty and equality in general but of *middle class* or ‘*bourgeois*’ liberal society; not of ‘the modern economy’ or ‘modern state’, but of the economies and states in a particular geographical region of the world”; “[t]he great revolution of 1789-1848 was the triumph not of ‘industry’ as such, but of *capitalist* industry (Hobsbawm, 1996b, p. 1).

Uninterrupted wars in Europe follow the revolution. Surplus-labour produced by serfdom in Europe (corvee) appropriated by the ancient regime was not abolished, as a form of social exploitation, it simply changed form. According to Domenico Losurdo, Georg W. F. Hegel explains dialectically: French Revolution as a necessary and legitimate tyranny and the Thermidor tyranny of law.

And thus, in the French Revolution, it was a fearful force that sustained the state [and] the totality – in general. This force is not despotism but tyranny, pure frightening domination. Yet it is necessary and just, insofar as it constitutes and sustains the state as this actual individual (Hegel, 1983, p. 155).

For Losurdo: “The antagonists in this struggle became the embodiment of two different moments ‘of necessity’” (Losurdo, 2016, p. 260). Hegel (1983) emphasizes, the French Revolution achieved the abolition of privileged classes, however, not of inequality of classes. The French Revolution represented four major struggles: bourgeoisie, ancient-regime, labour, (anti-)colonial.

Multiple revolutions shook relations of exploitation from European societies. In 1776, the United States declared independence from England; in 1789, the French Revolution made the *ancien régime* crumble; in 1791, the Black-slave revolt, in Santo Domingo with its leader Toussaint L’Ouverture, was the first to abolish slavery, which was punished by the French (Napoleon reintroduced it); also in 1791 Olympe de Gouges elaborated her *Declaration of the Rights of Women and the Female Citizen*, in 1793 she was guillotined; in early 19<sup>th</sup> century, Spanish colonies in South-America declared independence; in 1822, Brazil proclaimed its formal independence from Portugal; in 1830s, different independence movements and insurrections took place in Europe; furthermore, the Revolution of 1848 made whole Europe trembled when proletarians overthrow monarchies with incredible speed: both the rise and the fall. The competition between imperialist nations was essential. France assisted the United States; England countries in South America; European struggles as struggles among capitalists, bourgeoisie and ancient regime. However, Asia and Africa remained immune to major revolutions (Hobsbawm, 1996b). Imperialist maxim became *divide-and-rule* or *divide-and-conquer*. Revolution showed that social order required public opinion control, e.g. newspaper control (Hobsbawm, 1996a).

Recently acquiring political power, the bourgeois responded politically-economically and philosophically. Politically-economically, Napoleon III represented the assimilation of different interests in France, where decadent aristocracy, bourgeois and *lumpen*-proletarians came to terms in the figure of Louis Bonaparte (Marx, 2011). The unification of Italy 1861 implied the expulsion of the Habsburg Empire; the unification of Germany 1871 posed multiple difficulties since it could represent different combinations and mixtures, thus war. However, in the following years, an economic boom made it possible for smoothing revolutionary tensions (Hobsbawm, 1996a). To bury any liberal intension the Prussian government called the most conservative figure for prime-minister: Otto von Bismarck (Engelberg, 1990). Britain continued, in a brutal manner, its imperialist ruling over India (Losurdo, 2012) and China (Losurdo, 2016). In the US, the new form of surplus-labour entered in direct conflict with the older, between 1861-65, in what has been the most lethal war in the US-history when Confederation and Union fought over slavery (Ireland-Kunze, 1989).

### 1917 October Revolution and the Struggle for Surplus-labour

For György Lukács, the legitimatization against emancipatory struggles appears as the *Destruction of Reason*, the negation of history by dissolving social-historical relations and categories and replacing them with

individuals detached-from-the-whole, coined by egoism in-and-for-itself. Max Stirner reduces the real social relations to the *Geist*, the spirit, the singular becomes totality, the thought acquires a double transcendental reality; it transcends leaving any trace of reality and comes back as the pure *Geist*: “*ich bin Geist, nur Geist*” (Stirner, 2012, p. 82). Friedrich W. J. Schelling sought restoration of the ancient regime (Lukács, 1973; Schelling, 1976). Friedrich Adolf Trendelenburg, Søren Kierkegaard’s major influence, denies the immanent ontological movement, which constitutes Hegel’s dialectic. For him *Being* and *Nothing* are both at ease. Thus, no movement can be apprehended. From the standpoint of the *Geist*, though, his claim has a fundament (Lukács, 1973), from an ontological perspective of the social-being, it does not. Kierkegaard tries to recover idealism by banishing from idealistic-dialectics any trace of non-idealism, namely history (Kierkegaard, 1987; Lukács, 1973). Arthur Schopenhauer represents the beginning of the bourgeois reaction to its crisis, the pessimism advocated by him characterizes the futility to act politically (Lukács, 1973; Schopenhauer, 1958). And for Friedrich Nietzsche’s egoism was the expression of the will to power from the *Übermensch* (Nietzsche, 2007, 2008).

The intellectual crisis of the late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries represented the dismantling of the self-educated left, the *intelligentsia* “now tended to move sharply to the political right” (Hobsbawm, 1989, p. 262). The emphasis on egoism, disregard for social binding, total competition were now pushed towards a generalized mass-scale competition over labour. The Great World War marked a shift in imperialism. Total war became normality, or as Hobbes puts it: “so the nature of war consisteth not in actual fighting, but in the known disposition thereto during all the time there is no assurance to the contrary” (Malmesbury, 1651, p. 77–78).

Onwards, the wars gained new dimensions. “Local, regional or global, the wars of the twentieth century were to be on an altogether vaster scale than anything previously experienced.” Hobsbawm continues, “[i]n short, 1914 opens the age of massacre” (Hobsbawm, 1995, p. 23–24). It is startling and remarkable that, by 1914, Europe “had gained control of 84 percent of the globe” (Hoffman, 2015, p. 2). The racial questions, which were broadly regarded as scientifically true, were the bourgeois answer to emancipatory movements and commitments (Hobsbawm, 1989) and represented the social legitimation of worldwide capitalist ruling (Losurdo, 2010); social Darwinism being pushed forward at full pace (Hobsbawm, 1989). Capitalist imperialism was a business method that should not be put to a halt (Hobsbawm, 1989). Such ideology was so widespread that both rulers and intellectuals in Latin America “dreamed of biological transformation of their population which would make them amenable to progress” (Hobsbawm, 1989, p. 289, 1996a). In the United States of America, the abolishment of slavery formally liberate the black slaves, however, under the white supremacy ideology, the oppression merely changed form, segregation became the new form of racial ruling (Losurdo, 2016).

Revolution as a response to the increment of exploitation appears as a historical necessity. The 1917 October Revolution of the Bolsheviks renders for the first time the possibility of anti-colonial revolution worldwide. Struggles for liberation reverberated until the 1970s (Losurdo, 2016). China’s case was, as it still is, remarkable:

Far from being synonymous with ‘universal levelling’, the bourgeois revolution involved the accentuation of inequalities at many levels. Internationally, what has been called the ‘great divergence’ between the prosperous West and the rest of the planet derived from it. In 1820 China, for centuries or millennia eminently placed in the development of human civilization, still boasted a GDP amounting to 32.4% of the world GDP, while ‘Chinese life expectancy (and thus nutrition) was at roughly English levels (and so above Continental ones) even in the late 1700s. At the time of its foundation, the People’s Republic of China was the poorest country in the world or among the poorest. The history of India is not very different. (Losurdo, 2016, p. 57).

However, Western Nations were not ready to give away their colonies. Instead, as shown by L. Moniz A. Bandeira, France and England, still during the war, divided the Ottoman Empire and rearranged it in the secret Sykes-Picot-Agreement (Bandeira, 2016). Moreover, Western Nations attacked *en bloc* the Soviet Union trying to revert the Bolshevik-Revolution<sup>1</sup>:

The Allies saw no reason to be more generous to the centre of world subversion. Various counter-revolutionary (‘White’) armies and regimes rose against the Soviets, financed by the Allies, who sent British, French, American, Japanese, Polish, Serb, Greek and Rumanian troops on the Russian soil. (Hobsbawm, 1995, p. 63).

For, when comparing the French Revolution and the October Bolshevik Revolution of 1917,

the October revolution had far more profound and global repercussions than its ancestor. For, if the ideas of the French revolution have, as is now evident, outlasted Bolshevism, the practical consequences of 1917 were far greater and more lasting than those of 1789. The October revolution produced by far the most formidable organized revolutionary movement in modern history. (Hobsbawm, 1995, p. 55).

### Neoliberal raise and the struggle for Surplus-labour

The (partial) fall of liberalism gave way to new forms of social discipline, namely capitalist control over surplus-labour. The insipient answer that would only gain a greater actualization in the third quarter of the 20<sup>th</sup> century was Keynesianism (Hicks, 1974). The imminent answer for the second quarter appeared in the form of fascism, specifically Adolf Hitler's.

While in the United States, white supremacy appeared as legitimation for Native Americans' genocide and black segregation (*cf.* Josiah Strong's *Our Country*), in Europe, Ludwig Gumplowicz advocated in his *Der Rassenkampf* against non-Aryan races (Losurdo, 2010, p. 255). In Asia 1937, Dalai Lama acknowledges that his claim for a Great Tibet (regions of China) wasn't based on any historical groundings, but rather a racial one (Losurdo, 2012). Even Mohandas K. Gandhi claimed that colonizing Indian people was wrong because Indians are Aryans and, hence, they were part of the pure race (Losurdo, 2012). Germany's plans, led by Hitler, were, hence, an expression of such context. Social discipline and expansion of colonialism by the enslavement of Slavs (Mazower, 2008) for slavery was "a condition of every higher culture" (Nietzsche, 2002, p. 129), the annihilation of Communism and Jews appeared as fundamental tasks (Hitler, 1927).

The economic policies of expansionism adopted in the 1930s were not simply consciously implemented in a Keynesian sense (Hicks, 1974). After the Second World War (or rather, the second part of the Great World War), the economic reconstruction of Europe and Japan appeared as a political necessity in order to save western capitalism and its global ruling, because the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) came politically out of the war in a very strong position – though economically and socially destroyed after suffering over 27 million human deaths. With voluptuous investments (*cf.* Marshall Plan); capital base being severely destroyed by war; a significant decrease of labour-time socially necessary for reproducing labour; and US-American capital export; all these enabled the emergence of the so-called capitalist *golden age* (Castro, 1979). This is essential to understand *growth* from a Western historical perspective. During the wars, the United States opened economic and technological gaps between themselves and their peers. However, throughout the Golden Age, Japan and Europe "were fast catching up and continued to do so in the 1970s and 1980s" (Hobsbawm, 1995, p. 258) due to the increase in productivity, accumulation of surplus-labour. It represented significant progress in the developed capitalist countries; in the third-world, it characterised a drastic increase in the population, insofar it produced real wealth (Hobsbawm, 1995). If the wealth created was the product of human-labour, the natural drive was fossil fuel as its energy source (Hobsbawm, 1995). Thus, occidental wealth was measured by the number of cars while third world wealth by the number of trucks (Hobsbawm, 1995). Tourism, a luxury in former times, had become an expected standard of comfort (Hobsbawm, 1995).

To contain the "danger" of revolution and counterbalance the loss of political control, which Europe had over the world, the so-called Western-Democracies polarized the dichotomy between the first world (developed) and third world (underdeveloped-nations). Truman Doctrine attempted to secure it (Hobsbawm, 1995). The West became the haven of the labour-movement, and the Welfare State its shield against the red danger. The former political annexation gave place to the economic one. The form for the capitalist centre to command surplus-labour changed from colonial rule to neo-colonialism (Losurdo, 2017). Italy; Greece; Portugal; Chile; Argentina; Panama; Brazil; Iran; Korea; China; Vietnam; Syria; Laos; Guatemala; Indonesia; Lebanon; Cuba; Georgia; Domenic Republic; Bolivia; Afghanistan; Nicaragua; etc. were all subjugated to Western's will.

Like the Soviet Revolution and other socialist revolutions yet to come, also the Chinese Socialist revolution was never accepted, it has suffered attacks from its inception, which persist until today (Losurdo, 2016). The atrocities against Vietnam were committed by the West again because it had chosen the "wrong side", thus, it had to be destroyed, (Hobsbawm, 1995). Wars, sanctions, embargo, regime change, dictatorship,

all account for measures to sustain power-over, for guaranteeing the capitalist appropriation of surplus-value: the so-called capitalist *growth*. Regime change and *coup d'état* became regular diplomatic missions, they have even been perfected into a method (Gene Sharp, 2010), which enabled for instance the so-called colour revolutions (Bandeira, 2014).

With the collapse of Bretton Woods, the US-economy moved away from Eurodollars to Petrodollars. Thenceforward, massive debts have been possible, since the dollar has artificially become a new Exchange-Standard, because, after the Yon Kippur war, the deal previously established with Saudi Arabia granted US-dollar exchange-clearing monopole of oil (Bandeira, 2016). Since modern capitalism could not work without oil, every nation needed dollars to buy it, an artificial seemingly eternal source of financial resources was created to benefit the US and their capitalist class.

The 20<sup>th</sup> century can be understood as a “secular struggle by the forces of the old order against social revolution” (Hobsbawm, 1995, p. 3), communism, and anti-colonialism. The fall of the Union of Soviets Socialist Republics shifted this further, the fight against anti-colonialism and (western-)labour was intensified. In this scenario, neoliberalism emerged in the fourth quarter by moving away from previous dominant capitalist social arrangements, focusing on individual atomism, which appears as an immanent capitalist enterprise. The intellectual, ideological base created by idealism and irrationalism (see above) gave way to a subtler form of irrationalism coined in neoliberalism. All human instances become market moments, which by the means of economic institutions set the grounding to determine what truth is and can be (Machado, 2010). Capitalist government policies start abandoning social locus and adhere to market form only. A complete reversal in liberal ideology takes place; ironically, or cynically, neoliberal strategy destroys liberal *raison d'être* and reverses it, calling itself (the modern form of) liberalism (Foucault, 2004).

In this context, when Saddam Hussein tried to move away from the dollar to euro, the United States invaded and destroyed it, securing a monopoly over Iraq's oil reserves, thus, further securing their currency and not for the sake of the oil itself. Vladimir Putin's Russia created a new SWIFT, *i.e.* a system for Exchange-Clearing, eliminating the dollar from transactions within the Eurasian Economic Union (Bandeira, 2016). In 2012, China developed a payment system called CIPS (China International Payment System), which started operating in 2015 (Bandeira, 2016). Since then, Russia and China have been attacked with more economic sanctions; military threats; media war; always on the account of diverged allegations – as we have recently seen also in countries such as Venezuela (Cohen & Blumenthal, 2019). 2014 Ukraine's fascist *coup d'état* supported by the United States and the European Union put immediate pressure on Russia (Bandeira, 2016). Conversely, North Korea became a scapegoat to legitimize the relocation of the US-military from Middle-East to the Coast of China: “The United States has a first-strike capability against China today and should be able to maintain it for a decade or more” (Keir A. Lieber & Daryl G. Press, 2006).

With the 2008 crisis, economic and social wealth was widely destroyed (Losurdo, 2016), according to GAO (United States Government Accountability Office) maybe over 10 trillion dollars; yet, the financial system received, alone in the US, over 16 trillion dollars as buyout, according to Forbes (GAO, 2013; Mike Collins, 2015; Tracey Greenstein, 2011). The crisis represented a pronounced transfer of wealth from the poor to the rich. Social surplus-labour was privately re-appropriated by the financial sector, the government was its mediator. Meanwhile, the United States try to impose to the NATO-members (North Atlantic Treaty Organization) that each contributes with the 2014 agreed 2% of GDP, *i.e.* an increase in war spending while the social, economic and political crises are plunging (‘International: Erreicht Deutschland das Zwei-Prozent-Ziel der Nato? ZEIT ONLINE’, 2017; ‘Military spending by NATO members: Does America contribute more than its fair share?’, 2017).

The consequences of monopoly-capitalism were already grasped in 1917 when Lenin wrote *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism* (Lenine, 1996). Lenin shows corollaries of capitalist relations, which are being rediscovered almost one hundred years later<sup>2</sup>. The concentration of production and competition leads to monopoly. Huge players concentrate and control capital, hence social wealth (*cf.* The Network of Global Corporate Control (Vitali, Glattfelder, & Battiston, 2011)). OXFAM has been urging against inequality (*cf.* OXFAM publications (Lawson et al., 2019; Pimentel, Aymar, & Lawson, 2018)) and even Credit Suisse acknowledges: “Accordingly, the top wealth holders benefited in particular, and, across all regions, wealth inequality rose from 2007 to 2016. In every region of the world except for China, median wealth declined” (Anthony Shorrocks, Jim Davies, & Rodrigo Lluberás, 2017, p. 4). Yet, the number of millionaires and

billionaires is increasing. Concentration continues to urge. It, then, becomes impossible to separate national from an international question, when regarding the political economy. Nonetheless, discussing inequality and GDP, as moral or immoral acts, hides the essential: the underlying exploitation, namely appropriation of surplus-labour.

Already in 1992, “[t]he historical memory [of 1914] was no longer alive” (Hobsbawm, 1995, p. 3). Neoliberalism sanctioned the *perpetual present* (Debord, 1997; Hermeto, 2020). “The destruction of the past, or rather of the social mechanisms that link one’s contemporary experience to that of earlier generations, is one of the most characteristic and eerie phenomena of the late twentieth century” (Hobsbawm, 1995, p. 3). Insofar, Fukuyama’s *End of History and the Last Man* (Fukuyama, 1992) expresses the appearance but not the essence of our time.

### **Conclusion: From abstract to real Growth/Degrowth relations among and within Developed/ Underdeveloped Countries**

*Growth* in general appears as a specific form of social-relation based on surplus-labour; its appropriation appears as a constant and concrete struggle, which defines its very particular forms. While in capitalist societies *growth* appears as an end-in-itself, *growth* as a mere economic measure hides its true praxis, surplus-labour. Furthermore, it hides not only that surplus-labour is a social relation of economic determinants, production and reproduction; also, the form, in which social relation is employed, appropriated, *i.e.* social relations in a political sense. How to account for capitalist exclusion as unjust as Mauro Bonaiuti does (Bonaiuti, 2003, p. 47)? Speaking of social justice, without questioning the very foundations of what is being contested, becomes vulgar moralism. Capitalism is in fact just. The political foundation of capitalism is egoism, appropriation of estranged surplus-labour, its formal basis: competition. These are not only economic fostered; but also political, legal/judicial, social institutions legitimize such framing. Winning competition is as just as losing it.

*Growth* cannot be criticized as a mere economic category; its specificity, namely social character, must be grasped by a correct critique. Accepting egoistic freedom is denying real social relations; the reality of freedom becomes consume only (max. of utility), in other words, a “relation” of one with and towards himself. Instead of questioning the concrete political form of surplus-labour, which determines the whole production, not only of products but also of life, of society; production becomes ideally a moment of consumption, one’s egoistic will. Critique of production becomes a critique of consumption (cf. Lorek & Fuchs, 2013); critique of social relations becomes critique of individual consumption (wSC/sSC [weak sustainable consumption/strong sustainable consumption]). A contradiction. The foundation of such liberty means doing whatever one pleases insofar it does not harm the other. Whatever one pleases is egoism *per se*; not harming the other, means this liberty relates to itself. The foundation of such liberty is not the relation between human-beings; the relation appears not as the actualization of human-beings, but on the contrary, as a barrier, the relation appears thus as the denial of the self (Marx, 1992c). Insofar, egoistic relations can neither account for future generations (question posed by Georgescu-Roegen (1994)), nor for present relations in terms of recognition. *E.g.*, the surplus of food production is a worldwide reality since the 1970s (Wee, 1987); yet, today, 25,000 people die daily from starvation and approximately 800 million suffer bad nourishment (Ulrike Mast-Kirschning, 2011; UN - United Nations, 2018).

Can “economic degrowth in the North provides a path for approximating the goal of a globally equitable SSE [steady-state economy], by allowing some more economic growth in the South” (Kerschner, 2010, p. 549)? Under real capitalist relations, this formal arrangement seems, in practice, to be impossible. What does it mean that *rich North* aims for *degrowth*? For less appropriation of surplus-labour, corporations would have to compensate *degrowth* elsewhere to be on pair with profit margins of their corresponded production sectors. For the profit considers capital as a whole, it has two components: constant- and variable-capital. The quantity of constant-capital, objectified-labour, is relatively smaller in underdeveloped countries; the labour-time socially necessary to reproduce variable-capital, meaning the needs of the working class, is absolute smaller in underdeveloped countries. This relation makes it possible for what is known as neo-colonialism, meaning not (directly) political, but economic domination.

The recognition of *degrowth* in developed nations cannot appear as recognition of underdeveloped nations as sovereign nations. Instead, it establishes the necessity to push neo-colonialism further. After China



broke free from colonialism, Western Democracies never ceased to attack it. It is impossible to grasp the failure of the Great Leap Forward without acknowledging the sanctions perpetrated against China (Losurdo, 2016). Walt W. Rostow – Kennedy administration – observed that such sanctions had set back China by decades at least. Finally, Edward Lutwak acknowledges, “a ban on Chinese imports is the nuclear weapon that America keeps pointed at China” (Losurdo, 2016, p. 288).

China’s economic opening could only free over 600 million people from necessity-of-want, because market-economy is subordinated to People’s will by the socialist State. Yet, the struggle of the appropriation of surplus-labour did not end in China, both internally or externally. Internally, however, the Communist Party counterbalances the market, political power dominating economic power. So in China there is capital but no capitalism. Externally, China is attacked with economic sanctions and it is tolerated based on the appropriation of surplus-labour in low-aggregated-value goods and a dependency by western consumption from Chinese production. As it begins to move away from this neo-colonial relationship China becomes a higher target of foreign government sanctions, economic restrictions, media attacks, military drills, intellectual condemnations etc.<sup>3</sup> “Representatives of the Truman administration were explicit at times: China must be ‘plagued’ with ‘a general standard of life around and below the subsistence level’, ‘economic backwardness’, and a ‘cultural lag’” (Losurdo, 2016, p. 288).

Insofar, *degrowth* as recognition for underdeveloped-nations appears as a contradiction. Social determination of surplus-labour appears as impossible – when thought in the spheres of economic capitalist-production, its governance and policies of legitimation of appropriation of estranged surplus-labour.

Another problem appears when regarding *degrowth* as subsistence (Lorek & Fuchs, 2013). Devolution appears as a romanticization of freedom in social relations, when in reality the increase of labour-time socially necessary for the reproduction of labour appears as the decrease of social relations (division of labour) and the increase in direct dependence of nature/necessity; it also appears as the accentuation of exploitation of nature, instead of its recognition and path to sustainability, due to productivity decrease. Insofar, it appears not as a political determination of how to produce life (ethically speaking, good life), but rather its negation, its dehumanization. Irrationalism, which accounts for social disintegration, appears in capitalism as it’s opposite. The question of *Growth/Degrowth* should be made from a different perspective. How-to social-politically determine *growth*? To enable social needs, but simultaneously to be sustainable, it presupposes not producing surplus as an end-in-itself, but as a means of life, for example, non-programmed-obsolescence. Abolishing capitalist-egoistic-relations – namely abolishing the private property of the means of production – appears as a pre-condition for enabling different/new-(*growth*)-relations.

The need for different analysis and discourse in relation to sustainability cannot focus on the level of appearance anymore – such as the contemporary *growth* and *degrowth* dialectics. It has, rather, to go deeper and grasp the social relations of production – the processual ontology of the social-being (Hermeto, 2020). In recent years, we have been seeing the emergence of a so-called *Ecosocialism* (Löwy, 2015; Saito, 2017; Wallis, 2018), where the critique of the political economy becomes an immanent call for sustainability. Lukács’ *Ontology* (hardly known) had already revealed this character (Lukács, 1984, 1986), *i.e.* the immanent relation between humanity and nature on the one hand and that the overcoming of human estrangement (*Entfremdung*) requires a relation of reciprocity with nature, *i.e.* not merely one unidimensional relation of exploitation of nature. Kohei Saito pledges in relation to Marx’ critique: “I maintain that *it is not possible to comprehend the full scope of his critique of political economy if one ignores its ecological dimension.*” (Saito, 2017, p. 14). Thus, both the struggle of classes (*Klassenkampf*) and the struggle over the environmental must be encapsulated with the paramount category of totality. Or, as John Bellamy Foster emphasizes, while the social critique on *growth* is blind to historical determinations, Marxist critique on capitalism must always take into consideration the metabolic relation between society and nature (Foster, 2022).

## References

- ARISTOTLE. (1984). The complete works of Aristotle: the revised Oxford translation (Jonathan B). New Jersey, Chichester: Princeton University Press.
- BANDEIRA, L. M. A. (2014). A Segunda Guerra Fria. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- BANDEIRA, L. M. A. (2016). *A desordem mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BONAIUTI, M. (2003). *Introduzione*. In *Bioeconomia: Verso un'altra Economia Ecologicamente e Socialmente Sostenibile*. Bollati Boringhieri.
- CALLEN, T. (2017). *Gross domestic product: an economy's all*. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/basics/gdp.htm>
- CASTRO, A. B. de. (1979). *O capitalismo ainda é aquele*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- COHEN, D.; BLUMENTHAL, M. (2019). *The making of Juan Guaidó: How the US Regime Change Laboratory Created Venezuela's Coup Leader*. <https://grayzoneproject.com/2019/01/29/the-making-of-juan-guaido-how-the-us-regime-change-laboratory-created-venezuelas-coup-leader/#more-1802>
- COLLINS, M. (2015). *The big bank bailout*. <https://www.forbes.com/sites/mikecollins/2015/07/14/the-big-bank-bailout/#221696fb2d83>
- DEBORD, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- ENGELBERG, E. (1990). *Bismarck: Das Reich in der Mitte Europas*. Berlin: Siedler Verlag.
- FOUCAULT, M. (2004). *Naissance de la biopolitique: cours au collège de France (1978-1979)*. Seuil Gallimard.
- FOSTER, J. B. (2022). *Capitalism in the Anthropocene: Ecological Ruin or Ecological Revolution*. Monthly Review Press.
- FUKUYAMA, F. (1992). *The end of history and the last man*. New York: The Free Press.
- GAO, U. S. G. A. O. (2013). *Financial regulatory reform: financial crisis losses and potential impacts of the Dodd-Frank Act*. United States Government Accountability Office GAO, 99. <http://www.gao.gov/products/GAO-13-180>
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (1994). *La décroissance: entropie, écologie, économie*. Paris: Les Éditions Sang de la terre.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (2003). *Bioeconomia: verso un'altra economia ecologicamente e socialmente sostenibile*. Torino: Bollati Boringhieri.
- HEGEL, G. W. F. (1983). *Hegel and the Human Spirit*. Detroit: Wayne State University Press.
- HERMETO, J. R. (2020). *Lukács' Ontologie des gesellschaftlichen Wandels: Von einer mythologischen Ontologie des absoluten Geistes zu einer Ontologie des gesellschaftlichen Seins*.
- HICKS, J. (1974). *The crisis in keynesian economics*. Oxford: Basil Blackwell.
- HITLER, A. (1927). *Mein Kampf*. München: Zentralverlag der NSDAP.
- HOBSBAWM, E. J. (1989). *The age of empire: 1875-1914*. New York: Vintage Books.
- HOBSBAWM, E. J. (1995). *Age of extremes: the short twentieth century 1914-1991*. London: Abacus.
- HOBSBAWM, E. J. (1996a). *The age of capital: 1848-1875*. New York: Vintage Books. Chapter 14
- HOBSBAWM, E. J. (1996b). *The age of revolution: 1789-1848*. New York: Vintage Books.
- HOFFMAN, P. T. (2015). *Why Did Europe Conquer the World?* Oxford: Oxford University Press.
- INTERNATIONAL: ERREICHT DEUTSCHLAND DAS ZWEI-PROZENT-ZIEL DER NATO? ZEIT ONLINE. (2017). <http://www.zeit.de/news/2017-02/18/international-erreicht-deutschland-das-zwei-prozent-ziel-der-nato-18160205>
- IRELAND-KUNZE, L. (1989). *Der Bürgerkrieg in den USA: 1861-65*. Berlin: Militärverlag der Deutschen Demokratischen Republik.
- Keir A. LIEBER, & Daryl G. PRESS. (2006). *The rise of U.S. Nuclear Primacy*, New York Times. [https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/cfr/international/20060301faessay\\_v85n2\\_lieber\\_press.html?pagewanted=print](https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/cfr/international/20060301faessay_v85n2_lieber_press.html?pagewanted=print)
- KERSCHNER, C. (2010). *Economic de-growth vs. steady-state economy*. *Journal of Cleaner Production*, 18(6), 544–551. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2009.10.019>
- KIERKEGAARD, S. (1987). *Either/Or, Part II*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- LAWSON, M. et al. (2019). *Public good or private wealth?*. <https://doi.org/10.21201/2019.3651>
- LENINE, V. I. (1996). *O Imperialismo, a fase superior do capitalismo*. In: *Obras escolhidas: em três tomos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- LOREK, S., & FUCHS, D. (2013). *Strong sustainable consumption governance e precondition for a degrowth path ?* *Journal of Cleaner Production*, 38, 36–43. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.08.008>
- LOSURDO, D. (2010). *A Linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- LOSURDO, D. (2012). *A não violência: uma história fora do mito*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- LOSURDO, D. (2016). *Class struggle: a political and philosophical history*. New York: Palgrave MacMillan.
- LOSURDO, D. (2017). *Wenn die Linke fehlt...* Köln: Papyrossa.
- LÖWY, M. (2015). *Ecosocialism: a radical alternative to capitalist catastrophe*. Chicago: Haymarket Books.
- LUKÁCS, G. (1973). *Die Zerstörung der Vernunft, Band I: Irrationalismus zwischen den Revolutionen*. Darmstadt, Neuwied: Luchterhand.
- LUKÁCS, G. (1984). *GLW, Band 13, Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins, Band 1*. Darmstadt, Neuwied: Luchterhand.
- LUKÁCS, G. (1986). *GLW, Band 14, Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins, Band 2*. In: *Sein*. Darmstadt, Neuwied: Luchterhand.
- LUKÁCS, G. (2010). *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial.

- MACHADO, G. C. S. (2010). *A Economia como Lugar de Criação da Verdade*. Universidade de São Paulo.
- MALMESBURY, T. H. of. (1651). *Leviathan: or the Matter, Forme, & Power of a Common-wealth Ecclesiasticall and Civil*. London.
- MARX, K. (1906). *Capital: A critique of political economy vol 1*. New York: Random House, Inc.
- MARX, K. (1983). MEW Band 42. Berlin: Dietz Verlag Berlin.
- MARX, K. (1992a). *Early Writings*. London: Penguin Books.
- MARX, K. (1992b). *Economic and Philosophical Manuscripts*. In: *Early Writings* (pp. 279–400). London: Penguin Books.
- MARX, K. (1992c). *On The Jewish Question*. In: *Early Writings* (pp. 211–241) London: Penguin Books.
- MARX, K. (1993). *Grundrisse: foundations of the critique of political economy (Rough Draft)*. London, New York, Victoria, Ontario, New Delhi, Auckland, Rosebank: Penguin Books.
- MARX, K. (2011). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MARX, K. (2014). *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie*. Hamburg: Nikol Verlag.
- MAZOWER, M. (2008). *Hitler's Empire: Nazi Rule in Occupied Europe*. New York, London: Penguin Books.
- MILITARY SPENDING BY NATO MEMBERS: DOES AMERICA CONTRIBUTE MORE THAN ITS FAIR SHARE? (2017). <https://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2017/02/daily-chart-11>
- NIETZSCHE, F. (2002). *Beyond Good and Evil: prelude to a philosophy of the future*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NIETZSCHE, F. (2007). *Ecce homo: how to become what you are*. Oxford: Oxford University Press.
- NIETZSCHE, F. (2008). *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PIKETTY, T. (2015). *Das Kapital im 21. Jahrhundert*. München: C.H.Beck.
- PIMENTEL, D. A. V., AYMAR, I. M., & LAWSON, M. (2018). *Reward work, not wealth*. <https://doi.org/10.21201.20171350>
- RICARDO, D. (2001). *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Kitchner: Batoche Books.
- RODNEY, W. (2018). *How Europe Underdeveloped Africa*. London, New York: Verso.
- SAITO, K. (2017). *Karl Marx's ecosocialism: capital, nature, and the unfinished critique of political economy*. New York: Monthly Review Press.
- SCHELLING, F. W. J. (1976). *Schriften von 1813-1830*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- SCHOPENHAUER, A. (1958). *The World as Will and Representation*. V. 2. New York: Dover Publications, Inc.
- SHORROCKS, A.; DAVIES, J.; LLUBERAS, R. (2017). *Global Wealth Report 2017*. <http://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/index.cfm?fileid=12DFFD63-07D1-EC63-A3D5F67356880EF3>
- SHARP, G. (2010). *From dictatorship to democracy: a liberal framework for liberation*. <https://www.aeinstein.org>
- SMITH, A. (2012). *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Hertfordshire: Wordsworth Editions.
- STIRNER, M. (2012). *Der Einzige und sein Eigentum*. Hamburg: Tredition Classics.
- TRACEY GREENSTEIN. (2011). *The fed's \$16 trillion bailouts under-reported*. <https://www.forbes.com/sites/traceygreenstein/2011/09/20/the-feds-16-trillion-bailouts-under-reported/#3fd73d626b00>
- TRUMP EXECUTIVE ORDER ENABLES BAN ON HUAWEI TELECOM GEAR. (2019). <https://www.aljazeera.com/news/2019/05/trump-executive-order-enables-ban-huawei-telecom-gear-190515165757616.html>
- ULRIKE MAST-KIRSCHNING. (2011). *The global food surplus*. <http://www.dw.com/en/the-global-food-surplus/a-15452289>
- UN - UNITED NATIONS (2018). *Hunger and food security: United Nations sustainable development*. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/hunger/>
- VITALI, S., GLATTFELDER, J. B., & BATTISTON, S. (2011). *The network of global corporate control*. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0025995>
- WALLIS, V. (2018). *Red-Green Revolution: The Politics and Technology of Ecosocialism*. Toronto, Chicago: Political Animal Press.
- WEE, H. van der. (1987). *Prosperity and Upheaval: the war economy 1945-1980*. Harmondsworth: Penguin Books.

## Notes

- <sup>1</sup> It is worth mentioning how remarkable it is that until today the western invasion to destroy the then-recently-formed Soviet Union is not regarded as a foreign aggression but rather as Russian Civil War.
- <sup>2</sup> The hegemonic apparatus of the capitalist elite, with its intellectual class, has been discussing the problems of the so-called economic inequality since it could bring much instability to capitalism and the ruling elite. Thus, its enlightened portion is trying to reorganize some distributive layers in order to save the capitalist base of and for exploitation. An example, Thomas Piketty's research represents one of its exponents, using anti-capitalist terms in the titles of his books without screeching the surface of capitalist relations of power – for instance, *Capital in the 21<sup>st</sup> Century*, or also, *Capital and Ideology* –, or better put, he does not

even seem to understand what *Capital* as a social relation of power means. Thus, either he is willingly co-opting any anti-capitalist struggle or is indeed ignorant and thus represents simply a useful tool for the powerful, as he redirects revolutionary force and energy towards the always recurring elite's reforms and regulations paradigm, in other words, *everything must change so that nothing changes*. E.g. (Piketty, 2015).

<sup>3</sup> See: (Bandeira, 2016; Losurdo, 2016, 2017) Furthermore, the case with Huawei has also been emblematic, as soon as it became the biggest cellphone producer in the world and leading researcher and developer of 5G and 6G networks, under Donald Trump US sanctioned Huawei, which bipartisanly is still perpetrated by Joe Biden's administration, and, as predicted, United States' vassals accepted and followed their illegal and criminal acts and doings. ('Trump executive order enables ban on Huawei telecom gear', 2019).

### **João Romeiro Hermeto**

joaoromeirohermeto@gmail.com

Doctor in Philosophy, Universität Witten/Herdecke

Visiting Scholar, <sup>1</sup>Università degli Studi di Pavia, Dipartimento di Studi Umanistici, Pavia

Dipartimento di Studi Umanistici

Università degli Studi di Pavia

Segreteria amministrativa: Piazza Botta, 6 - 27100 Pavia

Segreteria didattica: Corso Strada Nuova, 65 - 27100 Pavia

Pavia – Pavia – Lombardia – Italia

CEP: 27100

#### **Acknowledgments**

Not applicable.

#### **Funding Agency**

Not applicable.

#### **Authors' contributions**

Not applicable.

#### **Ethics Committee approval and consent for participation**

Not applicable.

#### **Consent for publication**

Consent of the authors.

#### **Conflict of interest**

No conflict of interest.

**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

# Cash transfer in the Covid-19 pandemic in Latin America and the Caribbean

**Maria Ozanira da Silva e Silva<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0003-0421-9934>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, MA, Brasil.

## Cash transfer in the Covid-19 pandemic in Latin América and the Caribbean

**Abstract:** This article presents partial results of an investigation under development by researchers at Brazilian, Argentine and Uruguayan Universities. The cash transfer programs are seen as social measures to mitigate poverty, as well as to decrease the rise of unemployment, informal work and waste of income. The research methodology were bibliographic and documental studies; secondary data; access to websites and data from the Economic Commission for Latin America and the Caribbean. The discuss focus on conceptions, modalities and the debate on Focalized Cash Transfer Programs and Universal Basic Income as reference to discuss the reality of cash transfer programs in Latin America and the Caribbean. The outcomes pointed out the enlargement of the focalized cash transfer programs; creation of emergence programs to meet the economic and social consequences generated by the Covid-19 pandemic, but it was not identified the implementation of the Universal and Unconditional Basic Income.

**Key Words:** Cash transfer programs; Pandemic; Latin America; Caribbean.

## Transferência de dinheiro na pandemia de Covid-19 na América Latina e no Caribe

**Resumo:** Este artigo apresenta resultados parciais de uma investigação em desenvolvimento por pesquisadores de universidades brasileiras, argentinas e uruguaias. Os programas de transferência de renda são vistos como medidas sociais para mitigar a pobreza, bem como para diminuir o aumento do desemprego, do trabalho informal e do desperdício de renda. A metodologia de pesquisa foram estudos bibliográficos e documentais; dados secundários; acesso a sites e dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A discussão enfoca concepções, modalidades e o debate sobre Programas Focalizados de Transferência de Renda e Renda Básica Universal como referência para discutir a realidade dos programas de transferência de renda na América Latina e Caribe. Os resultados apontaram para a ampliação dos programas focalizados de transferência de renda; criação de programas emergenciais para atender as consequências econômicas e sociais geradas pela pandemia de Covid-19, mas não foi identificada a implementação da Renda Básica Universal e Incondicional.

**Palavras-chave:** Programas de transferência de dinheiro; Pandemia; América Latina; Caribe.

## Transferencia de efectivo en la pandemia de Covid-19 en América Latina y el Caribe

**Resumen:** Este artículo presenta resultados parciales de una investigación en desarrollo por investigadores de universidades brasileñas, argentinas y uruguayas. Los programas de transferencias monetarias son vistos como medidas sociales para mitigar la pobreza, así como para disminuir el aumento del desempleo, el trabajo informal y el desperdicio de ingresos. La metodología de investigación fueron estudios bibliográficos y documentales; Datos secundarios; acceso a sitios web y datos de la Comisión



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

Económica para América Latina y el Caribe. La discusión se centra en las concepciones, modalidades y el debate sobre los Programas de Transferencias Monetarias Focalizadas y la Renta Básica Universal como referencia para discutir la realidad de los programas de transferencias monetarias en América Latina y el Caribe. Los resultados señalaron la ampliación de los programas de transferencias monetarias focalizadas; creación de programas de emergencia para atender las consecuencias económicas y sociales generadas por la pandemia del Covid-19, pero no se identificó la implementación de la Renta Básica Universal e Incondicional.

**Palabras clave:** Programas de transferencia de efectivo; Pandemia; America Latina; Caribe.

Received in 15.03.2022. Approved in 07.10.2022. Reviewed in 05.12.2022.

## Introduction

The present article discusses relevant aspects of the product of an investigation that is being developed by researchers at Brazilian, Argentinian and Uruguayan universities This is the research project titled: *Focalized Cash Transfer Programs and Universal Basic Income in the Context of the Covid-19 Pandemic and Post-Pandemic*: follow up and analysis of the Latin American and Caribbean reality. The objective of the investigation is to identify, systematize, problematize and disseminate the historical dynamics, debate, formulation of proposals and implementation of focalized cash transfer programs and universal basic income in Latin America and Caribbean countries.

In methodological terms, the investigation proposes to develop a path, initially performing a survey on proposals and cash transfer programs that existed before the Covid-19 pandemic, and programs aimed at dealing with the social and economic consequences resulting from Covid-19 on the target population of these programs, mostly constituted by the unemployed, people who lost the income necessary for their subsistence, informal workers living from unstable, low-paid work without social protection.

The survey of cash transfer proposals and programs aimed at identifying the countries of Latin America and the Caribbean that maintained money transfer programs that existed before Covid-19 and proposals and programs that are under implementation, instituted to deal with the consequences of Covid-19. The survey findings will be complemented and studied in greater detail by performing an exploratory study in development in countries selected according to certain criteria, and should cover the presentation and problematization of the socioeconomic and political scenario, with emphasis on the current time, in each country and of the ongoing Social Protection System; General characterization of the focalized cash transfer programs and universal basic income identified in these countries, considering: the target public and criteria for their inclusion; maintaining, cancelling or flexibilizing conditionalities of the programs that existed before the pandemic; objectives of the programs, benefits and financing.

Based on the exploratory study, countries will be selected to perform an in depth study. The countries will be chosen considering criteria such as: the existence of an organized, active social protection system; existence of monetary transfer programs that were being implemented before the Covid-19 epidemic; emergency formulation of proposals and implementation of programs to deal with the Covid-19 pandemic.

As already mentioned, the reality of the cash transfer programs in Latin America and the Caribbean is situated in the economic and social context of the Covid-19 pandemic which, according to Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2021), has profound impacts on health and implications the economic growth and social development of Latin America and the Caribbean. In studies on the economic and social effects in these regions (CEPAL, 2020a, 2020b), the same source emphasizes that the pandemic is installed in Latin America and the Caribbean in a context marked by low growth of the economies of the different countries, mainly due to a reality marked by high inequality and vulnerability, with tendencies to the growing elevation of the poverty and extreme poverty indexes, with the addition of fragilities of social cohesion and expressions of popular dissatisfaction. Consequently, in this context, profound impacts of the quarantine and social distancing measures are added, indicated by the health authorities as necessary conditions to limit the propagation of the virus and the failure of the hospital care network. Data from the International Labor Organization (ILO) (Organización Internacional del Trabajo, 2018) show this reality, informing that, in 2020, there were 11.6 million unemployed, a higher number than in 2019 and, consequently, the reduction of the revenues from work income, with main impact on the poorest and most vulnerable groups and informal

workers. These were represented in 2016 by 53.1% and, subject to instability, low wages and lack of social protection, and in 2018 only 47.4% of the people who had work had a pension system, and 20% of those who had work lived in poverty.

This article goes on to show the reality of the Cash Transfer Programs in Latin America and the Caribbean, highlighting the modalities, conceptions and ongoing debate in a course about the Focalized Cash Transfer Programs and Universal Basic Income, modalities that are the object of the investigation. Based on this reference, it presents and problematizes the Cash Transfer Programs in Latin America and the Caribbean, pre and post Covid-19 pandemic, and then points out aspects identified in the survey, as a conclusion.

### The Reality of Cash Transfer Programs in Latin America and the Caribbean

From the perspective of the investigation, Cash Transfer Programs are considered as social policy measures to minimize the expansion of inequalities, poverty, increase of unemployment, precarized informal work and loss of income. They are presented in at least two modalities: the focalized programs and the Universal Basic Income, and, in the survey developed in Latin America and the Caribbean only the Focalized Cash Transfer Programs are identified, as discussed below.

#### *Modalities, conceptions and the debate on Focalized Cash Transfer Programs and Universal Basic Income Programs*

Although the situation resulting from the Covid-19 pandemic has specificities in each country, it is referenced within a socioeconomic and political-institutional context of the advance of conservatism, of deconstruction of social rights and dismantling of Social Security, instituting a new group of vulnerable people (Universidade de São Paulo, 2020) comprised of white women and men, with a complete higher education and more stable work ties in *non-essential services* or in *essential sectors* that are most affected economically. This group includes segments of workers constituted mainly by black women and men who maintain unstable ties with the labor market, without a formal contract and social protection.

In this reality, the advance of debate, the elaboration of proposals and the implementation of focalized Cash Transfer Programs including also the debate on Universal Basic Income deserves to be emphasized. In this aspect, it becomes necessary to clarify the conceptual understanding of these program modalities. This is because, in debate and practice, two aspects are identified: confusion and difficulty in explicating the conceptual specificities of different modalities of the programs and ignorance or omission of different ideological perspectives that underlie the Cash Transfer Programs.

As to the modalities of income transfer programs, we have: focalized Cash Transfer Programs without conditionalities represented, as a rule, by the cash transfer programs instituted in countries of Latin America and the Caribbean to mitigate the negative impacts on the social and economic field as a result of the Covid-19 pandemic, which are later qualified in this article; Focalized Cash Transfer Programs with conditionalities, whose example is the *Bolsa Família* (Family Stipend) transformed in *Auxílio Brasil*<sup>1</sup>, the largest income transfer program in Latin America; a Universal Basic Income that can be illustrated by the Alaska Dividend program<sup>2</sup>.

The focalized programs include a few or various criteria for access, giving greater emphasis to **income** and generally focusing on the poor population, **individual or family** and **age**. Sometimes certain age groups are prioritized, such as children, adolescents, the elderly. Other criteria are the type of occupation, the location of their residence, such as rural areas, slums (*favelas*), settlements (*assentamentos*) or given situations of vulnerability such as special needs, among others. Consequently, the focalized programs determine a few or various criteria for access to the available benefit. Its function is to mitigate poverty or operate in emergency situations.

In this modality of programs, focus on needy population groups can be highlighted as an advantage, however the operationalization of the focalization criteria is a problematic process, and may have a very high cost, besides favoring possibilities of **diversion of money for other purposes**, corruption and lack of transparency.

In turn, the qualifiers of **Basic Income** are **universal** because they are meant for all residents of a community, State or country; being **unconditional**, i.e, without any kind of discrimination; providing a uniform monetary value for all people, and not adopting a requirement for means testing to prove any demands, i.e, they are independent of the income and work of the beneficiary. It is thus a periodical, individual, universal and unconditional money transfer (Rede Brasileira de Renda Básica [RBRB], n.d.), and its function is to distribute socially produced wealth to diminish the inequality and reach of Social Justice<sup>3</sup>.

As to possible advantages of the Universal Basic Income, the people who created it emphasize that universality simplifies and reduces the management costs; it favors transparency and reduces possibilities of corruption, and also its character of redistribution and of care to the needs of the most vulnerable. However, the critics of Universal Basic Income tend to point out as negative aspects the high cost of these programs and the disincentive to work. Regarding the high cost, each program must define specific sources of funding. For Standing (2020), the Universal Basic Income Programs can initially use monetary policies, for instance, creating a national capital fund constituted and maintained by taxes on wealth and on damage caused by activities harmful to the ecology, beginning with a tax on carbon and on other fuels, and over the long-term coming to use fiscal policies. Furthermore, every money transfer program presents relative impacts on the local economies, thus contributing to their self-financing. As to the possibility that the basic income, in particular, may contribute to disincentivizing work, I advocate:

That the value of the money transfer from a basic income program should be enough to maintain acceptable living conditions for all, since the first right we have is for survival. In this sense, the basic income may indeed discourage work, but this work is precarious, degrading and slave-like. This is because the beneficiary public achieves a margin of a possibility to negotiate their rights, which I consider a merit of these programs (Silva, 2020a, p. 7).

Now that the modalities of cash transfer programs have been presented, the advance of the debate on these programs at an international level should be emphasized. In this debate one increasingly identifies conceptual imprecisions regarding the diversity of proposals that are circulating, in addition to an apparent theoretical-ideological consensus among the different advocates. Nevertheless, my understanding is that far from consensual neutrality, every proposal and every social program is inspired on a concept of poverty. Consequently, every proposal and every program are founded on a given political-ideological concept. Based on this assumption, it is found that the advance of the international debate on money transfer for social protection goes back to the 1980s, with a greater expansion in the 1990s. In 2020 there is a very clear expansion of the international debate, as well as the recording of the advance of the debate and the formulation of Universal Basic Income proposals as per studies by various authors (Bollain et al., 2020; Lain et al., 2020; Standing, 2020; Torry, 2020).

It is then found that the expansion of the recent international debate in the field of social protection occurs in a manner articulated with the need to implement programs and measures of social policies to deal with the rise in unemployment and poverty in the context of the Covid-19 pandemic. However, the reality of these programs in Latin America and the Caribbean identified by the survey, a focus of the reflections within the sphere of this article, enabled identifying the adoption of emergency programs, with a temporal character and highly focused on population groups that are very poor and vulnerable, but no programs are found that can be qualified as Universal Basic Income as presented below.

#### *Cash Transfer Programs in Latin America and the Caribbean pre and during Covid-19 pandemic<sup>4</sup>*

I discuss the findings regarding the Cash Transfer Programs in Latin America and the Caribbean found by performing a survey utilizing two approaches: one that is quantitative and the other analytical and problematizing in nature regarding the reality dimensioned by the numbers.

The tables below present the number of Programs under implementation prior to the Covid-19 pandemic and the number of programs created to mitigate the situations of socioeconomic penury resulting from this worldwide sanitary crisis in 21 countries of Latin America and 20 countries in the Caribbean.

The data informed in Table 1 show that, of the 21 countries of Latin America, Chile presented the greatest number of cash transfer programs under implementation in a period before Covid-19 with 10 (ten)



**Table 1 - Statement of Cash Transfer Programs in Latin American Countries**

Country	Number of programs before the pandemic	Number of programs created because of the pandemic	No identification of programs/proposals/ measures before or as a result of the Covid-19 pandemic
1 Argentina	2	8	-
2 Plurinational State of Bolivia	2	2	-
3 Brazil	2	2	-
4 Chile	10	7	-
5 Colombia	3	4	-
6 Costa Rica	9	3	-
7 Cuba	1	2	-
8 Ecuador	2	4	-
9 El Salvador	1	1	-
10 Guatemala	1	4	-
11 Haiti	1	1	-
12 Honduras	No record	4	-
13 Mexico	2	2	-
14 Nicaragua	2	No record	-
15 Panama	1	2	-
16 Paraguay	5	4	-
17 Peru	2	10	-
18 Puerto Rico	No record	No record	1
19 Dominican Republic	1	1	-
20 Bolivarian Republic of Venezuela	No record	3	-
21 Uruguay	2	2	-
<b>Subtotals</b>	<b>49</b>	<b>65</b>	<b>1</b>

Source: General Report on the Survey performed to identify cash transfer and basic income programs in the countries of Latin America by researchers from Brazil, Argentina and Uruguay, 2020.

programs recorded. The second country with the greatest number of programs was Costa Rica which implemented 9 (nine) programs. Table 1 also informs that 03 (three) Latin American countries did not record cash transfer programs in the same category: Honduras, Puerto Rico and the Bolivarian Republic of Venezuela. When the programs created to mitigate socioeconomic impacts as a result of the pandemic are considered, Peru was the country with the most programs of this nature, a total of 10 (ten), followed by Argentina with 08 (eight) programs, and then Chile with 07 programs. No records for programs of this category were found for Nicaragua and Puerto Rico. The Table also reveals that only a single country of Latin America, Puerto Rico, did not identify previous programs or those resulting from the Covid-19 pandemic. In terms of subtotals, Table 1 also records that the quantity of programs identified prior to the pandemic was 49 (forty-nine) and 65 (sixty-five) programs created to deal with social and economic situations resulting from the Covid-19 pandemic.

Table 2 shows the programs under implementation in a period before and during the Covid-19 pandemic to mitigate negative impacts on the life of people and families most affected by the sanitary crisis in the 20 (twenty) countries of the Caribbean. The data presented reveal that this Region had a small number of cash transfer programs before the Covid-19 pandemic (5 programs), compared to the countries of Latin America that had 49 (forty-nine) programs in this category. However, the programs instituted to deal with situations of economic and social deprivation of the populations as a result of the pandemic are in a significantly larger number, a total of 19 programs, although this is a number that is far from the 65 (sixty-five) programs in this category identified in Latin America. Furthermore, the survey performed identified 8 (eight) countries in the Caribbean without previous money transfer programs, nor such created to deal with situations resulting from the Covid-19 pandemic named in the third column of the table.

It is important to consider that the survey of income transfer programs performed for Latin America and the Caribbean, pre and during pandemic, did not size the quantity of the population covered by the programs

**Table 2 - Statement of Cash Transfer Programs in Caribbean countries**

Country	Number of programs before the pandemic	Number of programs created because of the pandemic	No identification of programs/proposals/ measures before or resulting before or as a result of the Covid-19 pandemic
1 Antigua and Barbuda	No record	No record	Antigua and Barbuda
2 Aruba	No record	No record	Aruba
3 Bahamas	No record	2	Guadalupe
3 Barbados	No record	2	Cayman Islands
4 Dominica	No record	1	Turks and Caicos Islalands
5 Granada	1	No record	Puerto Rico Saint Bartholomew
6 Guadalupe	No record	No record	Saint Christopher and Nevis Nieves
7 Cayman Islands	No record	No record	Saint Lucia
8Turks and Caicos Islands	No record	No record	
9 British Virgin Islands	No record	2	
10 US Virgin Islands	No record	3	
11 Jamaica	1	3	
12 Martinique	1	2	
13 Puerto Rico	No record	No record	
14 Saint Bartholomew	No record	No record	
15 Saint Christopher and Nevis	No record	No record	
16 Saint Lucia	No record	No record	
17 St Vincent and the Grenadines	1	3	
19 Surinam	No record	1	
20 Trinidad and Tobago	1	No record	
<b>Subtotals</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>8</b>

Source: General Report on the Survey performed to identify cash transfer and basic income programs in the countries of Latin America by researchers from Brazil, Argentina and Uruguay, 2020.

nor the geographic spaces of the countries served by each program. These aspects will be the object of later investigations, as indicated in the introduction of the present article.

Based on this quantitative sizing, it is important to present analytic reflections and thoughts about the problematization of manifestations of the investigation findings at this preliminary point in the study. In the successive approach to the object of the study, a few aspects have already proved important to deepen the dynamics of the investigation, such as: determinants and contextualization of the Cash Transfer Programs; qualifiers and specificities of these programs and articulation with measures also adopted in the context of the Covid-19 pandemic to minimize resulting negative impacts.

Speaking of determinations and contextualization of cash transfer programs in the current Covid-19 pandemic, as already mentioned, this is a context of profound worsening of the working-class living conditions as a result of the rise in unemployment, even greater instability of informal work, rise in poverty and extreme poverty, with an out-of-control increment of hunger. Furthermore, this context provides even clearer evidence of the structural crisis of capital that precedes Covid-19 with indications of deepening social and economic inequalities. In consonance with this reality, one also sees the dismantling of the already fragile Social Protection Systems of most of the countries in Latin America and the Caribbean. Even the countries that already had better structured social protection systems, such as Brazil, Argentina, Chile and Uruguay, have been affected by the situation resulting from the pandemic, worsened by the advance of conservatism in the Region<sup>5</sup>.

In fact, in consonance with the great transformations experienced by the capitalist system on a worldwide sphere, in response to a further structural crisis of the capital, that began at the end of the 1960s, the emergence and development of money transfer programs is one of the concrete manifestations of the change in the pattern of economic and social regulation, whose focus then becomes centered on ensuring the conditions of flexibility imposed by the current regime of flexible accumulation and compensating the perverse effects of globalization and of the search for competitiveness. It is observed that the new pattern of capitalist accumulation and the overexploitation of the work force under the aegis of the globalized financial capital leads to the loss of the protective capacity of the wages, of incomes and rights originating in work, which may account for the fact that an increasing number of workers, both male and female, on the formal work market, seek public social protection in the form of transfers and social assistance benefits. (Silva, 2021, p. 75)

It is thus, in the structural reality of the cyclic crises of globalized capitalism, under the hegemony of financial capital and in the economic, social and political context resulting from the Covid-19 pandemic, that the cash transfer programs, measures and actions were created. Besides we have the historical marks of inequality and poverty in the Latin American and Caribbean Region and the limits imposed on the social protection processes achieved in the historical trajectories of each national experience. These post pandemic programs are articulated with or added to a significant number of cash transfer programs that had already been implemented before the pandemic, whose objective is to mitigate the situation of increasing poverty and extreme poverty with the consequent incrementation of hunger.

It should be highlighted that, in the reality of the capitalist social formation, these programs, like other measures of social protection that are situated in the non-contributory field, are marked by contradictions if their outreach is considered. This contradiction is expressed by the functions turned to the contributions that these programs offer: to maintain and expand the economy, to legitimize those who govern, but also to take care of the basic and immediate needs for survival of their beneficiaries. They do not have the power to change structural situations of poverty and inequality, but need to be considered as a fundamental right because they meet the immediate needs for survival of an increasingly large number of people, which means to protect the right to life.

Regarding the qualifiers of the cash transfer programs in Latin America and the Caribbean, these are non-contributory programs that are part of the social protection systems of each country in the Latin American and Caribbean region, with greater visibility since the 1990s (Author). The programs implemented before the pandemic, besides being focalized presented conditionalities, while the programs created to deal with situations resulting from the pandemic as a rule presented several focalization criteria to limit the target population, but do not indicate conditionalities; they are in response to an emergency and are limited to a short space of time with monthly transfers, and some limit the money transfer to a single time; in many cases they are meant

to increase financial total amounts and coverage of the programs that were being implemented prior to the pandemic, reinforcing already existing income transfer programs. They are aimed mainly at informal workers, the unemployed and people who live in poverty and extreme poverty.

The survey of the programs revealed that the countries of Latin America presented a much greater number of cash transfer programs, both before the pandemic and as a result of the pandemic. From this standpoint, it should be highlighted that the countries of Latin America had a sophisticated technological apparatus to distribute money transfers and to follow the conditionalities. Possibly this apparatus and institutional conditions contributed to the creation of more income transfer programs by Latin American countries, to cover the emergency situation resulting from the Covid-19 pandemic, because of the greater possibility of developing strategies within the framework of the pandemic, and for greater possibilities of identifying the population sectors to be served. However, it was found that the Latin American countries, besides, providing a greater number of cash transfer programs previously and as a result of the pandemic, presented greater accessibility to information about their programs, with official web pages, technical reports, academic articles, etc., while the Caribbean countries in general offer little information, generic and often dispersed in press bulletins and difficult to access.

In general, however, considering the diversity and the particular processes of their social formation, the programs that existed before the emergency of the pandemic implemented by the countries of Latin America and the Caribbean, are programs that focus on poor, extremely poor and vulnerable populations; they present the requirement of conditionalities, mainly regarding education and health, and their basic unit of attention is the family. (Silva, 2014).

It should also be mentioned that neither previously, nor as a result of the Covid-19 pandemic were programs identified that could be considered for Basic Income, whose qualifiers are universality and unconditionality.

Further, when indicating the results of the survey on cash transfer programs under development in Latin America and the Caribbean, it was found that during the survey, complementary actions to these programs were identified, directed to their target public, with an increased coverage of their needs, such as reducing utility tariffs (light, water, internet); food assistance to the families that kept their children enrolled in school, because of the suspension of face-to-face teaching; large scale distribution of basic food supplies (*cestas básicas*) to poor families; provision of equipment required for children and young people to have access to distance education which was adopted in the times of pandemic; measures were also identified to protect the jobs of workers who were formally employed, although these measures are accompanied by the reduction of daily working hours and wages, besides the offer of subsidies for wages by the governments, discounts in the contributions to social security and credits made available to businesses.

## Conclusion

In this space we seek to reaffirm relevant outstanding points that can be identified in the information contained in the tables showing the cash transfer programs that were being developed before the Covid-19 pandemic and those instituted to deal with the effects of the pandemic, targeting especially the population with less or with no social protection, which allow highlighting the following aspects:

The pandemic situation, which began in the first months of 2020, seriously worsened the living conditions of the working class, which was already in a decline as a result of repeated structural crises of capital that had been ongoing since the first years of the 21st century. More markedly, this reality also shows the limits and effects of dismantling the social protection systems of countries in Latin America and the Caribbean, in whose context the income transfer programs are situated, as concrete manifestations of the change in the standard of economic and social regulation.

In the context of the Covid-19 pandemic, there is a growing number of workers, both male and female, who even if they are part of the formal work market require public social protection in the form of transfers and social-assistance benefits.

The historical levels of inequalities and poverty are increasing in Latin America and the Caribbean, at the same time expressing the limits of the social protection processes achieved in the historical trajectories of each national experience.

In the context of increasing inequality and poverty, informality, precarious, unstable, ill-paid work without social protection is also increasing. It is to mitigate the effects of this economic and social reality

that cash transfer programs with greater protagonism arise. These programs are aimed at distinct sectors of the population, they integrate and often provide continuity to those that existed before the pandemic. In many cases they reinforce those that have already been implemented, or new emergency programs are created, with a limited temporality and extremely focused, aiming to attenuate the loss of income of unemployed and informal workers. These are programs that introduce devices that respond to the immediate demands of the subjects, but do not solve the problems of structural inequalities and increased poverty. At the same time, they are functional for the demands of the economy, reducing the size of the economic crises and also serving the political legitimation of government. This is because they attenuate or mitigate the social urgencies experienced by broad segments of the working classes, but also render the market more dynamic.

In the context of our studies and research, cash transfer programs are political-institutional mechanisms that integrate the strategies of the social protection systems implemented before the pandemic and as a result of the economic and social effects generated by the Covid-19 pandemic. They represent distinct lines of action; they increase the financial amounts of the benefits and coverages of the already existing programs; they suspend or flexibilize conditionalities, reinforcing the care of the beneficiaries who have already been included in the programs and incorporate new beneficiaries by adopting the highly restrictive focalization criteria, with low values of the benefits, temporality and an emergency character.

It was also found that the programs implemented before the pandemic are maintained by systems of information and institutional organization for the distribution of the money transfers. This reality, however, was not identified in most of the Caribbean countries that did not implement income transfer programs before the pandemic and few initiatives were identified to deal with the effects of the Covid-19 pandemic in the countries in the Region. Furthermore, the Latin American countries presented a greater number and more accessibility to information about the programs, which can be accessed through official web pages, technical reports, academic articles, etc. On the contrary, the Caribbean countries in general offer little information which is dispersed and difficult to access.

Another reality identified, both in Latin America and in the Caribbean, was the absence of Basic Income Programs, qualified according to the principles of universality and unconditionality. Nevertheless, complementary measures are being adopted aimed at the target public of the programs under consideration, such as: reduction of utility tariffs (light, water, internet); help to feed the families; concession of equipment for children and young people to access distance learning that has become prevalent in the times of pandemic, besides measures directed at workers in formal jobs, aiming to preserve the jobs even under limited conditions. These measures often included reducing daily working hours and wages, and the businesses received subsidies for the wages, discounts in the contributions to social security, and financial loans available from governments seeking to ensure that the companies continue to exist, especially the small and medium sized ones.

## References

- BOLLAIN, J., & GUANCHE, T. (2020). Una renta básica para salir juntas de esto. Red Renta Básica. (A basic income to get out of this together). <http://www.redrentabasica.org/rb/una-renta-basica-para-salir-juntas-de-esto/>.
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2020a). *América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19: efectos económicos y sociales* (Latin America and the Caribbean and the Covid 19 pandemic). Informe Especial COVID-19, 1. [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45337/4/S2000264\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45337/4/S2000264_es.pdf)
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2020b). Dimensionar los efectos del COVID-19 para pensar en la reactivación (Sizing the effects of Covid-19 to think about reactivation). <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45445-dimensionar-efectos-covid-19-pensar-la-reactivacion>
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2021). El desafío social em tempos del COVID-19 (Social challenge in times of Covid-19). Informe Especial COVID-19, 3. <https://www.cepal.org/pt-br/taxonomy/term/8342>
- LAIN, B., REVENTÓS, D., & ALABAO, N. (2020). Una renta básica em la actual situación y más allá: de momento, gana la banca. (Basic Income in the current situation and beyond: for now the dealer is winning). Red Renta Básica. <http://www.redrentabasica.org/rb/una-renta-basica-en-la-actual-situacion-y-mas-alla-de-momento-gana-la-banca/>.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. (2018). Mujeres y hombres en la economía informal: un panorama estadístico (Women and men in the informal economy: a statistical overview) (3th ed.).

- REDE BRASILEIRA DE RENDA BÁSICA. (n. d.). Sobre a renda básica. (About basic income). <http://rendabasica.com.br/sobre-a-renda-basica/>
- STANDING, G. (2020). La renta básica universal sería maravillosamente libertadora. [Entrevista cedida a] Andreu Barnils. (The universal basic income would be marvellously liberating, Interview to Andreu Barnils). Red Renta Básica. <http://www.redrentabasica.org/rb/la-renta-basica-universal-seria-maravillosamente-liberadora-entrevista-a-guy-standing>
- SILVA, M. O. S. e. (2020). O avanço do debate e a formulação de propostas de Programas de Transferência de Renda para a proteção social no contexto da pandemia da covid-19. (The advance of the debate and the formulation of proposals of Income Transfer Programs for social protection in the context of the Covid 19 pandemic) *In: Anais do 3º Simpósio Internacional Estado, Sociedade e Políticas Públicas (International Symposium on State, Society and Public Policies)*. Universidade Federal do Piauí. Mimeo.
- SILVA, M. O. S. e. (2014). Caracterização e problematização dos Programas de Transferência de Renda Condicionados (PTRC) na América Latina e Caribe (Characterization and problematization of the Conditioned Income Transfer Programs (PTRC) in Latin America and the Caribbean). In M. O. S. Silva. (Coord.) *Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe. (Income transfer programs in Latin America and the Caribbean)*. Cortez Editora.
- SILVA, M. O. S. e. (Coordinator). (2021). Relatório final do mapeamento de programas de transferência monetária na América Latina e Caribe (Final Report on the mapping of money transfer programs in Latin America and the Caribbean). Mimeo
- TORRY, M. (2020). Emergency Basic Income during the Coronavirus. Basic Income Earth Network. <https://basicincome.org/news/2020/04/emergency-basic-income-during-the-coronavirus-crisis/>
- TORRY, M. (Ed.). (2019). *The Palgrave International Handbook of Basic Income*. Palgrave Macmillan.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2020). Pandemia da Covid-19 cria novo grupo de vulneráveis: homens e mulheres brancas atuantes em serviços não essenciais. (Covid 19 pandemic creates a new group of vulnerable people: white men and women working in non-essential services). <http://centrodametropole.ffich.usp.br/pt-br/noticia/pandemia-da-covid-19-cria-novo-grupo-de-vulneraveis-homens-e-mulheres-brancos-atuantes-em>

## Notes

- <sup>1</sup> About the Bolsa Familia Program see: Author.
- <sup>2</sup> Alaska Dividend is maintained by the Alaska Fund. The benefit has ranged from US\$300 **at the beginning of the 1980s**, to a maximum of US\$ 3,269 in 2008, when the price of oil was very high. After 35 years paying an equal dividend to all residents of the state of Alaska, people who have resided in the State for one year or more.
- <sup>3</sup> It is important to inform, regarding practice, that a broad variety of proposals called basic income is circulating and under implementation in several countries, distinguished by various aspects: financial values transferred; periodicity of the transfers, source of funding, articulation with other transfers and, in, most cases, they are localized pilot experiences, as a rule unconditional but focalized income transfer programs. That is why some authors speak about universal basic income and partial basic income. About concepts and practices of Universal Basic Income, see: Torry, M. (Ed.). (2019). *The Palgrave International Handbook of Basic Income*. Palgrave Macmillan; Author.
- <sup>4</sup> The information contained in this item of the article is presented and problematized more broadly in Author.
- <sup>5</sup> From the political standpoint, the case of Brazil is the most serious as a result of the 2016 Coup which removed President Dilma Rousseff, elected to her second term in office by direct elections, and the country was then taken over by presidents who had no commitment to social issues and social rights conquered by the working class. In this context there is an ongoing profound destructuring of the Social Protection System and dismantling of social rights, with labour and social security counter reforms, besides frequent amendments to the Federal Constitution of 1988, called the Citizens' Constitution.

## Maria Ozanira da Silva e Silva

maria.ozanira@gmail.com

Doctorate in Social Work from the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC/SP)

Professor of the Postgraduate Program in Public Policies at the Federal University of Maranhão (UFMA)

## UFMA

Av. dos Portugueses S/N – Bacanga University Campus

São Luís, MA – Brasil

CEP: 65085-580

**Thanks**

Not applicable.

**Funding agency.**

Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo 405072/2021-0 (em andamento: 04/02/2022 2 28/02/2025)

**Authors' contributions**

Not applicable.

**Approval by the Ethics Committee and consent for participation**

Not applicable.

**Consent for publication**

Authors' consent.

**Conflict of interests**

There is no conflict of interest.

**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

# Mapas, fome e planejamento territorial

**Aline Rocha Rodrigues<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0001-6408-1522>**Samira Kauchakje<sup>1,2</sup>**<https://orcid.org/0000-0001-5325-9970>**Francisco Henrique de Oliveira<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0001-5884-5215>

<sup>1</sup>Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, SC, Brasil.

<sup>2</sup>Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Curitiba, PR, Brasil.

## Mapas, fome e planejamento territorial

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar os mapeamentos na interface da segurança alimentar e nutricional e do planejamento territorial. Para isso, consideramos a fome como manifestação da questão social, o retorno do Brasil ao mapa da fome durante a Pandemia de Covid-19, a importância do Estado no planejamento de políticas públicas e a literatura. O exame da literatura demonstrou uma frágil relação entre os campos da cartografia temática, do planejamento e da alimentação. Como procedimento metodológico, realizamos a análise crítica de estudos selecionados, mobilizando definições de desertos alimentares, pântanos e ilhas de abundância. Concluímos que, para a efetivação do direito humano à alimentação adequada, é fundamental um planejamento que contemple a pluralidade da alimentação e relacione aos territórios e suas populações por meio de mapeamentos temáticos intersetoriais.

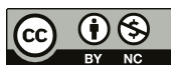
**Palavras-chave:** Cartografia; Segurança Alimentar e Nutricional; Covid-19; Políticas Públicas.

## Maps, hunger and territorial planning

**Abstract:** The purpose of this paper is to analyze the interface in mapping territorial planning and food and nutrition security. To achieve this, we consider hunger as a manifestation of the social issue, the return of Brazil to the hunger map during the COVID-19 pandemic period, the importance of the State in planning public policies, and also the literature. The literature examination demonstrates a fragile relationship between the fields of thematic cartography, territorial planning, and food. The method used was the critical analysis of selected studies, mobilizing the following definitions: food deserts, swamps, and islands of abundance. We conclude that, for the realization of the human right to adequate food, it is essential that planning relates the plurality of food to territories and their populations through intersectoral thematic mapping.

**Keywords:** Cartography; Food and nutrition security; Covid-19; Public policy.

Recebido em 30.04.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 23.11.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.



## Introdução

Os mapas temáticos<sup>1</sup>, no campo da alimentação e nutrição, podem ser entendidos como elementos gráficos que auxiliam no processo de localização, distribuição, concentração e análises espaciais dos territórios alimentares. No panorama brasileiro da segurança alimentar e nutricional (SAN), temos como marco teórico fundamental o livro “Geografia da Fome” de Castro (1946), que aborda um estudo de identificação da situação da alimentação nos territórios, estratificando a fome e desnutrição no Brasil na década de 1940. A partir desse marco, especialmente na área das ciências da alimentação, tem-se buscado desenvolver metodologias para criação, uso e interpretação de mapas temáticos que retratem espacialmente de modo quali-quantitativo os parâmetros relacionados à SAN (CAISAN, 2019).

Neste artigo, destacamos a importância de mapeamentos temáticos correlacionados com a alimentação para a garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA). O enfoque no DHAA se estende para além de mapas e territórios da pobreza e da fome, mas possui neles sua centralidade e a perspectiva de sua superação, uma vez que são reconhecidos como manifestações da questão social, portanto, indissociáveis da “sociabilidade erguida” no desenvolvimento do capitalismo (PAULO NETTO, 2001). Outro ponto de interesse deste enfoque é a identificação e o mapeamento temáticos de ambientes obesogênicos<sup>2</sup>. Os mapas são fundamentais para identificar principalmente os locais de plantio, comercialização e consumo de alimentos e suas relações com outros equipamentos públicos promotores de saúde (academias ao ar livre, praças, parques e locais de práticas esportivas).

Norteia este artigo a concepção de que a transdisciplinaridade é necessária para que possamos construir, em conjunto, instrumentos cartográficos (que representem espacialmente a concentração ou distribuição espacial) que contribuam para o entendimento desse ato multifatorial e polissêmico que é se alimentar. Cartógrafos, geógrafos, assistentes sociais, nutricionistas, médicos, planejadores, entre outros profissionais, necessitam juntar forças para que a construção destes mapas temáticos possa alimentar e serem alimentados pela realidade da população brasileira e pelos dispositivos jurídicos de SAN e direitos fundamentais.

Esta ideia pode ser extraída da própria da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)

Art. 2 A alimentação adequada é *direito fundamental do ser humano*, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. § 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as *dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais*. (BRASIL, 2006, grifo nosso).

Alguns dos documentos já produzidos nesse campo, como os estudos técnicos “Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil” (CAISAN, 2019) e o “Ambiente obesogênico: uma cartografia do ambiente alimentar comunitário de uma capital do Nordeste” (OLIVEIRA et al., 2021), também demonstram a necessidade de intersectorialidade e transdisciplinaridade, quer seja no levantamento de dados ou nos processamentos/representações. Em estudos tais como os mencionados, nota-se a falta de dados e informações de desenvolvimento ou de aplicação de metodologias, equipamentos e tecnologias, para que se possa utilizar termos definidos como desertos, pântanos e ilhas<sup>3</sup>. Esses termos “territoriais” expressam concepções teóricas que podem ser usadas para o mapeamento da fome, de ambientes obesogênicos e da insegurança alimentar (inSAN), a fim de favorecer o planejamento e a execução das políticas públicas de combate à fome. A capacitação dos atores sociais envolvidos, a troca de saberes (KAUCHAKJE, 2017) e as publicações na área são fortes promotoras para avanços nesta seara.

A Pandemia de Covid-19 foi um evento de crise sanitária — articulada a fatores político-econômicos — que aprofundou expressões relacionadas à questão social, tais como o alargamento das desigualdades sociais e a inSAN. Sendo o acesso aos alimentos um ponto crítico, as políticas públicas foram apontadas (JAIME, 2020) como fomento para a garantia do DHAA dentre as famílias que tiveram acesso às cestas de alimentos, equipamentos públicos de SAN e auxílios financeiros.

Para este artigo, realizamos uma busca — na SciElo e Google Acadêmico — de textos em periódicos científicos brasileiros que de alguma forma concatenasse as terminologias relacionadas à nutrição, à geografia/cartografia e ao planejamento territorial durante o período de agosto a outubro de 2021, com os descritores “segurança alimentar e nutricional”, “mapeamentos”, “desertos alimentares”, “planejamento” e “fome”,

com operador booleano AND. Na leitura de inclusão e exclusão dos artigos foi realizada a leitura de título e resumo, buscando a correlação entre o mapeamento, SAN e o planejamento, sendo encontradas duas teses, uma dissertação e dois artigos dentro dos parâmetros citados. Logo, nota-se que foi encontrada uma escassa literatura com essas correlações teóricas e metodológicas.

Por isso, neste artigo optamos por fazer um exercício reflexivo para identificar suas correlações com foco na promoção da SAN na perspectiva dos DHAA. Iniciaremos contextualizando brevemente os mapas da fome e apresentando os conceitos de desertos alimentares, pântanos alimentares e ilhas de abundância, passando para resultados da literatura e finalizando com uma discussão na interface entre a cartografia, a alimentação e os mapeamentos da fome para fins de planejamento.

### **Mapa da fome e a cartografia**

Segundo Oliveira et al. (2021), quantificar e mapear estabelecimentos de venda de alimentos, relacionando-os aos locais de práticas de atividades físicas, esclarece e define o novo perfil nutricional da população brasileira. Já a criação de um ambiente obesogênico, se mensura de acordo com a presença ou ausência de locais para práticas esportivas e sua relação com locais de vendas de alimentos hipercalóricos. Nesse contexto, a SAN necessita que possam ser observadas as características e tipologias de alimentos que circulam nas cadeias de produção, comercialização e consumo. Lembrando que o artigo 3º da LOSAN explicita que

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, p. 4).

Medidas e mapeamento são elementos facilitadores no processo de planejamento territorial, pois ligam os pontos entre o circuito de produção e consumo de alimentos, com enfoque nos itens alimentares promotores de saúde (BRASIL, 2014). Entretanto, há uma carência de produtos cartográficos (distintos mapas temáticos) nacionais e regionais para que possamos observar como as pessoas acessam os alimentos e que tipos de alimentos elas têm acesso (CAISAN, 2019). Os mapas temáticos multiescalares determinam a geolocalização das atividades/ações e contribuem para o desenvolvimento ou aprimoramento de políticas públicas de diversas áreas (educação, saúde, infraestrutura, abastecimento, agricultura, entre outras), bem como para a definição de localização e implementação de equipamentos públicos de SAN.

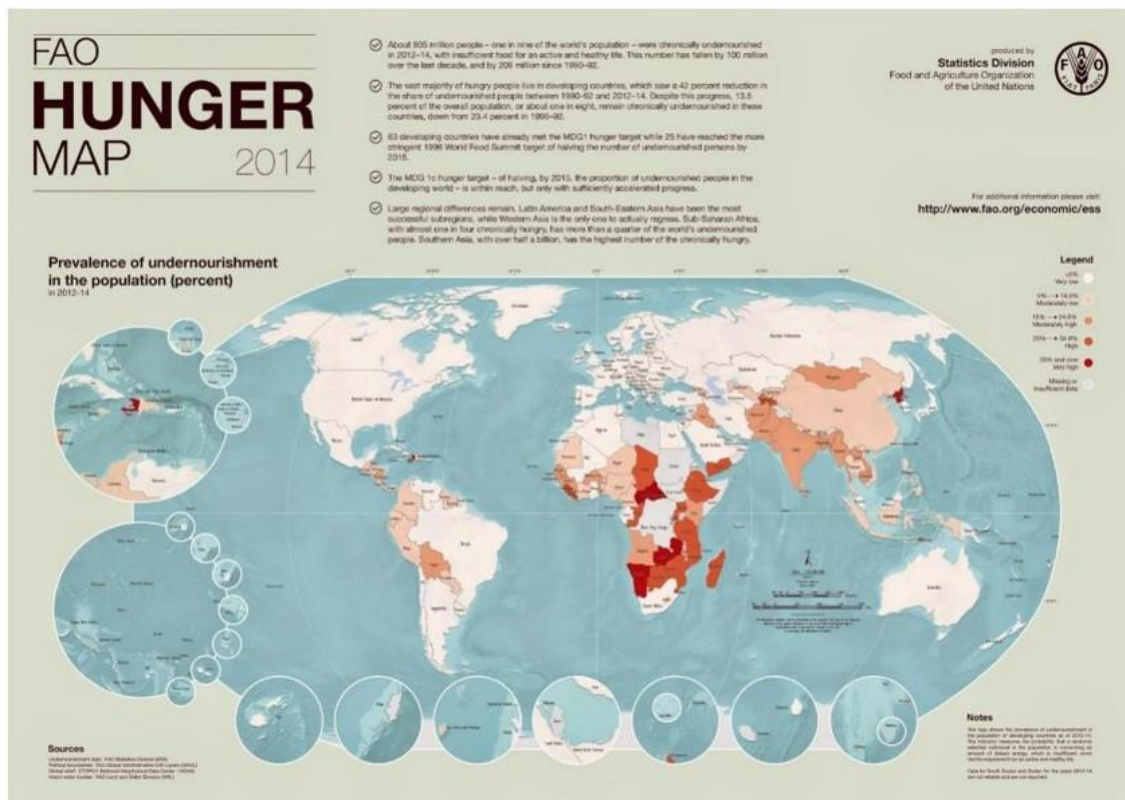
Os equipamentos de SAN são importantes instrumentos para a efetivação e tomada de decisão do DHAA. Trata-se de dispositivos na forma de feiras livres, restaurantes populares, hortas urbanas e periurbanas, centrais de abastecimento, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos que fazem a intermediação entre a população e uma alimentação saudável e adequada. Segundo a RedeSAN (2011, p. 9), podemos observar esses dispositivos “[...] como parte de uma estratégia que visa criar e manter uma rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição que assegurem o direito à alimentação às populações pobres que possuem dificuldades de acesso à alimentação adequada”.

Os mapas da fome têm fornecido dados importantes para o planejamento e avaliação das políticas públicas de alimentação e nutrição em todo o planeta. Esses documentos cartográficos são publicados (Figura 1) após estudos e coleta de dados, por organismos nacionais e internacionais, buscando alertar para as situações de inSAN (RIBEIRO JÚNIOR, 2008).

Um dos mapas da fome mais importantes e, portanto, o que tem maior representatividade mundial, é o publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e *Food and Agriculture Organization* (FAO). O mapa da fome supracitado é publicado há mais de 50 anos, considerando o mesmo procedimento metodológico de levantamento e avaliação dos dados secundários na busca por classificar os países ao redor do mundo em relação ao grau de fome de suas populações (PELIANO, 1993).

A escala usada no mapa até o ano de 2017 foi de 5% (fome leve) até 35% (fome extrema). Usando ainda legendas de cores que variavam de neutras (cinza), para países sem informação, com dados insuficientes ou com índices menores que 5% (branco), até quentes (bege, salmão, laranja e vermelho) para países acima de 5% até 35% (ONU, 2014). Nota-se, na Figura 1, que o Brasil aparece na escala em cor representativa de menos de 5% da população em situação de fome no ano de 2014.

Figura 1 – Mapa da fome



Fonte: ONU (2014).

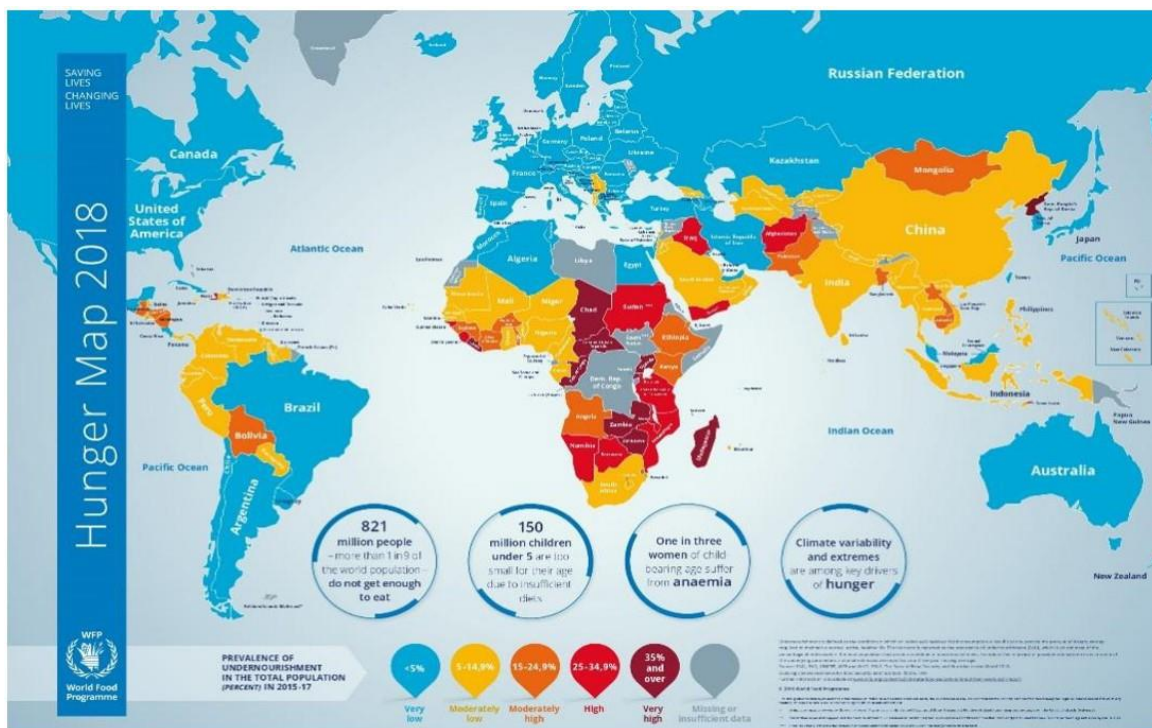
A partir de 2018, o mapa passa a utilizar uma nova metodologia — baseada nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU), conforme podemos observar na Figura 2. Esse mapa é publicado em parceria com *World Food Programme* (WFP), trazendo uma mudança na escala de cores para a subnutrição. Nesse ano em específico, ainda que dados internos já comecem a mostrar o retorno do Brasil ao mapa da fome (IBGE, 2018), a publicação coloca o país em área de baixo risco para a subnutrição.

No ano de 2021, temos a publicação do mapa da fome em um novo formato, mudando a identificação de fome para *hotspots* de insegurança alimentar e nutricional (FAO, 2021). A pandemia de Covid-19 alterou as demandas alimentares em todo o planeta, e a metodologia sugere um acompanhamento mais apurado e com menos nexo temporal para verificação antecipada dos locais em situação de ameaça à fome (Figura 3). Nesse panorama, podemos refletir que o acesso fica restrito ao local de moradia ou trabalho, principalmente em momentos de isolamento social. Se o local fornece possibilidade de aquisição (financeira e geográfica), somente de alimentos ultraprocessados e *fastfood*, teremos instaurada uma situação de insegurança alimentar.

Observa-se que o Brasil lida com uma pauta de SAN flutuante (RODRIGUES, 2020), saindo do mapa da fome em 2014 e retornado à situação concreta de insegurança alimentar nos anos de 2020/2021. A descontinuidade das políticas de alimentação e nutrição, somada à ocorrência da pandemia e da instabilidade política, são apontadas como fatores que colaboraram para este retorno (JAIME, 2020). A identificação do ambiente alimentar<sup>4</sup> das populações brasileiras está entre os caminhos para o enfrentamento da fome.

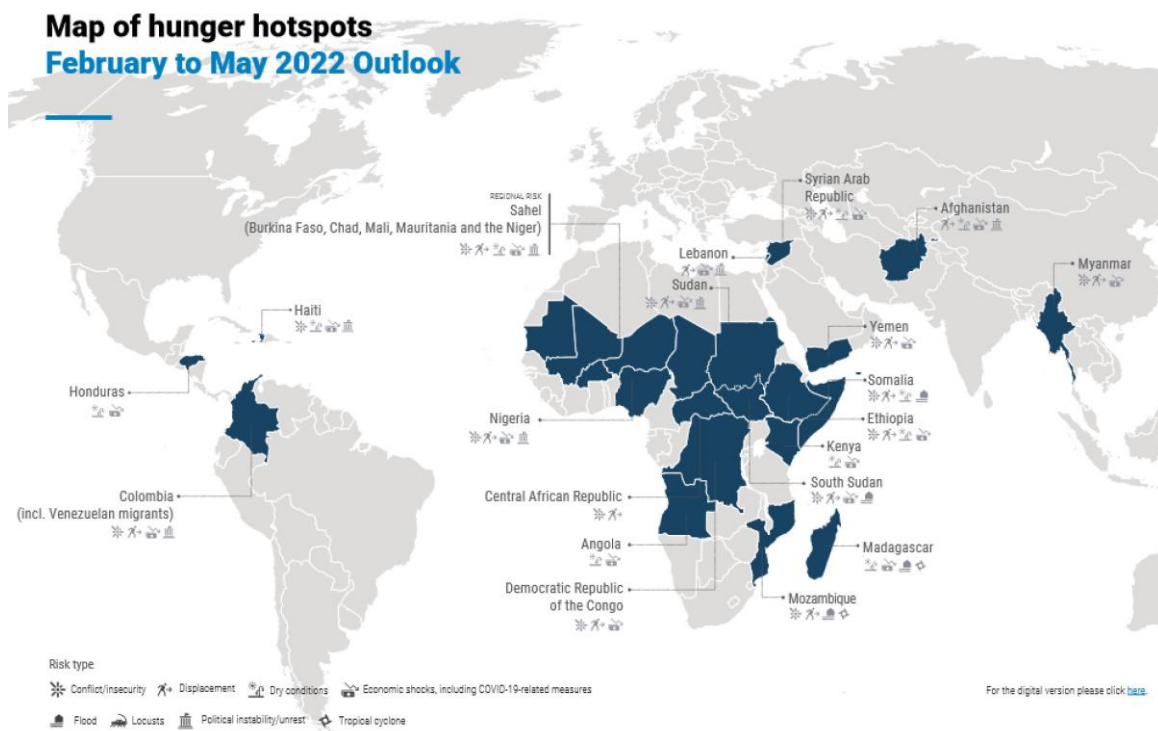
Os mapas são considerados instrumentos fundamentais e irrefutáveis para que possamos (re)conhecer de modo georreferenciado as populações, os territórios e a sua alimentação, já que a localização (seus aspectos geográficos, socioeconômicos e políticos) responde em parte sobre o problema. Os próprios equipamentos públicos, se localizados junto às populações de maior vulnerabilidade, promovem a SAN. Os entendimentos sobre as relações entre a saúde coletiva, o meio ambiente e determinantes sociais são particularmente

Figura 2 – Hunger map



Fonte: World Food Programme (2018).

Figura 3 – Mapa de Hotspots de Insegurança Alimentar e Nutricional



Fonte: Food and Agriculture Organization (2021).

importantes para o planejamento de ações que sejam assertivas no combate à insegurança alimentar. Quando tais ações “[...] visam a atingir o desenvolvimento global, regional e local, em suas dimensões ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais” há o fomento dos denominados Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS), ou seja, “[...] espaços relacionais e de pertencimento onde a vida saudável é viabilizada, por meio de ações comunitárias e de políticas públicas, que interagem entre si e se materializam em resultados [...]” (MACHADO et al., 2017, p. 246).

A correlação entre alimentação e saúde faz com que toda e qualquer busca por uma alimentação adequada seja, também, uma busca por uma vida saudável. Por este motivo, ainda, salientamos a correlação entre o ambiente (alimentar, territorial e geográfico) com a busca por interdisciplinaridade e intersectorialidade (FAQUETI, 2019), ao analisarmos publicações e documentos que trafegam em campos distintos e separados, mas que deveriam compor um mesmo território de saberes e conhecimentos científicos, o da alimentação.

Considerar o ambiente, em seus aspectos sociais, políticos e físicos (KAUCHAKJE, 2017) é basilar na escolha de que ações podem trafegar no campo do possível, em termos de políticas públicas assertivas para redução dos quadros de desnutrição, sobrepeso e obesidade (RIBEIRO JÚNIOR, 2008). Ambiente alimentar é, segundo Honório, “[...] definido como o conjunto de aspectos físicos (disponibilidade, qualidade e promoção), econômicos (custo), políticos (legislações) e socioculturais, que são influências nas educações e escolhas alimentares, bem como no estado nutricional dos indivíduos” (2020, p. 12). A partir deste conceito foram criados outros, como: desertos alimentares, pântanos alimentares e ilhas de abundância. A mobilização destas noções teóricas nos permite ir além da concepção de mapas como figuras/representações geográficas para inseri-los numa abordagem mais ativa, que nos permita compreender a vivacidade desses instrumentos cartográficos e seu papel na realização do DHAA e da SAN.

### **Mapeando SAN: desertos, pântanos e ilhas**

O conceito de desertos alimentares foi um dos primeiros a surgir mundialmente no contexto do enfrentamento da fome e insegurança alimentar. Segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) — *Centers for Disease Control and Prevention* —, dos Estados Unidos, os desertos alimentares se relacionam com localidades em que as populações não têm acesso físico a alimentos *in natura* e minimamente processados (CDC, 2011). No conceito de desertos alimentares, cabe avaliarmos que o acesso à alimentação tem relação direta com a qualidade dos alimentos que são acessados pela população, não se limitando somente às quantidades ou ao espaço físico, mas também às questões econômicas.

Podemos complementar essa definição entendendo desertos alimentares como o resultado, entre outros fatores, da “[...] ausência de alimentos *in natura* e minimamente processados que contribui para a precariedade na saúde dos indivíduos e consequentemente, com o seu bem-estar na alimentação, aliado ainda à falta de informação, renda, tempo e distância” (CARNAÚBA, 2018, p. 23).

Para a Organização não Governamental Aliança pela Alimentação Saudável e Adequada (2020), os desertos alimentares são caracterizados por lugares onde o acesso a alimentos saudáveis é escasso ou impossível, o que obriga as pessoas a se locomoverem para regiões distantes e pode facilitar o consumo de alimentos ultraprocessados. Por fim, Ramirez (2016) especifica que os desertos alimentares representam fisicamente uma distância, mínimo de 16 quilômetros, no acesso de cidadãos de uma comunidade aos locais de comercialização de alimentos variados, em especial alimentos frescos. Esses locais que apresentam tal distância coincidem com territórios de populações com baixa renda familiar e minorias étnicas marginalizadas.

Em perspectiva complementar aos desertos alimentares, têm-se os pântanos alimentares definidos como locais de comercialização de alimentos que vendem, de maneira expressiva, alimentos altamente calóricos, restritos ou pobres em nutrientes, caracterizados por redes de *fastfood* ou lojas de conveniências (ALIANÇA, 2020). Os alimentos ultraprocessados são uma das fortes características dos pântanos, sendo os alimentos prontos para o consumo a sua máxima expressão.

Mui et al. (2017) referem-se aos pântanos alimentares como área com geolocalização deficitária de comercialização de alimentos *in natura* e minimamente processados, e/ou acesso a alimentos promotores de saúde. Já para Sushil et al. (2017), trata-se de ambientes com consumo apelativo de alimentos com alta densidade calórica e poucos nutrientes, como *fastfood* e ultraprocessados.

Por sua vez, o último conceito aqui examinado, as ilhas de abundância ou os oásis alimentares “são áreas em que as partes interessadas (*stakeholders*) conseguiram limitar o acesso a opções menos saudáveis para apoiar estilos de vida mais saudáveis” (CASTRO JÚNIOR, 2018, p. 42). Dessa forma, delimitam-se três “modelos” de acesso aos alimentos que estão diretamente relacionados com os territórios, não somente os territórios alimentares, mas os territórios dados e construídos (MACHADO et al., 2018). Os “modelos” ainda se correlacionam com a construção de produtos cartográficos que possam congrega dados tais como: a) desertos, pântanos e índices de sobrepeso e obesidade; b) desertos, pântanos e prevalência de doenças crônicas não transmissíveis; c) locais de comercialização de alimentos, tipos de alimentos comercializados e locais de práticas esportivas ou atividades físicas (parques, praças, áreas verdes); d) equipamentos de SAN e populações de baixa renda; entre outras correlações que podem ser objeto da representação cartográfica que colabora para o planejamento, implementação e avaliação de ações de SAN.

A perspectiva deste artigo é a de que o mapeamento desses ambientes alimentares específicos, como parte do planejamento territorial, tem potencial para favorecer a segurança alimentar e nutricional (OLIVEIRA et al., 2021). Em outras palavras, as representações cartográficas são compreendidas como instrumentos aliados ao combate nas situações de não disponibilidade e acesso aos alimentos saudáveis e adequados. Um exemplo conhecido é o Mapa da Fome que, conforme Peliano (1993, p. 6), “[...] permite concluir que o problema não está na disponibilidade global de alimentos, mas sim no desencontro geográfico entre a existência dos produtos e a localização” das pessoas em situação de vulnerabilidade social e politicamente determinada.

Nesse sentido, a fome é um conceito intrínseco ao de território (CASTRO, 1946). O território está dividido em quatro diferentes instâncias: território natural, território político, território cultural e território econômico (HAESBAERT, 2004). Por sua vez, nas características da SAN se encontram o quesito natural dos alimentos, os quesitos políticos, a cultura alimentar e as fortes aspersões econômicas envolvidas na escolha, aquisição e consumo de produtos alimentícios. Esses aspectos territoriais se correlacionam quando sopesamos as ações de combate à fome.

A busca dos meios de amainar a fome e promover uma alimentação saudável, adequada e sustentável precisa levantar questões e propor respostas sobre a produção de alimentos, o que se planta, o que se comercializa em território nacional e o que se exporta; quem controla o que se planta e quais os interesses políticos, culturais e econômicos envolvidos; as pressões do mercado de alimentos (sistema agroalimentar) e as ações de contrafluxo (agroecologia e agricultura familiar) (AZEVEDO, 2013).

Parte dos teóricos, que busca compreender e dialogar sobre o campo da segurança alimentar e nutricional, considera que o grande equívoco se encontra na distribuição dos alimentos; ou seja, no quesito acesso aos alimentos (PELIANO, 2001; MALUF, 2007; AZEVEDO, 2009; 2013). A colaboração dos mapeamentos é fundamental para que seja possível compreender as forças propulsoras e contrárias a um movimento socialmente justo e sustentável de produção–distribuição–escolha–consumo. Por este motivo, o movimento duplo que busca compor e analisar mapas temáticos referentes à fome e, ainda, criar, ampliar e mobilizar conceitos que façam compreender os caminhos que os alimentos fazem da terra até a mesa, favorece o planejamento e políticas na área da SAN.

Esse movimento de unir conceitos à representação cartográfica temática colabora para soluções que visam à conexão entre a produção, o escoamento, os tipos de alimentos produzidos (industrializados ou não), as formas de acesso (físico e financeiro) aos alimentos, adentrando na seara da Soberania Alimentar.

Para Machado et al. (2018, p. 247), “[...] é primordial promover a articulação da teoria e da prática para se elaborarem soluções adequadas aos territórios específicos”. A busca por segurança alimentar e nutricional e diminuição das pessoas em situação de fome requer a articulação e a mescla de conhecimentos e saberes. Conhecimento e práticas que podem “[...] subsidiar o modo de produção sustentável, contrapondo-se ao modelo de consumo e produção capitalista não sustentável [...]” e, dessa forma, sustentar um modelo contra hegemônico “[...] cooperativo de produção e reprodução social” (MACHADO et al., 2018, p. 247).

Entendemos essa via contra hegemônica no âmbito transdisciplinar, no qual destacamos os mapas e outros instrumentos cartográficos que carregam consigo a conexão entre a geolocalização de locais de comercialização, de produção, de consumo, além de ainda identificarem territórios e populações. Por isso, tais elementos são importantes, pois colaboram para que os alimentos e a alimentação diária possam ser promotores de saúde, cumprindo assim não somente sua função biológica, mas ainda a cultural, social, econômica e política.

## A fome está no prato e no mapa

Desde os primeiros estudos da fome no Brasil, houve a desagregação em áreas urbanas, áreas metropolitanas e áreas rurais. Historicamente, observa-se no Brasil diferentes tipos de fome (CASTRO, 1946), diferentemente distribuídos por diferentes territórios. Se na área urbana e periurbana a mercantilização e capitalização dos alimentos se torna fundamental para a análise, no campo, as questões fundiárias se mostram relevantes neste panorama da fome. Os dados regionalizados no Brasil devem ser considerados como primordiais no início das discussões que relacionam planejamento territorial e segurança alimentar e nutricional (PELIANO, 1993). Portanto, somente a partir da representação gráfica é possível que possamos avançar para “[...] o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis, considerando o desenvolvimento de ações territorializadas e contextualizadas como princípio organizador” (MACHADO et al., 2018, p. 244).

Nesse contexto, reiteramos que uma das chaves para encontrar respostas sobre a SAN está no uso de métodos e técnicas cartográficas, a partir do uso de sistemas de informação geográfica (SIG), análise espacial e sensoriamento remoto — direcionados à geração de cartografia temática e modelagem de banco de dados. O levantamento e a manutenção atualizada das bases de dados geográficos permitem quali-quantificar características populacionais e territoriais que possibilitam a representação e a análise de dados secundários sobre a saúde e alimentação das populações. Trata-se de direcionar e aprimorar metodologias científicas, com vistas à transdisciplinaridade para fins de planejamento territorial e socioambiental. O uso de dados abertos, que apresentam interoperabilidade em SIGs, sugere o indício de que o processamento e geração dos mapeamentos temáticos podem ser eficazes e extremamente participativos com a ação da população, tornando-se documento fundamental para o gestor basear tecnicamente a tomada de decisão (CAISAN, 2019).

Os produtos cartográficos participam seja do diagnóstico, do (re)planejamento, da implementação ou da avaliação das políticas públicas de SAN, pois, quando se trata de ações que trafegam na intersectorialidade e na transdisciplinaridade, todos os pontos contribuintes devem ser considerados e favorecidos (FAQUETI, 2019). Essa consideração abarca os conhecimentos das diversas áreas do conhecimento, congregando-os para um mesmo fim: o direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional.

A fome brasileira está no prato, mas também está nos mapas, desde Josué de Castro, e até antes dele, já existia no contexto das vivências dos territórios e populações que neles habitam. A existência de desertos alimentares, pântanos alimentares e ilhas de abundância evidenciam que a discrepância e desigualdade em relação à efetivação dos direitos fundamentais, em especial o DHAA. A localização geográfica de pessoas, ou de grupos populacionais, é considerada um dos fatores determinantes para que se caracterize ou não a situação de insegurança alimentar, muito mais do que suas escolhas pessoais.

A modernidade (ainda que tardia, em nosso caso) trouxe consigo uma série de acessos, porém o acesso à alimentação, e que seja uma alimentação saudável e adequada, não é uma realidade para grande parte da população de baixa renda hoje e no passado (RODRIGUES, 2020; JAIME, 2020). Políticas públicas tais como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Aquisição de Alimentos e política salarial, contribuíram para tirar o Brasil do mapa da fome no período 2003 a 2013, mas a situação de miséria e fome que leva a um viver não digno de milhares de pessoas<sup>5</sup>, esta realidade se torna parte da história do País. Portanto, este cenário equivale a dizer que não tiramos a fome do papel, tampouco conseguimos colocar no papel, em especial nos mapas, as linhas gerais do nosso sistema agroalimentar, isto é, desconhecemos boa parte dos locais onde abundam alimentos de todos os tipos, para alguns cidadãos, e outros onde o deserto se configura na geografia da fome.

A coleta de dados, seu cruzamento e a elaboração de produtos cartográficos no campo da segurança alimentar e nutricional, podem fomentar o conhecimento de ângulos territoriais da fome brasileira, a abrangência e os pontos críticos do cenário nacional e com isso, alinhar ações e propostas de ação efetiva que reverta ou mitigue o efeito na área mapeada com deficiência alimentar. Pois, “[...] os territórios geram transformações e são transformados por processos de desenvolvimento local, regional e global”, conforme Machado et al. (2018, p. 244).

Segundo a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável (2019), os desertos e pântanos alimentares estão diretamente relacionados com o planejamento, não sendo possível (re)planejar de maneira eficiente sem conhecer a realidade espacial (concentração, distribuição e tendência geográfica). Assim, a representação cartográfica por meio do mapa parece ser o meio mais eficiente de reverter o processo na tomada de decisão

assertiva — uma vez que conhece a espacialidade do problema. Desse modo, os estudos e representações gráficas que ligam os territórios, as populações que neles habitam e o ambiente alimentar são uma necessidade dos planejadores e executores de políticas públicas (*policy makers*).

### Considerações finais

A elaboração deste artigo se iniciou com a busca por textos científicos da literatura nacional que pudessem colaborar com a caracterização do estado da arte no uso da cartografia no campo do planejamento territorial em segurança alimentar e nutricional e o DHAA. Verificamos que estudos sobre o assunto existem, porém são escassos os que constroem uma discussão inter ou transdisciplinar sobre o uso de mapas para o campo da alimentação e nutrição como uma das ferramentas de seu planejamento — associado a uma pobre discussão técnica que relacione potencial ação e reação. Os poucos estudos existentes tratam mais dos aspectos da criação de ambientes obesogênicos do que da fome propriamente dita. Portanto, verifica-se no Brasil um “gap” na produção científica associado a uma real defasagem na produção cartográfica que retrate de forma multiescalar, atualizada e confiável sob o ponto de vista metodológico a relação fome e localização geográfica.

A alimentação, vista sob a perspectiva do ambiente local, regional e global, busca correlacionar macro e micro, países, estados e municípios, e sistema mundo, na busca por melhorias na qualidade de vida da população. Conjeturar saberes e conhecimentos múltiplos se torna fundamental, dada a polissemia da alimentação e seu efeito sobre a saúde do indivíduo.

Ao levar em consideração as especificidades territoriais, podemos ser mais assertivos nas ações promotoras do DHAA. Contemplando e adaptando as demandas das políticas públicas e permitindo maiores relações intersetoriais, transdisciplinares e participativas, encarrilhando atores e instituições sociais e políticas.

No Brasil, certamente a correlação entre o espaço geográfico onde a alimentação ocorre e o desenho territorial e institucional, que coordenam (ou deixam de coordenar) as ações de SAN, necessitam nitidamente de avanços técnicos, políticos e científicos. O entendimento de tão amplo território (material e imaterial) carece de junção de forças entre áreas como a saúde coletiva, a alimentação e a nutrição, bem como a geografia, a administração pública, o serviço social, e a cartografia, entre outras que incluem saberes de grupos sociais distintos. Nesta junção, o mapeamento não é tão somente uma ferramenta secundária ou auxiliar, mas também deve ser considerado parte da produção do conhecimento conjunto direcionado à proposição de políticas de alimentação e nutrição nacional.

A descontinuidade das políticas de alimentação e nutrição, o panorama pós-pandêmico e o avanço do neoliberalismo latino-americano, tornam urgente e necessária uma visão política e gerencial direcionada a favor da alimentação saudável para a população brasileira. Para isso, vale lembrar com Josué de Castro (1946) que a fome é um fenômeno produzido por pessoas contra as pessoas e, completamos, engendrados em processos culturais, naturais, políticos e econômicos determinados. Dado essa complexidade, que se destaca na ligação entre a teoria e a prática no campo do mapeamento temático a partir dos sistemas agroalimentares, congregando áreas da ciência e saberes sobre e produzidos em territórios.

Assim, apontar o *déficit* na produção de artigos e documentos que mapeiem (no sentido cartográfico temático e transdisciplinar) a situação da alimentação (e fome) brasileira, é apontar caminhos que ainda podem ser percorridos e que certamente trarão benefícios à sociedade e orientação aos tomadores de decisão e definidores de políticas públicas.

### Referências

- ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA. O que são desertos alimentares. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCbWb7OI3Vy/>. Acesso em: 25 out. 2021.
- ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA. Quando a geografia urbana é um obstáculo para a alimentação saudável. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B5tJD9JlqLH/>. Acesso em: 25 out. 2021.
- AZEVEDO, E. de. A ciência e os riscos ambientais vinculados ao sistema agroalimentar moderno. Caderno eletrônico de Ciências Sociais, v. 1, n. 1, p. 18–40, 2013.



- AZEVEDO, E. de. Riscos e controvérsias no processo de construção do conceito de alimentação saudável: o caso da soja. 2009. 202 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006.
- CAISAN – Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério da Cidadania/MC. Estudo Técnico: Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil. Brasília, DF, 2019.
- CARNAÚBA, V. Deserto alimentar faz soar alarme no Brasil. *Entretezes Revista Unifesp*, n. 10, p. 22-32, 2018.
- CASTRO, J. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). 1. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
- CASTRO JUNIOR, P. C. P. de. Ambiente alimentar comunitário medido e percebido: descrição e associação com Índice de Massa Corporal de adultos brasileiros. 2018. Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: Rio de Janeiro, 2018.
- CDC - Centers for Disease Control and Prevention. Census Tract Level State Maps of the Modified Retail Food Environment Index (mRFEI), 2011.
- EGGER, G.; SWINBURN, B. An “ecological” approach to the obesity pandemic. *BMJ Journals*, v. 315, p. 477–483, 1997.
- FAO. FAO-WFP early warning analysis of acute food insecurity hotspots. Rome, 2020. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/wfp-fao-early-warning-analysis-acute-food-insecurity-hotspots-october-2020>. Acesso em: 10 set. 2021.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The State of Food Security<sup>4</sup> and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome: FAO, 2021.
- FAQUETI, A. Segurança alimentar e nutricional com enfoque na intersetorialidade. Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo Telessaúde Santa Catarina. [Dados eletrônicos]. Florianópolis: CCS/UFSC, 2019.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.
- JAIME, P. C. Pandemia de COVID-19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 7, p. 2504, 2020.
- KAUCHAKJE, S. Políticas Públicas. In: KAUCHAKJE, S.; SCHEFFER, S. M. Políticas públicas sociais: a cidade e a habitação em questão. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017.
- MACHADO, J. et al. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. *Comunicação em Ciências da Saúde*, Brasília, v. 2, n. 28, p. 243-249, 2017.
- MALUF, R. S. J. Segurança Alimentar. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MUI, Y. et al. Relationships between Vacant Homes and Food Swamps: a longitudinal study of an urban food environment. *Int J Environ Res Public Health*, v. 14, n. 11, p. 1426, 2017.
- OLIVEIRA, L. et al. *Obesogenic environment*: cartography of a Brazilian Northeast capital. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 11, p. e327101119578, 2021.
- PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da questão social. *Revista Temporalis*, ano 2, n. 3, p. 41-50, 2001.
- PELIANO, A. M. M. O Mapa da Fome – Volume I: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar. Brasília: Ipea, 1993.
- PELIANO, A. M. M. A Assistência Alimentar nas Políticas Governamentais. Brasília: Revista de Política Agrícola, ano X, n. 1, p. 20-26, 2001.
- REDESAN. Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional /RedeSAN - FAURGS - UFRGS – MDS. Porto Alegre: Evangraf, 2011.
- RIBEIRA JUNIOR, R. S. A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 396.
- SUSHIL, Z. et al. Food Swamps by area socioeconomic deprivation in New Zealand: a national study. *Int J Public Health*, n. 62, v. 8, p. 869-877, 2017.

## Notas

<sup>1</sup> Será considerado, no contexto deste trabalho, sinônimo o conjunto de termos: mapeamento, cartografia, mapa — os quais se referirão direta ou indiretamente à representação gráfica temática relacionada à alimentação/fome.

- <sup>2</sup> O ambiente obesogênico é definido como o ambiente que oferece oportunidades e condições de vida que promovem a obesidade em indivíduos ou populações, ou seja, é o ambiente que dificulta as escolhas saudáveis e favorece o sedentarismo e hábitos alimentares inadequados (EGGER; SWINBURN, 1997).
- <sup>3</sup> Trataremos destas definições na segunda seção do artigo.
- <sup>4</sup> Trataremos desta definição no final desta seção.
- <sup>5</sup> Segundo a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios de 2013-2014 e a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018, ambas do IBGE, e Inquérito da VIGISAN (2020), houve um aumento de 8% ao ano entre 2013 e 2018, sendo que o total de brasileiro em situação de fome passou de 10,3 milhões para 19,1 milhões.

### **Aline Rocha Rodrigues**

contatonanarodrigues@outlook.com

Doutoranda do Programa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC).

Pesquisadora do CIdaPOL – laboratório de pesquisa em ciência da política e Bolsista Capes.

### **Samira Kauchakje**

s.kauchakje@udesc.br

Doutora em ciência política (UFSCAR).

Professora no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – UDESC, e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPR).

Coordenadora do CIdaPOL – laboratório de pesquisa em ciência da política.

### **Francisco Henrique de Oliveira**

Francisco.oliveira@udesc.br

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Professor no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – UDESC e professor colaborador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

### **UDESC**

Av Madre Benvenuta 2007, Florianópolis, SC – Brasil

CEP: 88035-001

### **Agradecimentos**

Não se aplica.

### **Agência financiadora**

Não se aplica.

### **Contribuições das autoras**

Aline Rocha Rodrigues: desenho e autora principal do artigo; análise e interpretação dos resultados; redação do manuscrito; revisão de versões; revisão crítica do conteúdo. Samira

Kauchakje: análise e interpretação dos resultados; revisão de versões; revisão crítica do conteúdo. Francisco Henrique de

Oliveira: análise e interpretação dos resultados; revisão de versões; revisão crítica do conteúdo.

### **Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

### **Consentimento para publicação**

As autoras e o autor do artigo concordam que são responsáveis pela exatidão e integridade de todo o trabalho.

### **Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

## “Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia

**Rachel Araujo de Matos<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0003-3094-6051>**Cynthia Studart Albuquerque<sup>2</sup>**<https://orcid.org/0000-0001-6230-8391><sup>1</sup>Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), Departamento de Saúde, Curso de Saúde Mental Coletiva, Fortaleza, CE, Brasil.<sup>2</sup>Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Departamento de Serviço Social, Curso de Serviço Social, Iguatu, CE, Brasil.

### “Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia

**Resumo:** O presente trabalho analisa as repercussões do acirramento da “questão social” e da divisão sexual do trabalho na saúde mental das mulheres no contexto de pandemia (Covid-19) no município de Aracati-CE. A pesquisa, com abordagem qualitativa-quantitativa, ancorou-se na teoria social crítica de Marx e foi processada em três etapas: a etapa exploratória, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Esta última, realizada com doze mulheres usuárias do Caps II de Aracati através de entrevista semiestruturada, com suporte do uso de dados indiretos e diretos. Conclui-se que houve a ampliação da produção do sofrimento mental em virtude da agudização da “questão social” e da intensificação da divisão sexual do trabalho no contexto da pandemia.

**Palavras-chave:** “Questão social”; Saúde Mental; Pandemia; Mulher; Divisão sexual do trabalho.

### “Social issue”, sexual division of labor and mental health in the pandemic

**Abstract:** This paper analyzes the implications of the intensification of the “social issue” and the sexual division of labor in the mental health of women in the context of a pandemic (COVID-19) in the municipality of Aracati-CE. The research is based on Marx’s critical social theory and has a qualitative-quantitative approach comprising three stages: the exploratory stage, bibliographical research and field research. The study was carried out with twelve women through semi-structured interviews and showed that they experience a process of production of mental suffering due to the worsening of the “social issue” and the sexual division of labor in the current pandemic.

**Keyword:** “Social issues”; Mental health; Pandemic; Woman; Sexual division of labor.

Recebido em 31.05.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 21.11.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS), desde 30 de janeiro de 2020, alertou para o surto de Covid-19, ocasionado pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), tornando-se uma emergência em saúde pública Internacional (OMS, 2020). Em menos de dois meses, essa doença foi caracterizada como uma pandemia<sup>1</sup>. Além de vacina, a medida mais eficaz de prevenção foi o isolamento social. Ao passo que essa alternativa diminuiu a capacidade de circulação do vírus, incidiu no aumento, antes já existente, do desemprego, de vínculos trabalhistas precários, insegurança social e violência, incluindo à doméstica<sup>2</sup>, por exemplo, sendo as mulheres em sua maioria as mais atingidas.

Expansão do desemprego, diminuição de salários, sobrecarga e ampliação da precarização no trabalho, são situações sentidas na vida das mulheres, e é o que apontam os dados da pesquisa realizada pela Sempreviva Organização Feminista (SOF, 2020), que teve como objetivo perceber a realidade do trabalho e da vida de mulheres na pandemia no Brasil. A pesquisa informou que 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém na pandemia; já 41% delas seguiram trabalhando com manutenção de salários, mas relataram trabalhar ainda mais na quarentena. Para 40% das mulheres, a pandemia e o isolamento social colocaram a sustentação da sua casa em risco. É válido destacar que a maioria dessas mulheres é negra e de baixa renda, e chega a 58% o índice de desemprego.

O cenário descrito acima expõe a complexificação da “questão social”<sup>3,4</sup>, mas também da divisão sexual e racial do trabalho. Essa divisão reservou às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens a produtiva, produzindo relações desiguais e hierárquicas entre os sexos, fundadas na exploração e na opressão dos homens sobre as mulheres. Por isso, às mulheres são destinados os trabalhos domésticos, muitos deles não remunerados, enquanto aos homens, em maioria, os espaços de trabalho tidos como produtivos e de poder (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Anteriormente à pandemia de Covid-19 e à necessidade de distanciamento social, as manifestações emocionais femininas estavam relacionadas tanto às modificações hormonais no período pré-menstrual, do pós-parto e da menopausa, quanto às desigualdades de gênero, que são responsáveis pelos fenômenos como sobrecargas no trabalho e a violência contra a mulher. Entretanto, as limitações sociais advindas da pandemia implicaram no crescimento dos índices de violência doméstica e gravidez indesejada, por conta da maior permanência do homem em casa, processos críticos para o aumento do sofrimento psíquico nas mulheres (SOUZA; SOUZA; PRACIANO, 2020). Embora já estivessem presentes na vida das mulheres, essas situações se intensificaram, produzindo impactos ainda mais severos no mundo do trabalho, na vida e, conseqüentemente, na saúde mental das mulheres.

Com base nesse horizonte, a pesquisa em questão teve como objetivo analisar as implicações do acirramento da “questão social” e da divisão sexual do trabalho na saúde mental das mulheres no contexto da pandemia de Covid-19 no município de Aracati-CE. O lócus de estudo foi o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II)<sup>5</sup> e o público as mulheres usuárias, já que foram elas quem mais buscaram o serviço no primeiro ano de pandemia. A condução dessa pesquisa foi empreendida em três etapas: a etapa exploratória, a de pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. O estudo se ancorou na teoria social crítica de Marx e fez uso da abordagem qualitativa-quantitativa, através dos dados indiretos, presentes em plataformas on-line<sup>6</sup>, e dados diretos disponíveis nos prontuários e nas entrevistas semiestruturadas realizadas com 12 usuárias do citado serviço, examinados pela técnica de análise de conteúdo. A pesquisa seguiu os princípios éticos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e foi submetida ao Comitê de Ética da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), tendo recebido o parecer favorável de nº 4.847.421.

Para melhor exposição dos resultados, estruturou-se o texto em dois itens. O primeiro, com uma breve contextualização da “questão social” e das relações de gênero na pandemia e seus reflexos na precarização da vida e da saúde mental das mulheres. Já o segundo, caracteriza a condição de vida e trabalho das mulheres acompanhadas pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) de Aracati-CE na pandemia, bem como analisa as inferências dos processos vivenciados no período de isolamento social em sua carga mental, considerando, particularmente, a divisão sexual do trabalho e as violências.

### “Questão social”, divisão sexual do trabalho, pandemia e saúde mental das mulheres

A pandemia da Covid-19 mudou substancialmente a vida de todos no globo. Um ano depois dos primeiros casos da doença, autorizou-se o uso emergencial de vacinas em alguns países, dentre eles o Brasil.

Apesar do avanço da vacinação no País, o cenário ainda exige cuidado, o que inclui o distanciamento social. Mas, sobretudo, respostas comprometidas e imperiosas às sequelas do acirramento da “questão social”. Processos que reverberam diretamente na saúde mental da população, principalmente, das mulheres, pois são elas que sentem na pele, de maneira singular, toda a sobrecarga física e mental que esse momento impõe. Inclusive, considerando-se a divisão sexual e racial do trabalho em que as mulheres negras ocupam, em maioria, as profissões do cuidado e a linha de frente no enfrentamento à pandemia, conforme indica a *Diretora Executiva da ONU Mulheres*, Phumzile Mlambo-Ngcuka (2020):

Olhe em volta e verá que as mulheres formam a maior parte das tropas da linha de frente na guerra contra a pandemia da Covid-19. Elas cuidam de pessoas doentes, idosas, famílias e crianças. Globalmente, as mulheres compõem 70% da equipe médica e de apoio e 85% das enfermeiras em hospitais, e metade dos médicos nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento do Comércio) são mulheres. [...] Além disso, 90% das atividades de assistência a longo prazo e até 10 vezes mais trabalho doméstico não remunerado são realizadas por mulheres em todo o mundo. Com o fechamento de escolas e creches, a crise da Covid-19 apenas ampliará a pressão dos cuidados não remunerados e do trabalho doméstico sobre as mulheres. No entanto, essas contribuições essenciais, muitas vezes, passam despercebidas e não são recompensadas, o que significa que as mulheres podem acabar sofrendo mais enquanto salvam o mundo (ONU MULHERES, 2020).

Historicamente, são as mulheres responsabilizadas pelo cuidado dos lares, dos filhos e por quem está ao seu redor. Por isso, agora vivenciam uma enorme sobrecarga amplificada na pandemia. Destaca-se que, junto a esses processos de responsabilização da mulher, somam-se as dificuldades decorrentes da insegurança financeira decorrente de

um aumento significativo no desemprego e subemprego globalmente. Muitas mulheres — 740 milhões das quais trabalham na economia informal com empregos que oferecem pouca ou nenhuma proteção social — agora enfrentam grave insegurança econômica e poucas opções (ONU MULHERES, 2020).

A “questão social” e suas expressões, como a desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho, impõe às mulheres a condição de subalternidade, comparando-se aos homens, ocupam os espaços mais precários e com menores salários. Inúmeras mulheres vivem em situação de subemprego ou desemprego, submetidas ao trabalho doméstico não remunerado, condição socialmente construída como espaço “natural” e de responsabilidade feminina. É nessa direção que para Cisne (2018):

A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados. Há, portanto, uma determinação social e não natural, para a existência da divisão sexual do trabalho. (CISNE, 2018, p. 117–118).

Hirata e Kergoat (2007) nos explicam que a divisão sexual do trabalho é constituída de maneira histórica e social, caracterizada pela destinação dos homens para a esfera produtiva e as mulheres para a reprodutiva; consequentemente, posiciona-se os homens em lugares e atividades que possuem maior valor social.

Para Cisne (2015), a naturalização dos papéis ditos femininos serve de forma direta aos interesses do capital e seu objetivo de expansão dos lucros, pois diminui o custo da reprodução da força de trabalho, uma vez que as atividades de cuidado não são consideradas trabalho, mas dons de uma suposta natureza feminina. É nesse sentido que, mesmo com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, elas continuam com as responsabilidades domésticas não remuneradas enfrentando extensa jornada de trabalho, com baixos salários e insuficiente proteção trabalhista.

Essa complexa textura para as mulheres foi adensada pelo governo Bolsonaro com o contínuo desmonte e precarização das políticas sociais. Uma gestão autoritária, machista e misógina que trouxe (e ainda traz) impactos diretos na vida das mulheres, cada vez mais responsáveis pelo sustento de suas famílias. A Revista AzMina (2021) apontou que Bolsonaro não aplicou um terço dos recursos aprovados para políticas para mulheres desde 2019; um valor que poderia pagar um ano inteiro de auxílio emergencial de R\$ 375 para quase 84 mil mães chefes de família.

Essa negligência do governo Bolsonaro reverbera nas condições básicas de sobrevivência das mulheres no contexto de uma persistente crise política, sanitária e social. O sofrimento das mulheres se expressa das mais diversas formas, inclusive, na violação ao direito fundamental à alimentação, frequentemente visibilizada por registros na Internet como as longas filas de açougues para receber doação de ossos ou buscas de sobras de comidas em carros de coleta de lixo. Em ambas as situações, a maioria era de mulheres negras, expressão muito forte do racismo estrutural<sup>7</sup>, demonstrando a cor/raça e o sexo das pessoas que mais sofrem neste País.

Ademais, na pandemia da Covid-19, a violência doméstica foi intensificada no contexto de isolamento social. De acordo com a ONU Mulheres (2020), estima-se que diariamente 137 mulheres são mortas por alguém da sua própria família. Percebe-se, portanto, o quanto a violência está intrínseca à vida das mulheres numa sociedade machista<sup>8</sup> e patriarcal<sup>9</sup>, em que o homem vê a mulher como sua propriedade. Para Saffioti (1987, p. 79-80), “dada sua formação de macho, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este “destino” como natural.” Todo esse cenário mencionado acima reflete diretamente na saúde mental das mulheres.

A pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos<sup>10</sup> evidenciou que na pandemia, em nível mundial, as mulheres apresentaram as maiores taxas de ansiedade, depressão, esgotamento, medo do futuro e perda da autoconfiança. São elas, também, que tem pouco tempo para cuidar de si e se dedicar a sua saúde e não contam com a ajuda de outras pessoas. No Brasil, não é diferente. Dados da mesma pesquisa mostram que 33% dos homens sofrem de ansiedade enquanto 49% das mulheres vivenciam esse sofrimento. São as mulheres também quem mais possuem dificuldades para dormir; 19% dos homens em contraposição a 33% das mulheres, ou seja, quase o dobro. Quanto aos sintomas de depressão, 7% dos homens no Brasil apresentam em contraposição aos 14% de mulheres.

Através do exposto, identifica-se como a intensificação da divisão sexual do trabalho e do acirramento da “questão social”, em tempos de pandemia, mostra-se mais latente e vulnerabilizam a saúde mental das mulheres. Frente a esse cenário, buscou-se compreender esse fenômeno na particularidade do município de Aracati-CE, a partir das vivências das usuárias do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), um serviço voltado para o cuidado em saúde mental.

### **Mulheres na pandemia: o que elas têm a nos dizer?**

O contexto pandêmico adensou as expressões da “questão social” e das desigualdades de gênero, próprias da divisão sexual do trabalho, produzindo rebatimentos severos à saúde mental das mulheres, algo percebido na experiência da residência multiprofissional em saúde, na ênfase saúde mental coletiva, vivenciada no CAPS II de Aracati.

Ao adentrar nas histórias de vida de 12 mulheres que buscaram o serviço pela primeira vez no período da pandemia, identificamos que o cenário supracitado incidiu negativamente nas suas condições de vida e, conseqüentemente, na sua saúde mental. Logo, buscamos apreender: quem são essas mulheres? São mulheres cisgênero, de 24 a 61 anos, pretas e pardas, e heterossexuais. Quatro delas são solteiras, quatro casadas, três possuem união estável e uma é divorciada, sendo que nove possuem filhas/os.

Quanto à escolaridade e ocupação, quatro concluíram o ensino médio, seis delas não conseguiram alcançar essa formação, sendo que três, sequer, concluíram o ensino fundamental. Todas possuem profissões, as quais são: fisioterapeuta, diarista, marisqueira, manicure, vendedora de roupas e perfume, atendente, promotora financeira, agricultora, dona de casa, cabelereira, professora e agente comunitária de saúde.

Todas as mulheres foram encaminhadas para o CAPS por profissionais da rede de saúde após queixas de ansiedade e depressão, mas também por ideação suicida ou tentativas de suicídio. Os transtornos mentais mais comuns são: F32.1 – Episódio depressivo moderado; F32.2 – Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos; F33.2 – Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos e F41.1 – Outros transtornos ansiosos.

Quando observadas as condições de vida e trabalho, um número significativo pontuou a extensiva e extenuante carga-horária de trabalho na pandemia como fator crítico à saúde mental, e por isso buscou o CAPS:

As tarefas aumentaram muito na pandemia, principalmente ao telefone, pelo Whatsapp. Às vezes cinco seis horas da manhã atendo o povo de camisola querendo saber de remédios, de receitas... Isso é muito

negativo pra saúde mental, por eu já ter ansiedade e não conseguir separar o pessoal do profissional. Nem final de semana eu saio. Acaba que somos responsáveis por muitas famílias, muitas colegas adoeceram por isso. Essas campanhas de vacinações foram complicadas, jogaram muitas coisas pra agentes de saúde... Tudo isso vai juntando, sobrecarrega e ainda tem gente que pergunta por que adoço. (Girassol).

A precarização da renda das mulheres é uma realidade evidente, pois sete vivem com renda familiar até um salário mínimo, duas com até dois salários, três entre dois e três salários. Inclusive, a metade delas recebe benefício de transferência de renda, majoritariamente, do Programa Bolsa Família, configurando-se como a única renda da casa.

Ademais, nove mulheres não foram beneficiadas com o auxílio emergencial durante a pandemia. Das que receberam, havia uma manifesta preocupação com a sua finalização: “Esse é o último mês. Já estou preocupada com esse fim. Só a misericórdia. As faxinas tá difícil chamar, eles mesmo estão fazendo por conta própria por conta da pandemia e quando chamam querem pagar 30,00, 50,00 para trabalhar o dia todo, aí não dá.” (Tulipa).

Sobre isso, Pimenta (2020, p. 16) destaca que a pandemia da Covid-19 “tem rosto de mulher”, não somente por ser a maioria das cuidadoras na área da saúde, mas também no âmbito doméstico, com responsabilidade de gerir a alimentação, a água e os auxílios emergenciais do Estado. E mesmo as que não se configuram como grupo de risco à doença, estão na linha de frente do trabalho doméstico e do cuidado, portanto, as que mais sofrem os impactos “tanto no que tange ao vírus, quanto por estarem, muitas vezes, desassistidas financeiramente, mesmo sendo chefes de família”.

Cada vez mais, as mulheres têm assumido o lugar de chefes de família (fenômeno expresso entre as entrevistadas). A maioria, (9), disse ser a provedora da casa, mesmo que algumas compartilhem dessa responsabilidade com outra pessoa. E também são elas as responsáveis diretas pelas atividades domésticas e de sustento da casa, tais como: fazer comida; lavar roupa; limpar casa; cuidar de filhas/os; ensinar atividades escolares, dentre outros. A maior parte das mulheres, (8), afirma realizar mais de cinco tarefas no dia, referindo amplificação das atividades domésticas na pandemia, por vezes até dividem as responsabilidades da casa com alguém, mas sempre são as responsáveis centrais.

De acordo com Santos e Silva (2020), a feminização da pobreza se intensificou na pandemia, repercutindo na saúde mental das mulheres. Essas situações estiveram presentes nas falas das nossas entrevistadas quando perguntadas sobre os impactos sentidos:

Impacto negativo, porque a gente não foi preparado pra isso, pra esse aumento, esse gasto, pelo contrário, os gastos com ensino remoto triplicaram na água, na energia, na internet e quando fiquei sem trabalhar fiquei em uma condição difícil sem acesso a auxílio-doença, não tinha como pagar as contas, o aluguel. Eu vivia de ajuda das pessoas, da paróquia, com cesta básica, com remédios, porque todos eram comprados e não recebemos auxílio emergencial. E esse ano continua ruim, não recebemos dinheiro pra ter mais internet em casa, o tempo todo foi tudo por nossa conta. (Margarida).

Todas as entrevistadas assumiram o cuidado de algum familiar no período, sendo perceptível o cansaço físico e mental, além da impossibilidade do cuidado pessoal, que é deixado de lado em detrimento de outros, como as atividades de lazer, cultura e esporte. Esse cenário se agravou mais ainda para as mulheres que possuíam filhas/os em estudo remoto, sendo recorrentes as falas sobre dificuldade neste processo:

Ele tava indo pro reforço, mas já tá com dois meses sem ele ir. Ele tá sem fazer as tarefas da escola, porque eu sou burrinha e não tenho mais dinheiro pra pagar aula particular. (Calêndula).

No meu caso tenho que fazer a atividade dela a noite porque trabalho e a noite ela não quer. Às vezes tenho outras prioridades e faço duas atividades em um dia só. (Violeta).

Infelizmente, a violência doméstica ainda é bastante presente na vida das mulheres, sendo adensada na pandemia, em que cinco delas disseram terem sido vitimadas. Uma realidade que preocupa, visto que o município não possui delegacia da mulher e nem centros especializados ao atendimento em situações de violência contra a mulher. Calêndula, por exemplo, foi vítima de violência moral e psicológica pelo atual companheiro: “Quando eu usava droga ele dizia que eu era prostituta e que eu me prostituía pra comprar droga.

Por isso discutimos”. Já a Girassol sofreu violência física, psicológica, moral e sexual do ex-marido, trazendo prejuízos diretos para sua saúde mental, inclusive, com risco de suicídio, conforme expresso em sua fala:

Na pandemia eu sofri antes e durante. Só que na pandemia como fiquei direto em casa aí tive crises de ansiedade e depressão mais forte. Ele dizia que era frescura. Ele bebia muito. Eu tinha relação sexual, me sentia estuprada, na hora da relação ele me chamava de puta. Isso é estupro porque fui forçada e no outro dia ele pedia desculpa, fazia de conta que nada tinha acontecido e fazia tudo de novo na semana seguinte... Ele me deixava pra baixo dizendo que eu estava gorda, feia e se eu me arrumasse demais ele dizia que era pra outra pessoa, tudo isso era pressão psicológica... Até onde eu tive minha tentativa de suicídio. Ele me ameaçou de morte depois da separação. Ele disse que ia dar dez tiros na minha cabeça.

Para Brito et al. (2020), a violência doméstica pode ser intensificada em momentos de emergência em saúde pública, como a pandemia da Covid-19, mesmo em mulheres que não tinham histórico de vítima de violência. Isto porque o confinamento traz maior suscetibilidade das mulheres às múltiplas formas de violência, pois os efeitos econômicos da pandemia e o isolamento social podem intensificar os riscos de violência.

A OMS (2015) destaca que a violência contra a mulher traz muitos danos para a saúde, como feminicídio, suicídio, infecção pelo HIV/AIDS e mortalidade materna. A saúde mental pode ter danos profundos, como a manifestação de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade e transtornos associados uso problemático de álcool e drogas. As mulheres que sofrem violência doméstica têm probabilidade duas vezes maior de ter depressão do que as demais, e duas vezes maior chance de desenvolver transtornos mentais associados ao álcool.

Muitas foram as adversidades, subjetivas e objetivas, vivenciadas pelas mulheres na pandemia como a tensão produzida pelo isolamento social, o medo de contrair a Covid-19 e a dificuldade de conciliar o trabalho doméstico com o trabalho remoto. Mas, ainda, os impedimentos relacionados às condições concretas de produção da vida material, como o desemprego e a precarização do trabalho, conforme declarou Íris:

Tá muito complicado porque falta coisa dentro de casa, falta coisa pro meu filho e eu não posso trabalhar porque tenho que cuidar dele e isso vai acumulando. Tenho que pagar aluguel, comprar medicação, pagar água, luz. O benefício dele é uma ajuda boa, mas não dá, né? É muita despesa pra pouca coisa. A noite ele tem que tomar o mingau e eu não tenho de onde tirar. Minha sorte esses dias foi a vizinha que deu.

O desemprego bateu à porta de muitas mulheres na pandemia, das nossas 12 entrevistadas, sete vivenciaram essa terrível experiência. Uma delas teve toda sua família desempregada no período, implicando diretamente no bem-estar psíquico.

Meu esposo trabalhava em uma obra de carteira assinada, tiraram ele. Meu irmão e eu trabalhava na barraca da praia de Majorlândia. Eu cozinhava, mas a pandemia acabou com a gente. (Calêndula).

Eu cuidava de uma idosa e tive que sair porque gripei, a senhora achava que era Covid e me colocou pra fora. Aí depois disso não consegui mais emprego, eu acho que devido à pandemia o pessoal não queria dar emprego. Tive mais crises de ansiedade e depressão, afetou mais. Nesse período pensei em tirar minha vida. (Íris).

Sem dúvidas o isolamento social implicou em sequelas à saúde mental das mulheres. Aliás, quase todas relataram alguma forma de sofrimento em sua fala, visto que não tinham vivenciado nada parecido antes. Chamou a atenção situações extremas, como a vivenciada por Tulipa: “Fiquei em pânico, em depressão, nem queria mais sair de casa, é tanto que eu procurei aqui, né? Não estava mais aguentando. Fiquei em um desespero horrível, cheguei até a pensar em tirar minha vida, mas pensei em meus filhos”.

Algumas dessas mulheres já vivenciavam expressões de sofrimento psíquico, mas com a experiência da pandemia agravou, particularmente, o risco de suicídio:

Antes eu já me sentia depressiva, mas tentei suicídio somente na pandemia. Eu queria me livrar daquela dor horrível, você não consegue pensar em ninguém. Parece que tá todo mundo contra ti. Dia vinte



completa um ano que tentei tirar minha vida, um dia depois do meu aniversário. A depressão com a pandemia estourou tudo. (Dália).

Karl Marx em sua obra “Sobre o suicídio” analisa, no século XIX, esse fenômeno na sociedade capitalista com base nos documentos do Jacques Peuchet, um ex-arquivista policial francês. Neles contêm relatos de suicídio. Marx percebe que o fenômeno acomete mais as mulheres e que os fatores mais influenciadores são o machismo e o patriarcado no capitalismo, onde elas eram tratadas como propriedade e sofriam muito nesse contexto (LÖWY, 2006).

Uma realidade que não é diferente já no século XXI, conforme exposto nas supracitadas entrevistadas. De todas as entrevistadas, somente uma não apresentou risco de suicídio na vida, em oito mulheres esse risco surgiu na pandemia, uma delas com tentativas de morte mais de uma vez, conforme relatou Hortência: “Já quis me matar quatro vezes e não fui covarde, isso é problema de saúde que precisa de ajuda. Eu fui julgada pela vizinhança por isso”.

Outra experiência de sofrimento por essas mulheres, na pandemia, foi a perda de familiares para a Covid-19. Um luto não vivido ou a vivência de inúmeras mortes de pessoas próximas foram relatados por quatro entrevistadas, processos que produziram marcas profundas em sua subjetividade, como demonstra Dália:

Amigos próximos meus morreram e eu fiquei bem mal mesmo, bem pra baixo mesmo. Morreu um na quarta, um no domingo. Em questão de um mês perdi essas pessoas. Eu não dormia. Chorava muito. Regredi tudo o que eu tinha conseguido avançar, tá entendendo? Morreu um grande amigo, depois outro amigo e depois a esposa do meu pai e logo em seguida, cerca de nove dias, meu pai morreu. Daí procurei o CAPS. (Dália).

E as expectativas para o pós-pandemia? Algumas não conseguem nem pensar no amanhã; já outras, querem aproveitar mais a família, um inverno bom para o roçado, que sejamos pessoas melhores, que a violência diminua. Mas o que a grande parte tem como anseio é a mudança da política do nosso país e a presença de empregos e de políticas sociais que propiciem a garantia dos direitos, da vida da população:

Arranjar um trabalho e fazer alguma coisa na vida. Quero que meu filho termine os estudos, arranje um emprego, porque seria uma preocupação a menos. (Tulipa).

Eu espero que com as vacinas com o término da pandemia, surjam mais empregos, em termos financeiros pra minha família, pra outras pessoas. E mude a política do nosso país que só pensa neles e não em quem tem necessidades. (Dália).

Que melhore a saúde, a alimentação, que diminuía o preço das coisas e saúde pra todos. (Íris).

Dificuldades para lidar internamente com o sofrimento, para romper as barreiras postas pelo preconceito, para manter-se no CAPS diante das necessidades objetivas que a vida impõe. Muitas não encontram tempo para cuidar de si ante as jornadas intensivas e extensivas de trabalho; outras residem distantes do serviço e não conseguem custear o seu traslado. Essa é a dura vida das mulheres que vivem em constante sofrimento e que não contam com políticas de cuidado efetivas que considerem as suas particularidades/necessidades.

Em síntese, apreendemos pelos prontuários e pelas entrevistas realizadas com as mulheres, que buscaram o CAPS no período da pandemia, que elas estão em intenso sofrimento psíquico. Percebe-se, portanto, a necessidade urgente de políticas de cuidado pensadas para as mulheres, não só no presente momento, mas que seja um suporte para além, pois as mulheres são oprimidas pelo patriarcado e machismo muito antes do cenário vivido de pandemia e de retrocessos nos direitos, materializados pelo governo Bolsonaro.

### **Considerações finais**

O acirramento da “questão social” somado à divisão sexual e racial do trabalho na pandemia enredaram inúmeras inferências, de forma particular, na saúde mental das mulheres. Nas entrevistas realizadas e pelos

prontuários das usuárias do CAPS II apreendemos por meio de suas faces, palavras e choros, o peso desse cenário nas suas vidas.

Foram elas que cuidaram e cuidam da sociedade enquanto o Estado se omite, antes ou após a ocorrência da pandemia da Covid-19. Foram elas que cuidaram das/os filhas/os sozinhas enquanto as creches e escolas estavam fechadas. Foram elas, também, que cuidaram das casas de outras mulheres, brancas e com esse privilégio, arriscando se contaminar e aos seus familiares. Ou foram elas que perderam o emprego porque sua empregadora, seguindo as recomendações, determinou: fiquem em casa e sem salário! Foram elas violentadas por seus maridos em casa e isoladas de direitos e proteção. Foram elas que quando a comida acabou enfrentaram longas filas em busca de alguma doação. Que realidade dura, não? Ela existe e está no rosto de grande parte das mulheres desse país: mulheres negras, pobres e em sofrimento.

Mulheres que sofreram (e ainda sofrem) com o governo Bolsonaro que se caracterizou como ultraliberal, autoritário, negacionista e patriarcal, e violou as políticas sociais diariamente, como a saúde e a educação, por meio da Emenda Constitucional (EC) 95, na qual congelou os investimentos sociais por vinte anos. Mulheres que sofrem ao não receberem auxílio emergencial na pandemia, ou ao serem comunicadas que o benefício foi “cortado” e lhes restar apenas a incerteza do que pôr no prato no dia seguinte.

Mulheres que sofrem com a suspensão das aulas presenciais para as/os filhas/os e a ausência de qualquer suporte social. Que sofrem ao chegarem ao CAPS e não encontrem a equipe multiprofissional que era referência para elas, em razão das demissões com a justificativa de corte de gastos, ou quando não encontram as medicações necessárias para “conter” a sua dor. Dores que, portanto, são produzidas socialmente, e muitas intencionalmente. As mulheres vivem uma verdadeira insegurança social, por isso afirmamos que a cara da pobreza e do sofrimento mental tem rosto de mulher negra e pobre.

E nessa direção, pois, identificamos que a dura realidade enfrentada por essas mulheres faz parte de uma grande engenharia social, que está vinculada ao modo de vida neoliberal que individualiza e responsabilizada as pessoas em sofrimento pelas mazelas produzidas pelo capitalismo contemporâneo. Por isso, reafirmamos que não há saúde mental sem que haja condições de vida e trabalho dignas, sem que tenhamos igualdade de gênero e a superação do racismo estrutural que ainda fundamenta as relações sociais brasileiras. Sem que tenhamos gestores federais, estaduais e municipais com compromisso não apenas com uma reforma psiquiátrica antimanicomial, mas com um projeto de nação com justiça social e democracia plena para todas, até que todas nós sejamos livres e iguais!

## Referências

- ALMEIDA, S. L. de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 10 mar. 2021.
- BRITO, L. et al. Impactos sociais da Covid-19: uma perspectiva sensível às desigualdades de gênero. Observatório Covid-19, 2020.
- CABRAL, C. Qual a diferença entre pandemia, epidemia, endemia e surto? Disponível em: <https://fazumhilab.com.br/pandemia-epidemia-endemia-e-surto-diferencas/#:~:text=Exemplo%3A%20Gripe%20Su%C3%ADna%20>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. Feminismo, diversidade sexual e serviço social. São Paulo: Cortez, 2018.
- CISNE, M. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. Serviço Social em Revista, v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588/17726>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. Perspectivas, São Paulo, v. 3, 1980. p. 81-85.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações para a divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 32, p. 595-609, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília, ano II, n. 3, 2001. Disponível em: [https://www.abeps.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abeps.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso em: 08 mar. 2021.

INSTITUTO VITA ALERE. Elas são as mais afetadas! Impactos da pandemia de Covid-19 na saúde mental das mulheres. Disponível em: <https://vitaalere.com.br/>. Acesso em: 08 de mar. 2021.

LÖWY, M. Um Marx insólito. In: Sobre o Suicídio. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/centro-de-atencao-psicossocial-caps>. Acesso em: 08 mar. 2021.

OMS/OPAS. Folha Informativa Covid-19 – Brasil. Organização Pan-Americana de Saúde- OPAS/ Organização Mundial de Saúde (OMS), 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 04 mar. 2021.

OMS/OPAS. GLOBAL BRASIL. Disponível em: <https://covid19.who.int/region/amro/country/br>. Acesso em: 08 mar. 2021.

OMS/OPAS. OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812). Acesso em: 04 mar. 2021.

OMS/OPAS. Violência contra a mulher. Estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher. Tema 4.6 da agenda CD54/9, Rev. 2, 30 set. 2015.

ONU MULHERES BRASIL. COVID-19: Mulheres à frente e no centro. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/covid-19-mulheres-a-frente-e-no-centro/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ONU MULHERES BRASIL. “Podemos mudar a maré em favor da igualdade de gênero”, afirma diretora executiva da ONU Mulheres. Não paginado. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/podemos-mudar-a-mare-em-favor-da-igualdade-de-genero-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 3, 2001. Disponível em: [https://www.abeps.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abeps.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso em: 08 mar. 2021.

PIMENTA, D. Pandemia é coisa de mulher: Breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. *Tessituras*, Pelotas, v. 8, n. 1, 2020.

PRETTO, E. Por políticas públicas que protejam a vida das mulheres. Porto Alegre: Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/30/artigo-por-politicas-publicas-que-protejam-a-vida-das-mulheres>. Acesso em: 15 dez. 2021.

REVISTA AZMINA. *Bolsonaro não usou um terço dos recursos aprovados para políticas para mulheres desde 2019*. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/bolsonaro-nao-usou-um-terco-dos-recursos-aprovados-para-politicas-para-mulheres-desde-2019/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SOF. O trabalho e a vida de mulheres na pandemia. Relatório pesquisa Sem Parar. Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 2020.

SANTOS, D. A. dos; SILVA, L. B. da. Relações entre trabalho e gênero na pandemia do COVID-19: o invisível salta aos olhos. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 32, n. 1, 2021. p. 10-34.

SOUZA, A. S. R.; PRACIANO, G. de A. F.; SOUZA, G. F. de A. A saúde mental das mulheres em tempos da Covid-19. *Rev. Bras. Saúde Mater. Infant*, Recife, v. 20, n. 3, p. 663-665, 2020.

## Notas

<sup>1</sup> Uma epidemia ganha forma quando há ocorrência excedente de casos de uma doença em determinados locais geográficos ou comunidades. Já a pandemia é a disseminação mundial de uma doença (epidemia).

<sup>2</sup> Art. 5º Para os efeitos desta Lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

<sup>3</sup> Para tanto, é válido destacar que a “questão social” diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais constituídas na sociedade capitalista madura, enfrentadas por intervenção Estatal. Tem origem no caráter coletivo da produção que em contraposição, se tem a posse privada das riquezas produzidas pela ação humana — o trabalho —, do que é necessário para a sua realização, como também do que é produzido. É nesse sentido que a “questão social” apresenta disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, através de relações de gênero, singularidades étnico-raciais e formações regionais [.] (IANNI, 1992 apud IAMAMOTO, 2001, p. 16–17).

<sup>4</sup> As aspas utilizadas na expressão “questão social” têm como objetivo chamar atenção e diferenciar-se das perspectivas conservadoras sobre esse fenômeno que é próprio da sociedade burguesa, tal como indica José Paulo Netto (2001).

<sup>5</sup> Atendimento a todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, atende cidades e ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes (BRASIL, 2017).

<sup>6</sup> Tais como: Organização Mundial de Saúde, Sempre Viva Organização Feminista, ONU Mulheres, Revista Azmina e Instituto Vita Alere.

<sup>7</sup> [...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo *racismo é regra e não exceção*. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. [...] *o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática* (ALMEIDA, 2018, p. 38-39).

<sup>8</sup> O machismo é definido como um sistema ideológico de *representações simbólicas*, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher (DRUMONT, 1980, p. 81).

<sup>9</sup> O patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, dirige suas implicações centralmente às mulheres [...]. Assim, ainda que atinja outros sujeitos, a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e à invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado e identificado como feminino [...] permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação (CISNE; SANTOS, 2018, p. 43).

<sup>10</sup> Instituto líder global em pesquisas de mercado do mundo.

Rachel Araujo de Matos

rachel.araujo@outlook.com

Assistente Social pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE - campus Iguatu).

Especialista em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará ESP/CE.

## ESP

Avenida Antônio Justa, 3161 – Meireles

Fortaleza, CE – Brasil

CEP: 60165-090

## Cynthia Studart Albuquerque

cynthiastudart@yahoo.com.br

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora do quadro efetivo do Curso de Serviço Social do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE - campus Iguatu).

Professora colaboradora do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE).

## IFCE

Avenida Treze de Maio - de 1083/1084 ao fim Fátima

Fortaleza, CE – Brasil

CEP: 60040531

## Agradecimentos

À Escola de Saúde Pública (ESP/CE) pela qualificação profissional ofertada e por fomentar a importância da pesquisa. Ao Ministério da Saúde e da Educação por dar suporte direto nesse processo. Às pesquisadoras Adriana Alves e Evelyne Medeiros pelas contribuições importantes nesse trabalho. À Luta Feminista e Antimanicomial por atuarem diariamente na busca por uma sociedade justa, igualitária e livre. A todas as entrevistadas por relatarem suas histórias de luta e nos permitir

fazer reflexões mais aprofundadas das suas vivências no atual cenário.

## Agência financiadora

Não se aplica.

## Contribuições das autoras

Cynthia Studart Albuquerque: Trabalhou no delineamento, na redação do texto e na revisão crítica do artigo.

Rachel Araujo de Matos: Trabalhou na concepção, na análise e interpretação dos dados e na redação do texto.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), tendo recebido o parecer favorável de nº 4.847.421. Para consentimento da participação, fizemos uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

**Consentimento para publicação**

As entrevistadas da pesquisa declararam no ato da entrevista o consentimento para a publicação de seus dados em momentos posteriores. Portanto, está autorizada a publicação desse artigo na Revista Katálysis.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

## Fronteiras “visíveis” e deslocamentos: ensaio por meio da *pichação* e do *funk*

**João Vitor Bitencourt<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-4123-8942>**Ariane Rego de Paiva<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-5827-6355>

<sup>1</sup>Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

### Fronteiras “visíveis” e deslocamentos: ensaio por meio da *pichação* e do *funk*

**Resumo:** Este artigo busca contribuir para embarcar no tema *fronteiras “visíveis” e deslocamentos forçados*. Realiza-se um ensaio à luz da Análise Discursiva como ferramenta analítica, por meio, e na articulação, de três elementos principais de estudo: a) as expressões das *pichações*; b) a manifestação de *funks*; c) a utilização do suporte de *estudo bibliográfico*. A partir desse exercício de articulação, busca-se entender a formação discursiva que possibilita o resgate de debates teóricos. Os sentidos vinculados às condições de produção voltam-se às facções no Rio de Janeiro, que utilizam diferentes elementos em meio à disputa do domínio territorial/econômico. É debatida a questão do “pichador do tráfico”, concomitante à manifestação de *funks*, e o reforço do pré-construído em torno de hábitos e costumes que fundamentam ideários que permeiam situações de poder. Tem-se aí a produção de fronteiras “visíveis” e, como possível resultado, a produção de deslocamentos forçados de forma coercitiva, se os sujeitos não “aderem” à demarcação inscrita no campo do poder. As contradições irremediáveis à sociabilidade capitalista conduzem a uma relação de objetividade que é expressa em produções de experiências atreladas às violências. Percebe-se a facção como um grupo com “status” empresarial que possui uma estrutura simbólica e normativa atrelada à violência.

**Palavras-chave:** fronteiras visíveis; pichações; Rio de Janeiro; análise de discurso; violência.

### “Visible” borders and displacements: essay through graffiti and funk

**Abstract:** This article seeks to contribute to embarking on the theme of “visible” borders and forced displacements. An essay is carried out in the light of Discursive Analysis as an analytical tool, through, and in the articulation, of three main elements of study: a) the expressions of the graffiti; b) the manifestation of funks; c) the use of bibliographic study support. From this exercise of articulation, we seek to understand the discursive formation that makes possible the rescue of theoretical debates. The meanings linked to production conditions turn to the factions in Rio de Janeiro, which use different elements in the midst of the territorial/economic domain dispute. The issue of the “trafficking tagger” is debated, concomitant with the manifestation of funks, and the reinforcement of the pre-built around habits and customs that underlie ideas that permeate situations of power. There is the production of “visible” borders and, as a possible result, the production of forced displacements in a coercive way: if subjects do not “adhere” to the demarcation inscribed in the field of power. The irremediable contradictions of capitalist sociability lead to a relation of objectivity that is expressed in productions of experiences linked to violence. The faction is perceived as a group with business “status” that has a symbolic and normative structure linked to violence.

**Keywords:** visible borders; graffiti; Rio de Janeiro; discourse analysis; violence.

Recebido em 14.06.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 29.11.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

Este artigo busca contribuir brevemente para embarcar no tema *Fronteiras visíveis*, realizando um modesto ensaio à luz da Análise Discursiva. Realiza-se um exercício analítico por meio, e na articulação, de três elementos principais de estudo: a) as expressões das pichações; b) a manifestação de *funks*; c) a utilização do suporte de estudo bibliográfico. Defende-se que, por meio dessa articulação, é possível extrair narrativas de representações que estão no campo da produção e reprodução das relações sociais no que se refere ao objeto em questão, e com isso “fazer emergir” um sentido que é produzido acerca desse objeto.

No que se refere à Análise de Discurso (AD), deve-se lembrar de que este estudo trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido (CARAGNATO; MUTTI, 2006, p. 680-681). Portanto, levam-se em consideração as condições de produção do discurso, as posições de sujeitos e os efeitos de sentidos, aspectos referentes ao funcionamento do discurso. Procura-se ir ao encontro de elementos da Análise de Discurso introduzida por Michel Pêcheux, que se aproxima do marxismo, em que para ele a ideologia é a matriz do sentido, pois as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Como expõe Maria Cristina Leandro Ferreira (2022, p. 28, grifo nosso):

Ao pensarmos em sentido no âmbito discursivo é preciso considerá-lo em sua relação com a historicidade [.] o sentido tem seu processo de constituição como algo fundamentalmente histórico, vinculado a um trabalho da rede de memória; assim como ocorre com o sujeito, o sentido nunca é individual, nem tampouco surge como já produzido. *A Análise do Discurso vai deter-se precisamente no processo de produção dos sentidos, através de procedimentos que desvendam a historicidade contida na linguagem em seus mecanismos imaginários. Esta determinação histórica, tanto do sentido quanto do sujeito, faz com que eles não sejam entendidos como naturais, transparentes, mas sejam pensados em sua contradição.*

Busca-se, portanto, por meio deste ensaio e exercício analítico, como procedimento, resgatar a constituição fundamentalmente histórica onde os sujeitos estão imersos, constituídos em meio ao caráter material de condições de produção. No que se refere aos três elementos principais pelos quais este artigo se pauta (as pichações; a manifestação de *funks*; e a utilização do suporte de estudo bibliográfico), vale destacar algumas questões.

Sobre as *pichações*, algumas teorizações obtêm destaque, em especial no que se refere ao espaço urbano, que leva em conta que a pichação tem o propósito de primeiramente ser expressão livre e sem autorização, que vai além de um simples rabisco no muro, pois tem uma natureza crítica, onde o pichador reivindica o local, transforma-o a seu ver (MACIEL, 2015, p. 14-49). Em meio ao modo de produção capitalista, o pichador não tem interesse em vender seu trabalho, pois quer provocar sensações de incômodo, e alguns buscam, através de sua arte como forma de resistência, questionar o sistema, seja ele político, econômico ou social (FERNANDES; BARBOSA, 2014, p. 383). No entanto, ao longo desse exercício analítico, se percebe que a pichação é, também, uma prática de determinação com o objetivo de reforçar uma legitimidade. Carrega, enquanto ação que se volta a ser “marcador territorial”, uma imbricação em torno de questões mais complexas, contudo na dimensão do “poder”.

O *funk* possibilita extrair narrativas de representações que estão no campo da produção e organização social (por meio da música que também constitui e é constituída por esse fenômeno que é a facção). Ou seja, o *funk* “fala por ele de forma ampla e coletiva”, tendo em vista que uma música popular de uma região expressa, nas estrofes, valores, indignações, representações, estigmas que são socialmente veiculados, diferentes modos de apreender contextos e fenômenos que compõem estas realidades” (PRATES, 2007, p.224).

Por sua vez, o estudo bibliográfico dá condição para o embasamento científico, pois faz emergir e vincula o objeto à seleção e fichamento de informações extraídas de livros, revistas científicas, teses e dissertações e anais de eventos sobre o assunto.

## O discurso que retifica as fronteiras visíveis: sentidos materializados por meio das *pichações* e dos *funks*

A Figura 1, à primeira vista, anuncia algo simples: uma *pichação*. Normalmente, é propício ir ao encontro a entendê-la no âmbito dos debates “contemporâneos” e/ou teóricos sobre as expressões gráficas de indivíduos

**Figura 1 – Fotografia tirada em 16 de outubro de 2021, Morro do Catumbi, Bairro Santa Teresa, Rio de Janeiro**



Fonte: Acervo do autor (2021).

e/ou grupos marginalizados, em que se debate sobre uma manifestação que exterioriza algo à “paisagem” urbana — ora é vandalismo (delito, infração etc.), ora é manifestação cultural (resistência, apropriação etc.). Sem desconsiderar essas questões, deve-se resgatar que o objetivo deste artigo, através do exercício analítico à luz da Análise Discursiva, é tratar da questão das *fronteiras visíveis* na cidade do Rio de Janeiro.

Parte-se do pressuposto que as *expressões das pichações* têm/possuem *condições de produção* — neste caso, a materialidade significativa se trata de uma pichação (texto) que está carregada de discursos, tendo em vista que, de alguma forma, mostram o propósito de estabelecer um diálogo social (FERNANDES, 2011, p. 242). A pichação se determina através de um *sentido* que é produzido e se forma por meio de uma síntese de várias coisas, e não cabe aqui codificá-lo e/ou categorizá-lo, mas perceber algo a respeito da discursividade que é atravessada pelas condições materiais de produção dos sujeitos e dos seus produtos — no caso deste, a *pichação* (aliada ao *funk* e ambos apoiados no *estudo bibliográfico*) é o produto (síntese de várias coisas que produzem um sentido que pode/deve ser refletido).

A pichação expressa na Figura 1, exteriormente, algo de fácil entendimento: ao mesmo tempo em que se apaga a alusão a uma Facção (Amigos dos Amigos – ADA), faz-se referência a outro grupo (Comando Vermelho – CV). O local em que a pichação está localizada é uma área de conflito, fica nos acessos do Morro da Coroa, comunidade localizada entre os bairros Catumbi e Santa Teresa, região central do Rio de Janeiro. Os conflitos armados pelo domínio desse território são conhecidos e comumente estão sendo mostrados pela cobertura das grandes mídias televisiva e/ou digital. As recentes guerras nessa região — a partir do ano de 2015 — intensificaram o cenário de violência em torno do mercado das drogas ilícitas. A Facção ADA, após uma intensa guerra envolvendo os três principais grupos faccionais do Estado, perdeu o domínio territorial/econômico do Morro da Coroa para o grupo do CV que comanda as comunidades do Fallet, Fogueteiro e



Prazeres, também em Santa Teresa. Com o passar do tempo, as pichações do ADA foram sendo riscadas/apagadas e cobertas, e surgem as pichações do CV.

Sem dúvidas, as pichações são práticas afirmativas para reforçar legitimidade, são funcionais como marcadores territoriais que expressam diretrizes impostas (GOMES; JESKE, 2021, p. 5–6) e são também, certas vezes, formas de transmissão de informações por meio de ameaças (ARAUJO, 2018, p. 18-19). No entanto, é importante analisar o discurso além do contexto do domínio das palavras (em seus sentidos morfológicos), para além da “colagem” aparente entre “linguagem” e mundo — procurando estabelecer o sentido que é produzido<sup>1</sup>.

Retornando à pichação retratada na Figura 1, consideramos que ela extrapola o âmbito de uma manifestação que expressa um vandalismo (algo imoral) e/ou uma manifestação cultural (de resistência), como ecoam os principais debates acerca dessa questão.

Nesse sentido, vale concluir que, o que se tem é *o desenvolvimento da constituição do sujeito moderno*. Entende-se, portanto, que há demarcação em torno de um sujeito (“o pichador do tráfico”) que trabalha para tornar fronteiras, já existentes, visíveis. Percebe-se a marcação de uma fronteira no ato de pichar. Tem-se o ato de dar maior visibilidade a uma situação/relação atrelada a um determinado poder, e com isso se percebe a diferença entre “o pichador comum/usual” e o “pichador do tráfico” — esse último, que no ato de pichar subjetiva uma produção discursiva atrelada ao “*poder-dizer*” típico da sociedade moderna burguesa.

Esse ato e atividade do “pichador do tráfico”, diferentemente do caráter usual estabelecido (e estereotipado) em torno do “pichador comum” — em que se expressa um vandalismo, algo imoral, e/ou uma manifestação cultural, resistência (consequentemente uma prática de oposição à ordem estabelecida), *reforça o pré-construído da modernidade*. Ou seja, há a produção e a demarcação de valores, hábitos e costumes que são elementos que constituem a modernidade–mundo (do capitalismo), fundamentando-se em ideários como do poder, dos padrões de comportamento tidos como universais, principalmente simbólicos (TRINDADE, 2005, p. 83–84)<sup>2</sup>. Isso contribui para a especificidade da imagem no processo discursivo de produção dos sentidos, em outros termos, faz constituir e circular um discurso enquanto objeto socio-histórico ideológico — nesse caso, a disputa e a suposta hegemonia de *poder* (econômico, territorial etc.), vinculado à produção da violência.

Os funks citados a seguir possibilitam reflexões que dão materialidade ao debate.

“O confronto é intenso, um Morro do lado que separa as gangues, polícia não se mete não que é guerra de traficante” (2ADOTREMBALA, 2020, 01:16 min).

“Brota Coroa ou aguarda nós na Mineira aí mais tarde, tu vai ver o que que é Guerra. [.] Na Coroa já tá 2, tá brabo deles tentar. Na Itapiru não passa nada, se brotar é muito tiro[.]. [.] chefe me dá o meu Meiota cheio de pente para eu acabar com ADA” (MC DESCONHECIDO, 2020, 00:29 min).

“Para estar na Nova tem que estar ligado, para não pisar em lugar errado. Até então o bagulho aqui tem divisão, nós aqui tudo vermelho e do outro lado os Alemão” (MC RODSON, 2013, 01:00 min.).

As letras de *funk* demonstram íntima relação com o sentido que é produzido/atravesado, expresso na imagem da pichação (Figura 1), sentido esse que evoca um marcador que expressa uma realidade: *as fronteiras visíveis*.

O segundo elemento, que se articula com a expressão da pichação exposta, são as manifestações de *funks*. As duas letras demonstram relação com as condições de produção do discurso que emerge em meio à pichação no que tange à situação das fronteiras visíveis. Em uma das estrofes, aponta-se que há um “confronto” e o que separa as facções é “um Morro”, e outra estrofe se refere diretamente ao território no qual é produzida a pichação. Aponta-se que “na Itapiru (importante Rua que liga a região do Centro do Rio de Janeiro ao Rio Comprido) não passa nada, se brotar [se aparecer] é muito tiro” — essa é uma mensagem passada pelo recém grupo faccional que assumiu o controle do Morro da Coroa. Por fim, a última estrofe trazida refere que para se estar na Nova Holanda (comunidade do Complexo da Maré) tem que estar “ligado para não pisar em lugar errado”, pois há uma divisão territorial e do outro lado (na outra comunidade) há uma facção rival.

Usualmente, entende-se a fronteira como o limite que demarca um país e o separa de outro(s) e/ou a linha que divide ou delimita, separando países (DICIO, 2022)<sup>3</sup>. Ou seja, seu sentido morfológico está marcado

como substantivo que remete, contudo, àquilo que é limite. Conceitualmente, muitos debates giram em torno da questão da fronteira, em especial no que remete às linhas físicas que separam áreas geográficas de poderes administrativos e políticos. Essa atribuição está nos debates teóricos da geografia, ou mais especificamente, à geopolítica e das Relações Internacionais.

O conceito de fronteira é derivado de outros conceitos-chave da disciplina, como Estado, território, soberania, sistema internacional e anarquia características intrínsecas das teorias mais utilizadas nas relações internacionais — o *realismo/neorealismo* (onde as fronteiras não possuem especificidade merecedora de atenção analítica especial) e o *liberalismo/neoliberalismo* (onde se dá atenção aos atores do sistema internacional e se debatem os “interesse nacionais” dos Estados) (SCHERMA, 2012, p. 126–127).

No entanto, conforme se percebe no debate que emerge neste exercício analítico, há outras dimensões que estão “para além” desses entendimentos, tanto no que se refere ao domínio das palavras no quesito morfológico (o “sentido” específico atribuído ao seu significado do dicionário) como frente ao quesito do que se elava no debate teórico contemporâneo (da ordem da fronteira física — do visível).<sup>4</sup> Como se vê, há o estabelecimento de fronteiras visíveis, cujas representações estão imbricadas em múltiplas dimensões do cotidiano (territoriais, culturais, de experiências e necessidades, de tensões provocadas pela violência). Parte-se desse pressuposto para refletir a seguir, pois tanto a *imagem da pichação* (Figura 1) quanto as estrofes extraídas *dos funks* demonstram que se erguem fronteiras que não se apresentam “diretamente” como “físicas”. Como aponta Gustavo Villela Lima da Costa (2013, p. 153), ao estudar a vida nas regiões fronteiriças, se há certamente, na fronteira, espaços sociais de circulação, de fluxos e trocas além da economia, “existe também a construção de muros visíveis que, por sua presença difusa e às vezes encoberta, são muito mais difíceis de serem localizados e demolidos”.

Explicou-se, grosso modo, a situação que envolve o contexto da imagem da pichação aqui apresentada. De forma objetiva, trata-se da mudança de controle territorial/econômico de uma facção na cidade do Rio de Janeiro para outra, e com isso ocorre a pichação no muro na entrada do Morro da Coroa. Há, portanto, a prática de uma definição, ou seja, firma-se um conteúdo expresso no apagamento da sigla de uma Facção e na identificação de outra, conforme explica Knetsche (2019, p. 33), ao estudar a análise do discurso “revolucionário” em pichações:

[...] essas definições não implicam apenas uma regulação epistêmica, mas também na ordem dos saberes/poderes. Não uma regulação de poder necessariamente atrelada ao poder estatal, hierarquizado, mas aos micropoderes. O universo das pichações, por exemplo, é construído à margem de um poder hierarquicamente superior na sociedade brasileira, mas nem por isso é insignificante nos dizeres[...].

Tanto no ato de apagar a sigla da Facção rival como pichar a sigla do seu grupo faccional, há uma ação que, para além de ser individual (o ato de pichar), é coletiva e está na ordem do saber/poder, na relação atrelada a um “poder-dizer”, onde os sujeitos conseguem se metaforizar, se subjetivar de outras maneiras, e não permanecer naquelas que os excluem. São narrativas urbanas que se estampam (se imprimem) (ORLANDI, 2001, p. 194)<sup>5</sup>.

Entende-se que a música *Funk* é elemento que expressa narrativas de representações que estão no campo da produção e da organização social, e, portanto, deve ser analisado através do caráter de seriedade, pois é uma prática que é parte de um determinado grupo subalternizado historicamente, e ao mesmo tempo é compreensão e experiência desses sujeitos (BITENCOURT, 2021, p. 5). Conforme demonstram Rodriguez, Ferreira e Arruda (2011, p. 430, grifo nosso), em estudo sobre representações sociais e território nas letras de *funk* proibido de facção, os *funks* proibidos de facção:

[...] trazem elementos que nos levam a entender o lugar dos territórios[...] *essas fronteiras (in)visíveis necessitam ser respeitadas* por trabalhadores e não trabalhadores do tráfico que aí se encontram. As sanções e violências contra aqueles que não as respeitam chegam, na maior parte das vezes, à morte[...] O território parece ganhar status de personagem da vida cotidiana. Ele é regulamentado e regulamenta essa vida. Simbólica e fisicamente, está nas pessoas como as pessoas estão nele.

O que nos mostram os autores acima mencionados, e está expresso também nas letras citadas anteriormente, é que há a delimitação de fronteiras, onde força e coação são impostas a fim de determinar marcações (dar

“visibilidade” ao “invisível”). Uma letra de *funk* e/ou uma pichação denotam poder que é subjetividade presente no ato de cantar e/ou pichar. Ou seja, apesar de se entender como *fronteiras visíveis*, vê-se que há uma existência real. A explicitação de fronteiras físicas e simbólicas que os grupos do tráfico estabelecem entre si é um elemento presente, a territorialização de áreas pelo tráfico envolve processos de apropriação e controle inscritos num campo de poder, além de laços de identidade com a facção que tenta, de alguma forma, homogeneizar e demarcar o território com uma fronteira definidora de alteridade (RODRIGUEZ; FERREIRA; ARRUDA, 2011, p. 416–419).

Sobre a questão da subjetividade, vale lembrar que neste debate do artigo, fala-se de relações de *poder* que estão imbricadas à reprodução das relações sociais no capitalismo. Subjetividade não é empreendida, portanto, como algo tão remetido ao “eu” e/ou ao “indivíduo singular” em termos psicanalíticos. Considera-se que a contradição irremediável entre as necessidades históricas do homem e as restrições impostas pela sociedade capitalista conduz a reflexões de dimensões diversas, mas não excludentes, que se assentam na relação indissociável da objetividade com a subjetividade (AMARAL, 2022, p. 64).

Até este momento se viu, através desse exercício analítico por meio, e na articulação, de três elementos principais de estudo (as expressões das pichações, a manifestação de *funks* e a utilização do suporte de estudo bibliográfico), que o *marcador expresso na realidade que é tema do debate (as fronteiras visíveis)*, é produzido e se forma por meio de uma “síntese de várias coisas”.

A pichação e os *funks* demonstram que, nos territórios do Rio de Janeiro, se expressam diretrizes impostas, e que possuem um “véu” de sentidos produzidos que devem ser explorados e entendidos. Os sujeitos que picham e/ou cantam letras, que demonstram que há o estabelecimento de fronteiras visíveis cujas representações estão imbricadas em múltiplas dimensões do cotidiano, estão interpelados pela identificação com uma formação discursiva. Nesse caso, se percebe que há a construção de muros visíveis difíceis de serem localizados, e se constroem imbricados à ordem dos saberes/poderes não usuais e comuns como se costuma ver/ouvir/perceber — não se trata de atribuições de sentidos regulados, por exemplo, pelo poder estatal, mas sim atrelado a um “poder-dizer” de sujeitos que se “subjetivam” junto às facções. Sobre os sentidos de facções, vale salientar que se considera que uma facção deve ser percebida através de diferentes elementos:

Primeiro, o “status” de grupo *empresarial*. As facções se assemelham às empresas na questão da estrutura organizacional das atividades e na relação de compra e venda da força de trabalho [na sociabilidade capitalista]. Segundo, a sua estrutura simbólica e normativa atrelada à violência (o “ethos guerreiro”). Há uma forte presença da representação de significados e valores ligados a essa posição cultural. Terceiro, a transversalidade para (e com) o Estado. Vivencia-se um ciclo violento que abarca as ações de intervenção policial de narrativas “clássicas” e, ao mesmo tempo, a permanência da corrupção em torno de atividades de milícias e polícias corruptas, onde se promove o abuso do monopólio da violência. (BITENCOURT, 2021, p. 12).

As imagens de pichações apresentadas nesta seção despontam no fenômeno do deslocamento interno e forçado no Rio de Janeiro. As pichações em muros de casas em territórios dessa cidade podem ter diferentes significados, mas no que se refere ao tema deste exercício analítico, o que se ressalta é a representação atrelada à questão da disputa entre facções (que por meio de siglas, dizeres de ameaças etc., expressam um “poder-dizer”). Se na pichação apresentada acima há o apagamento da sigla de uma facção para se reforçar a legitimidade de outro grupo, nesse caso essa ação é ligada a múltiplas dimensões do cotidiano — nesses casos, a ameaça e a intimidação.

Nas Figuras 1 e 2 tem-se dizeres que nada mais são que propósitos comunicativos, que mostram que a facção desse território em questão (Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro), não permite que os(as) moradores(as) aluguem as suas casas sem comunicar a facção, com o risco de perderem as suas residências caso não seguirem essas ordens. A prática da pichação, nesses casos, longe de estar ligada àquela ideia de uma ação “idealizada”, de ser tão somente uma *expressão livre e/ou de natureza crítica*, tal como longe de estar relacionada ao interesse social-coletivo de ser *forma de resistência e questionamento do sistema social e/ou político*, reflete a função de ser instrumento de normatização dos comportamentos.

Se picha para que se produza sentidos para o grupo social que ali vive, para que um dos grupos ou classes de um determinado território “apreenda” uma determinação simbólica. Trata-se do território se caracterizando

**Figura 2 – A questão das “fronteiras invisíveis” e os deslocamentos forçados no município do Rio de Janeiro**



Fonte: Rj Informe News (2020).

por seu valor de uso, em meio às ações de uma facção que é ator — constituída por sujeitos desses mesmos grupos e frações de classes, mas particularizados pela formação ideológica conforme a posição social ocupada. Como refere Lefebvre (2013, p. 121), o valor de uso dos lugares escapa às exigências da troca, do valor de troca, pois ao mesmo tempo em que é lugar de encontros, convergência de comunicações e das informações, “o urbano se torna aquilo que sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível (LEFEBVRE, 2013, p. 121). As pichações demonstram que se tem normas a se adotar, sem que isso represente uma adesão automática dos sujeitos, mas a sujeição e aceitação às normas de conduta instituídas com base na dinâmica de funcionamento das atividades do tráfico, tendo em vista que a facção, ao se apropriar de um território e fazer uso dele, normatiza regras de convívio para aqueles que aí residem, deixando a sua marca contingência de se adotar os códigos da facção (RODRIGUEZ; FERREIRA; ARRUDA, 2011, p. 416).

Nesse contexto, onde os fenômenos aqui debatidos (as *pichações* e os *funks*) mobilizam uma estrutura discursiva, tem-se uma “síntese de materializações” expressas no cotidiano que mostram o seguinte: diante das disputas territoriais entre facções criminosas se disputa internamente, também, as fronteiras físicas e simbólicas que os grupos do tráfico estabelecem entre si. Em meio a isso, as experiências vividas nos territórios e os sentidos atribuídos para (e pelos) sujeitos que adquirem forma e conteúdo — é o caso de possíveis expulsões de moradores e/ou de alterações nas rotinas comunitárias. Conforme a letra extraída do *funk* citado a seguir, percebe-se que essas experiências vividas estão à mercê de colher resultados de diferentes formas, caso não se adira e/ou se tenha consentimento às normas estabelecidas: “Se tem uma coisa que me deixa bolado, é ver o morador fechando com o errado. Se tem uma coisa que eu não admito é ver o morador “caguetar” bandido[...] Vai cair, saia da janela, pega seus panos e rala da favela” (CONEXÃO DAS ANTIGAS, 2020).

Nesse caso, o fato de “fechar com o errado” (estar supostamente ao lado e/ou em diálogo com a polícia ou facções rivais), assim como “caguetar” (entregar informações e/ou denunciar práticas tidas como ilegais), pode resultar na expulsão desse sujeito daquele território. Como destacam Filho e Mariano (2020), em estudo sobre as fronteiras visíveis e os deslocamentos forçados na periferia de Fortaleza, apontam para a existência de casos de expulsões de moradores ou impedimentos ao livre trânsito, pelo fato de se ter “fronteiras visíveis” e “deslocamentos forçados” provocados pela violência armada:

O confronto armado e as disputas territoriais entre as organizações criminosas estabelecem “fronteiras invisíveis” que repercutem sobre a rotina dos moradores e frequentadores em geral. [...] Em todas as falas, nas entrevistas, diálogos e escutas no campo, a percepção na mudança da criminalidade está acompanhada de alterações na rotina comunitária e na ideia de “entrar e sair”, “passar”, “ir e vir” pela comunidade [...] As disputas entre organizações criminosas geram um “faccionamento” dos territórios, estabelecendo

fronteiras invisíveis e instáveis, onde moradores, independentemente de vínculos com grupos criminosos, são impedidos de passar livremente. Em situações extremas, moradores são expulsos de suas residências e proibidos de retornar, por ordem de organizações criminosas.

No que tange a essa problemática, é importante resgatar que essas situações, resguardando as devidas particularidades socioterritoriais, devem emergir e serem questionadas, ao mesmo tempo, ao se fazer o resgate das experiências em torno da definição e do tratamento sobre deslocados internos apresentada no direito internacional. A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) refere como deslocados internos, àquelas pessoas (e/ou grupos) deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um sujeito refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção. No entanto, diferentemente dos refugiados, estes sujeitos não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção (ONU, 2018). Mesmo tendo sido forçados a deixar seus lares por razões similares às dos refugiados (perseguições, conflitos armados, violência generalizada, entre outros), os deslocados internos permanecem legalmente sob “proteção” de seu próprio Estado (ACNUR, 2016).

Nesse sentido, para fins didáticos, vale ressaltar que esses sujeitos (expulsos de suas casas, comunidades e bairros, que fogem em função do risco e da insegurança etc.), não atravessaram uma fronteira reconhecida internacionalmente, e, portanto, esse debate pode e deve estar no âmbito da “categorização” de deslocados internos. Diferentemente de outros *status legais devidamente reconhecidos* (como é o caso do estatuto de refugiado ou de asilo), os deslocados internos, devido à sua condição supostamente ontológica, são frequentemente esquecidos nos âmbitos político e epistemológico das Relações Internacionais (JESUS, 2019, p. 2). De forma genérica, entende-se a situação de deslocamento interno como aquela onde se tem grupos que “se veem obrigados a fugir de maneira súbita e imprevista em consequência de conflitos armados, tensões internas e violações massivas dos direitos humanos” (LAVOYVER, 1995, p. 23-25).

### Considerações finais

Este artigo traz o debate das fronteiras visíveis e desponta nos deslocamentos forçados. Tem-se como base (para o processo de análise em torno de uma “formação discursiva”) os seguintes elementos: *as expressões das pichações, a manifestação de funks e o suporte de estudo bibliográfico*. O debate gira em torno daquilo que é produzido pelas facções na cidade do Rio de Janeiro. As pichações e as letras de *funks* são de facções e fazem menção a um determinado grupo faccional.

Vale apontar, portanto, que se considera como uma facção um determinado segmento com “status” de grupo empresarial, que possui uma estrutura simbólica e normativa atrelada à violência, e, além disso, uma relação de transversalidade para (e com) o Estado, com base em experiências contraditórias e violentas.

Sobre as *pichações*, percebe-se que são expressões que reforçam uma legitimidade que “marcam” territorialmente algo. É um “*poder-dizer*” que é parte de diálogo social, ao mesmo tempo é força, é transmissão de informações produzida por sujeitos que se “subjetivam” em meio às experiências faccionais. Sobre o *funk*, ele é manifestação que possibilita extrair narrativas de representações que estão no campo da produção e organização social, permite apreender contextos e fenômenos que compõem realidades das experiências de sujeitos que vivem em territórios de influências das facções no Rio de Janeiro. Traz elementos que dão “luz” à vida cotidiana de forma específica no que tange aos aspectos de regulamentação simbólica e física em torno dos grupos faccionais e dos sujeitos não pertencentes a esses grupos. Esses fenômenos, articulados ao embasamento científico trazido para o exercício analítico, possibilitam emergir teoricamente o resgate de elementos — as fronteiras visíveis e a sua imbricação no fenômeno dos deslocamentos forçados.

Nota-se que a atividade do “pichador do tráfico” *reforça o pré-construído da modernidade*. Demarca valores e elementos que constituem, por meio de um processo discursivo de produção dos sentidos, que faz constituir e circular um discurso enquanto objeto sócio-histórico ideológico — nesse caso, a disputa e a suposta hegemonia de *poder* (econômico, territorial etc.), vinculado à produção da violência. Se sai da suposta “margem” que se entende usualmente em torno da atividade do pichador, e, portanto, essas narrativas urbanas se estampam de forma particular — contudo em torno da violência onde um grupo pertencente a uma classe

social, em um determinado território, constitui uma determinação simbólica. As condutas instituídas, nesse caso, têm base na dinâmica de funcionamento das atividades do tráfico.

Ao debater e relacionar esses elementos, chega-se a guisa de uma breve reflexão final. Sem procurar reduzir esses fenômenos que são plurais e complexos, tanto a pichação como o *funk* e, como apontado neste artigo, a complementaridade entre ambos, mostram uma formação discursiva que identifica algo: as facções procuram, por meio de diferentes elementos (nesse caso as pichações e os *funks*), disputar o domínio territorial produzindo fronteiras físicas e simbólicas “visíveis” — ao mesmo tempo se produz a regulamentação física e simbólica em um determinado processo de apropriação e controle inscritos num campo de poder. As fronteiras invisíveis são, portanto, demarcação e controle — logo, poder (e poder é posição social assumida nas relações sociais vigentes).

A partir do processo deste exercício de articulação, busca-se “desvendar” uma formação discursiva que possibilita o resgate de alguns debates teóricos. Acerca das fronteiras visíveis (físicas e simbólicas) materializadas nos discursos das pichações e dos *funks*, percebe-se que as contradições irremediáveis à sociabilidade capitalista conduzem a uma relação de objetividade com a subjetividade que é atrelada às violências. Não pode se esquecer, contudo, que essa regulamentação (que está na sigla e/ou na mensagem no muro tal como na música) adquire sentido em referência às formações ideológicas — poder é, sendo assim, estrutura primordial de objetivação dos sujeitos, lugar/posição no modo de produção em capitalista vigência, que desenha as estruturas ou formações sociais. Trata-se do “universo” de práticas impositivas e/ou coercitivas de um grupo/poder que procura se reconhecer legitimamente. Ao levar isso em consideração, é importante ressaltar que há a necessidade de adensar com maior rigor reflexões de cunho teórico voltadas à questão das relações de produção que constituem a estrutura econômica no tocante às particularidades e posições sociais assumidas pelas facções.

## Referências

- 2ADOTREMBALA. Mc Vitinho: Cenário de Guerra. [Online]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SHGREYgpyNY>
- ACNUR – Agência da ONU para refugiados. Brasil. Deslocados Internos. 2016. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/#:~:text=Mesmo%20tendo%20sido%20for%C3%A7adas%20a,seja%20a%20causa%20de%20sua](https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/#:~:text=Mesmo%20tendo%20sido%20for%C3%A7adas%20a,seja%20a%20causa%20de%20sua.). Acesso em: 20 nov. 2021.
- BENTO, F. R. Fronteiras, significado e valor a partir do estudo da experiência das cidades-gêmeas de Rivera e Santana do Livramento. *Revista Conjuntura Austral*, v. 3, n. 12, jun./jul. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/332390988\\_Fronteiras\\_significado\\_e\\_valor\\_-\\_a\\_partir\\_do\\_estudo\\_da\\_experiencia\\_das\\_cidades-gemeas\\_de\\_Rivera\\_e\\_Santana\\_do\\_Livramento](https://www.researchgate.net/publication/332390988_Fronteiras_significado_e_valor_-_a_partir_do_estudo_da_experiencia_das_cidades-gemeas_de_Rivera_e_Santana_do_Livramento). Acesso em: 20 nov. 2021.
- BRASIL, L. L. Michel Pêcheux e a teoria da análise do discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. *Ling.: Est. e Pesq.*, Catalão, GO, v. 15, n. 1, p. 171-182, jan./jun. 2011.
- BOREL TD2. Medley pra Coroa CV. 2020, [Online]. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=7lsre\\_uWTA4](https://www.youtube.com/watch?v=7lsre_uWTA4). Acesso em: 20 nov. 2021.
- BITENCOURT, João Vitor. *Ensaio sobre os sentidos de uma facção: o caso da facção carioca amigos dos amigos (ADA)*. X JOINPP. 2021. Disponível em: [www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_191\\_19160fafbb27941e.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_191_19160fafbb27941e.pdf). Acesso em: 20 nov. 2021.
- CAREGNATO, C. A. C. MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto contexto - enferm.* 15 (4). Dez 2006. Link: <https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFcTbZDZHgNP/abstract/?lang=pt>
- CONEXÃO DAS ANTIGAS. Mc Mascote - Se tem uma coisa que me deixa bolado. 30 de set. de 2020. Disponível em: [/www.youtube.com/watch?v=O0oH\\_Qk8kS4](https://www.youtube.com/watch?v=O0oH_Qk8kS4). Acesso em: 20 nov. 2021.
- COSTA, G. V. L. da. O muro invisível A nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 25, n. 2, 2013.
- FERNANDES, L. D.; BARBOSA, J. G. M. Pichação como manifestação cultural: arte ou vandalismo? In: *Anais do I Simpósio Mineiro De Geografia*. Alfenas, 2014.
- FERNANDES, E. M. da F. Pichações: discursos de resistência conforme Foucault. *Acta Scientiarum: Language and Culture*, Maringá, v. 33, n. 2, p. 241-249, 2011. DOI <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v33i2.13864>

- FERREIRA, M. C. L. O acontecimento discursivo como gesto de interpretação na história. In: GUIMARÃES, G. T. D.; FERREIRA, M. C. L.; PAULA, M. C. de. (org.). Teorias da Análise do Discurso: contribuições de Michel Pêcheux e Teun van Dijk à pesquisa social. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: Edua, 2022. p. 27–36.
- GOMES, S. da S. R.; JESKE, H. Inscrições corporais e nas ruas: uma análise sobre os marcadores de facções no Brasil contemporâneo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS: Mercados ilícitos e dinâmicas criminais, 45., 2021.
- JESUS, R. A. de. O deslocado interno como conceito: da formação de uma categoria às implicações do termo. Revista Neiba: Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, v. 8, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/neiba.2019.41867>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- LACERDA, G. H. O equívoco na produção de sentidos em/sobre o urbano. Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 371–396, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/143863>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- LAVOYER, J. (ed.). Internally Displaced Persons. Relatório do Simpósio, Genebra, Nota 3 em 16, 1995. p. 23–25. Disponível em: [www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/mundo/rover/c14.htm](http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/mundo/rover/c14.htm). Acesso em: 20 nov. 2021.
- LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2013.
- MACIEL, P. F. V. O muro como elemento de mediação do grafite e a pichação em Foz do Iguaçu. UNILA. Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/543/TCC%20Pedro%20Vazquez.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- ONU – Organização das Nações Unidas. Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos. 1998. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Documentos\\_da\\_ONU/Principios\\_orientadores\\_relativos\\_aos\\_deslocados\\_internos\\_1998.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Documentos_da_ONU/Principios_orientadores_relativos_aos_deslocados_internos_1998.pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.
- ORLANDI, E. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. ([1975]1995). Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Unicamp. 2ª ed.
- RJ INFORME NEWS. Complexo da Penha. Cv. Disponível em: <https://twitter.com/RjInformeNews/status/1220188335915896833/photo/1>. Acesso em: 02 abr. 2022.
- PRATES, J. C. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6n. 2p. 221-232. jul./dez. 2007. Link: [revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2313/3244](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2313/3244).
- RODRIGUEZ, A.; FERREIRA, R. S.; ARRUDA, A. Representações sociais e território nas letras de funk proibido de facção. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, 2011. p. 414–432. Disponível em: [pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v17n3/v17n3a06.pdf](http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v17n3/v17n3a06.pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.
- SCHERMA, M. A. As fronteiras nas relações internacionais. Revista Monções, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2075>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- TRINDADE, E. A publicidade e a modernidade-mundo: as representações de pessoa, espaço e tempo. In: BARBOSA, I. S. (org.). Os sentidos da publicidade: estudos interdisciplinares. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 71-95.

## Notas

- <sup>1</sup> Para Michel Pêcheux, o sujeito do discurso não se pertence, ele se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina, o indivíduo é interpelado em sujeito pela identificação com uma formação discursiva dominante, já que o sujeito é sobre determinado pelo pré construídos (BRASIL, 2011, p. 173).
- <sup>2</sup> Eneus Trindade (2005, p. 86) estuda e pesquisa a publicidade e a modernidade-mundo, chegando ao entendimento que “o discurso do estímulo ao consumo é, por excelência, o discurso que traz em si valores da modernidade mundo”. Esse exemplo pode ser “colocado” nos termos da discussão desse artigo, ao se levantar o debate sobre a redução do sujeito pichador do tráfico a uma determinada discursividade.
- <sup>3</sup> Significado extraído do Dicio, dicionário on-line: [dicio.com.br/fronteira/](http://dicio.com.br/fronteira/). Acesso em: 2 abr. 2022.
- <sup>4</sup> Contudo, deve-se lembrar e salientar a importância dos debates que evocam a questão da fronteira em seus múltiplos significados, pois ela é abordada/questionada de diferentes formas: numa linha visível ou imaginária de fronteira, um Estado termina e outro começa. Fronteira é também o fim do mundo para quem deixa o seu Estado de pertença; ou o início do mundo para quem volta ao seu Estado de pertença. Fronteira é também o fato social, no sentido empregado por Durkheim em As Regras do Método Sociológico (1895). Fronteira é também uma coisa criada (feita) pelos seres humanos. A fronteira ordenada, segura, também se refere ao fortalecimento do Estado e sua população. Fronteira é também mecanismo de proteção social nas bordas do Estado, em benefício das bordas e do miolo do Estado (BENTO, 2012).

<sup>5</sup> Tem-se aí a produção discursiva de grafites e pichações que estão atravessadas por esses “gestos feitos de violência”, em “aparições fugidias” (na iminência de serem apagadas, encobertas, rasuradas, esquecidas...). Constituem-se como “ruído das práticas cotidianas” (CERTEAU, 1998, p. 308 *apud* LACERCA, 2020, p. 16), deslocando sentidos estabilizados para o que significa estar na cidade.

**João Vitor Bitencourt**

joaovitorlg@hotmail.com

Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Professor substituto no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

**Ariane Rego de Paiva**

arianerpaiva777@hotmail.com

Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

**PUC-Rio**

Gávea

Rio de Janeiro, RJ – Brasil

CEP: 22451-900

**Agradecimentos**

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e ao Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/PUC-Rio.

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Agência financiadora**

Não se aplica.

**Contribuições das autoras**

Os autores contribuíram de forma igualitária na elaboração deste manuscrito.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

Os autores autorizam a publicação deste manuscrito.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.



**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

# A saúde em tempos de crise: lições a partir da Covid-19

**Juliana Maria de Araújo<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-2004-3062>**Marco Aurélio Marques Ferreira<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-9538-1699>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Administração, Programa de Pós-graduação em Administração, Viçosa, MG, Brasil.

## A saúde em tempos de crise: lições a partir da Covid-19

**Resumo:** A pandemia da Covid-19 trouxe desafios à gestão pública de todo o mundo, sendo frequentes os debates sobre quais seriam as ações mais assertivas para o seu enfrentamento. Diante disso, este estudo teve como objetivo compreender os elementos que influenciaram no resultado do enfrentamento à pandemia por meio de uma revisão integrativa sistematizada de artigos nacionais e internacionais. Os resultados evidenciaram diversas tipologias de condicionantes do enfrentamento à Covid-19, que poderiam ser agregados em três categorias inter-relacionadas: conjuntura local, contexto organizacional e capacidades estatais. Estes elementos se concentram de forma dispersa ao longo dos territórios, ensejando estratégias, parcerias e instrumentos de cooperação para minimização dos danos à população. Os resultados do estudo avançam na literatura ao desvendar a complexidade do gerenciamento de crises desta magnitude, contribuindo para a criação de aprendizado e para a gestão do conhecimento em benefício do enfrentamento de crises de saúde futuras.

**Palavras-chave:** Covid-19; Gestão de Crises; Políticas Públicas.

## Health in times of crisis: lessons from Covid-19

**Abstract:** The Covid-19 pandemic has brought challenges to public management around the world, with frequent debates about what would be the most assertive actions to face it. Therefore, this study aimed to understand the elements that influenced the outcome of coping with the pandemic through a systematized integrative review of national and international articles. The results showed different typologies of conditioning factors in the fight against Covid-19, which could be aggregated into three interrelated categories: local conjuncture, organizational context and state capacities. These elements are dispersed throughout the territories, giving rise to strategies, partnerships and cooperation instruments to minimize damage to the population. The study results advance the literature by unveiling the complexity of managing crises of this magnitude, contributing to the creation of learning and knowledge management for the benefit of coping with future health crises.

**Keywords:** Covid-19; Crisis Management; Public policy.

Recebido em 27.06.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 22.11.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

A pandemia da Covid-19 trouxe desafios sem precedentes à gestão pública em todo o mundo, tendo efeitos na saúde coletiva, na economia e na política, além de exacerbar as assimetrias existentes no que diz respeito à capacidade de elaboração e implementação de políticas públicas em situações de crise. Não obstante, ainda restam certas dúvidas sobre a efetividade das ações implementadas, além de sua capacidade de conter o avanço do vírus e minimizar os danos ocasionados pela Covid-19.

Para enfrentamento da referida doença, as recomendações de ações por parte dos órgãos internacionais de saúde se basearam nos planos de contingência da influenza, postergando o pico de contaminação enquanto se ampliava a capacidade do sistema de saúde e se incentivava amplamente o distanciamento social e o isolamento de casos confirmados (GARCIA; DUARTE, 2020; IWAYA et al., 2020). Também foram verificadas ações no sentido de proteção da população vulnerável, fechamento de atividades não essenciais, recomendação do uso de máscaras, programas de auxílio financeiro, dentre outras (BANCO MUNDIAL, 2020; GARCIA; DUARTE, 2020; ITO; PONGELUPPE, 2020; IWAYA et al., 2020).

No Brasil, a pandemia evidenciou as barreiras à implementação das medidas de distanciamento social em meio a um cenário de acentuadas iniquidades na capacidade do sistema de saúde e na condição de vida dos cidadãos (BANCO MUNDIAL, 2020). Desde os primeiros casos confirmados, o cenário político no País se mostrou um desafio para a implementação das políticas de enfrentamento da pandemia, dificultando as medidas de isolamento e as barreiras sanitárias (RAFAEL et al., 2020). A hesitação na adoção de medidas rígidas para contenção da doença, a negação acerca da gravidade da pandemia e a falta de liderança do governo federal acarretaram uma grande heterogeneidade nas políticas adotadas, que passaram a ser lideradas pelos estados e municípios, de acordo com suas capacidades e estrutura do sistema de saúde (FERRARI, 2020; PEREIRA; OLIVEIRA; SAMPAIO, 2020). Como consequência da velocidade de propagação do vírus e do despreparo dos governos, as políticas públicas implementadas pelos entes subnacionais não foram suficientes para evitar o colapso do sistema de saúde (MENEZES; FONSECA; FERREIRA, 2020; ORELLANA et al., 2020).

Desse modo, é importante compreender os fatores que, segundo a literatura, possibilitaram maior contenção dos danos ocasionados pela Covid-19, tanto no Brasil quanto em outros países. Com isso, pode-se expandir a compreensão sobre os aspectos que influenciam no enfrentamento de crises de saúde, o que tem efeitos diretos sobre a contenção da crise sanitária e de sua influência sobre a população em termos epidemiológicos, sociais e econômicos. De fato, a Covid-19 demonstrou ser não somente uma crise, mas um problema complexo que desencadeou inúmeros danos que ainda persistem. Com a descoberta de novas variantes, a doença se mostra com grande potencial de dano, apesar dos avanços na imunização da população.

Tendo em vista as diferentes políticas adotadas pelos países e a diversidade de resultados obtidos, tem-se como questionamento: quais aspectos influenciaram no resultado do enfrentamento à pandemia da Covid-19? Como objetivo, tem-se a compreensão dos elementos que influenciaram no resultado do enfrentamento à Covid-19 e possibilitaram a minimização dos danos sociais, epidemiológicos e econômicos ocasionados pela nova doença. Para tanto, fez-se uso de uma revisão integrativa sistematizada buscando, na literatura nacional e internacional, os fatores que estariam associados ao desempenho das políticas públicas no contexto da pandemia da Covid-19.

A justificativa deste estudo se dá pela importância de se compreender elementos que podem influenciar no enfrentamento de situações de crises em saúde. É relevante a geração de conhecimento sobre a pandemia e a realização de estudos que possam basear uma tomada de decisão governamental mais efetiva, minimizando o impacto de crises de saúde sobre a mortalidade e o bem-estar da população. Com isso, pode-se investir no aprendizado a partir da crise, possibilitando decisões mais assertivas diante de emergências de saúde futuras. A seguir, discute-se os procedimentos metodológicos deste estudo, seguindo para os principais resultados e considerações finais, com destaque para as contribuições teóricas e práticas.

## Material e métodos

Para se atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, foi realizada uma revisão integrativa sistematizada da literatura com o apoio do protocolo Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises

(PRISMA). Esse procedimento possibilita a redução de viés no processo de seleção dos artigos, permitindo a realização de revisões de literatura mais confiáveis e com maior possibilidade de replicação por outros pesquisadores.

Inicialmente, foi realizada em maio de 2021 uma busca nas bases Web of Science, Spell e Scielo por trabalhos que contivessem no título o descritor “COVID-19”. Devido a grande quantidade de resultados foram utilizados os seguintes filtros: Public Administration (Web of Science), Administração (Spell) e Ciências Sociais Aplicadas (Scielo), incorporando trabalhos que remetessem a reflexões do ponto de vista da gestão da saúde pública. Esse processo resultou em 366 artigos completos, conforme Figura 1.

Para a seleção de artigos que atendessem a um critério mínimo de qualidade, foram selecionados aqueles publicados em periódicos com Qualis entre A1 e B5 ou existência de *Journal Citation Reports* (JCR). Após esta etapa, restaram 316 artigos, que tiveram seus títulos e resumos analisados para seleção daqueles com aderência ao propósito deste estudo, o que resultou em 65 trabalhos. Selecionados os estudos, a revisão integrativa foi pautada pela análise de conteúdo combinada com a estratégia de codificação, expressando os fenômenos em subcategorias que foram posteriormente agregadas em categorias, buscando condensar os resultados e compreender as inter-relações entre elas (FLICK, 2013).

### Os desafios do enfrentamento de crises em saúde: o caso da Covid-19

Os resultados evidenciaram a existência de três grandes categorias de fatores condicionantes dos resultados das políticas públicas de enfrentamento à pandemia: conjuntura local, contexto organizacional e capacidades estatais. A seguir, estes resultados são discutidos em maior profundidade.

#### *Conjuntura Local*

Os artigos analisados destacaram a importância da conjuntura local sobre a capacidade de enfrentamento da Covid-19. Esta categoria contém o maior número de subcategorias (11), estando associada às características do local onde as políticas públicas para enfrentamento da pandemia foram implementadas. O Quadro 1 contém a síntese das subcategorias e frequência dos artigos que permitiram essa construção..

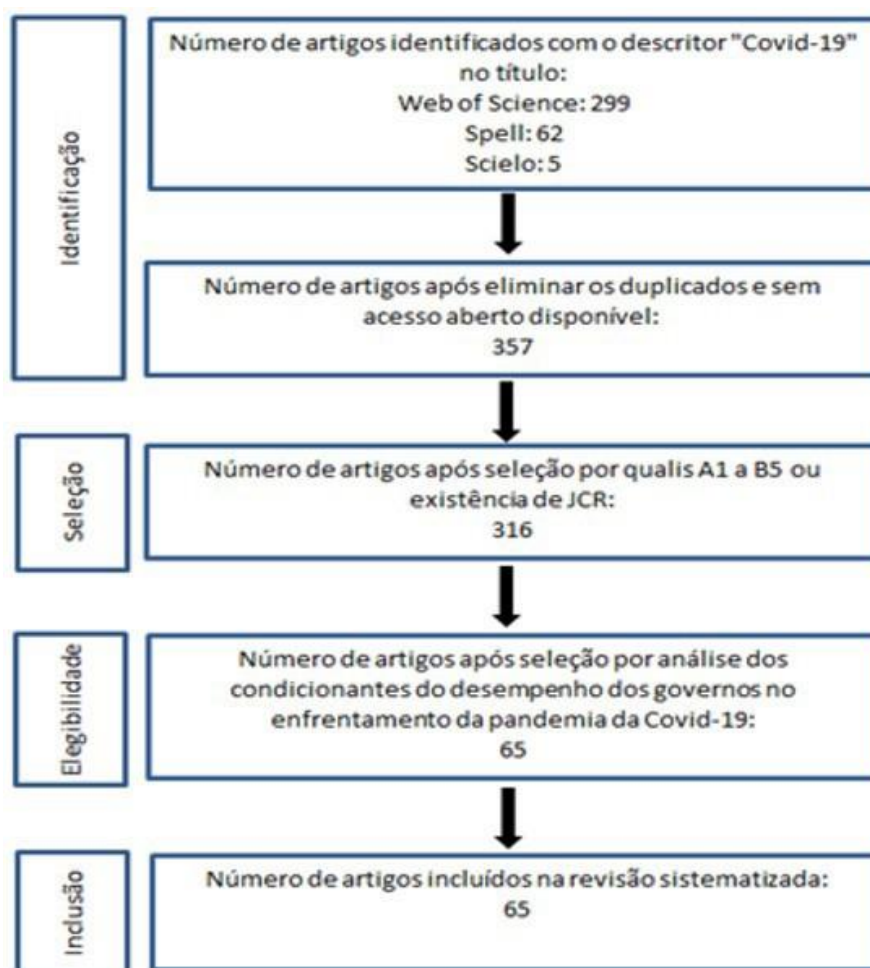
Os estudos analisados indicaram a associação entre o resultado das políticas e os aspectos territoriais (extensão territorial, densidade demográfica e localização), de forma que a contenção da pandemia foi mais efetiva em localidades menores e de menor densidade demográfica (ABDULLAH; KIM, 2020; ALI; AHMED; HASSAN, 2020; GIRI et al., 2021; MENIFIELD; CLARK, 2020). As características da população também se mostraram relevantes enquanto condicionantes do resultado das políticas públicas, com ênfase na idade média da população, cultura, participação política, nível educacional e gênero.

É importante destacar a questão cultural, que está intrinsecamente vinculada ao local onde vive a população e é capaz de influenciar na aceitação de políticas públicas mais rigorosas, o que acaba também influenciando na capacidade de contenção do vírus (AN; TANG, 2020; MOON et al., 2021). Isto estaria relacionado também à capacidade da comunidade, ou seja, a ação coletiva em prol do atingimento do bem-estar público, o que teria o poder de até mesmo amenizar os efeitos da falta de legitimidade política e de confiança no governo (HARTLEY; JARVIS, 2020).

No aspecto político, alguns autores concluíram que cidadãos que se identificavam com uma ideologia política de direita apoiariam menos as medidas de isolamento social, enquanto mulheres e indivíduos com maior nível de escolaridade e mais engajados politicamente refletiam em menores níveis de contaminação (ABRUCIO et al., 2020; DAI et al., 2020; VARKEY et al., 2020).

Em relação à idade, apesar da população idosa ser mais propensa a casos graves de Covid-19, alguns autores verificaram que esta parcela da população estava se protegendo mais, uma vez que a idade estaria negativamente correlacionada com o número de casos confirmados (VARKEY et al., 2020; MOTIE; BIOLSI, 2021). Entretanto, no caso brasileiro, Vasconcelos e Moura (2020) verificaram que o acréscimo de um ano na idade aumentava a chance de hospitalização do paciente com Covid-19 em 19,3%, corroborando a possibilidade

**Figura 1 – Fases da revisão integrativa sistematizada conforme o protocolo PRISMA**



Fonte: Adaptado de Galvão, Pansani e Harrad (2015).

de agravamento dos casos na população idosa e reiterando a necessidade de atenção por parte da gestão pública para minimização dos danos a esta parcela da população.

O contexto socioeconômico também se mostrou um importante influenciador dos resultados das políticas públicas, abarcando o produto interno bruto local, o desenvolvimento humano, a qualidade de vida da população e, conseqüentemente, a vulnerabilidade social dos cidadãos (CÂMARA et al., 2020; DUAN et al., 2020; LUPU; MAHA; VIORICĂ, 2020; MOTIE; BIOLSI, 2021; SINGH et al., 2021). A vulnerabilidade social foi um aspecto bastante citado nos trabalhos analisados, uma vez que ela estaria relacionada à insegurança da população, ao risco a que ela estaria exposta e à precariedade nas suas condições de vida, refletida através da ausência de saneamento básico, fragilidade nas leis trabalhistas, dentre outras (ALI; AHMED; HASSAN, 2020; GONZALEZ et al., 2020; KUJUR; GOSWAMI, 2020; SHARMA et al., 2020; EIGENSTUHLER et al., 2021).

No Brasil, além da sua extensão territorial e dos desafios políticos durante a pandemia, tem-se as peculiaridades na gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde que traz o município enquanto protagonista no oferecimento dos serviços (PREUSS, 2018; REIS, 2022). Não obstante, o que se observa é a disparidade das características locais ao longo dos territórios, com municípios muito ricos e com maiores índices socioeconômicos ao lado de municípios com maior vulnerabilidade e sem capacidade

**Quadro 1 – Síntese da categoria Conjuntura Local**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Número de artigos que contém essa subcategoria</b>
Conjuntura Local	Densidade demográfica	7
	Idade	6
	Condição socioeconômica	13
	Cultura	3
	Extensão territorial	3
	Orientação política	2
	Ação coletiva	1
	Gênero	1
	Nível educacional	1
	Participação política	1
	Região	1

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

de provimento de serviços básicos aos cidadãos. Como consequência, a universalização da saúde vem adquirindo avanços, mas ainda é marcada pela negação desse direito social aos cidadãos mais vulneráveis (SOUSA, 2014).

Tudo isso consiste em um grande desafio para que a administração pública seja efetiva ao minimizar os danos ocasionados por crises de saúde, como a Covid-19. Dessa forma, é importante que a gestão pública elabore estratégias para assegurar melhores condições de vida aos cidadãos mais vulneráveis, principalmente em um contexto onde a própria pandemia majora as vulnerabilidades sociais existentes (ABRUCIO et al., 2020; CÂMARA et al., 2020; VERONEZE, 2022).

*Contexto Organizacional*

A segunda categoria, denominada contexto organizacional, foi bastante citada dentre os artigos analisados, corroborando a importância da conjuntura da organização para os resultados das políticas públicas de enfrentamento à pandemia. O Quadro 2 contém a síntese desta categoria.

**Quadro 2 – Síntese da categoria Contexto Organizacional**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Número de artigos que contém essa subcategoria</b>
Contexto Organizacional	Contexto político-institucional	20
	Aprendizagem	15
	Integração com a população	11

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

A subcategoria mais mencionada é referente ao contexto político-institucional do país, que se refere ao sistema político, à forma como o poder é exercido e às interações entre os atores, sendo esta última relacionada à própria capacidade de construção de apoio político (BROMFIELD; MCCONNELL, 2020; CAPANO, 2020; MASCIO; NATALINI; CACCIATORE, 2020). A interação do Estado com diversos atores (incluindo a comunidade científica), a adoção de ações rápidas e efetivas e o estilo de política enraizado no país seriam determinantes para o sucesso no enfrentamento da pandemia, principalmente no caso de despreparo para eventos de crise (BROMFIELD; MCCONNELL, 2020; CAPANO, 2020; ITO; PONGELUPPE, 2020; LAZZARINI; MUSACCHIO, 2020; RAUDLA, 2021).

Por outro lado, elevados índices de corrupção, a ausência de colaboração entre atores relevantes, a instabilidade política, a demora na implementação de ações e a falta de uma política equilibrada que minimize, além dos níveis de contaminação, os danos à economia e o aumento da vulnerabilidade social, afetariam negativamente os resultados das políticas (HUANG, 2020; LAZZARINI; MUSACCHIO, 2020; MAJHI et al., 2020; PARRADO; GALLI, 2021). Ademais, deve-se prezar pela adaptação do contexto organizacional para momentos de incerteza, possibilitando maior assertividade nas ações tomadas pelos gestores públicos (MASCIO; NATALINI; CACCIATORE, 2020).

Este processo de adaptação para condições de crises e emergências é citado também, por alguns dos autores analisados, como um processo de aprendizagem da organização, ou seja, de construção de uma melhor infraestrutura institucional após a vivência de situações de incerteza (AN; TANG, 2020; HUR; KIM, 2020; SOTOLA; PILLAY; GEBRESELASSIE, 2021). Por meio da aprendizagem, os países poderiam moldar as respostas para crises similares no futuro, preparando-se para novas emergências enquanto investem em recursos e competências que possibilitem um melhor desempenho das políticas públicas neste contexto (CAPANO et al., 2020; HARTLEY; JARVIS, 2020; HUANG, 2020; JAMIESON, 2020).

Além disso, é importante a transparência e a inclusão da população no processo de tomada de decisão o que, além de facilitar o planejamento e a condução das políticas, aumenta os níveis de confiança no governo e favorece a contenção da pandemia (ABDULLAH; KIM, 2020; ALI; AHMED; HASSAN, 2020; ANTWI-BOASIAGO et al., 2021; CEPIKU; GIORDANO; MENEGUZO, 2021; JOYCE, 2021). O apoio da população e a correção das decisões tomadas seriam um dos fatores que permitiram ao Reino Unido a redução nas taxas de mortalidade, apesar da ineficácia das ações adotadas inicialmente (JOYCE, 2021).

Portanto, percebe-se que o contexto organizacional, a aprendizagem passada com as crises de saúde, além da interação do governo com a população e com atores relevantes é importante para o melhor resultado das políticas. Isso consiste em um importante elemento que deve ser incorporado nas estratégias governamentais diante de crises futuras, principalmente em ambientes democráticos com vistas a integrar mais a população e propiciar a aceitabilidade de políticas mais restritivas.

### *Capacidades estatais*

Nesta categoria, denominada capacidades estatais, se encontram os atributos e recursos do Estado que estiveram relacionados ao atingimento dos objetivos por meio das políticas públicas para enfrentamento da pandemia, segundo os estudos analisados. O Quadro 3 contém a síntese dos elementos desta categoria.

Os estudos analisados apontaram a influência de seis tipologias de capacidades para enfrentamento da pandemia da Covid-19: coordenação das ações, suficiência de recursos do sistema de saúde, comunicação eficaz com a população, tomada de decisão baseada em dados e testagem da população (capacidade analítica), cooperação entre diversos setores e disponibilidade de recursos financeiros.

Os elementos desta categoria revelam a influência dos atributos e competências do Estado sobre o resultado das políticas implementadas em contextos de crise, corroborando a literatura da área de políticas públicas a esse respeito (PIRES; GOMIDE, 2016). A capacidade estatal estaria também vinculada ao ambiente organizacional, tendo em vista que pode ser influenciada pelas próprias características da organização. Os caminhos traçados para o gerenciamento da crise, as ações adotadas e as competências e recursos utilizados para isso, seriam moldados pelos contextos político-institucionais locais, pela aprendizagem organizacional, pelas características políticas e pelos arranjos institucionais formados (BROMFIELD; MCCONNELL, 2020; CAPANO, 2020).

**Quadro 3 – Síntese da categoria capacidades estatais**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Número de artigos que contém essa subcategoria</b>
Capacidades Estatais	Coordenação	15
	Sistema de saúde	12
	Comunicação	6
	Cooperação	6
	Analítica	5
	Financeira	3

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Foi no âmbito das capacidades estatais que ocorreram alguns dos erros mais frequentes no enfrentamento da pandemia da Covid-19, representados pela ausência ou insuficiência desses elementos. A capacidade mais citada dentre os artigos analisados estava relacionada à coordenação das ações por um governo central, facilitando a condução das políticas implementadas (ANTWI-BOASIAGO et al., 2021). A ausência desta coordenação foi tema recorrente dentre os artigos que analisaram o Brasil e os Estados Unidos, expondo as relações conflituosas entre os entes federados durante a pandemia (ABRUCIO et al., 2020; BOWLING; FISK; MORRIS, 2020; XU; BASU, 2020).

Localidades que superaram as relações conflituosas existentes e passaram a dispor de coordenação das ações, cooperação entre atores, além de investirem na comunicação efetiva, favorecendo a confiança dos cidadãos, foram exitosas no controle da pandemia (MEI, 2020; YOU, 2020; BELLO-GOMEZ; SANABRIA-PULIDO, 2021). De modo contrário, políticas públicas amenas, tardias e descoordenadas, dependência de transferências financeiras, o não investimento nos sistemas de saúde, a falta de coleta de dados sobre a pandemia no território e a ausência de comunicação com a população acarretaram maiores números de contaminações e óbitos (COMITE, 2020; JAMIESON, 2020; XU; BASU, 2020; FABRÍCIO; FERREIRA; BORBA, 2021; MARTINS et al., 2021).

Não obstante, as capacidades estatais se encontram de forma dispersa no território, de modo que os governos tenham diferentes conjuntos de recursos e habilidades para contenção de crises de saúde. Nesse sentido, deve-se pensar também em estratégias para compartilhamento de recursos. Do contrário, tem-se a majoração das vulnerabilidades sociais da população de localidades mais pobres e com menores níveis de capacidades, como é o caso da crise do oxigênio que ocorreu em Manaus-AM.

**Como essas dimensões se inter-relacionam?**

As três categorias de fatores condicionantes dos resultados das políticas públicas para enfrentamento da pandemia da Covid-19 apresentaram importantes relações entre si, de acordo com os estudos analisados. Essas relações também influenciaram no processo de formulação de políticas, na tipologia de ações e, conseqüentemente, no atingimento dos objetivos firmados. A Figura 2 contém as relações evidenciadas nos trabalhos analisados.

Conforme já discutido, as características locais influenciam diretamente no resultado das ações públicas, mas também exercem efeito sobre o contexto organizacional na medida em que a gestão pública deve elaborar políticas específicas para cada contexto de acordo com o nível de vulnerabilidade da população. As características locais e a interação sociedade-Estado irão moldar as políticas, as relações entre os atores e os arranjos institucionais criados, interferindo diretamente no enfrentamento da crise (CAPANO, 2020; HARTLEY; JARVIS, 2020; JAMIESON, 2020).

**Figura 2 – Framework de relações entre as categorias**

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

No nível organizacional, tem-se a definição das estratégias que serão influenciadas pelas capacidades estatais existentes e pela conjuntura local, levando a elaboração de políticas públicas mais (ou menos) rigorosas por parte dos governos (CAPANO et al., 2020). No Brasil, verificou-se que a quantidade de recursos existentes acabou moldando o processo de formulação das políticas públicas, impulsionando ações menos restritivas no caso de robustez de sistema de saúde e incentivando maior interação entre atores em situação de carência de recursos (ITO; PONGELUPPE, 2020).

O nível organizacional também influencia nas capacidades estatais, uma vez que é através dele que ocorre a mobilização de novos recursos necessários ao atingimento dos objetivos (HARTLEY; JARVIS, 2020). Localidades com instituições frágeis e incapazes de coordenar as ações e mobilizar recursos tenderiam a obter resultados menos eficazes diante de situações de crises e emergências (OLIVEIRA et al., 2021).

Assim, a estrutura organizacional moldaria o jogo político e ativaria (ou não) os instrumentos necessários para a implementação adequada das políticas (PIERRE, 2020; JING, 2021). É importante ressaltar que o mero investimento em capacidades estatais não seria suficiente para a contenção da pandemia, o que justifica o insucesso de alguns países mesmo com sistemas de saúde robustos (CAPANO et al., 2020). Este desempenho insatisfatório estaria relacionado a um contexto organizacional marcado pelo despreparo para lidar com condições de crise ou até mesmo pela não ativação destas capacidades (CAPANO et al., 2020; JING, 2021).

### Considerações Finais

Essa revisão integrativa sistematizada da literatura teve como intuito a compreensão dos aspectos que exerceram influência sobre o resultado do enfrentamento da pandemia da Covid-19, identificando três categorias inter-relacionadas: conjuntura local, contexto organizacional e capacidades estatais. Esses fatores estariam relacionados tanto à diversidade de políticas adotadas pelos governantes como de respostas obtidas, interferindo na contenção da doença e de seus danos.

No entanto, esses fatores estão localizados de forma dispersa ao longo dos territórios, fazendo com que alguns governos possuam maior habilidade e instrumentos para lidar com situações de crises. Em ambientes federados, como o Brasil, a autonomia dos municípios sem que haja um fortalecimento da gestão pública local



é um desafio ao enfrentamento de situações de incerteza e crise; isso porque os municípios não dispõem dos mesmos recursos para elaboração e implementação de políticas públicas emergenciais, o que compromete sua capacidade de minimização dos danos à população. Como consequência, pode haver uma ampliação da vulnerabilidade social da população, com os cidadãos mais carentes ou residentes em determinada localidade com menos recursos estando mais expostos aos efeitos danosos das crises.

Como alternativa, os governos devem buscar mecanismos de amenização das desigualdades socioeconômicas, integração com a população e atores relevantes, além da maximização dos seus recursos e habilidades para produção de políticas enquanto tentam minimizar os danos da crise à população. No caso da saúde, a participação em consórcios consiste em uma estratégia que vem se mostrando efetiva do ponto de vista de cooperação para planejamento e gestão de recursos, superando as dificuldades individuais dos entes e fornecendo soluções coordenadas para majorar a oferta de serviços públicos (COELHO; GUTH; LOUREIRO, 2020; LUI; SCHABBACH, 2020).

Este estudo avança em relação ao estoque de conhecimento por evidenciar a complexidade da gestão eficaz da pandemia e sua interdisciplinaridade com diversas áreas, extrapolando a simples disponibilidade de recursos de saúde. Ademais, o estudo evidenciou a inter-relação entre os fatores que influenciam na capacidade de elaboração e formulação das políticas públicas efetivas nesse contexto. Os resultados contribuem para a tomada de decisão dos gestores públicos em situações de incerteza, demonstrando que deve haver um amplo planejamento e conhecimento da realidade local, concomitantemente à busca pela maximização das capacidades estatais para formulação e implementação das políticas.

## Referências

- ABDULLAH, W. J.; KIM, S. Singapore's Responses to the COVID-19 Outbreak: A Critical Assessment. *American Review of Public Administration*, v. 50, n. 6-7, p. 770-776, 2020.
- ABRUCIO, F. L. et al. Combating covid-19 under bolsonaro's federalism: A case of intergovernmental incoordination. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 663-677, 2020.
- ALI, A.; AHMED, M.; HASSAN, N. Socioeconomic impact of COVID-19 pandemic: Evidence from rural mountain community in Pakistan. *Journal of Public Affairs*, n. e2355, p. 1-9, 2020.
- AN, B. Y.; TANG, S. Y. Lessons From COVID-19 Responses in East Asia: Institutional Infrastructure and Enduring Policy Instruments. *American Review of Public Administration*, v. 50, n. 6-7, p. 790-800, 2020.
- ANTWI-BOASIAKO, J. et al. Policy responses to fight covid-19; the case of Ghana. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, 2021. p. 122-139.
- BANCO MUNDIAL. COVID-19 no Brasil: Impactos e Respostas de Políticas Públicas. BIRD-AID, Grupo Banco Mundial, 2020. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/COVID-19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.
- BELLO-GOMEZ, R. A.; SANABRIA-PULIDO, P. The costs and benefits of duality: Colombia's decentralization and the response to the covid-19 pandemic. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, p. 165-179, 2021.
- BOWLING, C. J.; FISK, J. M.; MORRIS, J. C. Seeking Patterns in Chaos: Transactional Federalism in the Trump Administration's Response to the COVID-19 Pandemic. *American Review of Public Administration*, v. 50, n. 6-7, p. 512-518, 1 ago. 2020.
- BROMFIELD, N.; MCCONNELL, A. Two routes to precarious success: Australia, New Zealand, COVID-19 and the politics of crisis governance. *International Review of Administrative Sciences*, p. 1-18, 2020.
- CÂMARA, S. F. et al. Socioeconomic vulnerability in the face of covid-19 in municipalities of Ceará. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 1037-1051, 2020.
- CAPANO, G. et al. Mobilizing Policy (In)Capacity to Fight COVID-19: Understanding Variations in State Responses. *Policy and Society*, v. 39, n. 3, p. 285-308, 2020.
- CAPANO, G. Policy design and state capacity in the COVID-19 emergency in Italy: if you are not prepared for the (un)expected, you can be only what you already are. *Policy and Society*, v. 39, n. 3, p. 326-344, 2020.
- CEPIKU, D.; GIORDANO, F.; MENEGUZZO, M. Comparing strategies against covid-19: Italy and Switzerland. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, p. 215-228, 2021.
- COELHO, R.; GUTH, F.; LOUREIRO, M. Capacidades governamentais municipais e desenvolvimento humano local no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 71, n. 4, p. 778-808, 2020.

- COMITE, U. The Covid-19 emergency in european public health: An evaluation of measures in the transition from healthcare services to healthcare profiling. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, v. 2020, n. special issue, p. 38–59, 2020.
- DAI, B. et al. The Effects of Governmental and Individual Predictors on COVID-19 Protective Behaviors in China: A Path Analysis Model. *Public Administration Review*, v. 80, n. 5, p. 797–804, 2020.
- DUAN, H. K. et al. Open Government Data (OGD) driven decision aid: a predictive model to monitor COVID-19 and support decisions in a Brazilian State. *Revista do Serviço Público*, v. 71, p. 140–164, 2020.
- EIGENSTUHLER, D. P. et al. Influência das características dos países na disseminação da Covid-19. *Revista Gestão Organizacional*, v. 14, n. 1, p. 172–191, 2021.
- FABRÍCIO, S. A.; FERREIRA, D. D. M.; BORBA, J. A. Enfrentamento aos impactos da Covid-19: governos liderados por mulheres apresentam melhor resposta em prevenção a pandemia? *Revista Gestão Organizacional*, v. 14, n. 1, p. 390–415, 2021.
- FERRARI, C. K. B. Resposta brasileira à pandemia de Covid-19: o Ministério da Saúde acertou, a Presidência da República errou. *Boletim de Conjuntura*, v. 3, n. 7, p. 47–52, 2020.
- FLICK, U. *Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. de S. A.; HARRAD, D. (trad.). Principais itens para relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises: a recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 24, n. 2, p. 335–342, 2015.
- GARCIA, L. P.; DUARTE, E. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. *Epidemiol. Serv. Saude*, v. 29, n. 2, p. 1–4, 2020.
- GIRI, R. et al. Living with the virus: Infection and epidemiology of COVID-19 in hotspot area of India. *Journal of Public Affairs*, n. e2651, p. 1–10, 2021.
- GONZALEZ, L. et al. Digital complementary currencies and public policies during the covid-19 pandemic. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 1146–1160, 2020.
- HARTLEY, K.; JARVIS, D. S. L. Policymaking in a low-trust state: legitimacy, state capacity, and responses to COVID-19 in Hong Kong. *Policy and Society*, v. 39, n. 3, p. 403–423, 2020.
- HUANG, I. Y. F. Fighting against COVID-19 through Government Initiatives and Collaborative Governance: The Taiwan Experience. *Public Administration Review*, v. 80, n. 4, p. 665–670, 2020.
- HUR, J.-Y.; KIM, K. Crisis Learning and Flattening the Curve: South Korea's Rapid and Massive Diagnosis of the COVID-19 Infection. *American Review of Public Administration*, v. 50, n. 6–7, p. 606–613, 2020.
- ITO, N. C.; PONGELUPPE, L. S. The Covid-19 outbreak and the municipal administration responses: Resource munificence, social vulnerability, and the effectiveness of public actions. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 782–838, 2020.
- IWAYA, G. H. et al. Preditores da intenção de permanecer em distanciamento social. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 4, p. 714–734, 2020.
- JAMIESON, T. “Go Hard, Go Early”: Preliminary Lessons From New Zealand's Response to COVID-19. *American Review of Public Administration*, v. 50, n. 6–7, p. 598–605, 2020.
- JING, Y. Seeking opportunities from crisis? China's governance responses to the COVID-19 pandemic. *International Review of Administrative Sciences*, p. 1–20, 2021.
- JOYCE, P. Public governance, agility and pandemics: a case study of the UK response to COVID-19. *International Review of Administrative Sciences*, p. 1–20, 2021.
- KUJUR, S. K.; GOSWAMI, D. COVID-19: Severity of the pandemic and responses of Indian states. *Journal of Public Affairs*, v. 20, n. e2362, p. 1–7, 2020.
- LAZZARINI, S. G.; MUSACCHIO, A. Leviathan as a partial cure? Opportunities and pitfalls of using the state-owned apparatus to respond to the covid-19 crisis. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 561–577, 2020.
- LUI, L.; SCHABBACH, L. M. Cooperação intergovernamental e consórcios públicos: uma análise da celebração de convênios. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 56, n. 1, p. 13–25, 2020.
- LUPU, D.; MAHA, L. G.; VIORICĂ, E. D. Covid-19 incidence in Europe: Drivers and government interventions. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, n. special issue, p. 80–93, 2020.
- MAJHI, R. et al. Analysis and prediction of COVID-19 trajectory: A machine learning approach. *Journal of Public Affairs*, n. e2537, p. 1–8, 2020.
- MARTINS, L. C. et al. Resiliência financeira governamental e enfrentamento à Covid-19. *Revista Gestão Organizacional*, v. 14, n. 1, p. 117–130, 2021.
- MASCIO, F. Di; NATALINI, A.; CACCIATORE, F. Public Administration and Creeping Crises: Insights From COVID-19 Pandemic in Italy. *American Review of Public Administration*, v. 50, n. 6–7, p. 621–627, 2020.

- MEI, C. Policy style, consistency and the effectiveness of the policy mix in China's fight against COVID-19. *Policy and Society*, v. 39, n. 3, p. 309–325, 2020.
- MENEZES, E. R.; FONSECA, L. O. da; FERREIRA, B. D. O. Riscos, vulnerabilidades e proteção no enfrentamento da Covid-19 no Amazonas: notas reflexivas. *Revista Arquivos Científicos*, v. 3, n. 4, p. 35–45, 2020.
- MENIFIELD, C. E.; CLARK, C. Pandemic Planning in the United States: An examination of COVID-19 Data. *Public Administration Review*, p. 1–8, 2020.
- MOON, M. J. et al. A comparative study of COVID-19 responses in South Korea and Japan: political nexus triad and policy responses. *International Review of Administrative Sciences*, p. 1–21, 2021.
- MOTIE, G. B.; BIOLSI, C. County-Level determinants of social distancing (or lack thereof) during the Covid-19 pandemic. *Contemporary Economic Policy*, v. 39, n. 2, p. 264–279, 2021.
- OLIVEIRA, J. A. P. de et al. The role of intergovernmental relations in response to a wicked problem: An analysis of the covid-19 crisis in the brics countries. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, p. 243–260, 2021.
- ORELLANA, J. D. Y. et al. Explosion in mortality in the Amazonian epicenter of the COVID-19 epidemic. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 7, p. 1–8, 2020.
- PARRADO, S.; GALLI, D. Intergovernmental veto points in crisis management: Italy and Spain facing the COVID-19 pandemic. *International Review of Administrative Sciences*, p. 1–17, 2021.
- PEREIRA, A. K.; OLIVEIRA, M. S.; SAMPAIO, T. da S. Heterogeneidades das políticas estaduais de distanciamento social diante da COVID-19: aspectos políticos e técnico-administrativos. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 678–696, 2020.
- PIERRE, J. Nudges against pandemics: Sweden's COVID-19 containment strategy in perspective. *Policy and Society*, v. 39, n. 3, p. 478–493, 2020.
- PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. de A. Governança e capacidades estatais: Uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 121–143, 2016.
- PREUSS, L. T. A gestão do Sistema Único de Saúde no Brasil e as regiões de fronteira em pauta. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 2, p. 324–335, 2018.
- RAFAEL, R. D. M. R. et al. Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil? *Rev enferm UERJ*, v. 28, p. 1–6, 2020.
- RAUDLA, R. Estonian response to covid-19 pandemic: Learning, cooperation, and the advantages of being a small country. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, p. 111–121, 2021.
- REIS, A. F. dos. Da bio à necropolítica: a política de saúde, narrativas e ações do neoliberalismo do governo Bolsonaro e seus impactos junto aos idosos na pandemia de Covid-19. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 2, p. 392–403, 2022.
- SHARMA, G. D. et al. A qualitative enquiry into strategic and operational responses to Covid-19 challenges in South Asia. *Journal of Public Affairs*, v. 20, n. 4, p. 1–11, 2020.
- SINGH, P. K. et al. COVID-19 pandemic and transmission factors: An empirical investigation of different countries. *Journal of Public Affairs*, n. e2648, p. 1–13, 2021.
- SOTOLA, D. O.; PILLAY, P.; GEBRESELASSIE, H. Covid-19 in África: A comparative analysis of early policy responses. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, p. 229–242, 2021.
- SOUSA, A. M. da C. Universalidade da saúde no Brasil e as contradições da sua negação como direito de todos. *Revista Katálysis*, v. 17, n. 2, p. 227–234, 2014.
- VARKEY, R. S. et al. Socioeconomic determinants of COVID-19 in Asian countries: An empirical analysis. *Journal of Public Affairs*, n. e2532, p. 1–10, 2020.
- VASCONCELOS, F. F.; MOURA, H. J. de. Statistical method to determine the need for hospitalization of COVID-19 patients. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 5, p. 1417–1428, 2020.
- VERONEZE, R. T. Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 2, p. 316–325, 2022.
- XU, H. D.; BASU, R. How the United States Flunked the COVID-19 Test: Some Observations and Several Lessons. *American Review of Public Administration*, v. 50, n. 6–7, p. 568–576, 2020.
- YOU, J. Lessons From South Korea's Covid-19 Policy Response. *American Review of Public Administration*, p. 1–8, 2020.

**Juliana Maria de Araújo**

juliana.m.araujo@ufv.br

Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

**Marco Aurelio Marques Ferreira**

marcoaurelio@ufv.br

Pós-Doutorado em Administração Pública por Rutgers University - The State University of New Jersey – USA.

Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

**UFV**

Av. P.H. Rolfs, s/n.º

Campus Universitário

Viçosa, MG – Brasil

CEP: 36570-000

**Agência financiadora**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Afeiçãoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), código de financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.

**Contribuições dos autores**

Juliana Maria de Araújo realizou o levantamento bibliográfico e análise dos resultados, elaborou o manuscrito e realizou a revisão crítica do trabalho.

Marco Aurelio Marques Ferreira idealizou o trabalho,

acompanhou e contribuiu em todas as etapas e realizou a revisão crítica do artigo.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

Consentimos a publicação do artigo.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

# As contrarreformas e a reprodução social na pandemia da Covid-19

**Marcos Antônio da Silva<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0003-0285-423X>**Célia Regina Vendramini<sup>2</sup>**<http://orcid.org/0000-0001-9600-2868><sup>1</sup>Secretaria de Educação, Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, Balneário Camboriú, SC, Brasil.<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Estudos Especializados em Educação, Florianópolis, SC, Brasil.

## As contrarreformas e a reprodução social na pandemia da Covid-19

**Resumo:** Este artigo busca compreender a conjuntura na qual nos encontrávamos quando a pandemia atinge o território brasileiro, procurando analisar suas consequências para a reprodução social tanto do capital, quanto dos trabalhadores. A pesquisa se pauta em estudos bibliográficos e documental, guiando-se nos passos do materialismo histórico-dialético. Busca evidenciar, inicialmente, as transformações no mundo do trabalho que vêm sendo implementadas desde o processo de redemocratização do país. A seguir, procura expor elementos que apontavam para o aumento das desigualdades e a piora das condições de vida dos trabalhadores, além de evidenciar algumas das frações da classe trabalhadora especialmente afetada. Os elementos estruturantes que impactam sobre a reprodução social resultam das contrarreformas implantadas, e não dos impactos da pandemia em si; as ações tomadas para o enfrentamento da crise objetivavam a manutenção do capital, em detrimento do trabalho.

**Palavras-chave:** Reprodução social; Contrarreformas; Trabalho.

## Counter-reforms and social reproduction in the Covid-19 pandemic

**Abstract:** The article seeks to understand the conjuncture in which we found ourselves when the pandemic hits Brazilian territory, seeking to analyze its consequences for social reproduction, both for capital and for workers. The research that resulted in the article is based on bibliographic and documentary studies, guided by the steps of historical-dialectical materialism. It seeks to initially highlight the changes in the world of work that have been implemented since the country's redemocratization process. Next, it seeks to expose elements that pointed to the increase in inequalities and the worsening of the living conditions of workers, in addition to highlighting some of the fractions of the working class especially affected. The structuring elements that impact on social reproduction result from the implemented counter-reforms, and not from the impacts of the pandemic itself; the actions taken to face the crisis aimed at maintaining capital, to the detriment of work.

**Keywords:** Social reproduction; Counter-reforms; Job.

Recebido em 29.06.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 30.11.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

Agosto de 2021, por meio da imprensa oficial, faz-se saber que, segundo uma nova publicação da revista Forbes, o Brasil possui 315 nomes na lista de bilionários — 77 a mais que em 2020. Numa das inúmeras reportagens publicadas, podemos ler que os incentivos lançados para combater a crise financeira, agravada pela pandemia da Covid-19, “aqueceram” o mercado de capitais, tendo como consequência o aumento do patrimônio dos chamados super-ricos.

Outro indicador, o índice de Gini, referente ao ano de 2020, aponta para o aumento da massa de capitais nas mãos de poucos bem-aventurados. O coeficiente passou de 88,2 para 89, mostrando uma maior concentração da renda no Brasil. Se em 2019 o grupo dos 1% mais ricos detinham 46,9% da renda nacional, durante a pandemia eles abocanharam 49,6% de tudo que se produziu no País.

Buscar compreender a conjuntura em que nos encontrávamos, quando a pandemia atinge o território brasileiro, permite que analisemos suas consequências para a reprodução do capital e da classe capitalista, e para a reprodução da classe trabalhadora. Aprender que a crise não é somente sanitária, mas sim um momento agudo de crise do capital, e que as medidas tomadas para contorná-la vinham intensificando a expropriação e a exploração sobre a classe trabalhadora, pode contribuir para o entendimento e a superação desse quadro.

A pesquisa que embasa este artigo se pauta em estudos bibliográficos e pesquisa documental, guiando-se nos passos do materialismo histórico-dialético, visando não se limitar à aparência do fenômeno. O fio condutor da análise é a categoria reprodução social compreendida aqui como um conjunto de elementos e práticas coletivas, que propiciam a manutenção diária e geracional tanto da força de trabalho, quanto dos meios de produção — de forma a garantir sua conservação e perpetuação.

O primeiro tópico busca retratar as transformações no mundo do trabalho que vêm sendo implementadas desde o processo de redemocratização do país, evidenciando o processo de centralização de capitais. Na sequência, procura-se assinalar os componentes que apontavam para o aumento das desigualdades e a piora das condições de vida dos trabalhadores, elementos testemunhados com a pandemia, mas não resultado direto da crise sanitária. Evidencia-se, ainda, algumas frações da classe trabalhadora especialmente afetadas, para então apresentar as considerações finais.

## As Contrarreformas e a Centralização do Capital

A pandemia deixou algumas coisas bastante evidentes. Primeiro, que o trabalho envolvido na reprodução social, aquelas atividades em que se produz, mantém e substitui a vida, geracionalmente, são os únicos verdadeiramente essenciais para a sociedade (BATTACHARYA, 2020). Trabalhos no ramo de alimentação, limpeza, transportes, educação, saúde e cuidados, mostraram-se os serviços sem os quais não é possível a reprodução da vida. Mesmo nas economias mais avançadas não foi possível suprir por um só dia as necessidades da população sem a utilização da força do trabalho humano, especialmente nos trabalhos voltados à reprodução social.

Em segundo lugar, a pandemia revelou que o sistema do capital está inteiramente voltado à obtenção do lucro, em oposição à manutenção da vida. Bilionários, banqueiros de investimentos e grandes empresários são exemplos daquilo que não tem relevância para o seu enfrentamento. Foram as trabalhadoras e trabalhadores dos serviços de reprodução social que enfrentaram a dramática situação; e ao trabalho deles, deve-se a atenuação de mais esta crise.

É importante assinalar, ainda, que o combate ao vírus e suas consequências — o desenvolvimento de vacinas e sua aplicação, a ampliação do número de leitos, as medidas que asseguraram a liquidez dos grandes capitais e a complementação da renda das famílias — foram ações financiadas, além de grande parte delas ter sido posta em prática pelo setor público. Se deixadas à mercê do mercado, na defesa de seu dogma da oferta e procura e em sua busca cega pelo lucro, os resultados funestos da pandemia teriam sido ainda mais catastróficos.

Com a crise do petróleo nos anos 1970, o capital buscou intensificar formas de extração do mais-valor por meio da intensificação do trabalho, bem como transformar esferas em que atuava o Estado, no sentido de garantir a reprodução social dos trabalhadores em espaços para a geração de mais-valor; grande parte das vezes por meio da privatização destes direitos, agora transmutados em serviços.

Para Corrêa (2020), a nova agenda do capitalismo tem como alicerce a reestruturação da produção assentada no Toyotismo com a conseqüente terceirização e precarização das relações trabalhistas, o que implica na imediata retirada de direitos sociais conquistados ao longo de décadas de luta. Segue, também, uma agenda de austeridade incorporada a partir do Consenso de Washington, estabelecendo diretrizes macroeconômicas como forma de obtenção de financiamentos junto a organismos internacionais. Implanta-se, dessa forma, um Estado mínimo para o social e máximo para o capital. Com a queda do muro de Berlim e o fim da experiência socialista na URSS, o capital alegoricamente exclamou sua vitória, e com o discurso da via única logo mostrou o que realmente objetiva, intensificando a exploração sobre a classe trabalhadora e piorando suas condições de vida na maior parte do planeta.

O léxico do programa político neoliberal ecoa em todos os campos da vida social: abertura comercial, disciplina fiscal, privatização, desburocratização, empreendedorismo, desregulamentação, reformas. Segundo Harvey (2016, p. 176), “parte do *ethos* e do programa político neoliberal tem sido repassar o máximo possível de custos da reprodução social para a população em geral, com o intuito de aumentar a taxa de lucro do capital reduzindo a carga tributária”. O ideário da agenda neoliberal, tão somente a face mais hodierna do capitalismo que se desenvolveu nos países centrais nas décadas de 1960/70, logo foram adotadas pela classe capitalista brasileira a partir dos anos 1980/90.

Há de se reconhecer que algumas das teses econômicas do ideário neoliberal podem ser observadas durante os governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), mas sua utilização como fio condutor da política governamental, nos seus mais variados campos de atuação, encontra em Collor (1990-1992) seu primeiro representante de fato. Segundo Maciel (2011, p. 102), o Plano Collor I anunciou a aurora da era neoliberal num “ambicioso processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas.”

A implementação das diretrizes neoliberais naquele período teve como resultado o aprofundamento da recessão, do processo inflacionário, o aumento do desemprego e a precarização das políticas sociais. Em meio a este quadro, a corrupção no governo foi apontada como insustentável, e o presidente foi afastado por meio de impeachment. A diretriz econômica, no entanto, foi mantida.

Apontado como idealizador do plano real, Fernando Henrique Cardoso, sociólogo de formação e identificado por muito tempo com o campo progressista da política, segue a diretriz econômica neoliberal. Tendo como foco o controle inflacionário, estabelece ações como o aumento acelerado das importações e a absorção de recursos externos, sob um ambiente de juros elevados e retração da massa salarial, em sintonia com a cartilha estabelecida pelo FMI, alinhada às prerrogativas elencadas no Consenso de Washington. Foi em seu governo que ocorreu uma reforma sobre o imposto de renda das empresas em que se adotou a isenção sobre lucros e dividendos repassados aos acionistas. Somente esta medida equivale a uma renúncia fiscal estimada em mais de 59 bilhões ao ano, atualmente, inteiramente apropriada pelo capital.

Ainda neste alinhamento, sob o pretexto do inescapável equilíbrio orçamentário, um ajuste fiscal que reduzisse o déficit público, apontado como o principal problema do país, tornou-se um dogma que ainda hoje causa mazelas expressivas aos trabalhadores. Promoveu-se assim a privatização de empresas estatais de energia, telefonia, mineração, infraestruturas de transportes, bancos públicos estaduais, citando somente alguns setores. O mesmo pretexto também viabilizou a aprovação de reformas na previdência social, em seu regime geral e na administração pública (PORTO, 2009).

Os investimentos públicos na área social sofreram um estrangulamento inédito. Tal redução orçamentária causou profundas transformações no caráter público dos serviços prestados pelo Estado, tendo em mira sua mercantilização.

Do ponto de vista ideológico, esse modelo econômico deixa de contar com o apoio popular nas quatro eleições seguintes. Do ponto de vista prático, pouca coisa mudou nos governos do campo progressista, naquilo que concerne às diretrizes para a área econômica. Com sua política de conciliação de classes, se manteve a tese da macroeconomia única — não há alternativa. Para Tristão (2011, p. 113), o tripé econômico neoliberal “se baseia em juros altos/câmbio flutuante/superávit primário, ao qual se soma a “autonomia” do Banco Central (BC) em realizar políticas monetárias”. Todas essas diretrizes mantiveram-se nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

No que concerne à reprodução social da classe trabalhadora, os avanços mais expressivos no período foram a redução do desemprego, o aumento real do salário mínimo, uma política habitacional, a expansão do financiamento à agricultura familiar, a política afirmativa de acesso à universidade, entre outras ações

localizadas. A burguesia nacional, entretanto, foi bastante favorecida. Setores como a construção pesada, a mineração, o agronegócio, a indústria de construção naval, além do setor financeiro, foram deveras beneficiados (COLETTI, 2015), com taxas de juros subsidiadas, investimentos públicos em grandes obras, política externa de apoio à exportação e desonerações tributárias.

No governo Lula, foi aprovada a reforma da Previdência para os servidores públicos por meio da Emenda Constitucional (EC) n. 41, que atacou diretamente a integralidade salarial e favoreceu os Fundos de Pensão, em clara opção pelo capital em detrimento do trabalho. Por meio da EC n. 40, garantiu-se a autonomia operacional do Banco Central, presidido na época por Henrique Meirelles. Aprovou-se a Lei de Falências, as parcerias público-privadas foram regulamentadas com a Lei nº 11.079/2004 (TRISTÃO, 2011).

No campo das políticas sociais, programas como o Bolsa Família e o Fome Zero, diferentemente do que ocorre com os benefícios da Seguridade Social, não se configuram como direitos — mas tem um caráter meramente compensatório — não tendo como referência o salário mínimo e, o que pode ser ainda mais ruinoso, podendo ser extintos a qualquer momento, como de fato ocorreu.

Na educação, programas como o FIES e o PROUNI transferiram grandes somas de recursos públicos para grupos privados que atuam no mercado de capitais, em detrimento de políticas permanentes de fortalecimento das universidades públicas, permitindo ao capital uma expansão sem igual sobre o ensino superior e a mercantilização sem precedentes do setor.

Já no governo de Dilma Rousseff, o crescimento econômico brasileiro perdeu vigor, tanto por razões externas como por elementos do mercado interno. A despeito disso, com taxas de desemprego ainda em queda e inflação sob controle, mais uma vez o projeto “neodesenvolvimentista” é vencedor nas urnas, ainda que com pequena margem.

Corolário destas políticas, ocorreram avanços importantes para os trabalhadores durante os governos do PT; para o capital, este avanço foi extraordinário. Considerando ainda a lista de bilionários da revista Forbes, em 2003 o país contabilizava cinco brasileiros com patrimônio superior a 1 bilhão de dólares. Na edição de 2014, a revista registrou 65 nomes nesse grupo. O capital, no entanto, deixou de acreditar na postura de conciliação, iniciando um processo de contrarreformas que visava o desmonte das políticas sociais conquistadas desde os anos 1930 e 1940, passando pela Constituição de 1988, e não estava disposto a esperar mais (DELGADO; NASCIMENTO; SILVA, 2020).

Sem o apoio do Congresso Nacional, e se mostrando reticente a referendar as reformas exigidas pelas frações de classe ligadas ao capital internacional, a política de conciliação de classes entra em colapso e o golpe jurídico parlamentar é colocado em prática. Ainda, importante salientar que a suposta violação cometida, que afastou a presidente, refere-se a crimes de “responsabilidade fiscal”.

Logo após o golpe, o governo de Michel Temer retoma o projeto neoliberal parcialmente interrompido, e as reformas antissociais são aprovadas com urgência – todas em benefício do capital. Segundo Delgado et al. (2020), a primeira ação nesse sentido é colocada em pauta logo em junho de 2016, apenas um mês após o afastamento e ainda na condição de interino, no fim do mesmo ano foi publicada como EC nº 95 – a “PEC do Fim do Mundo”. Tal emenda permitiu o congelamento por 20 anos dos gastos públicos em políticas sociais.

Em 2017, também é aprovada a Contrarreforma Trabalhista. Por meio deste (des)ordenamento jurídico, o capital garantiu a desregulamentação das leis de proteção ao trabalho. De um só golpe foi concedida a burla da legislação, pelo instrumento do “acordado sobre o legislado” que aparece sob o neologismo flexibilização. Na mesma oportunidade, foram regulamentados o trabalho intermitente, o *home office*, o banco de horas, a redução do tempo de intervalo para o almoço, o parcelamento das férias, entre outros pontos. Todos estes retrocessos sob o falacioso argumento de que, com as mudanças, empregos seriam gerados.

Depois de um conturbado processo eleitoral, com flagrante interferência do poder judiciário e disseminação de notícias falsas em massa, o projeto político do capital se mantém no poder. No dia em que toma posse, Jair Messias Bolsonaro assina a Medida Provisória (MP) 870, que extingue o Ministério do Trabalho. Esse, passa a fazer parte do Ministério da Economia, uma pasta nas mãos do “*Chicago boy*” Paulo Guedes.

Ainda no início do seu mandato, foi aprovada a Contrarreforma Previdenciária. Como traço comum, esta também teve como cerne a retirada de direitos dos trabalhadores. Ampliou a idade mínima para o acesso à aposentadoria — sobretudo para as mulheres — e suprimiu o pedido somente por tempo de contribuição. Aumentou o tempo mínimo de contribuição, reduziu o valor do benefício, entre outras mudanças. Considerando apenas a contribuição para algum instituto de previdência, dos 92,2 milhões de pessoas ocupadas no primeiro



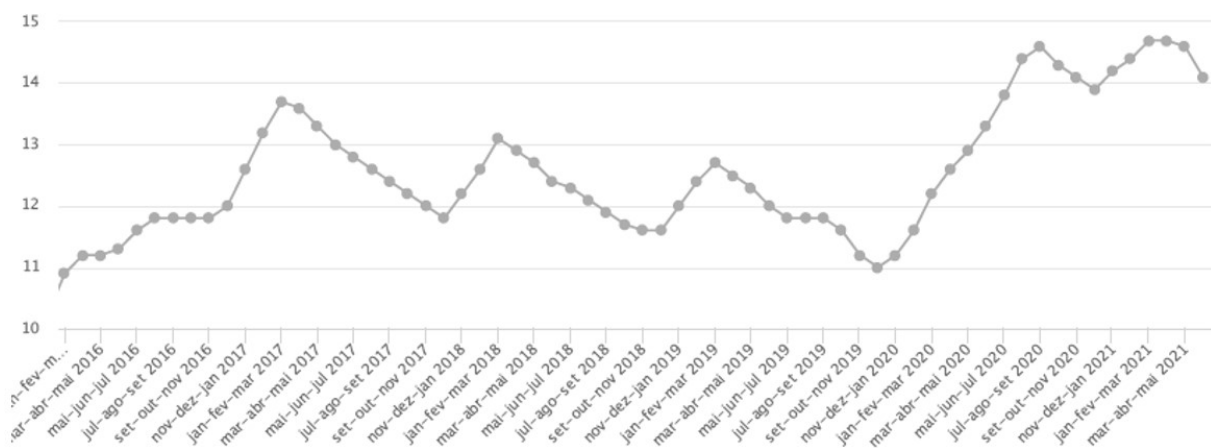
trimestre de 2020, 33,8 milhões eram não contribuintes<sup>1</sup>. Ou seja, considerando-se a manutenção deste quadro, a maior parte dos trabalhadores informais não terá acesso à aposentadoria pelas regras previdenciárias atuais.

Realizamos essa digressão histórica buscando entender como o grupo dos 1% mais ricos conseguiram se apropriar de metade da renda nacional, conforme apontamos anteriormente. Como demonstramos até aqui, esse disparate não foi ocasionado pela pandemia, mas sim por um conjunto de políticas implementadas e praticadas ao longo das últimas décadas. Portanto, almejava-se tal resultado. Vamos voltar nossa atenção agora aos resultados dessas políticas para a classe trabalhadora e seus efeitos sobre a reprodução social.

### Estamos todos no mesmo barco?

No Brasil, não alcançamos um Estado de bem-estar social. Ainda assim, desde os anos 1990, temos assistido uma incessante investida contra a proteção ao trabalho, como forma de incrementar a extração do mais-valor. Ainda que o discurso oficial apregoe uma geração mais facilitada de empregos com a precarização ou a burla dos direitos conquistados pelos trabalhadores, os indicadores dos próprios aparelhos de Estado revelam uma outra realidade, conforme podemos observar na Figura 1.

**Figura 1 – Taxa de desocupação, 1º trimestre de 2016 - 2º trimestre 2021**



Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2021).

Desde o golpe político-judicial que assinalou o fim da política de conciliação de classes, a taxa de desocupação nunca foi inferior a 11%. Mesmo com ressalvas quanto à metodologia aplicada, é importante observar como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua apresenta aumento da desocupação desde janeiro de 2020, alcançando 14,6% em setembro do mesmo ano. No primeiro trimestre de 2021 foi ainda pior chegando a 14,7%, seu recorde histórico. Isso representa 14,8 milhões de brasileiros sem possibilidades de adquirir os itens mínimos para a sua subsistência.

Em fevereiro de 2020, quando foi registrado o primeiro caso de Covid-19 no Brasil, já se contabilizavam 12,3 milhões de desempregados sem nenhuma influência que pudesse ser atribuída à pandemia. Se considerarmos o resultado do primeiro trimestre de 2021, uma parte do problema pode ser atribuído aos reflexos da pandemia na retração do emprego, no entanto, o patamar de 11% já estava colocado desde 2016. A pandemia vem, portanto, agravar um quadro que já era desolador.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde classifica o novo Coronavírus como pandemia, cobrando uma maior ação por parte dos governos em todo o mundo. O Ministério da Saúde na mesma data baixa a portaria nº 356, que estabelece medidas para o enfrentamento da emergência, prevendo a necessidade de isolamento e quarentena da população. No dia 24 do mesmo mês, o Banco Central anuncia a liberação de 1,2 trilhão de reais, visando garantir que as instituições financeiras tenham recursos para combater os efeitos da pandemia.

As ações que visaram proteger os empregos dos trabalhadores, por ironia do destino, seriam publicadas em 1º de abril daquele ano. Por meio da MP 936/2020 foram disciplinados os casos de redução da jornada de trabalho, com redução proporcional dos salários ou até mesmo a suspensão do contrato de trabalho. Em contrapartida, foram estabelecidas cotas de complementação por parte do governo federal sobre o seguro-desemprego a que os trabalhadores teriam direito num eventual desligamento. Nos casos de suspensão do contrato, o trabalhador teve direito a receber na integralidade o valor correspondente do seguro-desemprego que lhe era devido. A perversidade aqui reside no fato de que, no ano de 2020, o teto deste benefício era de R\$ 1.813,03.

Inicialmente prevista para durar 60 dias nos casos de suspensão do contrato, e de 90 dias para os casos de redução, conforme estabelecido na Lei nº 14.020/2020 que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda — apelidado BEm (de Benefício Emergencial) — logo ambas as modalidades foram prorrogadas para um período de até 120 dias por meio do Decreto nº 10.422/2020. Em poucas palavras, o resultado do BEm, no que diz respeito aos trabalhadores, foi a redução salarial e a consequente piora nas suas condições de vida. Isso ocorreu sob o falacioso argumento de uma pretensa “estabilidade” no emprego, que não passou do estabelecimento de uma indenização em caso de descumprimento do acordo por parte do empregador. Deve-se considerar, ainda, que este programa se aplicou somente aos trabalhadores formais.

Os trabalhadores informais somavam, em fevereiro de 2020, um contingente de 38 milhões de pessoas segundo o IBGE. É fundamentalmente a essa fração da classe trabalhadora que se destinou o Auxílio Emergencial. Criado para atender as pessoas que veriam desaparecer qualquer estratégia de auferir alguma renda, este auxílio foi fundamental para garantir a compra de itens essenciais à subsistência.

De abril a dezembro de 2020, o Auxílio Emergencial permitiu as condições mínimas de sobrevivência a 67,9 milhões de brasileiros, um terço da população do País, ao custo aproximado de 300 bilhões de reais, um quarto do que foi disponibilizado ao capital financeiro. Durante a vigência deste auxílio, os níveis de desigualdade de renda e o número de pessoas em situação de extrema pobreza reduziram a patamares nunca antes alcançados no País (NASSIF-PIRES et al., 2021).

No entanto, diante da economia política e seus dogmas, e tendo a EC-95 como parâmetro-base, a alimentação não é vista como um direito humano. Ainda que o auxílio tenha apresentado resultados formidáveis na redução da insegurança alimentar, confrontado com os ditames do capital no advento de 2021 — pior momento da pandemia no Brasil até o presente momento — a iniciativa perdeu o fôlego.

Nos três primeiros meses de 2021 não houve pagamento do Auxílio Emergencial. Como essa população não tinha uma alternativa de renda, viu-se forçada a arriscar se expor ao vírus ou morrer de inanição. O número de mortes diárias começa a apresentar um aumento considerável no fim de fevereiro, chegando ao seu ápice em abril. Novas parcelas do Auxílio passam a ser feitas em abril, para um público menor, e com valores bastante inferiores aos praticados anteriormente: “[...] os valores foram reduzidos para R\$ 250, em média, variando entre R\$150 e R\$375, de acordo com a composição familiar dos domicílios: R\$150 mensais para domicílios unipessoais, R\$250 para domicílios com mais de uma pessoa e R\$375 para mães solo” (NASSIF-PIRES et al., 2021, p. 3).

Os resultados apresentados durante a vigência do auxílio de R\$600 foram suficientes para reestabelecer discussões acerca da necessidade de uma garantia de renda mínima para as famílias, por meio de programas de transferência de renda, ou seja, de garantias da reprodução social deste público, inviabilizadas por conta da adoção de políticas econômicas que só interessam ao capital. O orçamento do benefício foi reduzido dos quase 300 bilhões de reais gastos em 2020 para 44 bilhões em 2021. Trata-se fundamentalmente de uma escolha da política econômica pautada na redução dos gastos sociais, e não uma consequência da pandemia.

A inflação também exerce pressão sobre o poder de compra das famílias dos trabalhadores. Os dois indicadores elaborados pelo IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), como podemos observar na Figura 2, apresentam o seguinte comportamento<sup>2</sup>:

A inflação, como vemos, segue uma tendência de elevação no período destacado. Uma diferença substancial entre os dois indicadores se refere ao público a quem representam. Enquanto o IPCA, índice oficial da inflação utilizado pelo governo federal, busca representar uma cesta de produtos e serviços para famílias que percebem entre 1 e 40 salários mínimos, o INPC se refere a famílias que auferem entre 1 e 5 salários mínimos. Na última Pesquisa de Orçamentos Familiares divulgada pelo IBGE, mais de metade das famílias estão inseridas nesta faixa de renda. Este grupo é singularmente vulnerável à variação de preços, sobretudo

**Figura 2 – Comparativo IPCA e INPC - 2019/2020/2021**

IPCA				INPC			
Mês / ANO	2019	2020	2021	Mês / ANO	2019	2020	2021
Janeiro	0,32	0,21	0,25	Janeiro	0,36	0,19	0,27
Fevereiro	0,43	0,25	0,86	Fevereiro	0,54	0,17	0,82
Março	0,75	0,07	0,93	Março	0,77	0,18	0,86
Abril	0,57	-0,31	0,31	Abril	0,6	-0,23	0,38
Mai	0,13	-0,38	0,83	Mai	0,15	-0,25	0,96
Junho	0,01	0,26	0,53	Junho	0,01	0,3	0,6
Julho	0,19	0,36	0,96	Julho	0,1	0,44	1,02
Agosto	0,11	0,24	0,87	Agosto	0,12	0,36	0,88
Setembro	-0,04	0,64	1,73	Setembro	-0,05	0,87	1,2
Outubro	0,1	0,86	1,25	Outubro	0,04	0,89	1,16
Novembro	0,51	0,89	0,95	Novembro	0,54	0,95	0,84
Dezembro	1,15	1,35	0,73	Dezembro	1,22	1,46	0,73
Acumulado (%)	4,31	4,52	10,06	Acumulado (%)	4,48	5,45	10,16

Fonte: Indicadores IBGE – Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – IPCA e INPC, jan. (2022).

dos grupos alimentação, transportes e medicamentos, o que corrobora em uma piora mais significativa na manutenção da reprodução social destes trabalhadores em particular.

O capital financeiro tem comportamento distinto frente à inflação crescente. No ano de 2020 a soma dos lucros contábeis dos quatro maiores bancos do país foi de 61,6 bilhões. Ainda que o ganho destas instituições seja significativo, maior que todo o orçamento destinado ao auxílio emergencial em 2021, ele foi 24,4% menor na comparação com os valores de 2019<sup>3</sup>, quando os bancos tinham batido seu recorde de lucro em valores nominais. Por razão da pandemia, não foi possível atingir as expectativas do mercado financeiro. Já no primeiro trimestre de 2021 estes mesmos bancos apresentaram lucro de 18,6 bilhões, no segundo trimestre 23,1 bilhões — terceiro melhor resultado da série histórica que começa em 2009.

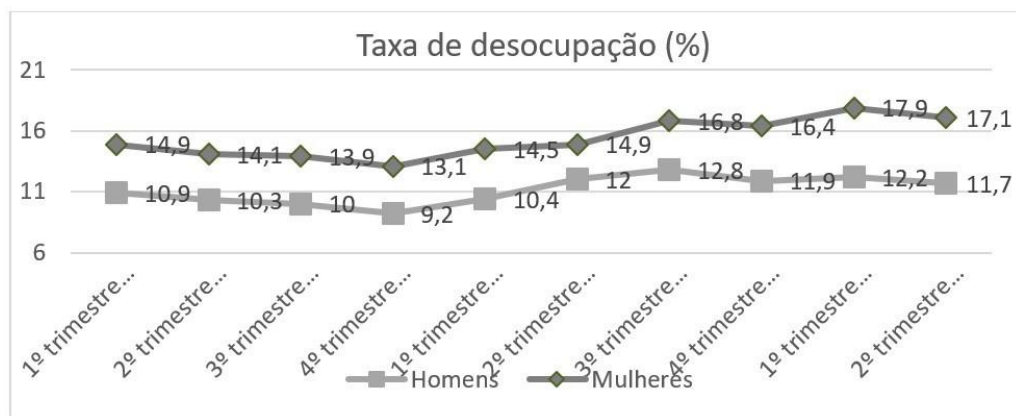
Grande parte desta resposta se originou na redução de despesas, via demissão de trabalhadores naquilo que as instituições financeiras chamam de “migração para o formato digital”, e o fechamento de agências<sup>4</sup>. Tendo sido o primeiro setor a receber auxílio do Estado durante a pandemia, a receita das operações de crédito cresceu durante esse período. Ou seja, o aumento do desemprego via introdução de novas tecnologias, a renúncia fiscal somada à ajuda financeira por parte do governo garantiu a solvência das instituições financeiras e de seus operadores, em detrimento da maioria absoluta da população.

Assim como ocorre com a inflação, a reprodução social dos trabalhadores em seu conjunto não foi afetada da mesma maneira durante a pandemia. Há frações da classe que foram especialmente impactadas, uma vez que apresentam maior fragilidade em consequência da forma capitalista de exploração de sua força de trabalho. A pandemia evidenciou qual classe está mais vulnerável à infecção e a perecer em decorrência da Covid-19 e, dentro desta classe, quais são as frações mais expostas ao vírus.

Conforme artigo de Vendramini e Conde (2020) naqueles países onde a testagem e o rastreamento apresentam dados mais confiáveis, foi possível estabelecer clara correlação de classe entre os infectados. Mesmo em Nova Iorque, cidade modelo da mundialização do capital e epicentro mundial da pandemia durante um dilatado período, eram maiores os números de infectados nos bairros populares — nestes bairros entre os negros, imigrantes e mulheres — em funções extenuantes e com contratos, quando existiam, precários. Muitos deles em atividades diretamente ligadas à reprodução social, como serviços de alimentação, limpeza e cuidados de crianças e idosos, sem, no entanto, terem acesso aos serviços mais básicos de saúde.

O número de desempregados no Brasil reflete a desigualdade de gênero. Ainda que as taxas de desocupação tenham aumentado para ambos os sexos, para os homens essa taxa passou de 10,4% para 12,2%, comparando o primeiro trimestre de 2020 com o mesmo período de 2021. Para as mulheres essa taxa passou de 14,5% para 17,9% no período, apesar de apresentarem média de anos de escolaridade maior<sup>5</sup>. A taxa de desemprego entre as mulheres é reiteradamente mais elevada, como podemos observar no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Taxa de desocupação por gênero – Brasil**



Fonte: IBGE – PNAD Contínua Trimestral – elaboração do autor.

Devemos ressaltar que a maior parte dos trabalhos de reprodução social — ensino, limpeza, alimentação, saúde — são fornecidos pelas mulheres da classe trabalhadora.

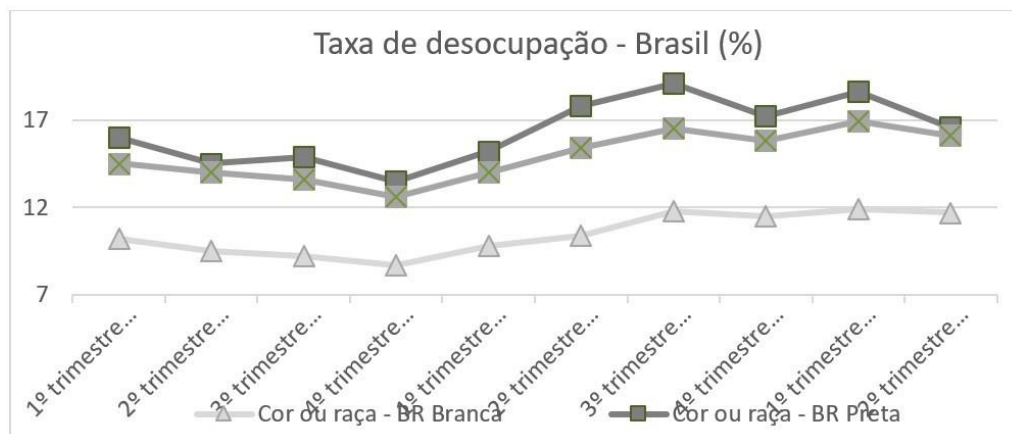
Estabelecendo um recorte pelo critério gênero, Nassif-Pires et al. (2021) observaram que as mulheres apresentam maiores taxas de pobreza em relação aos homens em 2020, e que mais mulheres se encontram em situação de extrema pobreza do que homens. Para o ano de 2021 com valores reduzidos do Auxílio Emergencial, ao mesmo tempo em que se restringiu o número de beneficiados, a situação se agravou ainda mais.

Ao fazer o recorte por cor ou raça, os dados da PNAD-C trimestral trazem o retrato da taxa de desocupação para o Brasil exposto no Gráfico 2.

Como podemos observar, as taxas de desemprego entre os trabalhadores pardos e pretos é sempre superior à média da população branca no País. No primeiro trimestre de 2020, a taxa de desocupação entre os brancos era de 9,8%, alcançava 14% entre os pardos enquanto a população preta já convivia com 15,2% de desocupação. No mesmo trimestre em 2021, esses números subiram para 11,9% entre os brancos, 16,9 entre os pardos e 18,6% entre os trabalhadores pretos. Examinando novamente o levantamento de Nassif-Pires et al. (2021), agregando gênero e raça, vamos constatar a maior vulnerabilidade social entre as mulheres pretas e pardas no país. Com base nos dados levantados, as autoras concluem que esta fração da classe apresenta as maiores taxas de pobreza e extrema pobreza em todos os cenários observados.

Atentando-se agora a uma outra fração dos trabalhadores — os migrantes — encontramos frequentemente o seguinte quadro. Os migrantes costumam ocupar os piores postos de trabalho, são funções mal remuneradas e socialmente desvalorizadas. Grande parte do trabalho exercido por eles é feito em condições precárias, seja do ponto de vista da proteção da legislação, seja da segurança e da saúde. Por conta dos gastos com aluguéis, transporte e alimentação, reiteradamente se submetem a longas jornadas de trabalho, a jornadas duplas, trabalhando aos finais de semana e feriados. Devido a isso, praticamente desconhecem o lazer.

Apesar de todos seus esforços e sacrifícios, durante a pandemia tomamos conhecimento das condições, terrivelmente precárias, a que está submetida a reprodução destes trabalhadores e da sua vulnerabilidade por conta da forma de organização social imposta pelo capital.

**Gráfico 2 – Taxa de desocupação por cor ou raça – Brasil**

Fonte: IBGE – PNAD Contínua Trimestral – elaboração do autor.

Já em maio de 2020, muitos imigrantes brasileiros se acharam sem condições de se manter nos Estados Unidos da América pela paralização de suas atividades em resposta à pandemia que se agravava naquele país. Como muitos estavam indocumentados, não foi possível a eles recorrer à ajuda das autoridades locais. Conforme reportagem de Macedo (2020), muitos já relatavam a exploração a que estavam submetidos antes mesmo da pandemia, tendo agora que realizar empréstimos para a compra de passagens aéreas, buscando retornar ao Brasil, e contavam com a ajuda de Organizações Não Governamentais para se alimentar.

No Brasil, uma onda de migrações foi observada a partir de maio, ainda no início da crise pandêmica. Segundo reportagem de Schmitt (2020), muitos migrantes nordestinos começavam a retornar aos seus locais de origem, buscando a ajuda de familiares. O desemprego a que se viram expostos não lhes proporcionou uma alternativa. Por conta do risco de contaminação e da redução e interrupção das viagens rodoviárias interestaduais, muitos foram forçados a fretar ônibus de empresas de transporte informais, além de terem que negociar com os governantes locais para poderem regressar.

Situação ainda pior foi registrada entre os imigrantes estrangeiros. Em fiscalização promovida em São Paulo, foram encontradas trabalhadoras migrantes bolivianas em condições análogas à escravidão. Em oficinas de costura que também serviam de residência, muitas trabalhavam em longas jornadas que chegavam a 14 horas diárias e recebiam valores inferiores a um salário mínimo (LAZZERI, 2020). Com a pandemia, e por meio de coação, relatos indicam que permaneciam em condições que se assemelhavam à pena de confinamento.

Em Santa Catarina também encontramos casos análogos. No alto vale do Itajaí, o ano de 2020 ficou marcado pelo crescimento no número de ocorrências de trabalho em condições análogas à escravidão. Até o mês de setembro, já tinham sido registradas 55 ocorrências. Nestes episódios, todos os trabalhadores eram migrantes. A fala do procurador Acir Alfredo Hack, do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina, vai ao encontro do que procuramos evidenciar até o presente. Na matéria de Catie (2020), expõe o procurador:

Talvez levados por uma interpretação errada de que a fiscalização não iria efetuar diligências nessa época por causa da pandemia e também levados por um discurso de neoliberalismo, de que os direitos dos trabalhadores seriam os mínimos a serem protegidos nesse governo federal, tiveram a falsa ideia de que poderiam fazer essas contratações e que não seriam punidos. Essas pessoas não recebiam equipamento de proteção individual, não era feito o registro. Eram levados à própria sorte, como nos séculos passados.

A forma de aliciamento guarda muitos elementos em comum ao que ocorre em diversos outros lugares no mundo. Atraídos por falsas promessas de bons pagamentos, ao chegar os migrantes tem que arcar com os custos da viagem, a alimentação, alojamentos precários, longas e extenuantes jornadas e outras arbitrariedades.

## Considerações finais

Pelo exposto, contrariamente ao que muitos defendiam no início da pandemia, a Covid-19 não foi de forma alguma “democrática”. Também não nos encontramos todos “no mesmo barco”. Não contaminou burgueses e proletários na mesma proporção, da mesma forma ou com as mesmas consequências. As ações tomadas para o enfrentamento da crise tiveram como foco a manutenção do capital em detrimento do trabalho. A possibilidade de manter o distanciamento social, as medidas de prevenção mais simples — como lavar as mãos, utilizar álcool gel e o uso de máscaras —, o acesso aos serviços de saúde, aos meios de transporte, à educação, entre tantos outros exemplos, não fizeram mais do que transparecer o colossal abismo que existe no interior da sociedade tal como ela se encontra organizada.

O que procuramos salientar é que nenhuma destas mazelas pode ser atribuída às consequências da disseminação da Covid-19. A pandemia pode ter atuado como um catalizador, um acelerador do processo; todavia, os elementos estruturantes que impactam sobre a reprodução social, e a trouxeram para o centro do debate público, já estavam postos.

A diminuição da capacidade de resposta do Estado por meio de medidas de austeridade, o teto de gastos, o primado pelo pagamento da dívida pública, o desmonte do sistema de assistência e previdência social, a contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho, a terceirização irrestrita, a financeirização dos serviços que antes residiam no rol dos direitos sociais, todas estas ações não poderiam levar a um resultado diferente do quadro atual.

O alinhamento econômico aos ditames do capital nos leva a lembrar e nos autorizam a parafrasear o professor Darcy Ribeiro para dizer que a crise em que se encontra a classe trabalhadora no Brasil não é uma crise, é projeto. Esse projeto, que vem sendo paulatinamente implantado, tomou especial impulso após o golpe político-judicial de 2016.

Nesta conjuntura, a volta ao mapa da fome, o aumento da pobreza e da extrema pobreza, o desemprego crescente, o desequilíbrio e a devastação ambiental, os milhares de mortos na pandemia, são apenas fruto de uma forma de organização social que não se mostra compelida, sequer comovida, com a miséria por ela mesma causada. Uma vez que trata grande parte da população como supérflua para seus objetivos, a manutenção e a reprodução social destes trabalhadores parecem não importar ao capital.

## Referências

- BHATTACHARYA, T. Reprodução social e a pandemia. Entrevista. Revista Movimento, 2020. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/04/reproducao-social-e-a-pandemia-com-tithi-bhattacharya/>. Acesso em: 03 maio 2020.
- CATIE, T. Trabalho escravo dispara em Santa Catarina e 55 pessoas são resgatadas em 2020. ND+, 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/justicasc/trabalho-escravo-dispara-em-santa-catarina-e-55-pessoas-sao-resgatadas-em-2020/>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- CORRÊA, V. O impacto global da pandemia: a humanidade diante de uma bifurcação social. 2020. Elaborado por LEFIS. Disponível em: <https://lefis.ufsc.br/2020/10/15/o-impacto-global-da-pandemia-a-humanidade-diante-de-uma-bifurcacao-social/>. Acesso em: 07 set. 2021.
- COLETTI, C. Desenvolvimentismo e neoliberalismo no Brasil. Revista de Direito, v. 15, n. 23, p. 29–48, 2015. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaDireito/issue/view/32/25>. Acesso em: 08 set. 2021.
- DELGADO, G. de O.; NASCIMENTO, G. DO; SILVA, R. M. da. O governo Temer e o avanço autoritário das contrarreformas no campo educacional. Marx e Marxismo. Niterói: Universidade Federal Fluminense, publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo, v. 8, n. 15, 2020. p. 335-358.
- ECONOMATICA INSIGHTS. Raios X dos grandes bancos Brasileiros – 2020 tem a maior queda de lucro em 21 anos – ROE é o menor desde 1995 – Santander tem o melhor ROE pelo 3º ano consecutivo – PDD, o maior historicamente – Dividendos têm queda de 48,6% e valor de mercado recua R\$ 235 bilhões. Disponível em: <http://insight.economatica.com/raios-x-dos-grandes-bancos-brasileiros-2020-tem-a-maior-queda-de-lucro-em-21-anos-roe-e-o-menor-desde-1995-santander-tem-o-melhor-roe-pelo-3o-ano-consecutivo-pd/>. Acesso em: 26 set. 2021.
- HARVEY, D. Reprodução Social. In: HARVEY, David. 17 Contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 169-183.
- IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) Contínua: Síntese dos indicadores. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=30786&t=quadro-sintetico>. Acesso em: 15 set. 2021.

IBGE. [Dados sobre INPC e IPCA]. Biblioteca, Catálogo, 2022b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236>. Acesso em: 26 jan. 2022.

IBGE. Plataforma SIDRA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral: Tabela 5947 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho. 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5947#resultado>. Acesso em: 15 set. 2021.

LAZZERI, T. Trabalho escravo, despejos e máscaras a R\$ 0,10: pandemia agrava exploração de migrantes bolivianos em SP. *Reporter Brasil*, 2020. Disponível em: [https://reporterbrasil.org.br/2020/06/trabalho-escravo-despejos-e-mascaras-a-r-010-pandemia-agrava-exploracao-de-migrantes-bolivianos-em-sp/?utm\\_campaign=shareaholic&utm\\_medium=whatsapp&utm\\_source=im](https://reporterbrasil.org.br/2020/06/trabalho-escravo-despejos-e-mascaras-a-r-010-pandemia-agrava-exploracao-de-migrantes-bolivianos-em-sp/?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=whatsapp&utm_source=im). Acesso em: 12 ago. 2020.

MACEDO, L. Com coronavírus, EUA acabaram para o imigrante. Está insustentável', diz mineiro que vai voltar ao Brasil. *G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/02/com-coronavirus-eua-acabaram-para-o-imigrante-esta-insustentavel-diz-mineiro-que-vai-voltar-ao-brasil.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2021.

MACIEL, D. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). *Revista UFG*, v. 13, n. 11, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390>. Acesso em: 7 set. 2021.

NASSIF-PIRES, L.; CARDOSO, L.; OLIVEIRA, A. L. M. de. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. (Nota de Política Econômica nº 010). *MADE/USP*, 2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/genero-e-raca-em-evidencia-durante-a-pandemia-no-brasil-o-impacto-do-auxilio-emergencial-na-pobreza-e-extrema-pobreza/>. Acesso em: 22 set. 2021.

PERET, Eduardo. Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem. Agência IBGE, Notícias, 07 mar. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em: 2 nov. 2021.

PORTO, M. C. da. Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*. São Luís, v. 4, 2009, p. 1-9. 1 CD-ROM. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1\\_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf). Acesso em: 07 set. 2021

SCHMITT, G. Desemprego causado por coronavírus provoca êxodo para nordeste. *Época*, 2020. Disponível em: [https://epoca.globo.com/brasil/desemprego-causado-por-coronavirus-provoca-exodo-para-nordeste-24440428?utm\\_source=Whatsapp&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=compartilhar](https://epoca.globo.com/brasil/desemprego-causado-por-coronavirus-provoca-exodo-para-nordeste-24440428?utm_source=Whatsapp&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar). Acesso em: 03 jul. 2020.

TRISTÃO, E. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. *SER Social*, v. 13, n. 28, p. 104-128, 2011. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12684](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12684). Acesso em: 8 set. 2021.

VENDRAMINI, C. R.; CONDE, S. F. Vítimas do coronavírus: A classe trabalhadora imigrante. *Desacato*, 2020. Disponível em: <https://desacato.info/vitimas-do-coronavirus-a-classe-trabalhadora-imigrante-por-celia-vendramini-e-soraya-franconi-conde/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

## Notas

<sup>1</sup> Segundo dados extraídos da plataforma SIDRA com base na PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2022a).

<sup>2</sup> Dados oficiais extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre INPC e ICPA. (IBGE, 2022b).

<sup>3</sup> Levantamentos feito pela consultoria de informações financeiras Economatica com base nos demonstrativos financeiros entregues à Comissão de Valores imobiliários dos seguintes bancos: Bradesco, Banco do Brasil, ItauUnibanco e Santander. (ECONOMATICA INSIGHTS, 2021).

<sup>4</sup> Em estudo intitulado DESEMPENHO DOS BANCOS EM 2020, o DIEESE apurou que CEF, Santander, Itaú e Bradesco fecharam 1.376 agências e extinguiram 12.874 postos de trabalho em meio a pandemia, segundo informações das próprias instituições.

<sup>5</sup> Realidade observada pelo IBGE em levantamento de 2018. Com dados de 2016, a frequência escolar líquida das mulheres era de 73,5%, enquanto a dos homens era de 63,2%. Na faixa etária dos 25 aos 44 anos, 21,5% das mulheres tinham graduação completa, contra 15,6% entre os homens. Ainda assim, elas ganham, em média, 76,5% dos rendimentos dos homens (PERET, 2018).

## Marcos Antônio da Silva

marcos.s.geo@gmail.com

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina

Professor - Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

**SED - PMBC**

Av. Marginal Oeste, 100 - Municípios  
Balneário Camboriú – SC – Brasil  
CEP: 88337-335

**Célia Regina Vendramini**

celiavendram@gmail.com  
Pós-doutorado em Cornell University (CORNELL)  
Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**UFSC**

Trindade  
Florianópolis, SC – Brasil  
CEP: 88040900

**Agradecimentos**

Agradecemos a UFSC e a todos os trabalhadores da instituição, em especial aqueles que atuam no PPGE, assim como a Secretaria de Educação de Balneário Camboriú, que possibilitaram que esta pesquisa ocorresse. Agradecemos igualmente a rede de solidariedade que se formou, o que permitiu que ficássemos fisicamente separados, mas socialmente unidos.

**Agência financiadora**

Não se aplica.

**Contribuições dos autores**

O primeiro autor contribuiu com o desenvolvimento deste

artigo desde sua concepção, pesquisa de referências e redação, o artigo tem como base sua dissertação de mestrado. A segunda autora contribuiu com a instrução quanto ao referencial teórico e metodológico, apontamentos das insuficiências e apoio durante toda a pesquisa.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

Consentimos a publicação.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.



**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

# Conflitos socioambientais em áreas de complexos portuários na Amazônia paraense: ameaças, agentes e resistências

**Thais Sousa Silva<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-4166-8934>**Nádia Socorro Fialho Nascimento<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-9680-7006>**Maria Elvira Rocha de Sá<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0003-1403-9347><sup>1</sup>Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, PA, Brasil

## Conflitos socioambientais em áreas de complexos portuários na Amazônia paraense: ameaças, agentes e resistências

**Resumo:** Este artigo aborda conflitos socioambientais decorrentes da construção de complexos portuários no estado do Pará a partir de três parâmetros de análise: ameaças às comunidades tradicionais, agentes envolvidos e formas de resistências daquelas comunidades. Em função da pandemia do novo coronavírus (SARS-COV-2), os procedimentos metodológicos foram redefinidos, utilizando-se da técnica de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) agregada à pesquisa documental, observação *in loco* e entrevistas realizadas na comunidade de Guajará de Beja, município de Abaetetuba, um dos *locus* da pesquisa. Da aplicação do Protocolo de Pesquisa (PP) da RSL resultaram dez estudos selecionados, os quais, após análise agregada aos demais procedimentos metodológicos, indicaram que as disputas por recursos naturais/locacionais, em especial para instalação de complexos portuários no estado do Pará, têm produzido conflitos socioambientais entre agentes econômicos, agentes públicos e comunidades tradicionais na Amazônia paraense.

**Palavras-chave:** Conflitos Socioambientais; Complexos Portuários; Estado do Pará.

## Socio-environmental conflicts in areas of port complexes in the Amazon of Pará: threats, agents and resistance

**Abstract:** This article addresses socio-environmental conflicts arising from the construction of port complexes in the state of Pará from 03 (communities) parameters of analysis - threats to traditional communities, agents involved and forms of complex resistance. Due to the new coronavirus (SARS-COV-2) pandemic, the methodological procedures were redefined, using the Systematic Literature Review (RSL) technique combined with documentary research, on-site observation and interviews carried out in the community of Guajará de research Beja, municipality of Abaetetuba, one of the locus of the research. The application of the RSL Research Protocol/PP resulted in 10 (ten) selected studies which, after being added to the other methodological procedures, indicating that as natural/locational resources, especially for the analysis of port complexes in the state of Pará, companies socio-environmental producers between local agents for audiences and traditional communities in the Amazon.

**Keywords:** Socio-environmental Conflicts; Port Complexes; State of Pará.

Recebido em 29.06.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 06.12.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

A Amazônia brasileira é historicamente afetada por processos de exploração e apropriação de suas riquezas naturais pelo capital e de violência praticadas contra os povos originários. Estes processos remontam ao período de sua colonização e estão relacionados à exploração da região como espaço de acumulação capitalista, o que se reproduziu nos séculos seguintes e alcançou o século XXI com a intensificação das ameaças à natureza e à sobrevivência da própria humanidade. Os chamados “grandes projetos” de desenvolvimento, que foram designados por Leal (1996, p. 10 apud FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 112) para caracterizar “[...] os empreendimentos-enclaves que operam retirando recursos naturais em grande quantidade, mandando-os para fora [...]”, tem produzido impactos sobre a natureza e nas condições de vida e trabalho da população amazônica, no geral, e dos povos e comunidades tradicionais em particular.

Esses impactos têm sido agravados pelas ações do Estado, em suas diferentes instâncias, promovendo a flexibilização das leis ambientais e de regularização fundiária que facilitam a grilagem de terras públicas, além do desmatamento, da queimada e da poluição do ar, do solo e das águas ocasionadas por atividades produtivas, principalmente a mineração e o agronegócio. O cerne da questão deste artigo aborda sobre a circulação de mercadorias via complexos portuários no estado do Pará, onde o Estado brasileiro, por meio do planejamento e de políticas públicas de infraestrutura que incentivam a Produção de Complexos Portuários (PCP), viabilizou a construção de portos privados em diversas regiões do Brasil, com destaque para a Amazônia (RODRIGUES, 2018).

Os resultados desta pesquisa foram coletados a partir da redefinição dos procedimentos metodológicos, quando optamos por utilizar a técnica de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) importante recurso no contexto da pandemia em curso, agregando a ela os demais procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental, observação *in loco* e as entrevistas realizadas na comunidade de Guajará de Beja<sup>1</sup>, localizada no município de Abaetetuba/PA.

A organização da comunidade de Guajará de Beja, contando com o apoio de diferentes agentes coletivos, resultou na elaboração de uma Carta Denúncia (COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 2018) expondo as ameaças às comunidades com a construção do porto da Terminais Líquidos da Amazônia (TLA). A luta pelo território, em favor da vida, da soberania popular e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais nos chamou a atenção e consolidou nosso interesse em aprofundar o estudo acerca dos conflitos socioambientais ocasionados pela expansão de complexos portuários no estado do Pará. Das reflexões suscitadas surgiram os seguintes questionamentos: quais ameaças as comunidades tradicionais estão enfrentando face à construção de complexos portuários no estado do Pará? Quais agentes envolvidos nos conflitos socioambientais a partir da construção de complexos portuários no estado do Pará? Quais formas de resistências estas comunidades estão desenvolvendo frente à expansão de complexos portuários no estado do Pará?

A partir dessas questões e da utilização do materialismo histórico e dialético como método de análise, destaca-se como objetivo geral deste estudo: analisar conflitos socioambientais decorrentes da implantação de complexos portuários no estado do Pará. Como objetivos específicos, visamos caracterizar ameaças às comunidades tradicionais a partir da implantação de complexos portuários no estado do Pará, identificar agentes envolvidos nos conflitos socioambientais e mapear formas de resistências desenvolvidas pelas comunidades tradicionais em decorrência da construção de complexos portuários no estado do Pará.

Para a apresentação dos resultados da pesquisa, iniciamos com uma seção sobre os processos de “acumulação primitiva”, originalmente analisados por Marx (2003), e sobre a análise de Harvey (2014) sobre o que este autor denominou de “Acumulação por espoliação”, referindo-se a (re)produção da “questão ambiental” como resultado da acentuação das contradições do Modo de Produção Capitalista. Na sequência, abordamos a emergência de conflitos socioambientais partindo das reflexões de Acsehrad (2004) e Little (2006) e, na última seção, são apresentados alguns dos resultados alcançados com a redefinição dos procedimentos metodológicos em função da pandemia da Covid-19, quando foi utilizada a técnica da RSL, agregada à pesquisa documental, observação *in loco* e entrevistas. Estas foram realizadas na comunidade de Guajará de Beja, município de Abaetetuba, distante aproximadamente 219km de Belém — capital do estado, onde as relações de homens e mulheres, nativos ou não, que ocupam territórios tradicionais na Amazônia, se dão em interação com a natureza, relações materiais e simbólicas que se contrapõem a lógica capitalista de produção.

### Da “acumulação primitiva” à “acumulação por espoliação”

A crise ambiental se manifesta, segundo Foladori (1999), a partir das relações sociais e de produção da sociedade capitalista, onde na relação com o meio ambiente a sociedade humana estabelece relações de maneira desigual entre grupos e classes sociais, manifestando “[...] em primeiro lugar pelas restrições impostas pelas outras classes sociais da mesma espécie humana; só a partir destes condicionantes é que se estabelecem os relacionamentos com os outros seres vivos e o material abiótico” (FOLADORI, 1999, p. 32). Segundo Chesnais e Serfati (2003), é necessário fazer uma análise das palavras “ecologia” e “meio ambiente”, o que deve ser feito através da crítica ao capitalismo, vinculando de forma indissociável a exploração da força de trabalho e a destruição da natureza e da biosfera.

Marx (2010) afirma que o ser humano mantém uma relação metabólica com a natureza, necessitando desse intercâmbio permanente para viver, pois ele é uma parte da natureza, como é apresentado pelo autor:

A natureza é o *corpo inorgânico do homem*, ou seja, natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. *O homem vive da natureza*, ou também a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que *o homem é uma parte da natureza*. (MARX, 2010, p. 116, grifo nosso).

O autor aborda que o homem faz parte da natureza através de uma relação intrínseca, não podendo existir sem manter essa relação permanente. Para reflexão da ruptura da relação metabólica do homem com a natureza, Marx (2003) aborda o fenômeno que antecede o modo capitalista de produção e possibilita as condições necessárias para o seu desenvolvimento, caracterizado pelo autor de *Acumulação Primitiva*.

A chamada *acumulação primitiva* pressupõe a retirada violenta de grandes massas humanas de seus meios de produção, transformando-as em proletários destituídos de direitos, lançados como força de trabalho no mercado. Podemos observar, com base em Marx (2003), alguns pontos essenciais da *acumulação primitiva*, que são a expropriação do produtor direto de seus meios de produção, transformando-os em “trabalhadores livres” e a propriedade capitalista, fundado na exploração do trabalho alheio, sendo que “[...] o modo capitalista de produção e de acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem, como condição existencial, o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador” (MARX, 2003, p. 891).

Harvey (2014) trabalha com a perspectiva do que ele chama de *acumulação por espoliação*, advertindo que a *acumulação primitiva* abordada por Marx (2003) se encontra presente na geografia histórica do capitalismo até os dias atuais. O autor, por indicar que é um processo em andamento, apenas substituiu o termo de *acumulação primitiva* por *acumulação por espoliação*, destacando suas características, que são: privatização da terra e a expulsão violenta da população camponesa; conversão de várias formas de direitos de propriedade — em destaque os direitos comuns, coletivos, do Estado, entre outros — em direitos exclusivos de propriedade privada; supressão dos direitos camponeses às terras comuns, que outrora eram compartilhadas; transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas alternativas que eram tradicionais, de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos, inclusive de recursos naturais; monetização da troca e também a taxação, particularmente da terra; comércio de escravos; usura, dívida nacional e o sistema de crédito.

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (HARVEY, 2014, p. 121).

De acordo com o autor, a ordenação espaço-temporal do modo capitalista de produção constitui substrato essencial para a acumulação capitalista, onde o domínio de outros territórios se constituiu um elemento vital para a resolução das crises de sobreacumulação. Harvey (2014) aponta que o modo de produção capitalista (para resolver essas crises) passa a criar demandas tanto de bens de investimentos, como de bens de consumo, onde os países do capitalismo central lançam uma luta sem precedentes para se apropriar, dominar e explorar outras regiões do mundo. Neste sentido, os países periféricos foram obrigados a abrir seus territórios para os investimentos capitalistas, onde o capital passa a investir em empreendimentos lucrativos através da apropriação de terras e matérias-primas por baixo custo, exploração da força de trabalho e o incentivo do Estado, que legaliza e proporciona a infraestrutura adequada para que a acumulação capitalista se realize (HARVEY, 2014).

### “Conflitos socioambientais”: aspectos conceituais e históricos

Acsehrad (2004) aborda a questão ambiental se opondo aos pressupostos do consensualismo e do autoritarismo ecológicos, onde explora o debate a partir da diversidade sociocultural do conflito, estando este inserido pela disputa de projetos antagônicos de apropriação e significação do mundo material. O autor apresenta três tipos de práticas ao abordar a interconexão entre o mundo social e sua base material, que se movem a partir de formas técnicas, sociais e culturais. A primeira prática, apropriação técnica do mundo material, se realiza através da ação técnica em diferentes territórios baseados num conjunto de atos que tem como fim a base puramente material, sendo que esses atos constituem as *formas técnicas* de apropriação do mundo material.

Nessa prática, o autor destaca que acontece a transformação do meio biofísico pela ação de diferentes atores sociais, como os agricultores, mineradores, extrativistas animais ou vegetais, produtores de resíduos físicos ou químicos entre outros. A segunda prática é a apropriação social do mundo material, chamadas de *formas sociais* de apropriação do mundo material onde prevalece as “[...] estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos e estoques de recursos materiais [...]” (ACSELRAD, 2004, p. 10). Já a terceira, caracterizada pelo autor de prática de apropriação cultural do mundo material, no mundo material do espaço biofísico, são atribuídos inúmeros significados a partir das chamadas *formas culturais* de apropriação do mundo material (ACSELRAD, 2004).

Quando se trata da análise dos conflitos ambientais, Acsehrad (2004, p. 13) reflete sobre a necessidade de identificar o tipo específico de capital que está em jogo, verificando “[...] o modo como as remissões ao meio ambiente afirmam ou contestam a distribuição de poder sobre o território e seus recursos [...]”. O autor destaca dois tipos de espaços onde as relações de poder se manifestam nas sociedades. O primeiro é o espaço da distribuição do poder sobre diferentes tipos de capitais, e o segundo é o espaço onde prevalecem as representações dos modos de distribuição de poder verificados no primeiro espaço.

Dessa forma, Acsehrad (2004) destaca que os conflitos ambientais devem ser analisados a partir dos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território, sendo que no primeiro espaço as lutas de cunho social, econômico e político — pela apropriação dos diferentes tipos de capital — são desenvolvidas em torno da “[...] mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital” (ACSELRAD, 2004, p. 14). A partir dessas reflexões, o autor conceitua os conflitos ambientais, sendo:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis — transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos — decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004, p. 16).

Como apresentado por Acsegrad (2004), o conflito se origina pela disputa entre diferentes agentes que possuem formas distintas de uso e apropriação de uma mesma base ou de bases distintas de recursos naturais, onde a ação de um grupo ocasiona ameaças e impactos indesejáveis na vida de outros grupos. Contribuindo com as análises do autor, destacam-se os estudos de Little (2006), que aborda o surgimento de um novo campo de pesquisa que é designado como “ecologia política”. Esse campo, produto da discussão de diversas disciplinas dentro das ciências naturais e sociais, relaciona análises sobre a ecologia humana — que estuda as relações que sociedades humanas realizam com seus ambientes biofísicos —, com conceitos da economia política, que aborda as relações estruturais de poder entre as sociedades.

A palavra “ecologia” foi utilizada pela primeira vez no ano de 1858, pelo naturalista norte-americano Henry David Thoreau, no entanto, tal palavra ganhou uma concepção científica em 1866 através do biólogo alemão Ernst Haeckel. A ecologia, segundo Bramwell (1989 apud LITTLE, 2006), ganhou um duplo e simultâneo desenvolvimento: um relacionado no seio da sociedade civil através do movimento social ecologista; o outro, por sua vez, dentro da academia e por meio de disciplina científica. Little (2006) acrescenta que os conflitos socioambientais se referem a partir de um conjunto complexo de embates entre grupos sociais, em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico. O autor acrescenta que os conflitos socioambientais vêm sendo abordados, nas últimas décadas, nas ciências sociais através da ecologia política, onde não podemos separar o ambiental do social; pelo contrário, se torna necessário abordar a inter-relação das dimensões social e biofísica, utilizando o termo socioambiental.

### **Ameaças, agentes e formas de resistências em complexos portuários no Estado do Pará**

Os procedimentos metodológicos que subsidiaram a elaboração deste trabalho (levantamento documental, observação *in loco* e coleta/sistematização de dados a partir de entrevistas) foram agregados à Revisão Sistemática de Literatura/RSL e que objetivou, a partir da identificação de três parâmetros de análise — ameaças às comunidades tradicionais, agentes envolvidos e formas de resistências das comunidades —, alcançar uma aproximação analítica dos conflitos socioambientais decorrentes da construção de complexos portuários no estado do Pará.

A partir da leitura na íntegra dos estudos selecionados da RSL, foram identificadas 20 evidências de ameaças às comunidades tradicionais em decorrência da construção de complexos portuários no estado do Pará. O que primeiro se destaca, na análise das evidências identificadas, é a grande quantidade e diversidade de ameaças às comunidades tradicionais. As 20 evidências, levantadas nos dez estudos selecionados, englobam ameaças ambientais, econômicas, sociais, culturais e políticas e, para sua análise, elas foram organizadas em quatro grupos que estão diretamente relacionadas entre si: 1) ameaças ao meio ambiente; 2) ameaças aos direitos territoriais; 3) ameaças as condições de vida e; 4) ameaças as condições de trabalho (Figura 1).

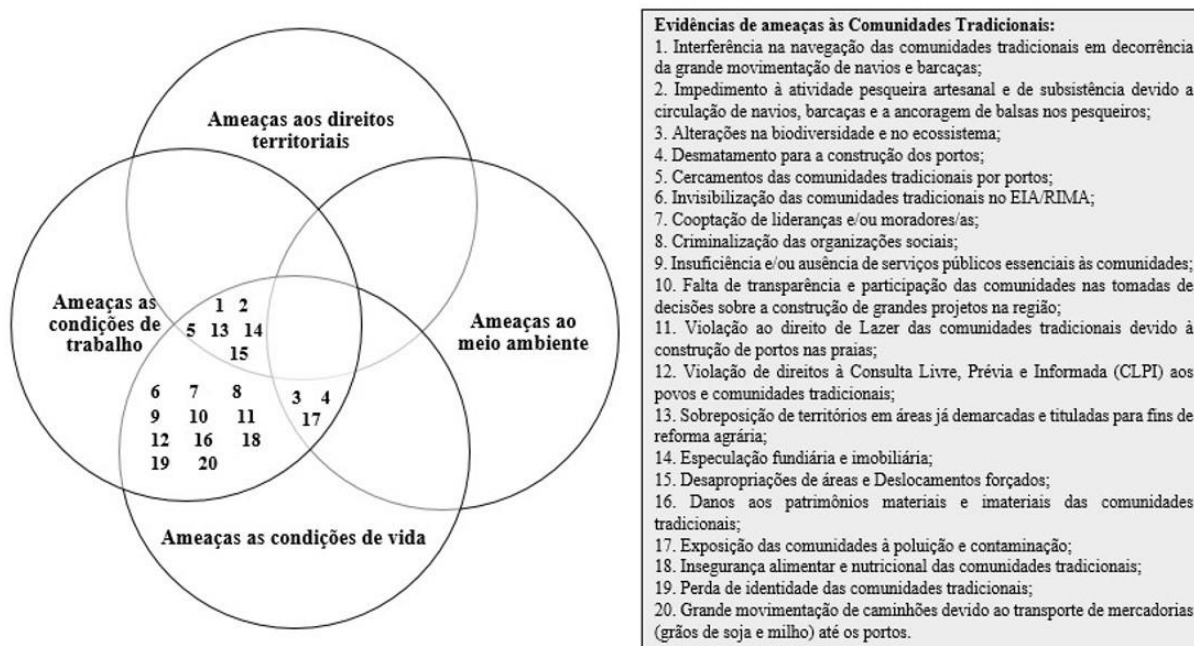
O objetivo da Figura 1 é demonstrar a relação intrínseca entre os quatro grupos de ameaças, agrupados para efeito de organização, uma vez que não é possível separá-las, isolando-as da vida social e natural, como ainda é realizado na análise de algumas das ciências. Little (2006) faz uma crítica quando as ciências sociais e naturais são abordadas de forma isolada, e acrescenta que a abordagem dessas ciências de forma separada está sendo superada através de um novo campo de pesquisa que é a “Ecologia Política”.

Nesse campo de estudo, Little (2006) busca analisar a inter-relação das dimensões social e biofísica, onde o termo socioambiental é utilizado para estabelecer o diálogo entre ambas as dimensões. Na análise do social, o autor destaca como um dos desafios a necessidade de incorporar nas suas apreciações as dinâmicas do mundo biofísico no seu meio e, ainda, na abordagem do biofísico devem ser levadas em consideração as estruturas políticas e socioeconômicas que regem a sociedade.

No grupo das ameaças ao meio ambiente (Grupo 1) estão as evidências que se relacionam diretamente com a degradação ao meio ambiente, dentre as quais podemos destacar, como identificado na análise dos estudos selecionados, o “desmatamento para a construção dos portos”. Sabe-se dos efeitos que os desmatamentos provocam nos ecossistemas e do avanço dessa prática em várias atividades econômicas, particularmente na Amazônia brasileira.

Ao abordar a questão do desmatamento — tomando como *lócus* os municípios paraenses de Itaituba e Rurópolis, às margens do rio Tapajós, Rodrigues (2018) apresenta a área desmatada para a construção do Porto

**Figura 1 – Esquema de Ameaças às Comunidades Tradicionais a partir da construção de complexos portuários no estado do Pará**



Fonte: Elaborado por Silva (2021) a partir dos estudos selecionados pela RSL.

da Rio Tapajós Logística (RTL) desde a abertura de estradas de acesso, como também do espaço previsto para a construção do porto. No caso desse porto, o autor acrescenta que o licenciamento ambiental e a participação social das comunidades não foram levadas em consideração, e para acelerar a obra “[...] primeiro se desmata, pavimenta-se e desterritorializa-se em seguida apresenta-se o EIA/RIMA [...]” (RODRIGUES, 2018, p. 279).

É com base nas reflexões de Marx (2003) sobre a acumulação primitiva que Harvey (2014) desenvolve o que chamou de acumulação por espoliação, que analisamos as ameaças relacionadas aos direitos territoriais das comunidades tradicionais a partir da construção de complexos portuários no estado do Pará. Estas ameaças foram reunidas no Grupo 2, e entre elas se destacam a insegurança das comunidades tradicionais ao direito de propriedade que se manifesta através da transformação do uso coletivo da terra em uso privado.

As ameaças às condições de vida das comunidades tradicionais foram reunidas no Grupo 3, que são resultados do processo de expropriação dos meios de produção (objetos e instrumentos de trabalho), resultando em poluição e contaminação do ar, das águas e do solo produzidas pelas atividades produtivas, de infraestrutura e logística capitalistas. Outros determinantes destacados nos estudos selecionados foram o adoecimento físico e mental das comunidades tradicionais que se expressam através do agravamento e/ou surgimento de doenças e a insuficiência e/ou ausência de políticas públicas e sociais que atendam as demandas das comunidades. Já as ameaças às condições de trabalho (Grupo 4) são expressões do processo de expropriação das comunidades tradicionais de seus territórios, onde foram identificados aqueles/as trabalhadores/as que foram expropriados/as dos seus meios de produção e vendem sua força de trabalho aos capitalistas e, aqueles/as que ainda detém os seus meios de produção.

O avanço do capital em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais na Amazônia vem ocasionando, como destacado por Fialho Nascimento (2006), alterações nas condições de vida e trabalho dos povos nativos ou não, tanto no meio urbano, quanto rural, colocando a centralidade das expressões da “questão social” na região. Teixeira (2008) chama a atenção para a expansão sem limite do capital na região, que agrava

a polaridade capital x trabalho, tendo como desdobramentos a relação pobreza x riqueza e suas determinações, identificando as demandas regionais para o Serviço Social que se manifestam através de:

[. ] escassez (onde antes havia fartura), poluição das águas (rios, igarapés, lagos, praias), devastação da floresta (último reduto da maior biodiversidade ainda existente). Mas não só isso. Desencadeou também um processo de destruição e desvalorização da maior pluralidade cultural e heterogeneidade linguística do território regional — as etnias amazônicas, cuja riqueza e valor estão por ser medidos. Trata-se de sociedades com experiência de socialização da propriedade dos meios de produção e do poder há milênios e que, por isso, ancoram suas relações em princípios e valores que perseguimos desde o século XIX e ainda não alcançamos: os da solidariedade e igualdade (TEIXEIRA, 2008, p. 141-142).

Teixeira (2008) destaca que é possível caracterizar os aspectos fundamentais da gênese histórica da “questão social”<sup>2</sup> e do empobrecimento de populações na região onde o processo se assemelha ao da expansão do capitalismo em outras áreas, como também se distinguem em suas singularidades. A partir das reflexões da autora, e da identificação das ameaças às comunidades tradicionais pelos estudos selecionados na RSL, foi possível identificar essas ameaças a partir da construção de complexos portuários no estado do Pará que têm ocasionado — para as comunidades tradicionais — fome, violência, adoecimento, empobrecimento, intensificando as expressões da “questão social” na região.

Já os agentes identificados nos estudos selecionados pela RSL foram agrupados, para efeito de análise, em três grupos, a saber: agentes estatais, agentes econômicos e agentes sociais. Para a abordagem desses agentes, partimos da perspectiva de Acsehrad (2004) considerando que os conflitos entre diferentes agentes surgem na disputa pelo uso e acesso aos recursos naturais.

No primeiro grupo de agentes envolvidos nos conflitos socioambientais, decorrentes de complexos portuários no estado do Pará, os estudos selecionados indicam a presença de diferentes agentes estatais. De acordo com Carnoy (1990), em diferentes contextos históricos do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, o Estado teve papel fundamental no processo de legitimar e propiciar as condições necessárias para a reprodução do capital. Essa evidência do incentivo do Estado na Produção de Complexos Portuários (PCP), como destacado por Rodrigues (2018), é ampliada a partir da identificação nos estudos selecionados pela RSL, dos agentes estatais — distribuídos pelos três poderes constituídos: Executivo, Legislativo e Judiciário — e nos três níveis de governo: federal, estadual e/ou municipal — envolvidos em conflitos socioambientais a partir da construção de complexos portuários no estado do Pará.

Os agentes econômicos envolvidos em conflitos socioambientais, em decorrência da construção de complexos portuários no estado do Pará, são abordados a partir das contribuições de Rodrigues et al. (2020), que ao analisar o Complexo Portuário de Santana (CPS), estado do Amapá, nos apontam que não podemos abordar de forma separada os portos, mas considerar a rede cooperativa e sociotécnica compartilhada nesses empreendimentos. A identificação desses agentes ligados à logística de transporte e portuária nos remete aos estudos de Harvey (2014, p. 114), que segundo o autor a expansão geográfica e a reorganização espacial se constituem estratégias do capital onde “[. ] territórios não capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante [. ]”.

Já os agentes sociais têm as comunidades tradicionais envolvidas em conflitos socioambientais em decorrência da expansão de complexos portuários no estado do Pará. Essas comunidades tradicionais, como forma de defender seus direitos e garantir sua reprodução social e cultural, possibilitando, assim, a permanência nos territórios que tradicionalmente ocupam, vêm se organizando em diferentes frentes de lutas e resistências, com o apoio de movimentos sociais, entidades, pesquisadores/as de instituições de ensino, Organizações Não Governamentais entre outros sujeitos coletivos.

Nos estudos selecionados pela RSL, identificou-se como forma de resistência a organização e participação das comunidades tradicionais em movimentos de resistência em defesa dos seus territórios, o que resultou na realização de diversas ações por estas comunidades — em conjunto com outros agentes sociais —, contra a construção de complexos portuários no estado do Pará. Entendemos com Gohn (2000, p. 12–13) que o movimento social, como a ação dos homens na história, “[. ] envolve um *fazer* por meio de um conjunto de práticas sociais, e um *pensar* por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação [. ]”.

As cartografias sociais, os Protocolos de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado, a criação de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) foram identificados nos estudos selecionados pela RSL como instrumentos de resistências, onde expressam as reivindicações dessas comunidades em torno do acesso e permanência nos territórios que tradicionalmente ocupam. Isso implica no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos, sejam eles territoriais, sociais, ambientais, econômicos e/ou culturais, respeitando e valorizando os aspectos étnicos e identitários, suas formas de organização e suas instituições.

### Considerações finais

A expropriação dos produtores diretos dos seus meios de produção marca o desenvolvimento do modo de produção capitalista desde sua origem, período denominado por Marx (2003) de “acumulação primitiva”. Na fase atual desse modo de produção, sob a égide do capitalismo contemporâneo, Harvey (2014) aborda a intensificação dessa expropriação, caracterizando-a por “acumulação via espoliação”. Com base nesse aporte teórico, Fialho Nascimento (2006) reflete sobre o papel que a Amazônia desempenha na totalidade do desenvolvimento do modo capitalista de produção, destacando a intensa exploração dos recursos naturais e da força de trabalho que, na Amazônia, se dá sobre homens e mulheres, nativos ou não da região.

O estudo da autora demonstra o caso emblemático do estado do Pará, onde a expansão sem limites do grande capital — especialmente, mas não só pela exploração mineral —, possibilita altas taxas de lucros para os capitalistas e, ao mesmo tempo, intensifica a pobreza e a desigualdade social, tanto no campo como na cidade, colocando a centralidade da “questão social” na região. Nos estudos selecionados pela RSL foi observado que a expropriação de povos e comunidades tradicionais se dá pela ação de agentes econômicos e estatais, que incentivam a construção de complexos portuários na Amazônia paraense, com vista à circulação de mercadorias para atender outras frentes de expansão capitalista (CASTRO et al., 2014).

A produção de riqueza se materializa em diversas atividades produtivas — com destaque para a mineração e mais recentemente o agronegócio —, todas elas demandando não apenas recursos naturais, como também a ação do Estado como agente promotor das condições para o favorecimento das empresas capitalistas. A disputa por aqueles recursos se dá — principalmente, embora não unicamente —, com povos e comunidades tradicionais que mantêm com a natureza uma relação metabólica. Estão criadas, assim, as condições para o surgimento de conflitos socioambientais que Acselrad (2004) destaca surgirem na disputa de projetos antagônicos de apropriação e significação do mundo material pelo uso/acesso aos recursos naturais.

Os resultados alcançados com este trabalho nos permitiram uma aproximação analítica aos conflitos socioambientais decorrentes da implantação de complexos portuários no estado do Pará — como parte dos fenômenos sociais produzidos pela sociedade do capital, decifrando a produção de manifestações das expressões da “questão social” na Amazônia paraense a partir da expansão de complexos portuários em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais. Neste processo, os conflitos socioambientais daí decorrentes expressam a disputa entre distintas formas de uso da natureza que se dão entre diferentes grupos, em função de modos distintos de inter-relacionamento ecológico (LITTLE, 2006).

Dialogando com Acselrad (2004), e tomando como referência os dados levantados sobre ameaças às comunidades tradicionais, foi possível identificar que a presença de complexos portuários no estado do Pará, incentivados por agentes estatais e econômicos, está ocasionando diversos impactos socioambientais sobre a natureza e o modo de vida/trabalho de comunidades tradicionais. Das disputas entre os diferentes agentes, emergem conflitos pelo uso e acesso de recursos naturais, uma vez que a presença do grande capital e/ou do Estado, vem impactando os bens naturais e, por conseguinte, a população que vive na região e que se relaciona com a natureza. Os estudos selecionados também indicam que as comunidades tradicionais organizam frente de resistências com o apoio de movimentos sociais, entidades, pesquisadores/as de instituições de ensino, Organizações Não Governamentais entre outros sujeitos coletivos.

Como parte da análise dos conflitos socioambientais decorrentes de complexos portuários no estado do Pará, foram mapeadas as formas de resistência dos povos e comunidades tradicionais. Segundo Iamamoto (2015, p. 114), as relações sociais e de produção entre classes “[...] em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. [requerem] decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciados pelos sujeitos sociais”. A resistência frente a esses processos se dá através da



organização dos povos e comunidades tradicionais, sendo identificadas, nos estudos selecionados pela RSL, formas diversas de luta.

As lutas sociais no campo e na cidade possuem como horizonte a garantia dos direitos fundamentais para a reprodução das condições subjetivas e objetivas do ser social, como alimentação, saúde, habitação, educação, renda, transporte, lazer, acesso e posse da terra, trabalho e um meio ambiente seguro incluindo, como nos afirma Acselrad, Mello e Bezerra (2009), as dimensões ecológicas, físicas, sociais, políticas, estéticas e econômica. Nos estudos selecionados pela RSL, identificamos que a expropriação das terras e dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, produzindo o deslocamento forçado desses segmentos e a degradação ambiental, traz rebatimentos para a questão agrária, urbana e ambiental, intensificando as expressões da “questão social” que se manifestam por meio da fome, empobrecimento das famílias, adoecimento físico e mental entre outras.

Os resultados da pesquisa que realizamos evidenciam, entre outros aspectos, não apenas a histórica reprodução das expressões da “questão social” no contexto amazônico. Indicam também que o avanço de múltiplas expressões produtivas (agronegócio, pecuária, mineração etc.), e de sua correspondente infraestrutura — como é o caso dos complexos portuários aqui analisados —, conduzem a destruição da natureza e, conseqüentemente, da própria vida humana no planeta. Como destacado por Wallace (2020, p. 20), abordando as mudanças na produção e no uso do solo associados à monocultura do capital intensivo, as origens da cepa do novo coronavírus guardam relação com o circuito do capital, em que “[...] a produção capitalista de alimento mostra sua insustentabilidade também do ponto de vista das doenças globais que são geradas em fábricas, laboratórios de melhoramento genético e campos de cultivo”. Segundo o autor, a forma de produção e acumulação capitalista incentiva o desmatamento, ocasionando o aparecimento de patógenos e sua transmissão para animais selvagens, destes para os da pecuária e conseqüentemente para os/as trabalhadores/as.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 212 p. v. 2.
- CARNOY, M. Estado e Teoria Política. 3. ed. [Tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da Puccamp]. Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- CASTRO, E. M. R. et al. Mega projetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transportes e portuária na Amazônia. In: CASTRO, E. M. R.; FIGUEIREDO, S. L. (org.). Sociedade, campo social e espaço público. Belém: NAEA, 2014.
- CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. Crítica marxista, 2003. p. 39-75.
- COMBATE RACISMO AMBIENTAL. Carta-denúncia elaborada por comunidades tradicionais do município de Abaetetuba, Pará. 13 ago. 2018. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/08/13/carta-denuncia-elaborada-por-comunidades-tradicionais-do-municipio-de-abaetetuba-para/>. Acesso em: 2 dez. 2020.
- FIALHO NASCIMENTO, N. S. Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma abordagem da “Questão Social” na região. 2006. 195 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2006.
- FOLADORI, G. O Capitalismo e a crise ambiental. Raízes, Ano XVIII, n. 19, 1999.
- GOHN, M. G. 500 Anos de Lutas Sociais no Brasil movimentos sociais ONGs e terceiro setor. Revista Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11–40, 2000.
- HARVEY, D. O Novo Imperialismo. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 326 p.
- LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, 2006.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política: livro I, v. II. 19. ed. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 966 p.
- RODRIGUES, J. C. O Estado a contrapelo: lógica, estratégias e efeitos de complexos portuários no oeste do Pará. 2018. 383 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2018.

RODRIGUES, J. C. et al. Produção territorial portuária na Amazônia: ajustes, ordenamentos e práticas espaciais face a produção do complexo portuário de Santana, Amapá, Brasil. *Rev. Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 3, 2020. p. 85-113.

TEIXEIRA, J. B. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. *Revista da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Revista Em Pauta*, n. 21, 2008.

WALLACE, R. Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. Tradução: Allan Rodrigues de Campos Silva. São Paulo: Elefante, 2020. p. 608.

## Notas

<sup>1</sup> A utilização das quatro entrevistas disponibilizadas e da observação *in loco* se justifica em função: 1) do contato direto com parte das famílias da comunidade Guajará de Beja, quando tivemos a oportunidade de dialogar sobre os impactos ambientais para a comunidade ocasionados ainda pelo complexo portuário, industrial e urbanístico na Vila do Conde, em Barcarena/PA e as novas ameaças à comunidade com a construção do empreendimento portuário da Terminais Líquidos da Amazônia (TLA) em Abaetetuba/PA; 2) da observação *in loco* do território, durante a viagem de campo, possibilitar o registro das alterações em curso na natureza (especialmente o desmatamento), a partir das obras da construção do empreendimento portuário da TLA.

<sup>2</sup> Para Behring e Boschetti (2007), há alguns processos históricos centrais que vão requisitar respostas do Estado e da burguesia e que levam à tona a “questão social, são eles: 1) base para o processo de acumulação do capital: subsumção do trabalho ao capital, extraindo o mais-valor; 2) emergência do pauperismo, são aqueles que não se inserem ao assalariamento, compondo o exército de reserva ou superpopulação relativa e; 3) presença dos trabalhadores na cena política, colocando em foco a “questão social” em suas diversas expressões.

### Thais Sousa Silva

tsilva0514@gmail.com

Mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

### Nádia Socorro Fialho Nascimento

fialho@ufpa.br

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Docente na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA).

### Maria Elvira Rocha de Sá

marel.rdsa@gmail.com

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora Associada, aposentada, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do

Pará (UFPA)

## UFPA

Rua Augusto Corrêa, 01

Belém, PA – Brasil

CEP: 66075-900

## Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA) e ao Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA/UFPA) pelas oportunidades de aprendizado coletivo. Da mesma forma agradecemos à Federação de Órgãos para Assistência

Social e Educacional (FASE), na pessoa do seu Coordenador José Guilherme Carvalho e ao Pesquisador Jondison Cardoso Rodrigues, a ambos pela contribuição no trabalho de campo. Por fim agradecemos àqueles(as) que, direta e indiretamente, contribuíram para os resultados da pesquisa, em especial às comunidades tradicionais do município de Abaetetuba/Pa.

**Agência financiadora**

O Curso de Mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA) foi realizado com Bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) no período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de maio de 2021. Código de Financiamento 001. Número do Processo: 88887.474372/2020-00.

**Contribuições das autoras**

A primeira Autora foi responsável pelo levantamento bibliográfico e documental, além da coleta, análise de dados e discussão dos resultados da pesquisa que subsidiou a elaboração da Dissertação de Mestrado intitulada “CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM COMPLEXOS PORTUÁRIOS NO ESTADO DO PARÁ: ameaças, agentes e resistências frente à expansão do grande capital”, defendida em 31 de novembro de 2021 junto ao Programa de Pós-Graduação

em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). As demais Autoras atuaram como Orientadora e Coorientadora da referida Dissertação e foram responsáveis pela concepção desse manuscrito.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Projeto de Pesquisa submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE nº 41636920.9.0000.0018, aprovado em 18 de fevereiro de 2021 pelo Parecer nº 4.546.779.

**Consentimento para publicação**

As Autoras consentem a publicação do presente manuscrito.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

# Direito à moradia: as ações do Museu das Remoções durante a pandemia

**Diana Bogado<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0001-5847-1073>**Joana Nazar<sup>2</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-7771-420X>**Cristiano Guedes<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0001-6908-2604><sup>1</sup>Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, DF, Brasil.<sup>2</sup>Universidade de Brasília, Curso de Serviço Social, Brasília, DF, Brasil.

## Direito à moradia: as ações do Museu das Remoções durante a pandemia

**Resumo:** A luta pelo direito à moradia no Brasil continuou existindo durante a pandemia de Covid-19 e precisou adotar novas estratégias diante das restrições sanitárias. Este artigo aborda as reivindicações do movimento do Museu das Remoções e sua atuação em defesa do direito à moradia. A pesquisa baseia-se em dados qualitativos da transcrição de debates realizados em 2020 e 2021 pelo Museu das Remoções com outros movimentos sociais na Internet. Os resultados revelam que os principais desafios enfrentados por movimentos sociais durante a pandemia foram a insuficiência do Estado brasileiro em assegurar o direito à moradia com dignidade nas cidades e a contínua violência nos despejos e nas remoções ocorridos mesmo diante das restrições sanitárias. A pesquisa mostra que a disputa por territórios nos centros urbanos atende fundamentalmente aos interesses do capitalismo imobiliário, capaz de inviabilizar inclusive o cumprimento de medidas sanitárias em saúde pública em meio a uma pandemia com elevada letalidade.

**Palavras-chave:** Direito à moradia; Museu das Remoções; Território; Gentrificação.

## Right to housing: the actions of the Removals Museum during the pandemic

**Abstract:** The struggle for the right to housing in Brazil continued to exist during the Covid-19 pandemic and had to adopt new strategies in the face of health restrictions. This article addresses the demands of the Museum of Removals movement and its performance in defense of the right to housing. The research is based on qualitative data from the transcript of debates held in 2020 and 2021 by the Removals Museum with other social movements on the internet. The results reveal that the main challenges faced by social movements during the pandemic were the failure of the Brazilian State to ensure the right to housing with dignity in cities and the continuous violence in evictions and removals that occurred even in the face of health restrictions. The research shows that the dispute over territories in urban centers fundamentally serves the interests of real estate capitalism, capable of even making it impossible to comply with sanitary measures in public health in the midst of a pandemic with high lethality.

**Keywords:** Right to housing; Museum of Removals; Territory; Gentrification.

Recebido em 30.06.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 30.11.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

A pandemia de Covid-19 exacerbou a dificuldade do direito à moradia no Brasil e comprometeu a integridade física e moral de pessoas, além de acentuar desigualdades sociais. Apesar das restrições sanitárias, como o distanciamento social e adoção de rigorosos protocolos de higiene, no campo habitacional a opressão de uma parcela pobre da população continuou existindo por meio de despejos, propícios ao risco de contaminação pelo coronavírus. O comprometimento da renda familiar, em razão do desemprego resultante da redução de mobilidade, contribuiu para a falta de renda e, conseqüentemente, uma parcela da população não foi capaz de arcar com o pagamento de aluguéis. A questão habitacional chamou a atenção até de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, que em julho de 2020 recomendou ao governo brasileiro adotar medidas emergenciais para a proteção social de pessoas sob risco de despejo (ONU, 2020).

O direito à moradia é uma reivindicação histórica e ainda insuficientemente assegurada no Brasil. Os despejos ocorridos durante a pandemia evidenciaram o quanto a ausência de políticas sociais capazes de reduzir desigualdades no campo habitacional é um problema estrutural e negligenciado. Existe também um processo crescente de gentrificação no País, em que a população pobre é continuamente expulsa de seus territórios para que eles sejam transformados em mercadoria, visando à obtenção de lucro (GUTTERRES, 2016). Conseqüentemente, o Estado, em lugar de criar políticas públicas de habitação, torna-se um agente de políticas neoliberais voltadas a atender os anseios do mercado imobiliário (SUAVE; FAERMANN, 2020).

A conseqüência desse modelo de gestão é o fenômeno da “desposseção” urbana (HARVEY, 2011), que atinge historicamente os moradores de favelas e foi acentuado no período de preparação do Rio de Janeiro para megaeventos esportivos. No total, foram 22 mil famílias removidas entre 2009 e 2016, respectivamente no início da preparação da cidade para os Jogos Olímpicos até o ano de realização do evento, sendo 4.120 removidas por obras diretamente ligadas aos jogos, segundo o Dossiê Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro (COMITÊ POPULAR COPA E OLIMPÍADAS, 2016).

A crise sanitária funcionou como um catalisador da precarização das condições de vida da população pobre, que já não conseguia ter acesso aos seus direitos sociais em decorrência das crises políticas e econômicas em curso no país antes da chegada da pandemia (RAICHELIS; ARREGUI, 2021; GRANEMANN, 2021). A especulação imobiliária brasileira, baseada em interesses privados do capital, inviabiliza o direito a residir na cidade em moradias com dignidade, e o Estado, por sua vez, não investe em políticas habitacionais para reduzir tais desigualdades ou barrar exclusões socioespaciais. Uma parcela da população cada vez maior reside em regiões periféricas das cidades, sem transporte adequado, distantes do local de trabalho ou estudo e sem a infraestrutura necessária ao bem-estar físico e social.

Nesse cenário, tem se destacado o papel desempenhado por movimentos sociais voltados à reivindicação e proteção dos direitos à moradia. Durante a pandemia, surgiram iniciativas como a campanha nacional Despejo Zero, que reúne dezenas de movimentos sociais e entidades jurídicas nacionais voltadas à proteção social de pessoas e famílias sob o risco de despejo (ALFONSIN, 2020; CAMPANHA DESPEJO ZERO, 2022). Outro representante destacado no debate nacional sobre o direito à moradia é o Museu das Remoções, localizado na cidade do Rio de Janeiro e considerado um misto de memorial museológico em defesa da moradia com dignidade e movimento social de proteção às vítimas do capital imobiliário (TEIXEIRA, 2020). O Museu das Remoções foi inaugurado em 2016 como resultado da resistência da comunidade da região Vila Autódromo, atacada pela especulação imobiliária e por ações estatais de despejo por ocasião dos preparativos dos Jogos Olímpicos sediados no Rio de Janeiro (BOGADO; PEIXINHO, 2021).

Desde o primeiro ano da pandemia de Covid-19, o Museu das Remoções criou estratégias por meio das redes sociais e seguiu em sua missão de reivindicar o direito à moradia e denunciar abusos e opressões do mercado imobiliário.

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa sobre o Museu das Remoções para compreender as ações desenvolvidas e os direitos reivindicados por esse movimento social durante a pandemia de Covid-19 em defesa do direito à moradia. A pesquisa foi baseada no acompanhamento e na análise de conteúdo da transcrição de eventos virtuais realizados pelo Museu das Remoções desde o início da pandemia, em 2020. A pesquisa não foi submetida à análise de um comitê de ética em pesquisa porque os dados analisados foram de acesso público, disponibilizados nas plataformas YouTube e Instagram. A pesquisa foi parcialmente financiada com recursos do CNPq e FAPDF.

O artigo é dividido em duas partes: na primeira, recupera-se brevemente a história do Museu das Remoções e seu papel na defesa do direito à moradia com reconhecimento internacional; e, na segunda, são apresentadas as ações desenvolvidas pela comunidade do Museu das Remoções durante a pandemia de Covid-19, explicando como tais estratégias fortaleceram a luta pelo direito à moradia no Brasil.

### **Museu das Remoções: um memorial de luta e resistência ao capital imobiliário**

O Museu das Remoções está localizado na região conhecida como Vila Autódromo, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A comunidade originária da Vila Autódromo reside na região pelo menos desde os anos 1960 e foi formada, principalmente, por pescadores, uma vez que era um território cercado por rios (Figura 1). Segundo registros, na região da vila já chegou a residir uma comunidade com mais de 700 famílias e, após sucessivas remoções, restaram 20 famílias. Entretanto, desde os anos 1990, gestões neoliberais da Prefeitura Municipal ameaçam remover essa e outras comunidades da Zona Oeste para dar lugar a novos projetos de expansão imobiliária, em especial do bairro Barra da Tijuca, onde residem pessoas das classes média e média alta.

**Figura 1 – Vista aérea da Vila Autódromo, Rio de Janeiro, Brasil, 2015**



Autor: Luiz Cláudio da Silva, morador da Vila Autódromo (2015).

Durante a história da comunidade Vila Autódromo, o Estado agiu de formas diferenciadas a depender do período, da esfera do governo, dos interesses envolvidos e das metas estabelecidas. Na década de 1990, o Governo do Estado do Rio de Janeiro concedeu à comunidade, por meio do Instituto de Terras do Rio de Janeiro (ITERJ), títulos de concessão que garantiam o direito de permanecer na terra e usá-la por um período de 99

anos, renovável por mais 99. Entretanto, o Estado, representado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, continuou tanto fazendo pressão para remover a comunidade Vila Autódromo como removendo casas na região na intenção de desocupar aquela área para ampliar a estrutura de um bairro nobre residencial.

Processos como esse podem ser descritos como gentrificação, em que pessoas são retiradas de áreas urbanas centrais descritas como nobres pelo capitalismo imobiliário em virtude de sua classe social e reduzido poder aquisitivo (VIANA, 2019). A gentrificação está presente em cidades do Brasil e de todo o mundo, sendo uma expressão da desigualdade social no âmbito habitacional (GUTTERRES, 2016; BOGADO, 2017). Não é diferente na Vila Autódromo, onde se iniciou nos anos 1990 um processo violento de remoção de pessoas com uso de violência física, psicológica, econômica e moral, com ataques principalmente de forças policiais sob ordem da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Os anos 2000 intensificaram as pressões do poder público, com sua força policial, sobre a comunidade que ainda permanecia na Vila Autódromo. Na ocasião, surgiram novas justificativas para a continuidade das remoções: o Rio passaria a ser cada vez mais sede de grandes eventos para o mundo e deveria vender uma imagem de segurança e estética na qual a comunidade da Vila Autódromo não estava incluída. Entre os grandes eventos internacionais ocorridos na cidade do Rio de Janeiro e utilizados para justificar a opressão e retirada de comunidades de seus territórios de origem, sob o argumento de que esses lugares deveriam receber investimentos em infraestrutura necessária aos jogos (VIANA, 2019), destacam-se: os Jogos Pan-Americanos, em 2007; a Copa do Mundo, em 2014; e as Olimpíadas de 2016 (BONAMICHI, 2022). Os megaeventos e suas repercussões sobre o uso do espaço urbano atenderam prioritariamente aos interesses imobiliários privados de classes ricas representadas por gestores responsáveis pela implementação de políticas neoliberais em que a participação da sociedade civil é reduzida ou inexistente (URRIOLA, 2022).

Apesar da pressão contínua por desocupar toda a Vila Autódromo, parte da comunidade permaneceu décadas em seus territórios e foi capaz de transformar sua luta em instrumento de resistência e denúncia: o Museu das Remoções da Vila Autódromo. Trata-se de um museu a céu aberto, onde visitantes podem conhecer a história da comunidade e os desafios existenciais no tempo presente daquela comunidade e de outras comunidades em luta pelo direito à moradia digna. O museu nasceu como resultado de um projeto de extensão universitária que se propôs a apoiar a luta pela permanência da comunidade (BOGADO, 2017).

Tal projeto levou a cabo ações, de adição e reconstrução do território em meio à demolição de casas e destruição do espaço público, empreendidas pela política remocionista. A reconstrução diante da demolição, que constitui uma poderosa ferramenta de luta contra os processos de destruição espacial empreendidos pelo Estado, culminou na montagem de uma exposição composta por esculturas que simbolizavam as casas demolidas, em meio aos escombros das remoções. O museu foi inaugurado em 18 de maio de 2016, Dia Internacional dos Museus. Na ocasião, o público visitante conheceu o Museu das Remoções através de sua primeira exposição, guiada por uma moradora no percurso formado por sete esculturas elaboradas no âmbito do projeto de extensão (BOGADO, 2017).

Inúmeras atividades e eventos culturais, artísticos e educacionais faziam parte das formas de luta da comunidade Vila Autódromo. Em uma dessas ocasiões, em 2016, o geógrafo David Harvey visitou a comunidade, palestrou e parabenizou o projeto de extensão articulado à resistência popular que deu origem ao museu. Desde o início, além de resgatar a história do território da Vila Autódromo e de seus habitantes, o museu propicia a educação de novas gerações e oferece um espaço de afirmação da história e resistência da Vila Autódromo diante das ofensivas do capital imobiliário. Além disso, amplia o debate sobre o direito à moradia, reafirmando-o como um direito fundamental.

Durante a pandemia de Covid-19 e seu interdito sanitário do distanciamento social, o Museu das Remoções ampliou suas ações educacionais e reivindicatórias por meio do uso de tecnologias da informação na internet e crescente inserção no conjunto de movimentos sociais voltados à defesa do direito à moradia. Mais do que um museu no sentido físico do termo, o Museu das Remoções nasceu no âmbito da luta pela moradia do movimento social, reivindicando o direito à cidade democrática livre de discriminações (BOGADO, 2017; TEIXEIRA, 2019; BOGADO; PEIXINHO, 2021). A próxima seção deste artigo descreve as ações desenvolvidas por esse museu nos primeiros anos de pandemia e a repercussão de suas intervenções no sentido de ampliar o debate sobre o direito à moradia e a responsabilização do Estado na elaboração de políticas habitacionais.

## O Museu das Remoções na luta por moradia na pandemia de Covid-19

A pandemia de Covid-19 impactou ações dos movimentos sociais, tendo em vista a impossibilidade de encontros presenciais antes comuns em atividades de mobilização para a reivindicação de direitos. Dada a necessidade de distanciamento social para evitar a contaminação pelo coronavírus, o ciberativismo por meio das redes sociais foi utilizado como meio de discussão e reflexão da luta em defesa da moradia com dignidade e reivindicação do direito à cidade— este último entendido como rejeição à segregação urbana e como o inverso da fragmentação do espaço, que aponta para a reunião, o encontro (LEFEBVRE, 2001).

No decorrer de 2020 e 2021, o Museu das Remoções promoveu debates em eventos virtuais, descritos como *lives*, nas redes sociais Instagram e Youtube. Nesta seção, apresenta-se o resultado da análise do conteúdo transcrito de mais de 20 horas de encontros virtuais promovidos pelo museu de agosto de 2020 a outubro de 2021. Os dados aqui discutidos são parte de uma pesquisa de pós-doutorado nas áreas de Política Social e Serviço Social, que contou também com a participação, em trabalho de campo, de estudantes de graduação em processo de iniciação científica, a quem os autores deste artigo agradecem. Como cuidado ético, a identidade das pessoas participantes das *lives* foi preservada nos trechos de relatos mencionados.

O uso das redes durante a pandemia de Covid-19, sobretudo quando não existiam vacinas e a mortalidade no Brasil por causa do coronavírus era elevada, funcionou como meio de “resistência”, segundo uma participante do Museu das Remoções que descreveu os debates virtuais como capazes de promover

[...] resistência a partir da história, da memória, da cidade, e de todas essas comunidades que fazem parte da cidade mais do que nunca, como a gente está falando aqui, é importante se unir, resistir, por mais que a pandemia não deixe a gente se encontrar pessoalmente, vamos mantendo diálogo, e vamos fortalecendo essa rede tão importante que é a rede de museus da cidade do Rio e a rede de movimentos sociais de luta por moradia também [...] (*live* do Museu do Horto, setembro de 2020).

Como sintetizou a participante, os encontros virtuais do Museu das Remoções permitiram preservar a mobilização, mesmo com os impedimentos sanitários, e reunir diferentes movimentos sociais por meio da troca de experiências capaz de fortalecer a rede e a luta diante de ameaças do capital imobiliário mesmo durante a pandemia. Muito embora os debates virtuais fossem promovidos pela comunidade do Museu das Remoções, os eventos contaram com a participação de pessoas convidadas pertencentes a outros movimentos sociais de comunidades no Brasil e no exterior: Comunidade do Museu do Horto (Rio de Janeiro, Brasil), Comunidade banhado de São José dos Campos (São Paulo, Brasil), Comunidade da Vila da Major (Rio de Janeiro, Brasil), Prédio da Caixa (Rio de Janeiro, Brasil), Comunidade de São Rafael (Rio de Janeiro, Brasil) e Comunidade das Olimpíadas de Tóquio (Tóquio, Japão).

Na análise dos debates virtuais promovidos pelo Museu das Remoções, esta pesquisa identificou três temas centrais: os significados do direito à moradia (e direito à cidade) na perspectiva de comunidades oprimidas pelo mercado imobiliário; a violência presente na trajetória dos movimentos sociais ao reivindicarem seus direitos; e as repercussões das remoções na vida de pessoas que foram obrigadas a deixar suas casas e seus territórios de origem. Essas três categorias principais não esgotam a diversidade de assuntos presentes na discussão das comunidades participantes dos eventos virtuais durante os dois primeiros anos de pandemia, mas foram temas com destacada força mobilizadora na reflexão sobre estratégias de ação dos movimentos. Os eventos virtuais desempenharam uma dupla função, uma vez que preservaram a organização e resiliência das pessoas participantes e, também, serviram como espaço de planejamento para delimitar reivindicações prioritárias futuras e ações a serem empreendidas após superada a restrição sanitária do distanciamento social.

Compreender o significado do direito à moradia na cidade e, conseqüentemente, o direito à cidade foi um tema que ocupou grande parte dos encontros virtuais promovidos pelo Museu das Remoções. As comunidades questionaram, com base em suas trajetórias de vida, marcadas por opressão em ações violentas de despejos e remoções, em que medida as garantias constitucionais e demais leis realmente eram válidas e respeitadas para pessoas de todas as classes sociais. As leis relacionadas às garantias habitacionais têm sido cumpridas seletivamente, como evidencia o seguinte relato:



[...] a gente às vezes fica se perguntando, as leis para nós de comunidade, a lei para nós pessoas comuns, pessoas [com] poder aquisitivo baixo, pessoas pobres, elas não funcionam, ou eles escolhem quais leis, né?”(mulher, *live* da Comunidade Banhados, outubro de 2020).

Foi consensual entre as comunidades a percepção de que o Estado tem sido ágil em remover comunidades de seus territórios de origem mesmo que habitem esses territórios há várias décadas e a legislação permita a permanência no local. Entre as estratégias utilizadas pelo capital imobiliário, estão as mudanças no plano diretor das cidades, alterando a destinação de espaços para transformá-los em mercadoria e, assim, gerar lucros com a venda de imóveis.

A pandemia de Covid-19 tornou ainda mais evidente a negação de direitos às comunidades residentes em territórios com elevado interesse imobiliário. A fala a seguir mostra que as remoções de comunidades continuaram existindo mesmo em meio a uma pandemia em que medidas sanitárias eram incompatíveis com ações de despejo:

[...] nós percebemos essa violação de direitos inclusive na pandemia, quando a principal forma de se proteger é ficando em casa, enquanto isso tem gente que está sendo despejada, tá recebendo ordem de despejo, de remoção, então nós vivemos isso que vocês falaram, né? (homem, *live* Vila da Major, outubro de 2021).

No Brasil, a Lei nº 14.216/2021, promulgada tardiamente no segundo ano de pandemia, determinou que ações de despejos e remoções deveriam ser suspensas como medida de saúde pública. Entretanto, a referida lei não foi integralmente cumprida por estados e municípios (BRASIL, 2021). As comunidades continuaram sob pressão para deixarem seus territórios, e algumas delas passaram por remoções mesmo diante dos riscos de saúde pública envolvidos. Segundo dados da Campanha Despejo Zero, de março de 2020 a fevereiro de 2022, mais de 27.600 famílias foram submetidas a processos de remoção e um total superior a 132.290 famílias estava sob a ameaça de remoção (CAMPANHA DESPEJO ZERO, 2022). Os números confirmam os relatos de participantes dos eventos virtuais e revelam que nem mesmo as medidas sanitárias, amparadas em leis, foram capazes de conter os interesses do capital imobiliário durante o caos sanitário brasileiro nos primeiros anos de pandemia.

Além de desrespeitarem o direito à moradia com dignidade nas cidades, remoções e despejos são comumente marcados pelo uso da violência— geralmente, uma violência diversificada e praticada pelo Estado e suas instituições. Observa-se, de um lado, a ausência governamental na criação de políticas sociais habitacionais capazes de diminuir desigualdades sociais e, de outro, o emprego reiterado de diferentes tipos de violência, com uso de força policial para desocupar territórios em prol de interesses privados do capital imobiliário (BOGADO, 2017; SUAVE; FAERMANN, 2020). Como expressa um participante ao discorrer sobre agressões sofridas por famílias e comunidades, “[...] então toda essa violência, que é psicológica, que é simbólica, que vai além da violência física, tem gente que sofreu violência física, fez ocorrência, [...] então a violência vai muito além e não apaga” (homem, *live* comunidade Prédio da Caixa, julho de 2021).

O ato do despejo ou da desocupação, em si, evidenciaria apenas um dos ápices de um contínuo processo histórico de violência sofrido pelas comunidades, cujos efeitos perduram após eventos violentos específicos. Ao afetar histórias de vida e memórias vinculadas aos lugares onde se vivia, a retirada de famílias de seus territórios pode trazer repercussões à vida social e à saúde das pessoas. A gestão urbanística atual tem como referência o processo de “neoliberalização” (HARVEY, 2011). A cidade neoliberal é aquela que adapta sua geografia à necessidade de fluidez do capital global, para tal, utiliza o instrumento da remoção atrelado aos projetos urbanos.

Em contrapartida, a produção socioespacial das periferias, em função de suas dinâmicas cotidianas, corresponde ao conceito do “habitar” de Henri Lefebvre (2001), que faz alusão à vida, à multiplicidade e à amplitude da existência e das possibilidades da existência. O “habitar” opõe-se ao “habitat”, que pode ser considerado o padrão urbano consumista, que reduz o ser humano às funções metabólicas, esse padrão “habitat” é a referência para elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos da atualidade (LEFEBVRE, 2001). Nesse sentido, por si só, “habitar” a periferia é transgredir o modelo proposto para a cidade neoliberal.

Os debates virtuais do Museu das Remoções oportunizaram que as comunidades compartilhassem suas experiências de violência e estratégias de resistência. Por meio das discussões sobre violências sofridas, as

comunidades puderam refletir sobre a busca de novos sentidos para as remoções e os despejos. Um dos desafios dos movimentos sociais foi o de reelaborar semanticamente os atos de violência praticados pelo Estado e analisar criticamente seus métodos — o que envolveu, por exemplo, identificar e traduzir o vocabulário utilizado

[...]na verdade, vocês falam que é remoção e eu não entendo como remoção.[...]Remoção dá uma estrutura. Eu não vejo como uma desocupação, eu vejo como uma violência que eu ainda não consegui nominar, mas vou tentar criar um termo para isso (homem, *live* Comunidade Prédio da Caixa, julho de 2021).

O Estado é incapaz de garantir o direito social à moradia ao remover comunidades de suas casas sem oferecer em troca a proteção social necessária para residir em novos territórios com infraestrutura necessária e compatível com a dignidade humana. Os programas habitacionais, quando existem, são caracterizados por moradias de baixa qualidade, em regiões sem infraestrutura e distantes dos centros urbanos, onde bairros residenciais são reservados para as classes com maior poder aquisitivo (PAGANI; ALVES; CORDEIRO, 2015; LIMA, 2018). É flagrante, portanto, a violência estrutural como parte dos princípios morais de políticas neoliberais pautadas no uso da violência como meio de restringir o direito à cidade por classes sociais, desprovidas de poder aquisitivo, para atender o apetite do capital imobiliário e, conseqüentemente, há expulsão para regiões periféricas dos centros urbanos.

Harvey (2011) explica que as metrópoles globais no contexto neoliberal são geridas por um modelo de administração pública que ele denomina “empreendedorismo urbano”, no qual os interesses coletivos são subjugados aos interesses privados nas determinações a respeito do ordenamento e da gestão do território. Essa forma de gestão está alinhada às características do mercado global neoliberal: rapidez nas negociações e soberania do interesse privado no redesenho do território (AGUILERA; NAREDO, 2009).

Tais transformações socioespaciais decorrentes da “mercantilização de cidades” são entendidas por Garnier (2014) como parte do fenômeno de reconquista urbana pelas classes abastadas. Segundo o autor, assistimos, nas metrópoles globais, a uma limpeza étnica por meio da retirada da população pobre (e negra, imigrante etc.) das áreas infraestruturadas da cidade para ceder esse território ao capital imobiliário e à população solvente.

Entretanto, os efeitos das remoções não estão limitados ao debate do direito à moradia. A supressão de casas e a destruição dos bairros, acompanhadas da retirada violenta de famílias, levam ao desmantelamento da história local, ao rompimento de relações e vínculos comunitários, à perda da identidade do lugar e a impactos psicológicos na população removida. Os desdobramentos dos processos de remoção e despejo de famílias periféricas, dependendo da forma como são realizados, constituem violação do direito à moradia, do direito à cidade, do direito à memória e do direito à vida.

Nesse sentido, entende-se que a resistência forjada no âmbito dos movimentos sociais à política de remoção de favelas configura-se ação ampla e abrangente e pretende reverter ou amenizar diversos impactos, em esferas objetivas e subjetivas, além de constituir rede de resistência ao instrumento da remoção. O Museu das Remoções trabalha para a visibilização da violência empreendida no processo de remoção da comunidade Vila Autódromo, levado a cabo pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em 2015 e 2016. Também se coloca como instrumento de denúncia da política de remoção praticada em diversas cidades brasileiras e fora do Brasil, assim como instrumento de preservação e comunicação da memória da Vila Autódromo e de incentivo às comunidades que sofrem remoção, para que elas não parem de lutar, mesmo em condições adversas.

Nos encontros virtuais, foi constatado que as famílias se sentiram desamparadas pelo Estado diante da violenta política de remoções, acrescida dos problemas relacionados à pandemia. Por mais que seja constitucional, o direito à moradia não é respeitado, e as comunidades que sofreram com remoção ou pressão para remoção buscaram, em meio à pandemia, a estratégia da mobilização em redes sociais para dar visibilidade ao problema. Além de oferecer espaço de fala para os moradores de periferia, as *lives* funcionaram como mais uma forma de exigir direitos básicos constitucionais e respeito, na condição de cidadãos em defesa de seus territórios e seu direito à moradia.

Assim como o Museu das Remoções se tornou um pilar de esperança para as famílias na luta pela moradia digna, acredita-se que, com o aumento da visibilidade dos processos de remoção por meio das *lives*, pode-se conseguir uma maior participação popular na resistência, com recuo das prefeituras ou diálogo sobre decisões governamentais que visem ao desenvolvimento urbano equânime, e não ao atendimento exclusivo aos interesses capitalistas imobiliários na cidade. Por meio do ativismo dentro e fora do ambiente virtual,

omovimento social entende que a resistência poder resultar em políticas mais abrangentes, que apontem para a realização do direito à cidade.

O Museu das Remoções permanece realizando eventos virtuais estrategicamente a fim de conscientizar a população sobre a política de remoções, assim como fortalecer comunidades que sofrem pressão de remoção e denunciar ações truculentas das prefeituras que removem comunidades com violação dos direitos humanos e do direito à moradia, à memória e à vida. O Museu das Remoções também voltou a realizar algumas atividades presenciais, com as medidas sanitárias adequadas em razão da Covid-19, visando promover diálogo com o governo para assegurar o direito à moradia de famílias periféricas, assim como tornar visível a ação das prefeituras em relação ao que tem sido feito no campo das políticas habitacionais. Com as atividades virtuais e presenciais, o Museu das Remoções busca trazer o tema da moradia digna para o centro da pauta do planejamento urbano e pressionar para a construção de políticas habitacionais efetivas no Rio de Janeiro e nas demais cidades.

### Considerações finais

Este artigo discutiu como, no âmbito de uma gestão urbana neoliberal e excludente (HARVEY, 2011), nasceu um museu de resistência às remoções de casas e comunidades que luta pelo direito à moradia digna e pelo direito à cidade, difundindo a voz popular sobre os Jogos Olímpicos e a gestão municipal contemporânea. A construção desse museu reúne fragmentos de memória — coletiva e individual — constituintes de uma narrativa diferente da oficial apresentada pelo Estado. O registro da história de violências, mas também de lutas sociais travadas pela Vila Autódromo, por meio do Museu das Remoções enfrenta o violento processo de apagamento da comunidade (subjeto e objeto) levado a cabo pelo poder público estatal. Durante a pandemia de Covid-19, o Museu das Remoções mais uma vez mostrou a sua relevância política e foi um referencial de luta social e espaço de reflexão de movimentos sociais na resistência às exclusões promovidas pelas políticas neoliberais voltadas aos interesses do capital financeiro imobiliário.

O Museu das Remoções se apresenta como um esforço coletivo de preservação da memória local em contraposição à dinâmica de esquecimento das remoções e invisibilização da população periférica. Através de suas atividades presenciais e virtuais, o museu se revela e opera como poderosa ferramenta de resistência à política urbana neoliberal ao projetar a voz popular contra as transformações urbanas excludentes próprias do empreendedorismo urbano (HARVEY, 2011). Ele comunica que “memória não se remove”, que a memória presente da Vila Autódromo trata do cotidiano e da luta de uma comunidade que conseguiu permanecer em seu território a despeito das pretensões da Prefeitura Municipal. Mostra-se como símbolo da busca pela efetivação gradativa do direito à cidade, que carrega, nas imbricações dessa disputa, experiências criativas e afetivas de resistência como sementes de uma nova proposta social urbana.

### Referências

- AGUILERA, F.; NAREDO, J. Interés y contexto del tema tratado: economía, poder y megaproyectos. Madrid: Cromoimagem S. L., 2009.
- ALFONSIN, B. A tragédia da Covid-19 nas cidades brasileiras: análise e alternativas de enfrentamento da pandemia na perspectiva do Direito Urbanístico. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico*, ano 6, n. 10, p. 11-24, 2020.
- BOGADO, D. O Museu das Remoções da Vila Autódromo: potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos. 2017. Tese (Doutoramento em Arquitetura)—Universidad de Sevilla, Sevilla, 2017.
- BOGADO, D.; PEIXINHO, L. Na luta pelo direito à moradia nasce o Museu das Remoções. *E-Cadernos*, n. 36, p. 117-130, 2021.
- BONAMICHI, N. C. Favela olímpica e pós-olímpica: dinâmicas demográficas e no mercado imobiliário do Vidigal. *Cadernos Metrópole*, v. 24, n. 53, p. 387-408, 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.216, de 8 de outubro de 2021. Suspende desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano. *Diário Oficial da União*, 8 jan. 2021.
- CAMPANHA DESPEJO ZERO. Balanço dos dados até fevereiro de 2022. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://uploads.strikinglycdn.com/files/ebb1e782-bb8b-47f9-82d2-1e747cb2bfd/S%C3%ADntese%20Despejo%20Zero%20fevereiro%202022%20-%20final.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.
- COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. Dossiê megaeventos e violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. 2016.

- GARNIER, J. P. *Marsella 2013*: el urbanismo como arma de destrucción masiva. *Geocriti Q.*, n. 24, 10 jan. 2014. Disponível em: <https://xdoc.mx/preview/marsella-2013-el-urbanismo-como-arma-de-destruccion-masiva-5dd841f94abb9>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- GRANEMANN, S. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, p. 1-12, 2021.
- GUTTERRES, A. S. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. *Mana*, v. 22, n. 1, p. 179-209, abr. 2016.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, A. O Programa Minha Casa Minha Vida, a segregação urbana e a reprodução de velhas práticas. *Argumentum*, v. 10, n. 3, p. 257-271, 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relator da ONU diz que Brasil tem que suspender despejos durante pandemia. *ONU News*, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1719591>. Acesso em: 21 maio 2022.
- PAGANI, E.; ALVES, J.; CORDEIRO, S. Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano. *Argumentum*, v. 7, n.1, p. 167-183, 2015.
- RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, 2021. p. 134-152.
- SUAVE, A.; FAERMANN, L. Reflexões sobre a política habitacional: Estado e conflitos de classes. *Revista Katálisis*, v. 23, n. 2, p. 266-275, 2020.
- TEIXEIRA, S. M. S. Museu das Remoções: moradia e memória. In: SOARES, B. B. (org.). *Descolonizando a museologia: 1. Museus, ação comunitária e descolonização*. Paris: ICOFOM, 2020. p. 226-238. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1CouJaf14o6UmlqZqBByc83uqjcG5fFJK/view>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- TEIXEIRA, S. M. S. Vila Autódromo: lutando por direitos, entre emoções e remoções, nasce um museu. *Lugar Comum*, n. 56, p. 151-174, 2019.
- URRIOLA, L. M. G. C. Urbanização neoliberal e megaeventos em Lima e Callao. *Cadernos Metrópole*, v. 24, n. 54, p. 501-522, 2022.
- VIANA, L. H. V. A ideologia na produção do espaço: os megaeventos como agentes difusores da ideologia (neo)liberal. *Cadernos Metrópole*, v. 21, n. 44, p. 79-97, 2019.

### **Diana Bogado**

dibogado@yahoo.com.br

Doutora em Arquitetura pela Universidade de Sevilla (US).

Pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Política Social na Universidade de Brasília (UnB).

### **Cristiano Guedes**

c.bsb.br@gmail.com

Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB).

Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB).

### **Joana Nazar**

samneiva@hotmail.com

Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB).

Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (UnB).

### **UnB**

Universidade de Brasília, Instituto Central de Ciências (ICC-Norte), Campus Darcy Ribeiro.

Asa Norte, Brasília, DF – Brasil

CEP: 70910-900

#### **Agradecimentos**

Agradecemos à Universidade de Brasília e a comunidade do Museu das Remoções que apoiaram a realização da pesquisa que resultou na elaboração deste artigo, em especial Luiz Cláudio da Silva, morador da Vila Autódromo, co-fundador do Museu das Remoções e fotógrafo que nos concedeu a imagem da comunidade para este artigo, Maria da Penha Macena, Nathalia Macena e Sandra Teixeira, moradoras da Vila Autódromo, co-fundadoras do Museu das Remoções cujas reflexões teóricase trajetórias foram referenciais na redação deste artigo. Nossa gratidão também a Cassia Dias, Shaylla Nobrega, Lia Peixinho e Pamela Provenzano responsáveis pela transcrição das narrativas analisadas neste artigo.

#### **Agência financiadora**

Programa de Iniciação Científica do Decanato de Pós-Graduação da Universidade de Brasília por meio do Edital Editais ProIC/DPG/UnB – PIBIC/PIBIC-AF (CNPq), ano

2021/2022, com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e contrapartida da Universidade de Brasília e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF).

#### **Contribuições das autoras**

As autoras e o autor analisaram os dados e escreveram o artigo juntos. A transcrição dos debates analisados foi feita por Joana Nazar com apoio de outras pesquisadoras.

#### **Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

#### **Consentimento para publicação**

As autoras e o autor autorizam a publicação.

#### **Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

# Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19

**Priscila Thayane de Carvalho Silva<sup>1</sup>**  
<https://orcid.org/0000-0003-2804-717X>

**Camila Ferreira da Silva<sup>1</sup>**  
<https://orcid.org/0000-0002-2348-9350>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Manaus, AM, Brasil.

## Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19

**Resumo:** O presente estudo tematiza o racismo na sociedade de classes e tem como objetivo analisar os desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19. Logo, utilizou-se o método materialismo histórico-dialético e uma abordagem qualitativa. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, além de um trabalho de mapeamento a partir dos dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019; Atlas da violência de 2020, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e o Boletim especial 20 de novembro de 2021, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), para dialogar com a realidade dos afro-brasileiros em cenário pandêmico. Dos resultados do estudo, destacamos: que o racismo tem sido um eixo estruturante da sociedade brasileira mesmo numa fase pós-abolicionista; e que a questão racial tem sido uma das expressões da questão social na sociedade do capital, de tal modo que as desigualdades são conexas na contemporaneidade; e ainda, que a pandemia acentuou as desigualdades raciais no Brasil.

**Palavras-Chave:** Racismo; Capitalismo; Desigualdades.

## Developments in racial inequalities in the Covid-19 pandemic

**Abstract:** The present study thematizes racism in class society and aims to analyze the consequences of racial inequalities in the covid-19 pandemic. Therefore, the Historical-Dialectical Materialism method and a qualitative approach were used. In this way, a bibliographic and documentary research was carried out, in addition to a mapping work based on secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) of 2019, Atlas of Violence of 2020 made by the Institute of Applied Economic Research (IPEA) and the Special Bulletin 20 November 2021 of the Inter-union Department of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE) to dialogue with the reality of Afro-Brazilians in a pandemic scenario. From the results of the study, we highlight that racism has been a structuring axis of Brazilian society even in a post-abolitionist phase; that the Racial Question has been one of the expressions of the Social Question in the society of Capital, in such a way that inequalities are connected in contemporaneity; and, that the pandemic accentuated racial inequalities in Brazil.

**Keywords:** Racism; Capitalism; Inequalities.

Recebido em 30.06.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 07.12.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

A partir de uma reflexão histórico-crítica, é possível analisar as desigualdades raciais dentro de uma sociedade de classes na coetaneidade, o capital entra em um processo de crise que se constitui em mais um momento de reparo e de remodelação. Para tanto, ele necessita se reestruturar e, ao se reestruturar, precisa, obrigatória e simultaneamente, tecer um projeto ideopolítico que lhe confira legitimidade e sustentação. Desse modo, nota-se uma correlação da questão racial atrelada à questão social. Nesse sentido, os percursos aqui eleitos têm como objetivo analisar os desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19, sem olvidar que o racismo se transformou na força social e eixo estruturante da sociedade brasileira mesmo numa fase pós-abolicionista.

Logo, usamos abordagem qualitativa por meio do método do Materialismo Histórico-Dialético. Triviños (2008) afirma que o método dialético, além de exigir capacidade reflexiva ampla, precisa do apoio de vasta informação e de sensibilidade para captar os significados e explicações dos fenômenos não só em nível de sua aparência, mas também, muitas vezes, de sua essência. Pretende-se aqui ir além das aparências e fenômenos, imergindo nas formas de existência, totalidade e dialogando com horizontes de uma práxis revolucionária e anticolonial. Dessa forma, partimos de uma pesquisa bibliográfica e documental combinada ao uso de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2019; Atlas da violência de 2020; e o Boletim especial 20 de novembro de 2021, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), para dialogar com a realidade dos afro-brasileiros em cenário pandêmico.

O fio condutor do artigo centra-se na correlação entre desigualdades, classes sociais e racismo e, do ponto de vista da organização da discussão, o texto está dividido em três seções além da introdução e conclusão, a saber: no primeiro momento, ocupamo-nos do debate sobre o ideal de branquidão que permeia a sociedade brasileira, e que se coloca na esteira da estruturação e perpetuação do racismo à brasileira; na sequência, demonstramos a interseção primordial entre as questões social e racial para o exercício de compreensão das expressões das desigualdades raciais; e, por fim, a última seção do artigo aborda os desdobramentos dessas questões no cenário da pandemia da Covid-19.

## O ideal de branquidão no Brasil

Questões sobre a raça tem sido pontos centrais de discussões pelo mundo da ciência, de acordo com Miranda (2010, p. 5), “a ideia de raça atravessa os séculos, habitando o imaginário dos seres humanos e sendo utilizada nas relações entre os indivíduos e povos a partir de diversas concepções e finalidades”. Surgiu baseada numa ideia e definição eurocêntrica e branca, pelo que Miranda (2010, p. 5) afirma ainda que “a palavra raça entrou na língua inglesa no começo do século XVI, sendo que as mudanças no seu uso refletem a compreensão popular das diversidades físicas e culturais”. Para Munanga (2003), os cientistas naturalistas dos séculos XVIII-XIX desenvolveram suas pesquisas baseadas na designação de grupos humanos por meio dos atributos físicos e, infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar e estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças, elegendo uma relação intrínseca entre o biológico e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais, reforçando pseudociências fundamentadas na racilogia e em teorias racistas.

Conseqüentemente, essa hierarquização ajudava a validar o sistema de dominação racial humano que sucedeu com a escravidão de pessoas negras no Brasil, na sua continuidade mesmo no pós-abolição e nas experiências da primeira e segunda guerras mundiais, como foi o caso da replicação do Fascismo na Itália e do holocausto nazista na Alemanha. Conforme Hasenbalg (1979), Nascimento (1978), Cashmore (2000), Hall (2003), Munanga (2003) e Moura (1991), dentre outros, a raça definitivamente não é um conceito regularizado pela biologia e com certeza padece de influências sociopolíticas no constructo ideopolítico, promovendo a manutenção das desigualdades e regalias sociais. Desse modo, não usamos aqui raça em um sentido biológico para demarcar nosso posicionamento, mas como uso sociológico e político para analisar a questão étnico-racial brasileira.

Sendo assim, questões do racismo, da mestiçagem cultural e da miscigenação racial ainda persistem como amarras fundamentais para o entendimento do Brasil contemporâneo. Para Fry (2005), enquanto no

Brasil um mestiço pode se tornar branco, dependendo de seu fenótipo, nos Estados Unidos prevalece a regra da hipodescendência, que pressupõe o “não purismo”, logo, a existência do mestiço está condicionada a quem tem sangue negro ou indígena pertence às comunidades negras ou indígenas, sendo rejeitados no universo dos brancos. Para Zarur (2003), a utopia brasileira se fortaleceu com a expansão da perspectiva culturalista, a qual consistia exatamente na crença da chegada inevitável de uma civilização nova, mestiça e original, cuja ideia de branqueamento era reforçada no imaginário popular. No Brasil, após a abolição da escravatura, a miscigenação começou a partir de investimentos governamentais, na intenção de clarear a pele da população brasileira, houve em trinta anos a vinda de mais de três milhões de europeus — além de atos de violências sexuais cometidos contra mulheres negras e índias. Em concordância com Santos (2014), o surgimento desta sociedade brasileira está intimamente ligado aos abusos e estupro sofridos por mulheres negras e indígenas.

A predominantemente racista orientação da política migratória foi outro instrumento básico no processo de embranquecer esse país. A assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue negro-africano. (NASCIMENTO, 1978, p. 70).

É a partir desse contexto que Jesus (2011) lembra o estopim da crença e defesa da Eugenia, sendo esta considerada a ciência responsável pelo aprimoramento da raça. E se buscou aumentar o contingente das raças consideradas “superiores”, ao passo que coibia o aumento das raças consideradas inferiores, como forma de atenuar os riscos de degeneração da sociedade brasileira, profetizados pelo racismo científico, idealizado e reforçado pelo Darwinismo social<sup>1</sup>. O projeto de embranquecimento racial, moral e intelectual da nação passou a constituir o cerne do movimento nacionalista da Primeira República. Para Fanon (2008), é o colono que cria o colonizado, ou o racista é que cria o inferiorizado. Essas reflexões ajudam a estabelecer a conexão de uma sociedade historicamente fundamentada no racismo estrutural, científico, cultural e político que não respeita as diversidades multiculturais de sua genealogia. Muitas vezes desconsidera a população preta, indígena e todos os corpos que não são representados nessa hegemonia e ideal de brancura brasileira.

### **A Questão Social e a Questão Racial**

Para subsidiar nossos entendimentos, vale a pena revisitar o pensamento de Ianni (1992), que afirma que a Questão social é dada conforme a época e o lugar, mescla aspectos raciais, regionais e culturais, em consonância com o contexto econômico e político. Assim, para o autor, o tecido da Questão Social mescla desigualdades sociais e antagonismos de significação estrutural. Na mesma linha teórica, Iamamoto (2006) assevera que a Questão social compreende um conjunto de expressões das desigualdades sociais geradas no âmago das relações sociais de produção na sociedade capitalista. De tal modo, a Questão social expressa as desigualdades de classe que se manifestam nas problemáticas de gênero, raça, etnia, nacionalidade, meio ambiente entre outras. E na mesma esteira reflexiva, Fernandes (2008) argumenta que a questão racial foi forjada, sobretudo, na transição da ordem econômica escravagista e senhorial interligadas às transformações do sistema Capitalista, e culminou nessa exclusão dos afrodescendentes quando situamos elementos como a qualificação educacional e ascensão social, econômica, qualidade de vida e acesso à saúde. Para os autores mencionados, a questão racial também é produto da Questão social e nasce no âmago de todas as disputas inerentes ao sistema capitalista<sup>2</sup>.

Para Marx (2004), a produção não apenas lança o homem como mercadoria humana, mas forma o homem como um ser mental e fisicamente desumanizado. Imoralidade, aborto, escravidão do trabalho, a partir do momento em que a humanidade se compõe especialmente de trabalhadores, dos quais deserdados são os proletários. Reconhece-se nesse processo de produção a superexploração da mão de obra do proletariado e uso de sua força de trabalho para acúmulos de riqueza e lucro do que Marx (2004) designa como capitalista. Assim, conforme Iamamoto (2006, p. 31), “Capital e trabalho são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro. O capital pressupõe como parte de si mesmo o trabalho assalariado”.

O capitalismo monta toda uma arquitetura teórica para justificar cientificamente o que antes era justificado através de razões bíblicas, morais ou de competições locais. Com isto, o racismo como hoje é conhecido



racionaliza-se, isto é, deixa de considerar essas diferenças raciais como simples opiniões teológicas ou empíricas, para afirmar que cientificamente as raças não brancas e o negro em particular encontram-se oprimidos e discriminados por incapacidade biológica de acompanharem o processo civilizatório, aqui confundido e identificado com expansão capitalista. (MOURA, 1991, p. 214).

Portanto, é extremamente contraditório defender uma justiça social e racial sem entender as desigualdades pertinentes do sistema capitalista, que são fortalecidas pela meritocracia liberal e pelo mito da democracia racial<sup>3</sup>, contribuindo assim para a complexidade da questão racial brasileira. A partir desses movimentos, apresentamos alguns contornos e expressões da Questão Social em conexão com a Questão racial nos aspectos como: pobreza, violência, morte, exclusão, marginalização, preconceito, racismo, desigualdades raciais e sociais, seus desdobramentos contemporâneos, sobretudo na ausência de políticas públicas antirracistas. Sinalizamos, ainda, tais questões no cenário da pandemia da Covid-19, onde as desigualdades sociais e raciais se tornaram mais evidente dentro do sistema do capitalista.

### **O racismo na pandemia da Covid-19: desdobramentos das desigualdades raciais e o estatuto dos mortos vivos**

É impraticável apresentar um estudo contemporâneo retratando as desigualdades sociais e raciais sem dialogar com o tempo presente e a situação da pandemia trazida pelo novo coronavírus 2019 (SARS-Cov-2 e suas variantes), problemas esses que angustiam o mundo inteiro após a origem de uma doença de alta contaminação e letalidade. Sabe-se que o surgimento desse vírus, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), teve notificação em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China, descritos os primeiros casos de pneumonia causada por um agente desconhecido. Logo, a China compartilhou a sequência genética com a OMS e países através do banco de dados internacional *Global Initiative on Sharing All Influenza Data* (GISAID) no dia 12 de janeiro de 2020. Desde então, essa enfermidade se espalhou velozmente e todas as nações assistiram incrédulas tal propagação com a superlotação dos hospitais, pelo que a doença do coronavírus causou várias crises no sistema de saúde global.

Uma pandemia sem precedentes se tornou um dos grandes desafios da humanidade em pleno século XXI e acabou por impactar todo o caminho da história e das nossas vidas. Existem alguns anos que a comunidade científica vem alertando sobre novas possíveis doenças e surtos pandêmicos, afirmando que não era uma questão de “se”, mas de “quando” surgiria tal mazela. O fato é de que, neste século, houve diversas epidemias que foram contidas estrategicamente em níveis geográficos e pontuais, como exemplos temos: a síndrome respiratória do Oriente Médio- MERS, os surtos do Ebola na África e a epidemia de gripe aviária (H5N1) e uma das mais devastadoras que matou entre 150 a 575 mil pessoas, a influenza H1N1 de 2009, embora a vacina dela tenha sido criada e disponibilizada no mesmo ano de seu surgimento, essa epidemia não deixou de ser extremamente grave. Contudo, nem de longe se compara com as mortes provocadas pelo atual coronavírus, que têm superado todas essas doenças juntas no quesito contaminação e letalidade. De acordo com estudos da Johns Hopkins University Medicine e seu Coronavirus Resource Center no ano de 2022 mostra a marca mundial de 6,64 milhões de óbitos. Nesse cenário, o Brasil se encontra no terceiro lugar no *ranking* dos países que mais mataram devido ao coronavírus, registrando até dezembro do respectivo ano o número de 690.229 mil mortos. Ficando atrás somente de dois países, nomeadamente: Estados Unidos da América e Índia.

O primeiro caso no Brasil de infecção pela doença ocorreu em fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, tratava-se de um homem de 61 anos de idade, que foi contaminado durante uma viagem internacional até a Itália. Porém, umas das primeiras vítimas letais do Covid-19 no país e que chamou muita atenção e comoção nacional foi o caso da Cleonice Gonçalves, 63 anos de idade, mulher negra que vivia na cidade do Rio de Janeiro e trabalhava desde os seus 13 anos de idade como empregada doméstica. Cleonice foi contaminada pelos empregadores, essa família sabia que estava com Covid-19, haviam positivado para a doença na semana anterior, mesmo assim não cumpriram o isolamento social e expuseram a trabalhadora doméstica, que faleceu em poucos dias após o contágio. Conforme Oliveira (2020), esse exemplo emblemático demonstra como a disponibilidade de recursos médicos e financeiros determinam, em grande medida, quem sobreviverá e quem perecerá à pandemia. Outra história de vida que causou grande enternecimento e revolta nos brasileiros durante o

período pandêmico foi a situação de Mírtes Souza, que igualmente às outras empregadas domésticas, continuou trabalhando durante a pandemia, pois esse trabalho ironicamente constituiu em um “serviço essencial”.

Mírtes Souza foi obrigada a levar seu filho consigo para o trabalho, e quando desceu para passear com o cachorro da família para a qual trabalhava ocorreu o incidente, no qual o filho entrou sozinho no elevador do prédio, impedido num primeiro momento por Sarí Côrte Real e, posteriormente, deixado sozinho. O menino morreu ao cair do nono andar, ao tentar ver sua mãe. No dia 3 de junho a polícia autuou a patroa em flagrante por homicídio culposo e, após pagar uma fiança de 20 mil reais, ela pôde responder o processo em liberdade. Concluído o inquérito em 1 de julho, Sarí Côrte Real foi indiciada pelo crime de abandono de incapaz. O caso teve grande repercussão e houve protestos em diversas partes do Brasil, com destaque para os protestos realizados em Recife, onde manifestantes se deitaram no chão em frente ao edifício onde ocorreu a morte de Miguel e entoaram “Eu só queria a minha mãe” (OLIVEIRA, 2020, p. 4).

Na prática, o que aconteceu com essas mulheres negras dos exemplos acima, bem como outras brasileiras de origem humilde, vem sendo respaldado por um direcionamento de políticas neoliberais orientadas a partir de uma racionalidade da “cidadania sacrificial”. Assevera Reis (2021, p. 2) que “não é novidade a constatação do caráter sistêmico e estrutural das desigualdades raciais no Brasil. São perceptíveis os impactos dessas desigualdades na manutenção das diferenças econômicas e sociais, com as barreiras interpostas entre brancos e negros”. A pandemia do recente coronavírus ratificou de modo mais contundente as agruras e disparidades sociais do país. Além disso, percebe-se uma postura do governo federal que incentiva políticas negacionistas totalmente na contramão de políticas de saúde, como a vacinação, o isolamento social e a quarenta, procedimentos esses que são preconizados pela OMS e por cientistas e pesquisadores de saúde que alertam e buscam a contenção da pandemia.

O capital humano, no linguajar neoliberal, não possui gênero, sexualidade, raça ou qualquer outra posição subjetiva. Porém, é claro, o neoliberalismo se intersecciona com poderes existentes de estratificação, marginalização e estigmatização, reconfigurando e reafirmando esses poderes. A necessidade de marcação desse sujeito “sem rosto”, na contramão do que é defendido pelos teóricos neoliberais, é essencial para se ressaltar as disparidades estruturais e os efeitos diferenciados que atingem mais determinados segmentos do que outros. E que interseccionam vulnerabilidades e violências no discurso e na prática da “cidadania sacrificial” vigentes na racionalidade neoliberal. (BROWN, 2018, p. 54).

O Brasil demorou comprovadamente a atender medidas sanitárias mundiais e conseqüentemente a própria contenção do surto causado pelo coronavírus. Não é à toa que o país se encontra entre os mais afetados globalmente e essa ameaça se estende nas novas variantes.

O problema do negacionismo não diz respeito apenas à ignorância ou desconhecimento da doença e de seus efeitos nocivos à sociedade como um todo, ele também evidencia o perfil de um Estado neoliberal que tende a reduzir sua intervenção perante a problemática social instalada, operando, no campo ideológico, uma permanente e ampliada inversão da realidade. Tal posicionamento mostra um Estado que não planeja uma tomada de atitude de contenção e combate à pandemia, que não se preocupa com as condições sociais dos indivíduos e que prioriza o caráter economicista da crise sanitária. (COSTA; SILVA; ARRAIS NETO, 2021, p. 4).

Destarte, é inquestionavelmente o cenário de caos que afeta, sobretudo, a população mais vulnerável e desfavorecida economicamente que em sua maioria são os afro-brasileiros e os povos indígenas. Quando sobrevivem, são relegados ao abandono estatal e a políticas que não os incorporam nem os favorecem. As reflexões postas parecem dialogar com aquilo que o filósofo camaronês Achille Mbembe (2017, p. 152) tematiza em “Políticas da inimizade”, ao destacar as “[...] vastas populações que estão sujeitas as condições de vida muito próximas do estatuto dos mortos-vivos”. Para Mbembe (2018, p. 41), “é essa capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é, é uma herança histórica e cultural”.

Sobre o racismo, Barzano e Melo (2020, p. 4) asseveram que “as vidas ameaçadas são as das comunidades tradicionais, principalmente das comunidades quilombolas e indígenas e os bairros periféricos das cidades”. Para os autores, esse exemplo clássico é chamado de racismo ambiental e na esteira de Herculano (2006),

uma vez que estes corpos têm cor e, por séculos, de acordo com a história, jazeram invisíveis e abandonados em situações de completas de subalternizações no que se refere à ascensão de políticas públicas conexas às questões socioambientais, quais sejam: saneamento básico precário; repartição de água insuficiente; poluição; enfermidades parasitárias além de serem os corpos que mais circundam e, mais que isso, residem nas ruas. Muitas famílias vivem gerações de desumanização, por vezes, têm somente a rua como espaço para (sobre)viver.

Grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde para nos defendermos do vírus porque vive em espaços exíguos ou altamente poluídos, porque são obrigados a trabalhar em condições de risco para alimentar as famílias, porque estão presos em prisões ou em campos de internamento, porque não têm sabão ou água potável, ou a pouca água disponível para beber e cozinhar. (SANTOS, 2020, p. 23-24).

Observamos também outro modo de racismo, quando refletimos sobre as medidas sanitárias e a possibilidade de execução delas, no geral durante a pandemia ou até mesmo antes foi e é impraticável o cumprimento das medidas sanitárias, uma vez que os brasileiros não têm boa cobertura de saneamentos básicos, além de viverem em moradias abarrotadas.

No que diz respeito às condições de vida, as desigualdades por cor ou raça revelam-se também nas condições de moradia, tanto na distribuição espacial dos domicílios, como no acesso a serviços, quanto nas características individuais dos domicílios. Em relação à distribuição espacial, o Censo Demográfico 2010 verificou que, nos dois maiores municípios brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, a chance de uma pessoa preta ou parda residir em um aglomerado subnormal era mais do que o dobro da verificada entre as pessoas brancas. [ ] Indicadores relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças (IBGE, 2019, p. 5).

A pobreza é visível a olho nu, inclusive antes da pandemia. Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) de 2018 do (IBGE), mais de 11,5 milhões de brasileiros moram em casas superlotadas, ou seja, que abrigam mais de três pessoas por dormitório. Os cômodos cheios são uma realidade mais comum entre os pretos e pardos. Nesse último recorte, há ainda um abismo entre as mulheres chefes de família brancas (8%) e mulheres chefes de família negras (12%). Santos (2020, p. 15) ressalta que “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros”.

Entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, 8,9 milhões de homens e mulheres saíram da força de trabalho – perderam empregos ou deixaram de procurar colocação por acreditarem não ser possível conseguir vaga no mercado de trabalho. Desse total, 6,4 milhões eram negros ou negras e 2,5 milhões eram trabalhadores e trabalhadoras não negros. [ ] A comparação do volume da força de trabalho do 2º trimestre de 2021 com o mesmo período de 2020 mostra que a força de trabalho negra cresceu 3,8 milhões (1,79 milhões de homens e 1,97 milhões de mulheres). Já entre os não negros, o aumento foi de 2,3 milhões (963 mil homens e 1,38 milhões de mulheres). Porém, quando se compara 2021 com o 1º trimestre de 2020, antes da pandemia, nota-se que parcela expressiva de negros não voltou para a força de trabalho: 1,1 milhão de negros e 1,5 milhão de negras. Pode-se dizer que, no 2º trimestre de 2021, enquanto a força de trabalho não negra já equivalia a 92% do total registrado antes da pandemia (1º trimestre de 2020), entre os negros, esse percentual foi de quase 59%, número que levanta a questão sobre o destino desses quase 2,6 milhões de negros e negras (DIEESE, 2021, p. 2-3).

Os dados da DIEESE (2021, p. 4) comprovam que para os negros, a taxa de desemprego é sempre maior do que a dos não negros. Os campos de maiores atuação destinados às mulheres são os serviços domésticos ou “diaristas”, as mulheres representam mais de 92% inclusas nessas profissões, observamos também que 65% das vagas são ocupadas por mulheres negras e pardas. Isso posto, há um aprofundamento das disparidades conectando diretamente campos de raça/cor e sexo.

“Enquanto para os homens negros, ficou em 13,2%, no 2º trimestre de 2021, para os não negros, foi de 9,8%. Entre as mulheres, a cada 100 negras na força de trabalho, 20 procuravam trabalho, proporção maior do que a de não negras, 13 a cada 100”. (DIEESE, 2021, p. 4).

Um ponto a ser analisado e refletido são as expressões das desigualdades raciais nos aspectos estatísticos relacionados mais diretamente com fatores como violência. São os trazidos pelo Atlas da Violência (2020, p. 68), elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que fala sobre as vítimas de violência letal aqui no País, “indicam superioridade dos homicídios entre homens e mulheres negros (pretos e pardos) em relação a homens e mulheres não negros, chegando a ser 74,4% superior para homens negros e 64% para mulheres negras”.

Uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra. Enquanto os jovens negros figuram como as principais vítimas de homicídios do país e as taxas de mortes de negros apresentam forte crescimento ao longo dos anos, entre os brancos os índices de mortalidade são muito menores quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução (IPEA, 2020, p. 47).

Ainda de acordo ao respectivo estudo do IPEA em seu Atlas da Violência (2020), o retrato desolador significa em detalhes que a cada vinte e três minutos morre uma pessoa jovem negra ou parda. Ou seja, este número equivale a vinte e três mil jovens negros mortos por ano, cerca de sessenta e três diariamente. Viu-se que a chance de um jovem negro ou pardo ser morto é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco.

Da mesma forma, quando afunilamos nosso olhar para a questão de gênero “as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras.” (IPEA, 2020, p. 47). Entre 2008 e 2018, percebeu-se que a taxa de homicídios de negros no Brasil saltou de 34 para 37,8 por 100 mil habitantes, o que representou o aumento de 11,5% aos homens e mulheres negros e pardos. “A morte incendeia a vida, como se essa estopa fosse. [...] Na lixeira, corpos são incinerados. A vida é capim, mato, lixo, é pele e cabelo. É e não é. Na televisão deu: Mataram a mulher, puseram o corpo na lixeira e atearam fogo!” (EVARISTO, 2015, p. 62).

Quando se trata da violência policial, a polícia também extermina mais a população preta, esse fenômeno é retratado com precisão a partir do conceito da necropolítica. Seguindo essa reflexão, Ayub (2014, p. 109) aponta que “o racismo é o mais novo disfarce com o qual entra em cena o poder de soberania”. Destarte, conclui Mbembe (2017, p. 65): “o racismo é motor do princípio necropolítico enquanto este é epíteto da destruição organizada, em nome de uma economia sacrificial, cuja o funcionamento requer que de um lado, se reduza o valor da vida, e por outro se crie o hábito da perda”.

No entanto, o que pesa sobre a sustentação das democracias atuais é menos a recriação literal dessa violência, digamos, que nova, e mais ativa, invasiva, assentada dentro das comunidades dado que não mais se podem recompor as mesmas fronteiras coloniais entre o “nós e eles”, separar os amigos dos inimigos, aliados dos não aliados, por mais que se busque fazê-lo por meio de guerras ao terror e segregações étnicas, religiosas, raciais e nas nossas análises também potencializadas nas sociedades de classes. Consequentemente, o racismo estrutural brasileiro fortalece o nosso próprio caos e a conveniência do “estatuto dos mortos vivos” é responsável direto pela naturalização da morte, pobreza e destruição. Munanga (2017, p. 41) afirma: “Eu resumiria o racismo brasileiro como difuso, sutil, evasivo, camuflado, silenciado, em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos”. Mediante ao exposto e devido às dificuldades no mundo e no Brasil antes, durante e pós pandemia refletimos o direito à dignidade humana. Em conformidade com a nossa Constituição Federal (CF) de 1988, temos como direitos fundamentais:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I–a soberania; II–a cidadania; III–a **dignidade da pessoa humana**;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I–construir uma sociedade livre, justa e solidária; II–garantir o desenvolvimento nacional; III–erradicar a pobreza e a marginalização

e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV–promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. [ . ];

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC nº 26/2000, EC nº 64/2010 e EC nº 90/2015) [ . ]; (BRASIL, 1998, p. 11, 18, 123, grifo nosso).

É notória a falta de cumprimento dos artigos que asseguram os direitos fundamentais dos brasileiros nos dias coevos, aos quais o atual governo de Jair Messias Bolsonaro e sua ofensiva neoliberal e negacionista demonstram seu descompromisso com a classe trabalhadora, sua aliança com a classe abastada, sua investida nos desmontes dos direitos sociais e fundamentação de suas políticas racistas, quando se trata do extermínio dos corpos negros. Observa-se assim, no desalento pandêmico da Covid-19, a defesa intransigente não pela vida, mas sim pela morte. A morte nessa imponderação não mais nos causa comoção coletiva nem estranheza, e no centro, os desdobramentos das desigualdades raciais se fazem presentes e persistentes.

### Considerações finais

Analisar os desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19 significou mostrar as agruras de todo um sistema que, além de privilegiar determinadas classes sociais, também exclui e marca alguns corpos, sendo esses desumanizados sistematicamente e culturalmente na sociedade brasileira. Além disso, vimos uma pandemia das desigualdades que se expressou com muito mais rigor para população mais vulneráveis que não tiveram como cumprir as medidas sanitárias porque sequer possuíam habitações salubres para sua preservação e dignidade humana.

Nas constatações reveladas a partir das análises documentais no que tange à população afro-brasileira, as desigualdades raciais paradoxalmente às desigualdades sociais estão conectadas às escassas condições econômicas, sociais e familiares, na falta de infraestrutura, na carência de saneamento e serviços sociais básicos, na ausência de uma qualidade de vida, no enfrentamento da violência, vulnerabilidade social, completo abandono estatal, racismo e preconceito e descaso político para contenção da pandemia no País.

Ainda assim, nesse cenário que remonta à realidade de um país em guerra, de uma parcela populacional grande e ainda assim vulnerável, o povo preto tem sido resistente, protagonista e um grande antagonista às supressões da sociedade do Capital, dispendo-se ao ato corajoso de sobreviver, viver e resistir. Ao qual, parafraseando Conceição Evaristo (2015, p. 62): “eles combinaram de nos matar, mas a gente combinou de não morrer”.

Desse modo, é importante fazer uma conexão da Questão Social e Racial na sociedade do capital, atentando-se para as desigualdades raciais que são diametralmente sistematizadas nesse processo para romper com as práticas racistas de nosso passado e presente alienante, que, conforme vimos, interfere intimamente no nosso modo de viver e se reproduz, inclusive nos tempos pandêmicos, que mostraram ser os mais difíceis e dilacerantes quando pensamos a coetaneidade.

### Referências

- BARZANO, M.; MELO, A. A pandemia como propulsora de insurgências no porvir do ensino de biologia e educação ambiental: alguns apontamentos. *Revista Sergipana de Educação Ambiental: REVISEA*, São Cristóvão, v. 7, Número especial, 2020.
- BOLSANELLO, M. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”; sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Revista Educar*, Curitiba, p. 153-165, n. 12, 1996. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>
- IPEA. Atlas da Violência. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: 2 mar. 2019.

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) COVID-19. Microdados [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 29 jun. 2022.
- BROWN, W. Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. Cidade: Zazie Edições, 2018.
- CASHMORE, E. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- COSTA, R.; SILVA, A.; ARRAIS NETO, E de A. Aspectos nefastos da pandemia da Covid-19 sobre a política de educação no Brasil. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, e29310313313, 2021.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Desigualdades entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia*. Boletim especial 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2021/conscienciaNegra.html>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). Aarhus, México. Redalcy, 2005.
- EVARISTO, C. Olhos d'Água. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.
- FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca". 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1. (Obras reunidas de Florestan Fernandes).
- FRY, P. A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HALL, S. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. In: SEMINÁRIO CEARENSE CONTRA O RACISMO AMBIENTAL, 2006, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza, 2006.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo, Cortez, 2006.
- IANNI, O. A ideia do Brasil Moderno. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- JESUS, R. Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil? 2011. 278 p. Tese (Doutorado em Conhecimento e Inclusão Social) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MIRANDA, M. Classificação de raça/cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.
- MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MBEMBE, A. Políticas da inimizade. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.
- MOURA, C. As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: 1991.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO (PENESB-RJ), 3., 5 nov. 2003, Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.
- MUNANGA, K. As Ambiguidades do Racismo à Brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (org.). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. x-y.
- NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, A. A quarentena é branca: classe, raça, gênero e colonialidade. *Realis, Recife*, v. 10, n. 01, 2020. p. 193-203.
- REIS, D. Pandemia e desigualdades raciais na educação brasileira: olhares crí(p)ticos. *SciELO Preprints*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2711>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- SANTOS, B. A Cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Edições Almedina, 2020.
- SANTOS, M. História de reencontro: ancestralidade, pertencimento e enraizamento na descoberta de ser negra. 2014. 117 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- TRIVIÑOS, A. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.
- ZARUR, G. A utopia Brasileira: etnia e construção da nação no pensamento social brasileiro. *en: Etnia e Nação na América Latina*. Rio de Janeiro: FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2003.
- ZIMBALIST, A.; SHERMAN, H. J. Comparing Economic Systems: A Political-Economic Approach. Orlando, Flórida: Harcourt College Pub, 1988. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&l>. Acesso em: 24 out. 2021.

## Notas

- <sup>1</sup>“O darwinismo social pode ser definido como a lei de aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida da sociedade humanas. Seu grande mentor foi o filósofo Herbert Spencer (1820-1903), que inclusive criou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, que mais tarde seria utilizada por Darwin. O darwinismo social que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas, superiores outras inferiores” (BOLSANELLO, 1996, p. 154).
- <sup>2</sup>“Capitalismo é um sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e sua operação com fins lucrativos” (ZIMBALIST; SHERMAN, 1988, p. 6-7).
- <sup>3</sup> Domingues (2005, p. 119) afirma que “o mito da democracia racial remonta o século XIX, a) respaldados pela literatura produzida pelos viajantes que visitaram o país b) pela produção da elite intelectual e política c) pela direção do movimento abolicionista institucionalizado e d) pelo processo de mestiçagem”. Para o autor havia uma elite científica que sustentava o pensamento de que o Brasil vivia uma suposta harmonia racial entre pretos, índios e brancos por ser um país mestiço.

### **Priscila Thayane de Carvalho Silva**

priscilathayane10@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).  
Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM (Reitoria/Manaus).

### **Camila Ferreira da Silva**

cfsilva@ufam.edu.br

Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa (UNL)

Pós-Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM).

## **UFAM**

Avenida Rodrigo Otávio, Coroado I

Manaus, AM – Brasil

CEP: 69067-005

### **Agradecimentos**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD-AM), pelo apoio à investigação.

### **Agência financiadora**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)-PROCAD AMAZÔNIA: UFPA/PPGEDUC-UFMT/PPGE-UFAM/PPGE (Auxílio nº: 88887 200466/2018-00).

Modalidade: Auxílio Moradia. Período: junho de 2022 a janeiro de 2023.

### **Contribuições das autoras**

Ambas as autoras contribuíram na construção teórico-metodológica e escrita do artigo.

### **Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

### **Consentimento para publicação**

Consentimos a publicação do artigo.

### **Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

# Tiempos de pandemia: impactos en el proceso de construcción de un estatuto profesional relativamente autónomo

**Pablo Bentura<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-2341-4751>

<sup>1</sup>Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Trabajo Social, Montevideo, Uruguay

## **Tiempos de pandemia: impactos en el proceso de construcción de un estatuto profesional relativamente autónomo**

**Resumen:** La emergencia de la pandemia covid 19 trajo una explicación impostada a la crisis estructural del capital, que venía siendo administrada en base a una ofensiva del capital contra todas las conquistas del trabajo. En este contexto la extensión sin precedentes de la asistencia, como mecanismo privilegiado para atender la desocialización y riesgo de supervivencia de grandes contingentes expulsados de la relación laboral, cobra nueva legitimidad en tanto su plasticidad la volvió apropiada para atender la sobrevivencia de nuevos contingentes afectados por la pandemia. Este contexto coloca nuevos desafíos a la búsqueda por ampliar la autonomía relativa por parte de la profesión Trabajo Social.

**Palabras clave:** Pandemia; Assistência; Crisis; Trabajo Social.

## **Tempos de pandemia: impactos no processo de construção de um status profissional relativamente autónomo**

**Resumo:** O surgimento da pandemia de Covid-19 trouxe uma explicação imposta para a crise estrutural do capital, que vinha sendo gerida a partir de uma ofensiva do capital contra todas as conquistas do trabalho. Nesse contexto, a extensão inédita da assistência, como mecanismo privilegiado para enfrentar a dessocialização e o risco de sobrevivência de grandes contingentes expulsos do vínculo empregatício, ganha nova legitimidade na medida em que sua plasticidade tornou adequada para enfrentar a sobrevivência de novos contingentes atingidos pela pandemia. Esse contexto traz novos desafios à busca de ampliar a autonomia relativa da profissão de Serviço Social.

**Palavras-chave:** Pandemia; Assistência; Crise; Serviço Social.

## **Pandemic times: impacts on the process of building a relatively autonomous professional status**

**Abstract:** The emergence of the covid 19 pandemic brought a false explanation to the structural crisis of capital, which has been managed based on an offensive by capital against all the conquests of labor. In this context, the unprecedented extension of assistance, as a privileged mechanism to deal with the risk of desocialization and survival of large contingents expelled from the employment relationship, gains new legitimacy to the extent that its plasticity made it adequate to attend to the survival of new contingents affected for the pandemic. This context poses new challenges in the quest to expand the relative autonomy of the Social Work profession.

**Keywords:** Pandemic; Assistance; Crisis; Social Work.

Recibido en 01.07.2022. Aprobado en 07.10.2022. Revisado em 21.11.2022.



Este es un artículo publicado en acceso abierto (Open Access) bajo la licencia Creative Commons Attribution-NonCommercial, que permite su uso, distribución y reproducción en cualquier medio, sin restricciones siempre que sin fines comerciales y que el trabajo original sea debidamente citado.



## Introducción

Un abordaje sociohistórico supone la reconstrucción de los recorridos realizados por los fenómenos, sus enlaces con el pasado, pero también sus rupturas, sus continuidades y discontinuidades, realizadas desde un presente que es, en definitiva, lo que se busca comprender. Es así que este artículo busca reconstruir la travesía de la configuración profesional del Servicio Social/Trabajo Social, visualizar cómo su formación es modelada en tanto producto de las necesidades de intervención del Estado sobre “lo social”, sin perder de vista que toda producción social es genéticamente objeto, pero inmediatamente sujeto, en cuanto se autonomiza de sus productores y cobra vida propia.

En tal sentido, la oposición entre una tesis endogenista y una exogenista (Montaño, 1998) es inmediatamente estéril, en tanto la profesión, determinada socialmente y, aún más, subordinada a otras profesiones desde sus primordios y, por tanto, esencialmente heterónoma, es también producto de sus agentes profesionales y, en tanto progresivamente autónoma - autonomía que es y será relativa -(Cf. Iamamoto, 1995). En tal sentido, la comprensión de un estatuto profesional supone comprender las determinaciones externas que la condicionan (tesis exogenista) pero también los procesos internos que son fundamentales en el desarrollo de un estatuto profesional (tesis endogenista).

Reconstruir una categoría profesional implica entonces identificar los procesos históricos que le dan sustancia y, en cualquier caso, esta sustancia deviene de dos procesos históricos entrelazados íntimamente: los procesos de división del trabajo que son, en principio, delimitación de problemas y a continuación construcción de fuerzas práctico-sociales activadas para dar respuesta a esa nueva delimitación. Al decir de José Paulo Netto:

[. ] la afirmación y el desarrollo de un estatuto profesional (y de los papeles a él vinculado) se opera mediante la intercorrencia de un *duplo* dinamismo: de una parte, aquel que es deflagrado por las demandas que le son socialmente presentadas; de la otra, aquel que es viabilizado por las propias reservas de fuerzas (teóricas y práctico-sociales), aptas o no para responder a las requisiciones extrínsecas (1997, p. 85).

Esta reconstrucción tiene, entonces y fundamentalmente, la intención de comprender las configuraciones particulares, sus distintas formas de comprensión, las prácticas que modela y modeló, los discursos que la enmarcan y sus recorridos, con la finalidad de analizar la particular identidad con que deviene en la actualidad.

## El mundo en pandemia

El énfasis en la emergencia sanitaria es colocado por la propia realidad, visualizar sus impactos en el desarrollo de la profesión se impone en tanto se ha impuesto en forma radical en todo el sistema de relaciones sociales.

Partimos de la convicción de que la pandemia no provocó la crisis del capital que viene desplegándose desde hace décadas durante las cuales el capital ha venido enfrentándola a través de políticas regresivas que avanzan cotidianamente sobre las condiciones de vida de la clase trabajadora. Pero es indudable que la pandemia se constituyó en una explicación impostada que justificó no solo la tendencia a la barbarie a la que el gran capital nos viene acostumbrando, sino, también, una estrategia que permitió avanzar en procesos de incorporación tecnológica que continúa sustituyendo trabajo vivo por trabajo muerto y profundizar la atomización del trabajo frente al capital.

Sumado a esto, o si se prefiere como ejemplo de esto, los grandes laboratorios manipularon la desesperación de las naciones para utilizar la vacuna como una super mercancía que generó una competencia inédita, donde los países estuvieron dispuestos a comprometer seriamente su soberanía con tal de conseguirla.

Nos interesa analizar particularmente la respuesta privilegiada a la emergencia social, que se vio re-dimensionada con la pandemia. A lo largo del siglo XXI se viene enfrentando las dramáticas consecuencias de la estrategia del capital para enfrentar la crisis del capital mencionada, a través del crecimiento sin precedentes de la política asistencial, fundamentalmente a través de Transferencias de Renta Condicionada, que atienden hoy a millones de personas en América Latina.

Esta estrategia de “combate a la pobreza” a través de estos programas merecen algunas consideraciones: en primer lugar, se trata de políticas pro mercado, expresan una convicción ideológica de que el mercado es

el gran integrador social y abandonan la idea clásica de que los individuos deberían ser protegidos del efecto deletéreo del mercado. En segundo lugar, los Estados claudican frente a la realidad de grandes contingentes sumidos en la pobreza y abandonan cualquier pretensión de procurar el bienestar de la población, conformándose con ofrecer políticas que apenas garanticen, aunque no siempre lo logren, la reproducción biológica de los trabajadores pobres. Por último, pero no menos importante, tienen un profundo impacto de desacreditación de las poblaciones beneficiarias, individualizando la responsabilidad en las propias víctimas del sistema.

Los Programas de Transferencia de Renta Condicionada mostraron una enorme ductilidad para adaptarse a la emergencia de la pandemia, esto se debió fundamentalmente a dos características: estos programas son absolutamente refractarios a generar derechos sociales y su uso intensivo de tecnologías informáticas. Estas características permiten a estos programas aumentar o reducir los beneficiarios en forma automática del mismo modo aumentar y reducir el monto de las prestaciones y controlar o no el cumplimiento de las condicionalidades, pero, sobre todo, el carácter refractario a constituir derechos sociales asociado a la enorme vulnerabilidad de las poblaciones atendidas, hacen que estos ajustes coyunturales sean aceptados pasivamente y que cualquier reclamo que pueda surgir pierda cualquier legitimidad y está condenado al fracaso.

### Posibles impactos en el Trabajo Social

Hay cierto acuerdo en las historiografías de la profesión del Trabajo Social, en asociar su génesis al pasaje del capitalismo competitivo al capitalismo de los monopolios. Se establece que la ampliación de las funciones del Estado en relación a la sociedad civil que supuso este pasaje trajo consigo en desarrollos diferenciados en los Estados nación, la emergencia y el despliegue de la Política Social, esto implicó la emergencia de unas profesiones y el redimensionamiento de otras, demandadas por la ampliación de las funciones del Estado, entre las que se cuenta el Trabajo o la Asistencia Social como una profesión totalmente nueva (Netto, 1997).

Sin perder de vista las heterogeneidades de los estados nación, se puede establecer que el impacto en la división del trabajo en esta nueva fase del capitalismo con las nuevas funciones asumidas por el Estado, implicó la redimensión de campos preexistentes, notoriamente el campo jurídico y el campo de la salud, donde, siguiendo con estos dos ejemplos, los profesionales preexistentes de estos campos, el abogado y el médico respectivamente, se tornaron dirigentes de sus campos, haciendo emerger, a partir de la multiplicación de funciones, nuevas profesiones en relación de subordinación.

En los dos campos referidos, pero sobre todo en el campo de la salud, va a tener su génesis y sucesivo desarrollo la profesión de la Asistencia Social o Trabajo Social. Las funciones de esta nueva profesión son difusas o polifuncionales. Esta característica profundiza el carácter subalterno del Trabajo Social; en dependencia directa de las profesiones dirigentes, sus tareas y responsabilidades, difícilmente identificables, se dirigen, sobre todo, a operar sobre la población refractaria a la intervención institucional.

En los albores del capitalismo monopolista, a principios del siglo XX, se registra una fuerte ofensiva del campo de la salud en busca de imponer su hegemonía en la administración y dirección de estas nuevas funciones estatales: el higienismo. Estas políticas generaron un fuerte impacto en la profesión, pero apenas de carácter cuantitativo. El carácter polifuncional y difuso del trabajo social mantuvieron a esta profesión en la incapacidad de constituir una esfera profesional con relativa autonomía. (Acosta, 2016 y 2001; Ortega, 2003)

El despliegue del Estado capturado por el capital monopólico en el transcurso del siglo XX va a ir ampliando su intervención generando nuevos campos, como el de la infancia y diversos programas asistenciales, algunos asociados al despliegue del campo de la salud, de la infancia, de la educación, y otros con relativa autonomía, procesándose la constitución de un campo asistencial relativamente autónomo. Este despliegue ofrece al Trabajo Social una cierta, aunque débil, delimitación de sus funciones, ofreciendo mejoras cuantitativas en la capacidad profesional de constituir una esfera profesional con mayor autonomía relativa. Pero en ningún caso puede afirmarse que haya superado su condición de profesión auxiliar y subordinada. (Netto, 1997)

La profesión tuvo despliegues y desarrollos bien diversos en Europa y Estados Unidos. En Europa el Trabajo Social nace y se desarrolla en instituciones que, a partir del Estado propio del capitalismo de los monopolios, se redimensionan sin perder del todo sus enlaces ideológicos con el *ancien régime*. Se constituye en una profesión conservadora, con una percepción que la identificaba como una profesión de la ayuda, más

preocupada por difundir el sistema de valores morales de que era portadora que por amplificar sus capacidades técnicas y recursos intelectuales.

El Estado que se despliega en Estados Unidos no tiene ninguno de los enlaces mencionados, despliega un sistema institucional liberal asociado, más que al pensamiento conservador al cientificismo empirista; el Trabajo Social norteamericano se desarrolla con una preocupación más acentuada con sus capacidades técnicas y recursos intelectuales, un ejemplo paradigmático es el caso de la Asistente Social Mary Richmond que va a publicar, en el campo de una profesión recién nacida: *Social Diagnosis* en 1917 y en 1922 *What is social case work?: an introductory description* (Richmond, 1977), las notorias diferencias del trabajo social norteamericano permitieron un desarrollo significativamente más autónomo de la profesión sin que esto significara superar su condición de profesión esencialmente subordinada.

En América Latina el Trabajo Social se va a desarrollar bien entrado el siglo veinte. Se puede asociar su génesis al despliegue de las políticas higienistas. En Uruguay, por ejemplo, se registra como antecedente, el surgimiento, en los años veinte, de las Visitadoras Medicas. Se va a constituir una profesión esencialmente conservadora con una relación fuertemente refractaria a las ciencias sociales y cualquier preocupación técnica que la apartara de su autopercepción como profesión de la ayuda y de los valores morales de que era portadora.

En el caso uruguayo es posible afirmar que el Estado batllista, instalado en las primeras tres décadas del siglo XX, se fue apropiando de espacios que eran anteriormente ocupados por agentes asociados a las organizaciones de caridad y filantropía en las actividades de atención e instrumentación de prestaciones sociales a las familias pobres, y fue construyendo, también, iniciativas de profesionalización de esas actividades, siendo las primeras conocidas, aquellas asociadas al higienismo novecentista (Acosta, 1997; Ortega, 2008).

A pesar de ello existía la preocupación permanente por distinguir de alguna manera “científica” al “meritorio del falso pobre”, como forma de definir si la ayuda era consignada o negada. Este lugar del hacedor de esa discriminación, según Morás (2000, p. 50), se fue corriendo tempranamente del campo religioso al campo profesional, y “éstos como representantes de nuevas formas de conocimiento científico, tienen un multifacético rol: tanto contribuirán al disciplinamiento como a la despersonalización y exigencia de obligatoriedad de la asistencia. [...] las incipientes ciencias sociales intentan ser el instrumento para una categorización racional de las diversas situaciones planteadas”, resaltando el carácter moral de la asistencia.

A las estrategias higienistas de intervención en lo social asentadas en modelos etiológicos exógenos, que en nombre de la salud tenían un fuerte componente disciplinador, es posible asociar el surgimiento de profesiones que, como el Trabajo Social, nacen subordinadas a la profesión médica.<sup>1</sup> Ello se tradujo en la atribución social a la profesión incipiente, de una serie de funciones sociales caracterizadas por su carácter inspectivo y de control, especialmente dirigidas a las familias pobres.

Durante el pasaje del siglo XIX al XX, se produce una extensión de aquellas concepciones que atribuyen al medio una fuerte influencia en el origen de las condiciones sanitarias de la población, siendo el higienismo su soporte institucional instalado en la sociedad uruguaya, a través de dispositivos que formaban parte de dos de los sistemas más fuertemente integradores: la educación y la salud, siendo los médicos higienistas agentes relevantes en ese diagrama de elementos de carácter disciplinador, en el sentido que Foucault (1998, 2004, 2006) atribuye a ese término.

A mediados de los años sesenta comienza el despliegue de un fuerte proceso de erosión de la legitimidad de las instituciones de protección social. Es el comienzo de la crisis terminal de los estados de bienestar, y como es natural, el Trabajo Social ve que inexorablemente con la erosión de las instituciones donde despliega su acción profesional se erosiona también su legitimidad profesional. Comienza lo que José Paulo Netto (1991) llamó el proceso de renovación profesional que, más tarde o más temprano, se procesó en todos los países donde existe la profesión.

En América Latina el proceso de erosión mencionado fue identificado tempranamente con el problema del subdesarrollo, la preocupación por el subdesarrollo es rápidamente identificada como la responsable de la pérdida de legitimidad profesional por parte de los profesionales más inquietos e inmediatamente identificaron los programas desarrollistas, propiciados por los Estados Unidos, como el locus específico para el desarrollo de la profesión.

Este primer impulso renovador va a generar una tendencia de cuestionamiento a la influencia europea sobre el trabajo social latinoamericano. Las camadas más activas de la profesión comienzan a dirigir su interés en el Trabajo Social norteamericano, se registra una corriente de profesionales que comienzan a buscar realizar

posgrados en Estados Unidos aumentado notoriamente las preocupaciones técnicas y la vinculación de la profesión con las ciencias sociales. Se registra en este primer momento un fuerte impulso en dirección a lo que Netto (1991) definió como modernización conservadora.

Continuando con Netto (1991), en los años 60 se registra una fuerte crítica a las ciencias sociales nacida en su propio seno, en América Latina, inspirado por esta crítica, comienza un fuerte cuestionamiento a las políticas desarrollistas, identificando el subdesarrollo no como una etapa necesaria hacia el desarrollo sino como resultado de la desigualdad en los términos de intercambio entre el centro y la periferia, ver al respecto Cardozo y Faletto (1967). El Trabajo Social Latinoamericano recepciona esta crítica y comienzan fuertes cuestionamientos al recién iniciado vínculo con el Trabajo Social Norteamericano, progresivamente este vínculo comienza a ser sustituido por la influencia de lo que Acosta denominó “cultura radical”.

La “modernización conservadora” siguiendo con la clasificación de Netto (1991), va a dar paso a la emergencia de la “intención de ruptura”: empieza a constituirse la convicción entre los cuadros, sobre todo académicos, de la profesión, que la subordinación del Trabajo Social es resultado del lugar que ocupa en la división social (y técnica) del trabajo (Iamamoto, 1997). Se registra una fuerte preocupación activa por modificar planes de estudio con una notoria incorporación de ciencias sociales en la formación de los nuevos cuadros profesionales, una acentuada preocupación por la investigación que se expresa tanto en los planes de estudio como en la búsqueda de financiación de investigaciones propias, y el Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) que tuvo un papel relevante en este sentido. (Cf. Iamamoto 1995)

Este ambiente fuertemente revulsivo fue suspendido dramática y violentamente por las dictaduras latinoamericanas. Las particularidades de la dictadura brasilera, que notoriamente tuvo la misma acción violenta sobre la sociedad civil en su conjunto, mantuvieron una esfera autónoma, funcional a su proyecto, en las universidades. En Brasil la “intención de ruptura” continuó, en algún sentido, su desarrollo aislado en la universidad. Con los límites propios del desarrollo en un ambiente autoritario, por ejemplo, en lo que refiere a las dificultades de comunicación entre el mundo académico y el resto de la profesión, el Servicio Social académico brasilero tuvo un desarrollo sustancialmente superior al registrado en el resto de América Latina. (Cf. Netto, 1991).

La salida de las dictaduras latinoamericanas se encuentra en Brasil con un Servicio Social con unas fortalezas académicas que rápidamente catalizan las expectativas de profundizar la autonomía profesional. La profesión consigue una proyección inédita en el campo del Trabajo Social internacional, con una capacidad sorprendente de organización para representar los intereses corporativos de la categoría; se constituye una profesión legalmente reconocida que conquista un campo autónomo de desarrollo que no se registra en ningún otro caso: el campo asistencial autónomo consagrado constitucionalmente en 1988 a través del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS). (Netto, 1991; Iamamoto 1997) La influencia del Trabajo Social brasilero se esparció por toda Latinoamérica redoblando los impulsos por constituir un “campo profesional relativamente autónomo” (Grassi, 1984)

A comienzos del siglo XXI se despliega una gran crisis que venía anunciándose desde los años noventa y en Latinoamérica son enviados a la pobreza millones de personas. Frente a esta realidad, concluida la crisis, se despliega una intervención de corte asistencial sin precedentes en lo que refiere a su masificación. La política asistencial alcanza a millones de habitantes, generando una demanda de operadores asistenciales sin precedentes. Con esta masificación se registran procesos de desprofesionalización en la gestión de la asistencia, que refiere no solo a la concurrencia de personal no calificado sino también una descalificación en las demandas colocadas a los profesionales. El Trabajo Social registra en estos años un crecimiento sin precedentes, con una demanda a los espacios de formación afectando significativamente su capacidad de continuar su política académica con énfasis en la profundización de rigor y la solidez en la formación en ciencias e investigación sociales, se suma a esto la aparición de cursos de Trabajo Social privados de formación a distancia.

Estos nuevos procesos son recepcionados en forma contradictoria por la profesión. De un lado, se reconoce un crecimiento de la profesión como nunca antes y, si bien la calidad del empleo es dudosa, la situación es de pleno empleo. Del otro, se identifican problemas derivados de la masificación de la enseñanza, el público que capta y también los problemas derivados de la configuración de la demanda por parte de las nuevas instituciones asistenciales.

Analistas de la profesión, en general con una fuerte identificación con la “intención de ruptura”, reconocen en esta política una suerte de retorno al pasado. Estos programas asistenciales tienen, derivados

de su masificación, un fuerte recurso a tecnologías informáticas y con una exhaustiva protocolización de las actividades profesionales (Mariatti, 2015; Dominguez Uga, 2004; Grassi, 2006; Laurell Asa, 2000). Se identifican en estos protocolos, y en esto es que se registra un retorno al pasado, propuestas moralizadoras que incluso se han identificado como políticas neo higienistas (Nuñez, 2014), esto genera la demanda de un profesional poco crítico, demandándole un activismo poco reflexivo y, como consecuencia, poniendo límites muy precisos a la autonomía profesional:

Ciertamente, desde la perspectiva neohigienista, el trabajo del educador social queda cada vez más supeditado a la aplicación de protocolos, que estandarizan tanto las tareas de gestión poblacional como su evaluación, realimentando el procesamiento informático de los datos y relanzando el circuito, amparado en la estadística que él mismo genera. (p. 63)

La autonomía profesional supondría, de acuerdo con la intención de ruptura, superar la situación de subordinación profesional a partir del cuestionamiento al lugar ocupado por la profesión en la división social (y técnica) del trabajo. La irrupción de la pandemia parece estar tensionando aún más la problemática reseñada. La crisis económica derivada con su consecuente profundización de la pobreza y exclusión de grandes camadas de la población estaría legitimando aún más la política asistencial; el enfrentamiento de esta nueva problemática se enfrenta ampliando la política de asistencia. Incluso, siguiendo a Basile (2020) se estaría ingresando a un retorno de la hegemonía norteamericana en el comando de la política asistencial, resaltando una posible neosubordinación del Trabajo Social Latinoamericano al empirismo del Social Work.

La asistencia como estrategia central de la política de protección social parecería estar tomando nuevos bríos superando los cuestionamientos que puedan venir de sus costados. De un lado, los cuestionamientos al “asistencialismo”, la generación de dependencia y el desestímulo al trabajo estarían tornándose inapropiados en una situación de emergencia sanitaria. Del otro, los cuestionamientos a la superficialidad de sus mandatos moralistas, las denuncias de disciplinamiento y recurso al neohigienismo parecerían quedar sepultados por la necesidad de una acción colectiva de compromiso de toda la sociedad frente a un “enemigo común”.

Tomando como base el proceso de constitución de un campo profesional relativamente autónomo, la ampliación de la política asistencial y los efectos ampliatorios de esta con la emergencia de la pandemia se abren una serie de preguntas: la ampliación de la demanda de un profesional de la asistencia, esencialmente subordinado en un sistema estandarizado con una acción protocolizada ¿estaría cancelando los esfuerzos por ampliar la autonomía profesional cuestionando el papel tradicional asignado en la división social (y técnica) del trabajo? O por el contrario ¿estaría amplificando la división del trabajo a la interna de la profesión, ofreciendo nuevos horizontes de desarrollo, complejizando la profesión?

Resulta evidente que la respuesta a estas preguntas parecería ingresar en un campo controversial impidiendo, aparentemente llegar a respuestas unívocas, pero es posible operacionalizarlas a partir de algunas preguntas anteriores: ¿la nueva política asistencial está montada en un sistema protocolarizado que cancela las posibilidades de criticidad y autonomía profesional? En el debate de la profesión y en la percepción de los profesionales de campo ¿es posible visualizar una preocupación por esta situación? De ser así ¿Qué estrategias pueden identificarse, como propuestas o acción concreta, para enfrentar esta situación?

### **Consideraciones finales**

Las crisis son inherentes a la regulación del capital, su periodicidad ha demostrado ser inexorable, el siglo XX ha mostrado como la acción política, la lucha de clases, la correlación entre las clases, en tanto no supere esta regulación, solo logra imprimirle un sentido a su superación provisoria, este sentido va a ser, en función de la correlación de fuerzas, progresiva o regresiva.

El pasaje del capitalismo competitivo al capitalismo monopolista fue expresión de una superación progresiva de una crisis, del mismo modo el enfrentamiento de la crisis del 30, de carácter progresivo, supuso el posterior desarrollo de los Estados de Bienestar.

La ofensiva del capital sobre el trabajo, como forma de enfrentar la crisis de los años 70, fue causa y consecuencia de una correlación de fuerzas notablemente perjudicial para el trabajo, desde entonces las crisis sucesivas han venido enfrentándose de forma regresiva.

Con la emergencia de la pandemia se escucharon voces optimistas que auguraban la superación o la reforma del orden del capital, creemos que son resultado de una penetración positivista en el marxismo, Durkheim (2007) estaba convencido que las humanidad enfrentaba las crisis profundizando la solidaridad orgánica, optando por la complementariedad en vez de la competencia. Desde las últimas décadas del siglo XX venimos viendo que lejos de aumentar la solidaridad de cualquier tipo, las crisis vienen siendo enfrentadas con medidas regresivas que van, definitivamente, en contra de la humanidad, la crisis sanitaria no ofrecía ninguna pista que hiciera pensar que algo iba a cambiar al respecto.

Intentando no ingresar en reduccionismos optimistas, creo que es posible afirmar que nuestro Trabajo Social Latinoamericano ha venido, desde los años 60, sabiendo resistir los impulsos regresivos logrando caminar en la ampliación de su autonomía relativa y su capacidad crítica en contextos de crisis, nada hace pensar que esto cambie en este contexto tan profundamente regresivo.

## Referencias

- ACOSTA, L. (2016). El proceso de renovación del Trabajo Social en Uruguay. *Fronteras*, 9, 29–45. <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/7273>
- ACOSTA, L. (2001). La mediación del “higienismo” en la génesis del Servicio Social en el Uruguay. <https://www.adasu.org/prod/1/486/Luis.Acosta.pdf>
- ACOSTA, L. (1997). Modernidad y Servicio Social: un estudio sobre la génesis del Servicio Social en el Uruguay. Tesis (Maestría en Servicio Social) UFRJ, Rio de Janeiro. S/E.
- BASILE, G. (2020). La triada de cuarentenas, neohigienismo y securitización en el SARS-CoV-2: matriz genética de la doctrina del panamericanismo sanitario. Ediciones GT Salud Internacional y Soberanía Sanitaria CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), Mayo.
- BRALICH, J. (1993). La formación universitaria de asistentes sociales: más de seis décadas de historia. *Cuadernos de Trabajo Social*, Montevideo, Universidad de la República, 2, 9–48.
- CANALES, M. (2006). El Grupo de Discusión y el Grupo Focal. En CANALES (Ed). Metodología de investigación social. Santiago de Chile, LOM.
- CARDOZO, F.; FALLETO, E. H. (1967). Dependencia y desarrollo en América Latina (Ensayo de interpretación sociológica). CEPAL. Santiago de Chile. [https://repositorio.iep.org.pe/bitstream/IEP/1027/1/Cardoso\\_Faletto\\_Dependencia-desarrollo-Am%C3%A9rica-Latina.pdf](https://repositorio.iep.org.pe/bitstream/IEP/1027/1/Cardoso_Faletto_Dependencia-desarrollo-Am%C3%A9rica-Latina.pdf)
- DOMÍNGUEZ UGA, V. (2004). A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 23, 55–62.
- DURKHEIM, E. (2007). La división del trabajo social. México. Colofón.
- FOUCAULT, M. (1998). Historia de la sexualidad. La voluntad de saber. México, Ed. Siglo XXI.
- FOUCAULT, M. (2004). Vigilar y castigar. Nacimiento de la prisión. Siglo XXI, Buenos Aires.
- FOUCAULT, M. (2006). Seguridad, territorio, población. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.
- GRASSI, E. (1984). La implicancia de la investigación social en la práctica profesional del trabajo social Barcelona. *Revista de Treball. Social*, 135, 43–54.
- GRASSI, E. et al. (1994). Políticas sociales: crisis y ajuste estructural. Buenos Aires, Espacio Editorial.
- GRASSI, E. (2006). Políticas y problemas sociales en la sociedad neoliberal: la otra década infame (I). Buenos Aires, Espacio Editorial.
- IAMAMOTO, M. (1997). O Serviço Social y división del trabajo. Sao Paulo: Cortez.
- IAMAMOTO, M. (1995). Renovação e conservadorismo no serviço social. Ensaio crítico. São Paulo: Cortez.
- KRUSE, H. (1987). Evolución de los modelos de ayuda en el Uruguay. *Revista Trabajo Social Uruguay*, Montevideo, 2, 18–23.
- KRUSE, H. (1994). “En procura de nuestras raíces”. *Cuadernos de Trabajo Social*, Montevideo, 3, 87-106. FCS. DTS. UDELAR.
- LAURELL ASA, C. (2000). Avanzar al pasado: la política social del neoliberalismo. In: Borgiani, E., Montañó, C. (org.). La política social hoy. São Paulo: Cortez.
- MONTANO, C. (1998). La naturaleza del servicio social en su génesis. Cortez, São Paulo.
- MARIATTI, A. (2015). Política Social y despolitización. Un estudio de caso en el Ministerio de Desarrollo Social y los Programas de transferencia de renta condicionada. Comisión Sectorial de Investigación Científica, Bibliotecaplural, Montevideo.
- NETTO, J. P. (1997). Capitalismo monopolista y servicio social. Editorial Cortez. Sao Paulo.
- NETTO, J. P. (1991) Ditadura e Serviço social. Uma análise do serviço social no Brasil pós 64. Editorial Cortez. Sao Paulo.

- NUÑEZ, V. P (2014, octubre). Formas actuales del control social: impactos en la educación social. Reflexiones desde la pedagogía social. Revista Interfaces científicas: Educacao, Aracaju, 3(1), 57–66. <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/1634/980>
- MERTON, R. et al. (1998). Propósitos y criterios de la entrevista focalizada. Empiria: Revista de Metodología en Ciencias Sociales, 1, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la UNED Madrid.
- MORÁS, L. (2000). De la tierra purpúrea al laboratorio social. EBO. Montevideo.
- ORTEGA, E. (2003). El Servicio Social y los procesos de medicalización de la sociedad uruguaya en el período neobatlista. [https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/7647/1/TMTS\\_OrtegaElizabeth.pdf](https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/7647/1/TMTS_OrtegaElizabeth.pdf)
- ORTEGA, E. (2011). Medicina, religión y gestión de lo social. Un análisis genealógico de las transformaciones del Servicio Social en el Uruguay. 1955-1973. CSIC-UDELAR. Colección Biblioteca Plural.
- RICHMON, M. (1977). Caso social individual. Universidad General Roca, Rio Negro Argentina. <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000029.pdf>
- RICHMON, M. (19--). Diagnostico social. Universidad General Roca, Rio Negro Argentina. <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000062.pdf>

## Notas

- <sup>1</sup> Véase: Kruse (1987, 1994), Bralich (1993), Acosta (1997), Ortega (2008).

## Pablo Bentura

jose.bentura@cienciassociales.edu.uy

Doctor em Ciencias Sociales por la Facultad Latinoamericana De Ciencias Sociales (FLACSO sede Argentina).

Profesor Titular Dedicación Total Departamento de Trabajo Social – Facultad De Ciencias Sociales – Universidad de la República – Uruguay.

## DTS-FCS-UDELAR

Constituyente 1502, Montevideo, Uruguay Cp 11.100

### Agradecimientos

A meus colegas e amigos Alejandro Mariatti y Alfredo Lopez por la lectura atenta y los comentarios críticos.

### Agência financiadora

Não se aplica.

### Contribuições das autoras

Não se aplica.

### Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

### Consentimento para publicação

Autorizo la publicación y renuncio a cualquier reclamo por derechos de autor.

### Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

## Crise sanitária e atenção primária: a atuação de assistentes sociais nos territórios

**Ana Cristina de Souza Vieira<sup>1</sup>**  
<https://orcid.org/0000-0002-8844-5375>

**Delaine Cavalcanti Santana de Melo<sup>1</sup>**  
<https://orcid.org/0000-0002-7475-779X>

**Raquel Cavalcante Soares<sup>1</sup>**  
<https://orcid.org/0000-0002-1276-5540>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Serviço Social, Recife, PE, Brasil.

### Crise sanitária e atenção primária: a atuação de assistentes sociais nos territórios

**Resumo:** Este artigo focaliza a atuação de assistentes sociais na atenção primária em saúde (APS), na pandemia do Covid-19. Discute a crise sanitária, problematizando a ofensiva ultraneoliberal e suas implicações na atenção primária em saúde cuja potencialidade assistencial foi esvaziada por meio de várias medidas tomadas pelo Governo Federal, como mudanças na Política Nacional de Atenção Básica e o Previne Brasil. Foi realizada pesquisa nos Anais do IX Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde, destacando trabalhos sobre APS. Foi desenvolvida análise com base no materialismo-histórico-dialético, considerando a historicidade, mediações e contradições. Foram identificados desafios à atuação profissional, como o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o teletrabalho, a precarização da política de saúde. Entre as estratégias de ação utilizadas destacam-se: ações educativas, articulação com a rede socioassistencial, entre outras. Considera-se que a negação de direitos como método governamental distancia o horizonte emancipatório do projeto ético-político da profissão.

**Palavras-chave:** SUS; atenção primária em saúde; assistentes sociais na saúde; crise sanitária.

### Health crisis and primary care: the role of social workers in the territories

**Abstract:** The article focuses on the role of social workers in primary health care (PHC) during the covid-19 pandemic. It discusses the health crisis, questioning the ultra-neoliberal offensive and its implications for primary health care, which its care potential has been emptied, through various measures taken by the Federal Government, such as changes in the National Primary Care Policy and Previne Brasil. Research was carried out in the Annals of the IX National Congress of Social Service in Health, highlighting works on PHC. An analysis was developed based on dialectical-historical-materialism, considering historicity, mediations and contradictions. Challenges to professional performance were identified, such as the use of Information and Communication Technologies (ICT), teleworking, and the precariousness of health policy. Among the action strategies used, the following stand out: educational actions, articulation with the social assistance network, among others. It is considered that the denial of rights as a governmental method distances the emancipatory horizon from the ethical-political project of the profession.

**Keywords:** SUS; primary health care; social workers in health; health crisis.

Recebido em 01.07.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 05.12.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.



## Introdução

A atuação de assistentes sociais na área de atenção primária à saúde é o foco deste estudo, que procura entender as mediações que remetem às mudanças nessa área de atenção à saúde. Mudanças na política de saúde incidem sobre as ações nos territórios, fragilizando ainda mais a classe trabalhadora, atingida por contrarreformas que restringem direitos e garantias ao trabalho e à vida.

O artigo objetiva discutir as tendências da política de atenção primária no enfrentamento à Covid-19 no Brasil e suas inflexões na atuação profissional de assistentes sociais no que se refere aos desafios e principais estratégias de intervenção, em meio ao processo de retrocessos na atenção primária em saúde, com mudanças na Política de Atenção Básica (PNAB) e a proposta do Previne Brasil, sob o Governo de Jair Bolsonaro.

O enfrentamento da Covid-19 com medidas que priorizaram a atenção hospitalar, necessária para atendimento dos casos agravados de Covid-19, reduzindo o potencial de enfrentamento da pandemia através da atenção primária em saúde, da Estratégia de Saúde da Família, da contribuição dos agentes comunitários de saúde. Mostra, com essa opção, o favorecimento da lucratividade do capital, deslegitimando estratégias apoiadas em tecnologias dialógicas e de bases territoriais.

Foram analisados trabalhos publicados nos Anais do IX Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde (CONASSS), realizado em 2020. Este artigo fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, destacando a historicidade, as contradições e as mediações que permeiam a discussão. O texto está estruturado em quatro pontos: introdução, seguida da discussão sobre a crise sanitária, determinação social da saúde e desigualdade nos territórios. O terceiro ponto discute a atenção primária em saúde em meio à ofensiva neoliberal, destacando mudanças que afetam as ações de saúde de base territorial. Discutem-se na sequência, as inflexões dessa ofensiva para a atuação de assistentes sociais na atenção primária, apontando desafios e estratégias.

## Crise sanitária, determinação social e desigualdade nos territórios

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro vem sofrendo, desde 2016, fortes investidas contra sua existência. O capitalismo em crise vê nos serviços de saúde um espaço para mercantilização de serviços e encontra suporte para suas intenções num Estado que defende e aprofunda propostas ultraneoliberais — ajuste fiscal, corte de gastos sociais, redução de direitos trabalhistas, em meio ao avanço do desemprego, da inflação. Como afirmam Santos e Guimarães (2020)

O projeto do SUS é a afirmação mais alta da soberania popular que se expressou na Constituição de 1988, entretanto, é preciso reconhecer que seu longo e difícil processo de institucionalização deu-se em um cenário de soberania popular limitada pela transição conservadora e pela ascensão do neoliberalismo nos anos 1990. (SANTOS; GUIMARÃES, 2020, p. 74).

Apesar de no pós-golpe de 2016 as tentativas de alterar o SUS universal com integralidade e participação social terem se intensificado, desde sua criação vem sendo alvo de um processo de contrarreformas, de subfinanciamento, desvirtuando uma racionalidade construída com o movimento de reforma sanitária, desde os anos 1970.

a crise capitalista e a queda no padrão de crescimento econômico, associadas à ascensão de uma onda conservadora (DEMIER, 2016) e à articulação da operação Lava Jato, abriram espaço para a configuração de necessidades de uma brutal apropriação do fundo público e para a exponencial expropriação de direitos (SOARES, 2020, p. 282).

No governo de Michel Temer (2016-2019), a Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016, limitou o teto de gastos com políticas sociais por 20 anos, representando a asfixia do SUS, que se defronta com as perspectivas de crescimento e de envelhecimento da população. O setor privado de saúde vem buscando articulações que favoreçam o acesso ao fundo público na área de saúde, estimulando parcerias público-privadas, através das quais passa a gerenciar unidades de saúde, especialmente aquelas altamente qualificadas, mas também investe na execução de serviços de saúde contratados por municípios e Estados. Estudos localizados

mostram que em diversos espaços territoriais, o setor privado está à frente de unidades de saúde, invertendo a lógica do SUS, que coloca o setor privado como complementar ao público.

Organismos internacionais subsidiam a ideia de que a universalização de serviços de saúde de responsabilidade do Estado é inadequada e inviável, indicando a limitação dos serviços públicos aos segmentos mais pobres e que não conseguem acessar serviços privados, pagos, inclusive com restrição de acesso apenas a alguns serviços emergenciais. É o caso da cobertura universal de saúde, eufemismo para designar uma restrição de acesso a estes serviços, que se limita à vacinação, atendimento emergencial e voltado aos que não têm rendimentos. Os organismos internacionais, como o Banco Mundial, propõem a criação de planos de saúde acessíveis que sejam vendidos à maioria da população, favorecendo interesses da saúde suplementar. Propostas como essa foram encampadas pelo governo Temer através do Ministro da Saúde Ricardo Barros, que afirmava a inviabilidade do SUS, pois o Estado não teria como arcar com os custos do Sistema. Já no governo Jair Bolsonaro (2019–2023), este ex-ministro da saúde levou ao Congresso Nacional representantes do Banco Mundial para discutir a questão dos planos acessíveis de saúde na tentativa de mobilizar os congressistas a aprovar a matéria, o que ainda não foi alcançado.

A população em situação de pobreza e miséria vem crescendo nos últimos anos, com a adoção da contrarreforma trabalhista, que reduziu garantias e direitos, com a pretensão de que, assim, ampliaria o emprego. O que cresceu na verdade foi o desemprego e os vínculos de trabalho desprotegidos. Menos trabalhadores obtêm acesso a serviços de saúde através de planos de saúde vinculados a empresas, buscando o SUS em suas necessidades de saúde. Entretanto, o SUS encontra-se com grandes limitações de profissionais e serviços, reduzindo as chances de acesso aos serviços.

Ao se considerar a determinação social da saúde é preciso entender que, se saúde não é apenas ausência de doença, se saúde é resultado de trabalho, habitação digna, alimentação adequada, lazer, em períodos em que cresce a pobreza, crescem as necessidades de saúde. A determinação social da saúde vai além da concepção de determinantes sociais veiculada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), conforme apontam Rocha e David (2015, p. 133): “Verifica-se que os atuais estudos sobre determinantes sociais se limitam a identificar correlações entre variáveis sociais e eventos de morbimortalidade na população”, enfatizando que a perspectiva positivista é dominante na epidemiologia tradicional. A determinação social da saúde enfatiza uma discussão crítica, numa “perspectiva que considera o campo mais amplo na qual se produzem os processos saúde-doença, buscando trazer para o plano da consciência uma compreensão que estabeleça mediações entre a realidade fragmentada e a totalidade social” (ROCHA; DAVID, 2015, p. 134). A desigualdade gerada pelo modo de produção capitalista traz também a possibilidade de adoecimento, de vida ou de morte para a classe trabalhadora, se traduzindo em profundas desigualdades nos territórios.

Sem trabalho, com inflação e aumento de preços de alimentos, vivendo em condições precárias de habitação, sem ter a certeza de que conseguirá garantir a reprodução de sua família, a tendência é de maior probabilidade de adoecimento, especialmente se a imunidade está fragilizada. A pandemia de Covid-19 mostrou com clareza que as pessoas que não tinham como manter isolamento social, não tinham acesso à água corrente, necessária à higienização, sem máscaras para utilizar e se protegerem, se fragilizaram e foram infectadas pelo vírus SARS-CoV-2, muitas vezes sendo levadas à morte. Sem orientação consistente por parte do Governo Federal, contrário às medidas de distanciamento social e uso de máscaras, interessado na manutenção da economia em detrimento da saúde das pessoas.

A Covid-19 é geradora de uma crise sanitária a qual expõe as condições de vida e trabalho de largos segmentos da população brasileira fragilizada por condições precárias de trabalho, moradia, sobrevivência, especialmente as que vivem em territórios distantes dos centros urbanos onde estão situados majoritariamente os equipamentos sociais, ou em áreas de morros ou alagados, ou nas margens de rios, muitas vezes invadidas por quem não tem moradia, áreas ocupadas de forma intempestiva, sem considerar as condições de habitabilidade.

Se no governo Temer o Estado se mostra capturado pelos interesses do grande capital portador de juros e dos grandes grupos corporativos nacionais e internacionais, no governo de Jair Bolsonaro “se adensa a racionalidade instrumental burguesa sob a perspectiva ultraneoliberal do Estado, aliada ao irracionalismo negacionista, neoconservador e de cunho neofascista” (SOARES, 2020, p. 290-1).

## O (não) lugar da Política de Atenção Primária e a ofensiva ultraneoliberal no Brasil em meio à pandemia

O contexto pandêmico da Covid-19 exige análise prolongada sobre as marcas profundas nas condições objetivas e subjetivas impressas na classe trabalhadora. Permite, porém, problematizações sobre elementos diversos dessa realidade, principalmente no que se refere à explicitação da desigualdade capitalista sistêmica e das determinações sociais da saúde, além da imprescindibilidade de defesa da saúde como bem e direito universal.

Entende-se que a assistência à saúde a ser provida no nível primário da atenção na pandemia, dada sua vinculação territorial, cuidado de proximidade e resolutividade no trato de epidemias, revestia-se de maior importância no cenário de adoecimento desconhecido e coletivo, agravado por aumento exponencial do desemprego, desproteção social, insegurança alimentar e violências. No entanto, em sentido oposto, assistiu-se ao esvaziamento da APS, sua potencialidade assistencial, de seus princípios e atributos no enfrentamento da crise sanitária, quase que lhe impondo um não lugar, quando, em nosso entendimento deveria ter assumido ação protagônica.

No Brasil, com a conquista do SUS, tornou-se imperativa a reformulação do modelo biomédico de atenção à saúde, pauta do Projeto de Reforma Sanitária, intencionando a substituição das práticas restritas e focalizadas de atenção básica à população. O marco de uma nova proposta nacional de APS começou a ser gestado no início do processo de descentralização das funções gestoras do SUS, quando se desenvolveram diversas experiências municipais precursoras das ações e programas nacionais instituídos ao longo da trajetória de consolidação da atenção básica brasileira, com destaque para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde e o Programa Saúde da Família, na década de 1990.

Vale destacar que a APS tem sido marcada por reveses para sua consolidação tanto no âmbito da prestação de serviços, como no do seu financiamento, além da complexidade assistencial que carrega ante o profundo pauperismo da população usuária que se imbrica às suas condições de saúde, pois que a determinam.

Essas determinações compõem a totalidade da vida social, abrangendo questões estruturais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, como também o cotidiano, os valores ético-morais e as individualidades, ou seja, dimensões presentes e mediadas no plano ontológico da singularidade e da universalidade humana. Assim, a saúde deve ser apreendida de modo ampliado, na perspectiva da determinação social, o que requer das ações profissionais uma apropriação crítica da realidade em sua totalidade; isto é, de ruptura com concepções fragmentadas, isoladas, a-históricas, reducionistas, naturalistas, exclusivamente biológicas, comportamentais e individualistas da vida humana. Isso não significa desconsiderar e muito menos anular os aspectos genéticos e fisiológicos da humanidade (OLIVEIRA; GHIRALDELLI, 2019, p. 261-262).

Apesar de dificuldades para maior efetividade e alcance das ações da APS, ainda assim, no Brasil se avançou na organização, expansão das redes de atenção no país e consolidação da Estratégia em Saúde da Família (ESF) em 2006, quando foi oficializada a primeira Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). A proposição era de um modelo de atenção centrado nas necessidades de saúde da população de determinado território e garantia do direito do acesso à saúde. As versões de 2006 e de 2011 da PNAB destacaram-se na implantação dos princípios e diretrizes do SUS; demarcaram inflexões importantes no modelo de atenção e na gestão do trabalho em saúde, sendo que até 2014 observou-se maior alocação de recursos financeiros para estruturação da rede básica com capilaridade nacional (PAIM, 2013). A APS brasileira experimentou crescimento com avanços importantes na expansão da cobertura, qualificação da sua rede de atenção e resultados foram observados na melhoria do acesso da população, nos indicadores de saúde e na qualidade do cuidado.

No Brasil, ao longo dos 30 anos de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), inovações no modelo de financiamento do sistema de saúde e no desenho de arranjos organizacionais de serviços de saúde viabilizaram um rápido e consistente crescimento da cobertura de APS, transformando o modelo de atenção à saúde num país continental e com grandes diferenças regionais, econômicas e socioculturais. A descentralização de recursos federais para municípios, combinada com a implementação da Estratégia Saúde da Família (ESF), foram decisivos para a expansão da APS no país. A ESF ampliou o acesso a serviços básicos de saúde e promoveu melhorias nos resultados em saúde, reduzindo desigualdades

sociais e regionais, sendo reconhecida internacionalmente como exemplo de política de saúde pública bem-sucedida. (MASSUDA, 2020, p. 1182).

Como já anteriormente apontado, a partir de 2016 no Estado brasileiro se intensifica um processo de contrarreformas nos moldes neoliberais de retração-extinção de direitos e disponibilidade irrestrita do acesso ao fundo público para a iniciativa privada. Nesta conjuntura política de intensa ofensiva do capital sobre a vida, além da instabilidade institucional democrática, uma terceira PNAB foi publicada em 2017, mesmo sob forte crítica de defensores do SUS, apresentando uma relativização da cobertura universal e da prioridade da Estratégia Saúde da Família, além da segmentação do acesso. Em 2019, o desmonte da APS se aprofunda com o lançamento de um novo modelo de financiamento pelo governo federal, chamado de “Previne Brasil”, instituído por meio da Portaria 2.979, que altera formas de transferências de recursos para os municípios, com base nos critérios de captação ponderada, pagamento por desempenho, incentivo para ações estratégicas e incentivo financeiro com base em critério populacional (BRASIL, 2019). Cabe reiterar que a alocação de recursos no SUS e na APS sempre foram insuficientes e pauta de lutas.

De acordo com Massuda (2019, p. 1186), o Previne Brasil “parece servir mais a propósitos restritivos do que à qualificação de serviços, devendo limitar a universalidade, ampliar distorções no financiamento e induzir a focalização das ações na APS no SUS”. O autor enfatiza que as análises feitas a partir de 2017, ainda que careçam de monitoramento continuado, já apontam menor acesso e cobertura da atenção básica e aumento dos indicadores de mortalidade.

A pandemia da Covid-19 se instalou no Brasil em março de 2020, exigindo medidas de saúde pública e de proteção social que priorizassem a vida e o controle efetivo da doença. Para Bousquat et al. (2021), países com sistema de saúde universal e APS ordenadora do cuidado, como é o caso do Brasil, estariam mais aptos a responder a emergências sanitárias. Contraditoriamente, a tortuosa gestão da pandemia implementada pelo Ministério da Saúde direcionou o repasse quase exclusivo de recursos para o nível terciário da assistência à saúde, com aquisição de equipamentos de alto custo, montagem de estruturas hospitalares temporárias, ampliação da quantidade de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), contratação de profissionais especializados<sup>1</sup>, em detrimento da articulação de toda a rede de atenção e fortalecimento da ação territorial e comunitária na qual a APS é referência, detém ampla capacidade interventiva e resolutive.

Embora não tenha havido um plano nacional para enfrentamento da pandemia<sup>2</sup>, tendo sido assinaladas divergências entre a condução de estados e municípios e o Ministério da Saúde, pode-se afirmar que a opção geral foi por investimentos na rede hospitalar. Para além dessa condução, a Secretaria de Atenção Primária em Saúde (SAPS/MS) publicou a Nota Técnica nº 3/2020-DESF/SAPS/MS sobre o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e Programa Previne Brasil, que aponta o fim de repasses do governo federal para criação de novas equipes, numa clara decretação “do fim do modelo multiprofissional na Saúde da Família” (EPSJV/Fiocruz, 2020).

Não houve aportes na APS para robustecê-la como eixo central no planejamento, vigilância e em suas funções nas Redes de Atenção à Saúde: ser base, ser resolutive, coordenar o cuidado e ordenar as demais redes<sup>3</sup>, para mais,

em um contexto de pandemia, a atenção ao financiamento de duas funções em especial precisa ser intensificada - vigilância em saúde e emergência e cuidados críticos, essas últimas funções ligadas ao suporte à vida. Isso implica, no âmbito mais amplo da saúde pública, reorganizar o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, aonde a literatura vem de longa data apontando falhas no processo de descentralização. É preciso também integrar a APS às medidas de vigilância pandêmica, recomendação expressa do Plano de Enfrentamento à covid. (SERVO et al., 2020, p. 123).

Pode-se, ainda, destacar que ações de vigilância em saúde, educação, prevenção e promoção de saúde poderiam ter sido de grande contribuição para a população desde o início da crise sanitária, mas o que ocorreu foi a secundarização da APS com redução da oferta assistencial rotineira e um posterior e tímido retorno das atividades das equipes junto à população adscrita. Nessa mesma esteira de posição “antiAPS”, com a chegada das vacinas contra a Covid-19 no Brasil em 2021, a atenção básica não foi convocada a desempenhar seu papel preponderante na imunização, já que “mais de 37 mil unidades básicas de saúde oferecem vacinação de rotina, possuem geladeiras exclusivas para vacinas, têm pessoal com experiência em imunização e estão participando

da vacinação contra Covid-19” (GIOVANELLA, 2021). Por que tal rechaço à APS? Em tempos ultraneoliberais e de privilegiamento do mercado, a medicina custosa e demandante da compra de equipamentos e tecnologias duras favorece a lucratividade insaciável do capital e tende a deslegitimar estratégias apoiadas em tecnologias leves, dialógicas e populares, como se vislumbra numa APS forte, em que clínica e política se articulam.

### **Inflexões para a atuação de assistentes sociais na Atenção Primária: desafios e estratégias**

A atuação de assistentes sociais na Atenção Primária em Saúde vem sendo objeto de reflexão de pesquisadores e profissionais da área, especialmente ampliada após a expansão da política no Brasil e da criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)<sup>4</sup>, em 2008, com a Portaria 145 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008). Antes disso, diversos estudos e profissionais pioneiros e o próprio conjunto CFESS/CRESS defendiam a inserção de profissionais de Serviço Social nas equipes da Estratégia Saúde na Família, bem como dando apoio aos serviços da rede da atenção primária. Destacam-se aqui as reflexões sobre a experiência pioneira de assistentes sociais no município de Campina Grande, na Paraíba, que se mobilizaram, a partir de 1995, para a inserção nas equipes de Saúde da Família, culminando com a integração formal de profissionais de Serviço Social às equipes de saúde bucal na Estratégia Saúde da Família do referido município, em 2003. No ano de 2005, segundo Ribeiro et al. (2005), Campina Grande chegou a contar com cerca de 50 assistentes sociais nas equipes de saúde da família, muito antes da institucionalização dos NASFs pelo Ministério da Saúde.

Em pesquisa realizada em 2009, Soares (2020) identificou a partir de entrevistas junto a 192 assistentes sociais que atuavam na saúde em todo o país, que o lugar preferencial de inserção dessas profissionais, segundo à racionalidade hegemônica na política de saúde, era nos serviços de média e alta complexidade, na atenção secundária e terciária em saúde. Neste sentido, segundo a autora, tal racionalidade primava por uma lógica de emergencialização e assistencialização da política reproduzida, inclusive nas requisições ao Serviço Social e no seu lugar prioritário no interior da rede de serviços. De modo que, apesar de 43% das entrevistadas atuarem em serviços de saúde geridos por municípios, apenas 14,7% estavam inseridas na Atenção Primária. Assim, “concentrar o Serviço Social em instituições de saúde que desenvolvem preponderantemente ações assistenciais no âmbito dessa política vincula o exercício profissional às necessidades da racionalidade referenciadas nessas ações.” Ademais, com relação à natureza predominante das demandas profissionais atendidas, 50,5% dos que atuavam em unidade básica/Saúde da Família referiam que era de âmbito assistencial/emergencial (SOARES, 2020, p. 192).

Com isso, destaca-se que muito antes do contexto pandêmico e da crise sanitária atual, a atuação de assistentes sociais na atenção primária sofria as inflexões e determinações socio-históricas da racionalidade da contrarreforma neoliberal, constituindo-se espaço de contradições e disputas de projetos. No momento presente, em que se adensam os efeitos da crise estrutural capitalista com a crise sanitária, os desafios às práticas sociais nesse espaço tão importante da política de saúde também se complexificam, exigindo de profissionais de Serviço Social uma atuação cada vez mais fundamentada nos princípios e fundamentos do projeto ético-político-profissional para o desvelamento crítico da realidade, bem como uma amplificação da capacidade propositiva.

A partir da pesquisa bibliográfica<sup>5</sup> realizada, identificamos nove trabalhos completos ou artigos publicados que a atuação de assistentes sociais na atenção primária em saúde no contexto pandêmico. A partir das discussões sistematizadas nos referidos trabalhos, organizamos o conteúdo entre os desafios à prática profissional — configurados especialmente pelas inflexões e dificuldades adensadas pela crise sanitária e as tendências da política de saúde — e as principais estratégias profissionais evidenciadas nessas publicações.

Com relação aos desafios objetos de discussão, destacam-se:

- a) O uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se ampliou imensamente no período pandêmico relacionando-se com o trabalho remoto ou teletrabalho:

uma retrospectiva da inserção do Serviço Social na APS demonstra o uso das TIC desde antes da pandemia de Covid-19, quando da inserção das/os profissionais no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), em 2008, momento em que a comunicação entre as equipes de Saúde da Família (eSF) e demais profissionais já era realizada por meio de aparelhos telefônicos e aplicativos de mensagens, como o WhatsApp® [ ]. Em 2020,

em razão da pandemia de Covid-19, em todas as eSF e Centros de Saúde da APS, para algumas especialidades de média complexidade e profissionais do NASF-AB, houve incentivo à utilização das TIC para a realização do teletrabalho, incluindo o caso das/os Assistentes Sociais. (DAL PRÁ; MARTINI; CRUZ, 2021a, p. 7–8).

- b) O teletrabalho ou trabalho remoto no âmbito da Atenção Primária em Saúde e suas contradições e conflitos, inclusive caracterizado pelo repasse de custos do trabalho para o trabalhador:

Esse teletrabalho se configurou como uma especificidade importante a ser analisada: o teletrabalho institucional, ou seja, o atendimento realizado por meio das TICs no ambiente da instituição empregadora. [...] A principal mudança observada é que se passa de uma medida excepcional, mesmo o período pandêmico não tendo se encerrado, para a instituição do teletrabalho como uma modalidade permanente na administração pública municipal. [...] a atuação na área da saúde exige o contato com a realidade da população usuária do SUS, e no caso da APS, o trabalho possui como prerrogativa o conhecimento do território vivo. (DAL PRÁ; MARTINI; CRUZ, 2021a, p. 9–12).

- c) Relacionado ao desafio anterior, o remanejamento de assistentes sociais e profissionais de saúde de modo geral também trouxe algumas contradições e conflitos

Esta transição para gestão trouxe para os profissionais do NASF muitos desafios, pois a atuação ocorre no eixo assistencial/pedagógico e a solicitação para fazer gestão foi realizada bruscamente, passando a atuação para a dimensão técnica/ administrativa. Apesar de a indicação para assumir a gestão tenha sido diante da necessidade e, não necessariamente, pela competência profissional, cabe aos profissionais de Serviço Social contribuir para além da gerência técnico-administrativas dos serviços a fim de ofertar qualidade, o que perpassa pelo bem-estar tanto dos usuários quanto dos profissionais de saúde. (SANTOS; BORGES, 2020, p. 181).

- d) Precarização da política de saúde com impactos nos serviços da atenção primária, com falta de recursos, déficit de profissionais nas equipes, falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) principalmente no começo da pandemia, falta de equipamentos como computadores, telefones, veículos para realização de visitas, entre outros:

As condições precárias de trabalho das/os profissionais do NASF-AB, que compreendem desde a falta de recursos humanos que atendam às necessidades dos serviços, passando pela inadequação das equipes às normativas federais, como é o caso da inclusão de um mesmo profissional em dois NASF-AB do município, e chegando até a ausência de espaços físicos, tecnologias e materiais necessários para a realização do trabalho de forma sigilosa. Ou seja, faltam salas para atendimento nos Centros de Saúde; telefone em local adequado e que permita o contato com a/o usuária/o ou rede de serviços com sigilo; computador com acesso à internet para os registros profissionais e consulta aos prontuários eletrônicos das/os usuárias/os, entre outras necessidades. (DAL PRÁ; MARTINI; CRUZ, 2021a, p. 11).

- e) Agravamento das expressões da questão social, configuradas numa maior demanda de assistência para as equipes multiprofissionais

Dentre as expressões vivenciadas, destacam-se: desemprego e dificuldades financeiras enfrentadas por indivíduos e famílias; abuso de álcool e drogas; adoecimento e agravamento de casos em Saúde Mental; negligência de idosos, crianças e adolescentes; impasses quanto ao acesso a benefícios sociais e serviços assistenciais, como cadeira de rodas, órteses e próteses; entre outros. (SOUZA; LIMA, 2021, p. 7723).

- f) Continuidade e intensificação da privatização não clássica dos serviços de saúde, especialmente via terceirização, implicando na precarização do trabalho, por sua vez caracterizada pela fragilização dos vínculos de trabalho, pela baixa contratação de profissionais, demissão de profissionais, contratação temporária de profissionais, bem como maior controle sobre o trabalho das profissionais:

Um desafio vivenciado diz respeito à fragilidade de vínculos de trabalho de parte das/os assistentes sociais atuantes nas equipes NASF-ab, já que a maior parte dessas/es profissionais é contratada por Organizações Sociais (OS), com precarização de vínculos e condições de trabalho, além da incerteza da empregabilidade [...]. (MELO et al., 2021, p. 134).

[. ] Houve a diminuição do número de equipes de saúde da família, equipes de saúde bucal e do NASF, levando a demissão em massa de diversos profissionais, [. ] atraso de salários dos profissionais das OS. (MESQUITA, 2021, p. 72).

g) Por fim, o desafio de lidar com a insegurança da existência do seu espaço de atuação profissional:

[. ] não se pode ocultar a angústia dos profissionais diante da incerteza sobre o futuro do NASF, espaço privilegiado de atuação do/a assistente social que vem sendo subtraído por uma política econômica de retrocessos e fragmentação. (LIMA et al., 2020, p. 187).

Com relação às estratégias de intervenção elencadas nos trabalhos analisados no contexto pandêmico, as profissionais de Serviço Social destacaram:

a) Ações socioeducativas de modo geral, especialmente informações sobre acesso a direitos, políticas, auxílio emergencial, mapeamento da rede socioassistencial e educação em saúde, de modo geral:

Nas equipes NASF-ab, os assistentes sociais permaneceram atendendo, presencial ou remotamente, protagonizando a socialização de informações e as orientações para o acesso ao auxílio emergencial, esclarecimentos sobre benefícios previdenciários e sobre alteração nas relações de trabalho no período da pandemia. (MELO et al., 2021, p. 133).

b) Elaboração de material informativo, socialização de informações, inclusive nas redes sociais e fazendo uso de aplicativos de mensagens, como WhatsApp:

No campo do Serviço Social, um dos pontos positivos diz respeito ao acesso as inovações tecnológicas, até então parcamente adotadas no fazer profissional, como, por exemplo, concepção, construção e criação de vídeos. Tendo em vista que as mídias sociais e a internet com suas numerosas potencialidades têm incrementado o fluxo informacional, podemos adotar tal alternativa não somente como recurso para tempos de pandemia, mas, sim, como elemento do dia a dia. (LIMA et al., 2020, p. 162).

c) Articulação com a rede socioassistencial, tendo “como diferencial a continuidade das articulações intersetoriais, das diretrizes de prevenção, educação e promoção de saúde, orientações e encaminhamentos como mediação para o acesso a direitos” (MELO et al., 2021, p. 134).

d) Apoio matricial voltado à ampliação da capacidade resolutiva e assistencial da equipe de saúde:

Dentre as ações e práticas desenvolvidas destacam-se: articulação com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Geral, CAPS Infantil e CAPS AD 24 horas diante de demandas em Saúde Mental; Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), para acompanhamento e responsabilização dos familiares para com os idosos em situação de negligências; judicialização de exames de usuários junto ao Núcleo de Defesa da Saúde (NUDESA) da Defensoria Pública do Ceará; encaminhamento à Policlínica para solicitação de órteses e próteses; orientações sobre direitos sociais e previdenciários; encaminhamento aos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop); articulação com o Conselho Tutelar e Programa Rede Aquarela em casos de negligência e suspeita de abuso sexual de crianças e adolescentes. Nas ações interprofissionais, foram realizadas visitas domiciliares e atendimentos compartilhados; salas de espera com os usuários que aguardavam as consultas médicas; rodas de conversa com a comunidade; grupo vida saudável com os idosos; ações educativas e de mobilização conforme as campanhas do calendário do Ministério da Saúde. (SOUZA; LIMA, 2021, p. 7723).

e) A alternância de horários de atendimento e de trabalho remoto com trabalho presencial foi uma estratégia comumente realizada na pandemia, todavia, a um só tempo, constituiu-se, como apresentamos anteriormente, desafio à prática profissional por implicar num maior distanciamento com relação ao território e à população usuária.

f) Ações de planejamento e relacionadas à gestão dos serviços:

Ressalta-se ainda que a inserção na gestão emerge no momento de reorganização dos serviços de saúde para lidar com a pandemia do Coronavírus, exigindo um profissional articulado com as informações e

mudanças, competências técnicas, habilidades gerenciais. [...]. Destacam-se algumas atividades realizadas pelos/as profissionais de Serviço Social enquanto gestores [...]: a) leitura dos documentos que norteiam o funcionamento das UBS Fast [...]; b) reuniões de equipe para apresentação e discussão dos documentos (LIMA et al., 2020, p.181-182).

g) Ações de assessoria político-pedagógica junto ao controle social e mobilização social:

As atividades desenvolvidas junto ao CMS ocuparam-se em acompanhar e qualificar o debate político em torno das prioridades de saúde [...] plenárias; rodas de conversa com conselheiras/os municipais, distritais e locais de saúde [...].

[...] ocorreu a assessoria técnica para fortalecer o controle social de um CLS envolvendo: (i) ato público distanciado em reivindicação ao acesso à água; (ii) elaboração de documentos formalizando as reivindicações [...]; (iii) solicitação de caminhão pipa para abastecimento dos domicílios; (iv) suporte com informações sociojurídicas e elaboração de documentos necessários às solicitações por regularização fundiária. [...] As/os Assistentes Sociais engajaram-se na articulação técnica e política de fóruns de saúde: a) para rearticulação do Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra as Privatizações (FCDSCP); e b) para a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS) onde integram o colegiado gestor. (DAL PRÁ et al., 2021b, p. 600).

h) Ações de estudo, reflexão sobre a realidade do contexto pandêmico e da política de saúde, destacando a “importância da troca de conhecimentos, para que a categoria, diante da reorganização dos espaços de trabalho, definisse estratégias de atuação coerentes com suas competências e atribuições privativas profissionais”. (MELO et al., 2020, p. 287).

Os desafios e estratégias publicizados nos diversos trabalhos expressam a complexidade e as contradições da política de saúde brasileira alinhada com as necessidades do capitalismo contemporâneo em meio à crise sanitária, perpassada pelo aprofundamento da precarização da política e precarização do próprio trabalho profissional. Todavia, dialeticamente, em meio a essas contradições, as estratégias de intervenção evidenciam o compromisso profissional com práticas socioeducativas e político pedagógicas, com a democratização dos direitos e da informação.

### Considerações Finais

A saúde tem se configurado com múltiplas determinações e contradições: arena de disputa entre projetos universalizantes e privatistas; campo de garantia de direitos e de lucratividade do capital; espaço de fomento à organização e mobilização popular e de práticas autoritárias. Tal contexto carrega potencialidades e limitações, sendo que, no cenário atual de retração intensificada dos direitos sociais legalmente assegurados no Brasil, temos assistido a uma ofensiva burguesa das mais contundentes a proteção social da classe trabalhadora e a contrarreforma da saúde pode ser apontada como um dos golpes mais cruéis à manutenção da vida. Como já destacado, a desigualdade gerada pelo modo de produção capitalista traz também a possibilidade de adoecimento, de vida ou de morte para os setores mais pauperizados da população, traduzindo-se em profunda complexificação das demandas dos territórios.

A Atenção Primária à Saúde, caracterizada como primeiro ponto da rede de acesso ao SUS, serviço de base territorial e de cuidado de proximidade, desempenha função fundamental na assistência a comunidades; frente ao processo histórico de subfinanciamento/ desfinanciamento, aprofundado a partir de 2016 e regulamentado na PNAB publicada em 2017, beira a inviabilidade completa tanto são os óbices impostos. Destacam-se entre estes a falta de insumos para realização das atividades assistenciais, precária infraestrutura das unidades de saúde, precarização de vínculos de trabalho de profissionais, quadro insuficiente de recursos humanos e principalmente o aumento da pobreza e da miséria que pressiona por ações intersetoriais e não encontra retaguarda nas políticas, programas, projetos, serviços e benefícios governamentais, já que se encontram em franco declínio diante das contrarreformas ultraneoliberais do Estado brasileiro.

Para profissionais de Serviço Social atuantes nos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), com suas competências e atribuições de atuação nas expressões da questão social, capacidade de



desvelamento do real e de intervenção nas determinações sociais dos processos saúde-doença, o cotidiano se tornou ainda mais desafiador, pois a negação de direitos como método governamental imprime inflexões sobre a prática profissional e distancia o horizonte emancipatório do projeto ético-político da profissão. Ainda, pode-se destacar que o Serviço Social se manteve e se mantém como profissão nas trincheiras de luta e resistência, no trabalho junto à classe trabalhadora nos diversos espaços sócio-ocupacionais, mediando o acesso a direitos e em defesa da vida.

## Referências

- BOUSQUAT, A., AKERMAN, M., MENDES, A., LOUVISON, M., FRAZÃO, P. & NARVAI, P. C. (2021). Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca. *Revista USP*, 1(128), 13-26.
- BRASIL, 2019. *Previne Brasil: Modelo de Financiamento para a APS*. Secretaria da Atenção Primária à Saúde (SAPS). Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/gestor/financiamento>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria 145, de 11 de março de 2008*. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154\\_24\\_01\\_2008.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html). Acesso em: 24 jun. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Ministério da Saúde. Frente pela vida: CNS e entidades científicas da saúde e bioética unidas contra a pandemia de Covid-19. jul. 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/frente-pela-vida>. Acesso em: 26 out. 2020.
- DAL PRÁ, K. R.; MARTINI, D.; CRUZ, S. A pandemia de Covid-19 e o pandemônio do (tele)trabalho: reflexões a partir da experiência das/os assistentes sociais na área da saúde. *Emancipação*, v. 21, p. 1-17, 2021a.
- DAL PRÁ, K. R., et al. As ações profissionais da/o assistente social na atenção primária em saúde no contexto da pandemia de Covid-19. *Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 595-606, 2021b.
- GIOVANELLA, L. Os desafios da vacinação contra Covid-19 na Atenção Primária no SUS. Editorial do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho, mar. 2021. Disponível em: <http://cee.fiocruz.br/?q=Os-desafios-da-vacinacao-contr-Covid-19-na-APS-por-Ligia-Giovanella>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- LIMA, A., et al. Serviço Social e trabalho em tempos de pandemia: cenário da categoria na Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade. In: PEREIRA, S.; CRONEMBERGER, I. (org.). *Serviço social em tempos de pandemia: provocações ao Debate*. Teresina: EDUFPI, 2020.
- MASSUDA, A. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 1181-1188, 2020.
- MESQUITA, M. A. A atuação do assistente social na atenção básica de saúde: os impactos da contrarreforma evidenciados durante a pandemia da covid-19. *Moitará*, Universidade Unigranrio, v.1, n. 6, p. 61-74, 2021.
- MELO, D. et al. Atenção primária à saúde, pandemia da covid 19 e atuação profissional do/a assistente social. In: CONGRESSO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL EM SAÚDE (CONASSS), 9.; SIMPÓSIO D SERVIÇO SOCIAL EM SAÚDE, 12., 30 anos do SUS: Território de Lutas e o Serviço Social na Saúde, edição virtual, 22-24 set. 2020. *Anais [ ]*. p. 277-29. Disponível em: [https://www.conasss.com.br/docs/20210304anais\\_completo-final.pdf](https://www.conasss.com.br/docs/20210304anais_completo-final.pdf). Acesso em: 24 jun. 2022.
- OLIVEIRA, A. de; GHIRALDELLI, R. O Serviço Social na Atenção Primária à Saúde. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n.44, v. 17, 2019, p. 255-273.
- PAIM, J. S. A. constituição cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10, p. 1927-1936, out. 2013.
- RIBEIRO, S. et al. O cotidiano do assistente social no Programa Saúde da Família em Campina Grande. *Katálysis*, v. 8, n. 2, p. 247-255, 2005.
- ROCHA, P. R., DAVID, H. M. S. L. Determinação ou Determinantes? Uma discussão com base na Teoria da Produção Social da Saúde. *Rev Esc Enferm USP*, São Paulo, v. 49, n. 1, 2015. p. 129-135. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/4NdW5mtQzq4DG67WgZmFxRj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- SANTOS, D.; BORGES, L. Serviço social, atenção primária e Covid-19: impactos e desafios nos NASFs do município de Teresina/PI. In: PEREIRA, S.; CRONEMBERGER, I. (org.). *Serviço social em tempos de pandemia: provocações ao Debate*. Teresina: EDUFPI, 2020.
- SANTOS, R. T., GUIMARÃES, J. R. Democracia sem sentimento de república: o SUS nos tempos da Covid-19. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4 especial, 2020. p. 73-87. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/HHZbVgjHsHWPpTjs7kFKfTK/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- SERVO, L. M. S. et al. Financiamento do SUS e Covid-19: histórico, participações federativas e respostas à pandemia. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, p. 114-129, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3WbqYLWqnc8MSJ7LpnBY5SK/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- SOARES, R. C. *Contrarreforma no SUS e o serviço social*. Recife: Ed. UFPE, 2020. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/70/120/322?inline=1>.

SOUZA, D.; LIMA, C. A contribuição do Serviço Social para o Apoio Matricial em duas Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) de Fortaleza no período da pandemia da Covid-19: um relato de experiência. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 7723-7725, 2021.

## Notas

- <sup>1</sup> A crítica não é ao investimento nesse setor, mas à centralidade do investimento e à secundarização da APS.
- <sup>2</sup> Foi elaborada e apresentada proposta pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva, com o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19. Contribuição das organizações que compõem a Frente Pela Vida e atuam no campo da Saúde à sociedade brasileira. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2020).
- <sup>3</sup> Para conhecer as Funções da APS, acessar o site: <https://aps.saude.gov.br/smp/smprasfuncoesab>.
- <sup>4</sup> Em 2017, nomeados como Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB).
- <sup>5</sup> A pesquisa foi realizada nos Anais do Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde (CONASSS), realizado em 2020, bem como na plataforma SCIELO e no Google acadêmico, com trabalhos publicados em periódicos, anais ou e-books de livre acesso, nos anos de 2020 a 2022, com a temática da atuação de assistentes sociais na APS no contexto pandêmico.

### Ana Cristina de Souza Vieira

ana.vieira@ufpe.com

Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

### Delaine Cavalcanti Santana de Melo

delaine.melo@ufpe.br

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

### Raquel Cavalcante Soares

quelcsoares@gmail.com

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS/UFPE).

## UFPE

Rua Prof. Moraes Rego 1235

Recife, PE – Brasil

CEP: 50670-901

### Agradecimentos

Não se aplica.

### Agência financiadora

Não se aplica.

### Contribuições das autoras

Todas as autoras participaram efetivamente na elaboração do artigo e revisão do texto completo em diálogo com as demais autoras. Contudo, o sub-item “Crise sanitária, determinação social e desigualdade nos territórios” teve maior participação de A. C. S. Vieira, o sub-item “O (não) lugar da Política de Atenção Primária e a ofensiva ultraneoliberal no Brasil em meio à pandemia” contou com uma maior contribuição de D. C. S. Melo e o sub-item “Inflexões para a atuação de assistentes

sociais na Atenção Primária: desafios e estratégias” constituiu-se objeto de maior participação por parte de R. C. Soares, bem como a concepção e formulação do artigo.

### Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

### Consentimento para publicação

Nós, autoras, autorizamos a publicação deste manuscrito, sendo a presente autorização e cessão outorgados livre e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada a qualquer custo ou ônus.

### Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE SANITÁRIA, TERRITÓRIOS E POBREZA**

# Assistência Social no ajuste fiscal: pandemia e gestão da força de trabalho

Mossicléia Mendes da Silva<sup>1</sup>

<http://orcid.org/0000-0002-1943-4795>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

## Assistência Social no ajuste fiscal: pandemia e gestão da força de trabalho

**Resumo:** O presente artigo objetiva discutir aspectos recentes da política de assistência social brasileira, considerando a incidência da radicalização do projeto neoliberal sobre seus serviços e as características de sua intervenção no contexto da pandemia da Covid-19. Elegemos como mote de análise central a relação entre a referida política e a gestão da força de trabalho mais precarizada e empobrecida, que no geral têm composto o público-alvo deste campo de proteção social. Tomando como base os fundamentos da crítica marxista da política social, a abordagem da assistência social procura desvelar as contradições inerentes a esta política de seguridade social, problematizando os principais elementos do endurecimento do ajuste fiscal no Brasil. Essas reflexões sedimentam as bases para a análise acerca da condição dessa política na gestão da força de trabalho mais empobrecida a partir das determinações da pandemia da Covid-19. A pesquisa, de natureza qualitativa, se assenta em revisão bibliográfica e análise de dados empíricos de fonte primária e secundária.

**Palavras-chave:** Assistência Social; Trabalho; Proteção social; Pandemia.

## Social assistance in fiscal adjustment: pandemic and workforce management

**Abstract:** This article aims to discuss recent aspects of Brazilian social assistance policy, considering the incidence of the radicalization of the neoliberal project on its services and the characteristics of its intervention in the context of the Covid-19 pandemic. We chose as a central analysis theme the relationship between the aforementioned policy and the management of the most precarious and impoverished workforce, which in general have made up the target audience of this field of social protection. Based on the foundations of the Marxist critique of social policy, the approach to social assistance seeks to reveal the contradictions inherent in this social security policy, questioning the main elements of the tightening of fiscal adjustment in Brazil. These reflections solidify the bases for the analysis about the condition of this policy in the management of the most impoverished workforce from the determinations of the Covid-19 pandemic. The research, of a qualitative nature, is based on a literature review and analysis of empirical data from primary and secondary sources.

**Keywords:** Social Assistance; Job; Social protection; Pandemic.

Recebido em 01.07.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 03.12.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar aspectos recentes da política de assistência social brasileira, considerando a incidência da radicalização do projeto neoliberal sobre seus serviços e as características de sua intervenção no contexto da pandemia da Covid-19. Elegemos como mote de análise central a relação entre a referida política e a gestão da força de trabalho mais precarizada e empobrecida, que no geral têm composto o público-alvo deste campo de proteção social.

O artigo está organizado em duas seções. Na primeira seção, abordamos as condições do ajuste fiscal com a aprovação da Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos e a reforma trabalhista, demonstrando como tais processos incidem sobre as piores condições de vida e na precarização do trabalho; na segunda seção, procuramos trazer sínteses para relacionar o processo recente de desestruturação da política de assistência social e as contradições que estão na base da sua funcionalidade na reprodução da força de trabalho mais precarizada, com elementos que permitem pensar as contradições desse processo e como elas se reverberam no contexto da pandemia da Covid-19.

## Crise, ajuste fiscal e desfinanciamento

Entre a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que institui o Novo Regime Fiscal da União — congelando os gastos públicos primários por 20 anos — e a eclosão da Pandemia da Covid-19, passaram-se pouco mais de três anos. No entanto, os processos, em termos de reordenamento do Estado, expropriação de direitos e desmonte das políticas sociais foram de uma intensidade tão absurda que significaram retrocessos proporcionais a décadas de destruição.

Mas, por que estamos relacionando tais processos com o Corona Vírus e suas consequências sanitárias e político-econômicas? A resposta envolve tematizar duas questões centrais: 1) o Estado precisa operar mecanismos de gestão da crise sanitária, o que envolve não apenas a mobilização e reorganização do Sistema Único de Saúde (SUS) em torno disso, mas também o acionamento de outras políticas protetivas, das quais trataremos da assistência social. Isto por que a necessidade do isolamento social e da paralização de algumas atividades produtivas não impactaram apenas a circulação de mercadorias, mas implicaram na impossibilidade de um enorme contingente de trabalhadores de poderem trabalhar e, portanto, auferir os rendimentos necessários à sua sobrevivência material e de sua família; e 2) como e em que condições o Estado vai encaminhar esses movimentos considerando: o desmonte recente das políticas sociais, via desfinanciamento, mas não apenas; as limitações jurídico-normativas em função da EC/95; o enorme contingente de trabalhadores sem renda, em condições de trabalho ultraprecarizado e a ameaça real de que muitos viessem a morrer não pelo vírus, mas pela fome, além do fato das condições de moradia e o frágil ou nulo acesso à itens de higiene necessários à contenção do vírus acentuarem a gravidade dos riscos para os segmentos mais pauperizados.

A alternativa central para lidar com a fração da classe trabalhadora, em condições de trabalho informal e ultraprecarizados e com aquela parcela já historicamente alcançada pelas políticas focalizadas de transferência de renda, se deu com o auxílio emergencial, indicando inúmeras contradições sobre as formas recentes de gestão da força de trabalho e imprescindibilidade de intervenção do Estado para garantir a reprodução material dos trabalhadores em um quadro de crise capitalista, aprofundada por uma crise sanitária sem precedentes.

Começamos do início do fim. Já no último governo Dilma, em face dos efeitos do exaurimento do padrão político-econômico dos governos Lula, a gestão petista não apenas assumiu um pacote de duros ajustes fiscais, sob a batuta de Joaquim Levy, como passou a implantar uma agenda de medidas chamada de “pacote de maldades”. Para garantir o superávit primário de 1,2% do PIB, em 2015, o Ministro Levy fechou o pacote de ajustes em R\$111 bilhões, onerando, impactando seriamente em benefícios trabalhistas: 1) corte de gastos no montante de R\$ 57,5 bilhões; 2) redução de despesas obrigatórias (seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte) no valor de R\$ 18 bilhões; e 3) aumento da arrecadação, com elevação da Cide (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico), do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras de Crédito, Câmbio e Seguros), do PIS/Cofins sobre importados (Programas de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) de cosméticos, chegando à cifra de mais R\$ 20,6 bilhões de reais em diminuição dos gastos do Estado. (PASSA PALAVRA, 2015).

Essas façanhas foram acompanhadas ou facilitadas com a ação do Congresso Nacional, mas demandava cada vez mais negociações acirradas do governo com os partidos da base governista, num contexto em que a manutenção das alianças das bases pragmáticas da pequena política do PT começava a erodir. Neste cenário, a presidenta aprova a lei de terceirização, a Medida Provisória (MP) do ajuste fiscal, a MP 664, que limita a pensão por morte, MP 665 que mudou as regras do seguro-desemprego e mudanças na legislação relativa ao trabalho escravo.

A chegada de Temer ao Planalto Central, conjugado com um Parlamento ávido por Emendas Parlamentares, expressivamente conservador e majoritariamente denunciados nos processos de investigação sobre corrupção, marca a ascensão de uma ofensiva ultraliberal de largas proporções. Sob a falácia do combate à corrupção, da necessidade de ajuste das contas públicas e do enfrentamento à crise econômica, o governo Temer — cuja reprovação popular é massificada — passa a implementar uma série de processos de expropriação de direitos e corrosão do sistema protetivo brasileiro. A Emenda Constitucional Nº 95, já citada aqui, e a Reforma Trabalhista certamente estão entre as mais regressivas e as que se relacionam diretamente com nosso assunto de interesse neste artigo.

A EC/95 institui o Novo Regime Fiscal da União para vigorar por 20 exercícios financeiros, definindo um limite individualizado para as despesas primárias por cada um dos poderes, o que implica um congelamento real das despesas até 2036, nos patamares de 2016. Um ajuste fiscal desse porte é indicativo de uma profunda radicalização neoliberal que vem centrando as bases da destruição das já frágeis estruturas do Estado social brasileiro. Trata-se, portanto, de uma das pilastras centrais da ofensiva ultraneoliberal que ganha contornos cada vez mais destrutivos para a política social brasileira.

De acordo com Behring (2019), o Brasil vive sob um ajuste fiscal permanente que conduz a política fiscal brasileira desde os anos 1990. A adoção de medidas fiscais para garantir metas de superávit primário, como a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que transfere recursos exclusivos da seguridade social para pagamento de serviços da Dívida Pública, constitui mecanismo central de transferência do fundo público para o capital financeiro. Em 2016, a DRU foi renovada até 2023, além de ter sido aumentada o montante que pode ser desvinculado, passando de 20 para 30%. A Lei de Responsabilidade Fiscal também compõe a política de ajuste fiscal permanente, protegendo a dívida em detrimento de todo gasto público primário.

Em contextos de ápice da crise capitalista, intensifica-se a necessidade de apropriação de recursos do fundo público pelas diversas frações do capital, implicando em maior pressão sobre os Estados nacionais e, conseqüentemente, operando regressão de direitos sociais e trabalhistas, transferindo recursos públicos que deveriam ser investidos nas políticas sociais para outras áreas.

Diversos pesquisadores (BEHRING, 2018; SALVADOR, 2020a; BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2019; SILVA, 2018) têm demonstrado como a Dívida Pública tem abocanhado parte considerável do orçamento da União, algo em torno de 40%, estabelecendo um padrão extremamente conservador do ponto de vista da política fiscal e intensamente regressivo em termos de financiamento público. Ademais, aponta para uma estrutural necessidade do fundo público para reprodução ampliada do capital, com hegemonia das finanças. Neste sentido, quanto mais se aprofunda a crise do capital e sua dificuldade de valorização, tanto mais se aumenta a pressão das frações hegemônicas do capitalismo financeirizado sobre o fundo público. Daí que processos que visam limitar os gastos públicos e apertar o ajuste fiscal respondem às demandas de reprodução sociometabólica do capital em assegurar recursos para suas necessidades, ainda que ao custo de tornar exíguos os recursos para as políticas sociais que atendem demandas de reprodução da classe trabalhadora.

De acordo com Salvador (2020b), no período de 2016 a 2019, as despesas com juros e encargos da dívida pública cresceram 8,5 vezes mais que o orçamento da seguridade social, por exemplo. O pagamento de juros e encargos da dívida, que foi de R\$ 242,61, em 2016, aumentou para R\$ 287,57 bilhões, em 2019, um crescimento real de 22,57%.

Para Carvalho (2016), a rigidez do regime fiscal imposto pela EC/95 não tem paralelo em nenhum outro país e não teria relação com a inflação, uma vez que o aumento desta se deu com a liberação de preços administrado pelo Estado, e não em função do gasto público. Para a assistência social, os efeitos têm sido deletérios. De acordo com estudo projetivo do IPEA, de 2016, elaborado por Paiva et al. (2016), somente no primeiro ano de vigência a área perderia mais de 8% dos recursos e, em 2036, as perdas terão chegado a 54%.

Em termos de valores, nas próximas duas décadas, com a vigência do NRF, as perdas para o financiamento da política de assistência social totalizarão R\$ 868 bilhões. Em termos de proporção do PIB, a adoção da nova regra produziria, em 20 anos, a regressão da participação dos gastos com as políticas assistenciais a patamares inferiores ao observado em 2006 (0,89%), passando de 1,26% em 2015 para 0,70% em 2036. (PAIVA et al., 2016, p. 4).

Veremos que as perdas para a assistência social se tornam cada vez mais intensas a partir de 2017 e como o governo Bolsonaro intensifica o processo de desmonte e desfinanciamento, o que vai engendrar um quadro institucional precário e insuficiente para dar conta das demandas ampliadas que explodem no contexto da pandemia. Antes, vejamos o outro movimento que acirrou o já precário mercado de trabalho brasileiro, criando um cenário de barbárie social em tempos de Covid-19.

Se por um lado, no âmbito da reprodução, o projeto neoliberal radicalizado avança ofensivamente sobre o fundo público, tensionando o Estado para adoção de medidas austeras para garantir transferência destes recursos para suas demandas de acumulação – seja se apropriando diretamente pela via da Dívida Pública, do financiamento, do crédito e/ou das desonerações fiscais, seja porque se abre campos de investimento no âmbito dos serviços sociais, por exemplo, os planos de saúde, o complexo médico-industrial privado ou os fundos de pensão e aposentadoria complementar. No geral, isto implica uma apropriação da riqueza socialmente produzida pelas frações capitalistas dominantes na forma de tributos, impostos e contribuições sociais que compõe o fundo público; ou no acesso à parte do trabalho necessário (ou seja, os salários dos trabalhadores) que pagam por serviços de saúde ou previdência, por exemplo.

Por outro, no âmbito imediato da produção, a gestão neoliberal dos processos e da força de trabalho incide sobre as condições e relações de trabalho para viabilizar meios de exploração o mais desregulamentada possível, consolidando novas rodadas de flexibilização trabalhista que acentua ainda mais a precarização e a informalidade do trabalho. Sob a falácia reticente de que: a legislação trabalhista onera demasiadamente o empresariado e inviabiliza em grande medida a sustentabilidade do emprego formal no Brasil; que uma reforma trabalhista geraria mais emprego; e que essa seria uma reforma importante para ganhar confiança do mercado, elemento crucial para retomada do crescimento econômico, se aprova a Reforma Trabalhista de 2017. Situa-se em um movimento mais abrangente de revisão de legislações trabalhistas no capitalismo, impulsionadas desde a crise estrutural do capital, que se desdobra desde os anos 1970.

Segundo Barbosa e Silva (2020), no âmbito da formação social brasileira — historicamente determinada pela heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho e pela inconclusão do padrão jurídico de assalariamento —, a Lei nº 13.467/2017 opera uma profunda e radical transformação da legislação trabalhista brasileira, alterando 201 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943.

O coração da reforma trabalhista brasileira é a exigência de competitividade capitalista por diminuição do tempo de trabalho pago e *não trabalhado*, assim como por flexibilização das formas de contrato e de jornadas de trabalho como abordaremos na próxima seção. As reformas trabalhistas no mundo, entre outras medidas, visam retirar a responsabilidade da empresa com *os poros* no trabalho, quer dizer o tempo para vestir, para deslocamento de casa, para os cuidados com familiares, para as pausas variadas, e mesmo o tempo que para o capital é *tempo ocioso* mesmo decorrendo do descenso de demanda produtiva na empresa. (BARBOSA; SILVA, 2020, p. 34).

Ao operar um intenso processo de regressão no âmbito da proteção trabalhista e promover a expropriação de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, a reforma trabalhista brasileira consolida condições jurídico-normativas para transformar a precarização irrestrita no padrão de reprodução da forma de assalariamento no Brasil.

A terceirização, a informalidade e a flexibilização, já partes constitutivas da narrativa e prática generalizada de contratação e gestão da força de trabalho no capitalismo da chamada Revolução 4.0, aumentam o hiato existente entre um segmento de trabalhadores alcançados por alguma proteção previdenciária-trabalhista e outro segmento completamente desprotegido. Embora, de um modo geral, a reforma trabalhista tenha implicado em perdas em termos de direitos e rendimentos para todo conjunto da classe trabalhadora.

O trabalho intermitente, o contrato de zero hora, o chamado trabalhado *just in time*, o trabalho por plataformas digitais ou uberização do trabalho compõem o rol das novas estratégias de intensificação da

exploração da classe trabalhadora e da diminuição cada vez mais irrestrita da responsabilidade do capital e do estado com os custos da reprodução da força de trabalho.

O resultado de tais processos já podia ser observado antes da Pandemia da Covid-19. Trabalhadores e trabalhadoras cada vez mais vulneráveis e disponíveis ao trabalho, seja lá qual for ele. Este é dos efeitos da expropriação de direitos: ao retirar do sujeito proteções coletivas e individuais, que possibilitam uma margem maior de negociação, barganha e proteção. O direito trabalhista impõe limites à exploração capitalista da força de trabalho e, na medida em que estes direitos são suprimidos, o trabalhador fica completamente suscetível à arbitrariedade do empregador.

O desemprego estrutural, o trabalho informal, as perdas salariais, o desalento e o empobrecimento desenham o cenário do mercado de trabalho no Brasil no pós-reforma trabalhista. Em 2019, a PNAD Contínua demonstrava que no Brasil havia 12,6 milhões de desempregados e cerca de 38 milhões de pessoas trabalhando sem registro. Entre os informais, 24,5 milhões de pessoas se situavam no chamado trabalho por conta própria e a informalização atingiu 41,1% da população ocupada.

Os Microempreendedores Individuais (MEIs) totalizavam, em 2019, 8.428.241, de acordo com Estudo do SEBRAE (2019). Essa figura jurídica que personaliza e dá forma à ideia do “empreendedorismo”, através de um termo difuso e polissêmico que é acionado pela narrativa neoliberal como alternativa para o desemprego, sob a falaciosa ideia de que é possível ao trabalhador comum ter seu próprio negócio, ser patrão de si mesmo; se libertar das amarras do trabalho com jornada e regras estabelecidas. Embora envolva certo nível de formalização, indicamos esse dado porque ele é expressão importante dos arranjos produtivos incentivados e adotados no Brasil em detrimento da garantia do emprego formal e com direitos. Aparecendo como uma espécie de panaceia para incidir sobre o desemprego de longa duração, trata-se de uma estratégia central para inserção produtiva de um segmento importante da classe trabalhadora, mas que é extremamente volátil e se mostrou profundamente inconsistente e insegura do ponto de vista da garantia de rendimentos e proteção trabalhista para aqueles que vivem desse tipo de atividade, sobretudo quando se instalou a crise sanitária e a necessidade de paralisação de várias atividades produtivas e em função do isolamento social.

### **Assistência Social: retrocessos, pandemia e auxílio emergencial**

Conforme indicamos, a política de assistência social — assim como as demais políticas sociais brasileiras, começaram a sofrer os reveses da EC/95 e da escalada ultraconservadora neoliberal muito rapidamente. Já em 2017, conforme demonstra estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a perda orçamentária para o SUAS foi de 458 milhões. O maior corte foi no âmbito da Proteção Social Básica, com uma queda de 15%, cerca de R\$ 227 milhões. Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, a queda foi de 23% cerca de R\$ 113 milhões; para os serviços de Alta Complexidade a perda foi de 25%, um valor em torno de R\$ 69 milhões. No tocante à consolidação da gestão, expressos no repasse do IGD-SUAS, o estudo demonstra o corte de 35%, ou seja, quase R\$ 50 milhões.

O processo de desmonte da estrutura do SUAS vem assumindo uma direção intensiva e drástica no governo Bolsonaro, que se dá por pelo menos dos vias centrais: 1) o desfinanciamento (que implica perda contínua de recursos da União para cofinanciamento dos serviços socioassistenciais do SUAS nos municípios) e vai implicando precarização e desmonte de equipamentos como CRASs, CREASs, Centro de Referência de Assistência Social para população em situação de rua (Centros POP); Centros Dia, instituições de abrigo (como Albergues, Repúblicas e Casas Lar, Casas de Passagem); 2) o ataque às instâncias de controle social e uma ofensiva político-ideológica contra a institucionalidade pública da assistência social e seu reconhecimento como direito social. Disso são elucidativas a desestruturação dos conselhos de direitos, a não convocatória e garantia de condições de realização da Conferência Nacional de Assistência Social, em 2019, a implementação do Programa Pátria Voluntária, sob presidência de Michele Bolsonaro (esposa do presidente), que apesar de não está diretamente ligada à assistência social, concorre com uma lógica do voluntariado como forma de intervenção sobre as expressões da questão social e com o chamado “primeiro-damismo” no campo de intervenção da assistência social; a reorganização ministerial que operou mudanças importantes, transformando o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário no Ministério da Cidadania, que passa a comportar outros campos como o esporte, por exemplo; e mais recentemente, a extinção do Programa Bolsa Família com a

criação do Auxílio Brasil; o esvaziamento de instância de pactuação fundamentais para fortalecimento do SUAS, como a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Inclusive, uma das mais consistentes críticas à idealização e implementação do Auxílio Brasil passa justamente pela ausência de debates e pactuações em instâncias como essas, entre outras.

A Portaria nº 2362 do Ministério da Cidadania (publicada em 20 de dezembro de 2019) foi uma das ações de maior feito destruidor sobre o SUAS e praticamente inviabiliza a manutenção de serviços em muitos municípios, principalmente os de porte 1, haja vista a profunda dependência do cofinanciamento federal. Visa promover a equalização dos repasses realizados pelo FNAS aos Fundos de Assistência Social municipais, estadual e distrital, priorizando o repasse de recursos limitados ao exercício financeiro vigente, conforme a disponibilidade financeira, além de possibilitar o não pagamento de dívidas relativas a exercícios orçamentários anteriores (2017–2019). Além de impor um ritmo de execução financeira inalcançável pelos municípios, aprofunda as já gravíssimas condições de redução de recursos imposta pela EC/95, indicando uma pressão austera para maior profundidade do teto dos gastos públicos.

No primeiro ano do Governo Bolsonaro, a marca da instabilidade, indefinição e atrasos nos repasses de recursos — que deveriam ter transferência automática Fundo a Fundo em datas específicas — sedimentou as condições de precarização e fragilização do SUAS.

Ainda que no fim de 2019 os recursos federais tenham ultrapassado o montante de R\$ 2,47 bilhões, até novembro deste ano, apenas cerca de metade (53%) destes haviam sido repassados aos estados e municípios, que operaram com recursos federais baixíssimos – no valor de R\$ 1,30 bilhão – mesmo em comparação a 2018. (IPEA, 2021, p. 76).

Em 2020, quando o Estado brasileiro reconhece a situação de emergência da saúde pública no país por conta da Pandemia do novo coronavírus, a assistência social tinha um déficit orçamentário de mais de R\$ 2 bilhões relativos a exercícios anteriores e um déficit no orçamento de 2020, da ordem de R\$ 1,5 bilhão, conforme demonstra a Frente Parlamentar em defesa do SUAS (FRENTE NACIONAL SUAS, 2022).

No âmbito dos programas de transferência de renda, o Programa Bolsa Família — principal programa de transferência monetária do país,<sup>1</sup> também vinha sendo mingüado. De acordo com Neri (2020), em termos líquidos, cerca de 1,1 milhões de famílias foram desligadas do programa entre maio de 2019 e janeiro de 2020. A fila de espera cresceu robustamente em 2019. Conforme estudo do IPEA (2021), em maio de 2019 a fila estava zerado, mas a partir de junho houve uma mudança de rota com crescimento médio de 201,6 mil famílias por mês e em dezembro estava em torno de 1,4 milhão de famílias. Em março de 2020 (já no contexto da pandemia), houve uma redução de mais de 200 mil famílias atendidas e a fila de espera chegou ao maior patamar: 1,65 milhão (IPEA, 2021).

Estas considerações demonstram uma tendência de regressão no campo da assistência social, que a despeito das contradições apontadas do processo de centralidade auferido no ciclo petista, vinha de um período de ascenso em termos orçamentários, de equipamentos e alcance de beneficiários. Sendo este o direito de maior alcance para a fração mais empobrecida da classe trabalhadora e a política protetiva mais especificamente direcionada pelo Estado para os trabalhadores mais precarizados, a retração orçamentária, o desmonte institucional e a diminuição de indivíduos e famílias recebendo benefícios socioassistenciais configuram um padrão ainda mais rebaixado e conservador de intervenção estatal na reprodução da força de trabalho. Corrobora a assertiva de que o duro ajuste fiscal que assola o Brasil desde 2016 é mantido e aprofundado sob um governo ultraneoliberal, que faz jus às demandas expropriatórias, regressivas e contrarreformistas do capitalismo contemporâneo.

O contexto pandêmico expõe as mazelas e a tragédia social que este projeto vem impondo à sociedade brasileira, que onera mais drasticamente os mais pobres. A mobilização de recursos orçamentários na função orçamentária da assistência social para viabilizar o auxílio emergencial demonstra a imprescindibilidade deste campo na gestão da força de trabalho precarizada no Brasil.

Ao ser elencada no rol dos serviços essenciais do contexto calamidade pública, em função da Pandemia da Covid-19, a política de assistência social é inserida no rol das atividades públicas que devem obrigatoriamente ser mantidas, tendo um papel fundamental na garantia de atendimento às demandas de proteção social, exponenciadas em função da crise sanitária e das suas consequências. Esta política que vinha assumindo papel central na gestão da força de trabalho mais empobrecida, tanto através dos serviços socioassistenciais e, centralmente, com os programas de transferência de renda, precisa responder às demandas que já vinham



sendo intensificadas no período imediatamente anterior à pandemia, como responder emergencialmente ao seu insulflamento quando instalada a crise sanitária.

O agravamento recente da crise capitalista e os processos desencadeados em função dela na direção da destruição de direitos, da precariedade laboral e do aumento da pobreza vão ganhar contornos disruptivos em contexto pandêmico. O hiato protetivo existente no padrão da política social brasileira, que relega milhões de trabalhadores ao campo da desproteção social, é radicalizado face à crise sanitária.

Na esteira das transformações recentes, a assistência social têm sido cada vez mais requisitada para atender uma fração da classe trabalhadora, que embora apta para o trabalho, não pode acessar a cobertura previdenciária por estarem inseridos em trabalhos informais e cada vez mais precarizados. As transformações no âmbito da gestão da força de trabalho — que têm criado cada vez mais mecanismos de inserção laborativa que permite a intensificação da exploração, sem a criação de vínculos empregatícios e, portanto, de responsabilidades trabalhistas protetivas para os trabalhadores — acarretam, como demonstramos, um contingente exponencial de uma superpopulação relativa que não é incorporada ao mercado de trabalho formal, mas que se insere de modo precarizado e instável no circuito protetivo.

O Estado reitera sua indispensável função na reprodução da força de trabalho através da política de assistência social, abarcando novas determinações conforme as necessidades de reprodução social, abalizadas pela luta de classes. Estas determinações novas, que tangem as relações entre política de assistência social e trabalho — desenvolvidas nos governos petistas — não indicam um caminho para se refutar a ética liberal capitalista, segundo a qual os indivíduos que podem trabalhar, devem fazê-lo. Mas, em um contexto onde a universalização de relações de trabalho formais é cada vez mais incompatível com o atual padrão de reprodução do capital, a condição da política de assistência social é a de dar conta dos inaptos para o trabalho e atuar, ainda que mínima, residual e temporariamente, sobre aquela massa de indivíduos aptos para o trabalho, mas primando sempre pela conciliação de benefícios sociais com o comportamento “proativo” dos sujeitos para inserção em atividades laborais, sejam lá quais forem as condições e relações que elas imponham (SILVA, 2018).

Esta intrincada vinculação entre política de assistência social e ações voltadas para o trabalho se torna um eixo catalizador de esvaziamento do debate sobre a precarização do trabalho e a proteção social pública em face dos riscos oriundos da mercantilização da força de trabalho, transmutando direitos trabalhistas, de cunho coletivo, público e político em medidas de geração de renda e qualificação da força de trabalho.

Os serviços, programas e projetos socioassistenciais são fundamentais nesse processo de ativação para o trabalho<sup>2</sup> — sobretudo para o campo do chamado empreendedorismo — e na gestão imediata de necessidades básicas do público-alvo, como: alimentação, enxoval para recém-nascidos, aluguel social, auxílio funeral. Assentam as bases de trabalho da política de assistência social para enfrentar mazelas da pobreza, desigualdade social, do desemprego e do trabalho desprotegido. Nos documentos oficiais essas condições estruturais, resultantes da organização da sociedade em classes em função da economia de mercado, ou seja, contradições do próprio capitalismo, aparecem sob a ampla e fluida definição de “vulnerabilidade e risco social”.

Por outro lado, os programas de transferência de renda, principalmente o Programa Bolsa Família, assume a mediação central desses processos. É evidente que os programas assistenciais de alívio à pobreza são fundamentais para a reprodução material de uma população excedente às necessidades de valorização do capital, e que, portanto, não tem como prover sua própria subsistência e de sua família vendendo sua força de trabalho no âmbito das relações salariais formais. Entretanto, na medida em que tais programas se expandem ao mesmo tempo em que as políticas sociais universais se retraem — seja pela sua precarização e sucateamento, seja pela privatização de determinados serviços — eles não podem garantir isoladamente uma melhoria efetiva nas condições de vida das camadas trabalhadoras.

O que acompanhamos no contexto da pandemia da Covid-19 foi expressão da confluência perversa do padrão de proteção social brasileiro, sob o projeto ultraneoliberal: explosão da tragédia social do trabalho desprotegido associada com o desmonte e fragilização da política de assistência social, que vem assumindo o lugar protetivo para este segmento. Ainda que a assistência social tenha tangentes limites sob a centralidade dos programas focalizados de transferência de renda, o aumento do empobrecimento e a inviabilidade de trabalhar em função da pandemia demonstraram a irracionalidade que opera formas protetivas limitadas e restritivas.

De outro lado, a intensa precarização das relações e condições de trabalho faz emergir um universo de trabalhadores e trabalhadoras (mais de 100 milhões de pessoas ou quase 50% da população) que se viram,

da noite para o dia, sem trabalho, sem nenhum tipo de remuneração, sem benefícios assistenciais e sem condições de seguir buscando nas ruas algum tipo de atividade precarizada (as atividades informais) que lhes assegurasse uma forma de rendimento e de sobrevivência. (BEHRING; BOSCHETTI, 2021, p. 76).

No caos da crise sanitária, acentuada pela crise capitalista que é assimilada como crise econômica, o Estado brasileiro precisou adotar medidas de garantias de recursos para enfrentamento da situação de calamidade pública. Em função das amarras fiscais impostas pela EC/95, foi preciso criar as condições jurídico-normativas que permitissem usar recursos públicos para além do estabelecido no teto dos gastos. Aprova-se, então, a Emenda Constitucional nº 106/2020, que institui o regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, e permite a incrível façanha de derrubar as regras fiscais autoimpostas. A crise sanitária expôs a irracionalidade da EC/95 e a impossibilidade de o Estado garantir acesso a bens essenciais, sob a gaiola de ferro da austeridade fiscal de amplo espectro, impetrada pelo teto dos gastos públicos.

Ainda assim, o governo Bolsonaro demonstrou pouca efetividade operacional e vontade política para garantir a execução orçamentária dos recursos liberados mediante esta EC. Salvador (2020a) demonstra o conflito distributivo em tempos de pandemia no Brasil, reforçando a caracterização do programa ultraneoliberal em tela, em que a proteção social é forjada sob padrões minimalista e pouco efetivos. Por exemplo, para uso de parte dos recursos autorizados no âmbito do Programa Bolsa Família, foi editada a Medida Provisória 929 que permitia o governo ampliar os recursos para o programa com autorização de gastos de até R\$ 3,04 bilhões, cujo objetivo seria garantir a segurança alimentar das famílias em condições de pobreza e extrema pobreza de modo mais rápida e eficiente. Contudo, conforme demonstrado pelo autor, o nível de execução dos recursos foi de apenas R\$ 369,29 milhões, ou seja, 12,16% do autorizado (e a MP 929 expirou o prazo em 22/07/2020, sem aprovação pelo Congresso Nacional).

Mas é sob essas condições excepcionais que se aporta um crédito extraordinário de R\$2,5 bilhões e meio para os serviços socioassistenciais do SUAS e permitiu o pagamento do auxílio emergencial, numa intervenção de contingência para viabilizar possibilidades mínimas de sobrevivência de um amplo contingente populacional, numa versão aligeirada de proteção social imediatista. É fundamental explicitar que, sob nenhum aspecto, essa afirmação indica uma posição de nossa parte contrária ao auxílio emergencial ou ao aporte financeiro da União par o SUAS. Trata-se, antes, de uma crítica radical à modalidade de política social transitória e que não sedimenta condições estruturais de proteção social ampla.

O abismo social da precariedade laboral e da desproteção social se mostrou extremamente profundo, do que é elucidativo o fato de 107 milhões de pessoas terem solicitado o auxílio emergencial. 59 milhões foram aprovados e 42,2 foram considerados inelegíveis. Entre o Grupo 1 (MEIs, CIs e informais) os cadastros recebidos contabilizavam 46,0 milhões, dos quais foram processados 44,96 milhões (97,7%). 20,52 milhões foram considerados elegíveis (45,6% dos processados) e 10,77 milhões inelegíveis (24% dos processados). Inconclusos totalizaram 13,67 milhões (30,4% dos processados). Por outro lado, entre os beneficiários do PBF, foram processados 100% dos cadastros (19,9 milhões), sendo elegíveis 19,2 milhões (95,5 do total) e 0,7 milhões inelegíveis (3,5% do total). Ao final do processo de requisição, havia mais de 150 milhões de cadastros, dos quais foram considerados elegíveis 66,9 milhões. (SILVA, 2020).

No ano de 2020, o governo federal executou o valor de R\$ 230,78 bilhões com pagamento do auxílio emergencial (SENADO NOTÍCIAS, 2020). Em 2021, o montante executado pela Caixa Econômica Federal — responsável pelo repasse dos benefícios — dentro da unidade orçamentária da assistência social foi de R\$ 65,2 bilhões. Os números expressam a dinâmica de operacionalização do auxílio emergencial que teve o benefício diminuído ao longo dos dois anos da pandemia, ainda que os níveis de emprego e renda não tenham melhorado e a pobreza e a insegurança alimentar tenham aumentado. Sinaliza o caráter esporádico de ampliação do investimento em programas de proteção social ao trabalhador informal e aos segmentos mais empobrecidos.

As extinções do Auxílio Emergencial e do Programa Bolsa Família, a PEC dos Precatórios e o processo de pente-fino somado aos consecutivos cortes de mais de 158 mil beneficiários, bloqueios de 654 mil bolsas e contingenciamento de recursos em nome do controle de gastos estruturaram os subsídios para o novo programa do governo Bolsonaro, o Auxílio Brasil, que surgia com prazo de validade (final de 2022), expressando de maneira evidente o caráter eleitoreiro da proposta, conforme defendido por Boschetti (2022). O que somente se alterou por que o Congresso garantiu que o benefício extraordinário, que completa o valor de R\$ 400 tenha um caráter mais permanente, com previsão orçamentária pelo menos até 2026. Mais uma estratégia ia para

gestão da força de trabalho mais empobrecida que surge com um viés ultraconservador e ainda mais limitado que o Programa Bolsa Família em termos de institucionalidade e do pacto federativo.

### Considerações Finais

Procuramos evidenciar como a radicalização do ajuste fiscal desde 2016 vem impondo sérias restrições à manutenção da proteção social e os vieses desse processo ao tempo que eclode a pandemia da Covid-19, quando se aprofunda o desemprego e a perda de rendimentos da fração da classe trabalhadora inserida em relações informais e precarizadas de trabalho. Constatamos que tem se aprofundado o hiato protetivo entre assistência social e a força de trabalho precarizada, que se expressou no adensamento da crise socioeconômica acentuadas em função da crise sanitária.

Precisamos destacar, nessas linhas finais, que a política de assistência social deveria compor um sistema integrado e amplo de proteção social, associada à política de previdência social e à saúde, o que foi inviabilizado desde a primeira rodada neoliberal dos anos 1990. Ainda assim, dado os limites e contradições de toda política social na sociedade capitalista, nem um sistema protetivo pode pôr fim à exploração e a desigualdade social, mas — a depender de sua configuração, abrangência e forma de financiamento — ela pode minimizar os efeitos mais corrosivos da sociedade mercadorizada e/ou criar condições de acesso à bens, serviços e coberturas socioprotetivas, promovendo uma maior socialização dos custos da reprodução material da classe trabalhadora com o capital e o Estado.

Se sob os governos petistas a centralidade da assistência social se deu em um contexto de privatização, precarização e subfinanciamento da saúde e incisões sobre vários direitos previdenciários, com a reforma de 2003, no período subsequente uma nova onda neoliberalizante sob governos ultraconservadores, inclusive de extrema-direita, as vias para reorganização da proteção social foram amplamente destruídas.

Em conjunção com a destruição dos direitos trabalhistas, a insidiosa corrosão do financiamento público para as políticas sociais criou o solo histórico para que a pandemia da Covid-19 se tornasse cenário de barbárie, não apenas pelo potencial letal do vírus, mas pelas condições socioeconômicas também potencialmente trágicas. A irracionalidade da desproteção do trabalho com inexistência de um sistema de proteção social são feições alarmantes de uma economia capitalista periférica em crise, que se manifestou sob os reveses de uma crise pandêmica.

### Referências

- BARBOSA, R. C. N.; SILVA, M. M. Reforma trabalhista e tempo de trabalho: recomposição dos instrumentos legais do trabalho assalariado no Brasil. *In*: MELO, A. I. S.; CARDOSO, I. C.; FORTI, V. L. (org.). Trabalho, reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias. Uberlândia: Navegando, 2020.
- BEHRING, E. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In*: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. L. (org.). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.
- BEHRING, E. R. Fundo Público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. *In*: BOSCHETTI, I. (org.). Expropriações e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Assistência Social na pandemia da Covid-19: proteção para quem? *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021
- BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. O draconiano ajuste fiscal do Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social. *In*: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. L. (org.). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.
- BOSCHETTI, I. (org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.
- FRENTE NACIONAL SUAS. 2022. Disponível em: <https://www.frentenacionalsuas.org/>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise nº 28, 2021: Assistência Social. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/210826\\_boletim\\_bps\\_28\\_assistencia\\_social.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/210826_boletim_bps_28_assistencia_social.pdf). Acesso em: 10 dez. 2021.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Portaria Conjunta nº 1 /2020. Dispõe acerca da Utilização de recursos do Cofinanciamento Federal no atendimento às demandas emergenciais de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

- NERI, M. FGV Social comenta os cortes no Bolsa Família e o aumento da extrema pobreza no Brasil. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- PAIVA, A. B. et al. O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil. Brasília: Instituto de Economia Aplicada (IPEA). 2016. (Nota Técnica 27)
- PASSA PALAVRA. Austeridade à brasileira. 2015. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/03/103142>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. *Revista Texto e Contextos*, v. 19, n. 2, p. 1-15, 2020b.
- SALVADOR, E. Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil. In: CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (org.). *Brasil: Estado social contra a barbárie*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020a.
- SENADO NOTÍCIAS. Governo Federal já gastou R\$509 bilhões no enfrentamento à pandemia. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/22/governo-federal-ja-gastou-r-509-bilhoes-no-enfrentamento-a-pandemia#:~:text=O%20destaque%20nas%20despesas%20s%C3%A3o,do%20pago%20at%C3%A9%20a%20data>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Relatório MEI: 1º ano. Disponível em: [https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/09/MEI-10-anos-p-impresao-v3\\_compressed.pdf](https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/09/MEI-10-anos-p-impresao-v3_compressed.pdf). Acesso em: 12 dez. 2021.
- SILVA, Mossicléia Mendes da. *Desenvolvimento capitalista e assistência social no Brasil: a encruzilhada da modernização com o Plano Brasil sem Miséria, 2011-2016*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social /Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.
- SILVA, Mossicléia Mendes da. *Pandemia, crise e expropriações: auxílio emergencial e contradições da focalização*. In: *Revistas Vértices*. v.22, n.Especial, p. 727-747, 2020.

## Notas

- <sup>1</sup> No âmbito da assistência social, o Benefício de Prestação Continuada é o que aporta maior volume orçamentário entre os benefícios socioassistenciais, que transfere valores monetários diretamente aos beneficiários. Mas por suas características centrais: está destinado a pessoas com deficiência e idosos pobres não cobertos pela previdência social, além de ser indexado ao salário mínimo, entendemos que ele tem uma abrangência em termos de critérios de acesso muito mais rígida que o Programa Bolsa Família.
- <sup>2</sup> É preciso destacar que o SUAS não se limita à esta função. Os equipamentos de proteção social especial, por exemplo, que envolvem trabalho com mulheres em situação de violência, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e/ou sexual, bem como aqueles de alta complexidade que envolve oferecimento de proteção social integral: moradia, alimentação, higiene, proteção jurídica e suporte psicológico são fundamentais no âmbito da proteção social brasileira para garantia dos direitos humanos e sociais em uma perspectiva protetiva integral.

## Mossicléia Mendes da Silva

mossi\_c@yahoo.com.br

Doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Professora Adjunta na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## UFRJ

Av. Pasteur, 250, Urca,  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
CEP: 22290-240

## Agradecimentos

Agradecemos à FAPERJ, pelo apoio financeiro à pesquisa.

## Agência financiadora

Este artigo é resultado parcial da Pesquisa: “Ajuste fiscal permanente e política de assistência social: da modernização conservadora ao desmonte institucional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”, que recebe Auxílio Financeiro da FAPERJ - PROGRAMA ARC - 2019 - Auxílio ao Pesquisador Recém-contratado (No DO PROCESSO E-26/01 0.002529/2019). Período de execução: 12/04/2021 a 12/04/2023

## Contribuições das autoras

Artigo completo produzido por Mossicléia Mendes da Silva.

## Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

## Consentimento para publicação

A autora consente a publicação do artigo.

## Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMA LIVRE**

# Gyorgy Lukács e Agnes Heller: uma relação discipular?

**Liana Amaro Augusto de Carvalho<sup>1</sup>**  
<https://orcid.org/0000-0003-2697-5466>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campina Grande, PB, Brasil.

## **Gyorgy Lukács e Agnes Heller: uma relação discipular?**

**Resumo:** Este artigo discute a relação entre Gyorgy Lukács e Agnes Heller. Apresenta-se como resultado de pesquisa desenvolvida em torno da filosofia da Agnes Heller, através da metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa, de procedimentos bibliográficos com fontes primárias e de análise imanente deste material, interpretado à luz da perspectiva crítico-dialética marxiana. Frequentemente, a relação entre Lukács e Heller é reduzida a uma mera relação discipular, de modo que esta seria uma seguidora daquele por ter sido uma contribuição sempre presente nos estudos desenvolvidos por Lukács e pela Escola de Budapeste. No entanto, demonstra-se que as escolhas teórico-filosóficas e o entendimento acerca dos acontecimentos históricos e políticos que sucederam na formação social húngara suscitaram interpretações e posicionamentos díspares entre ambos, inaugurando desacordos importantes, evidenciando, portanto, a impossibilidade de referir a uma relação discipular.

**Palavras-chave:** Gyorgy Lukács; Agnes Heller; Escola de Budapeste.

## **Gyorgy Lukács and Agnes Heller: a disciplic relationship?**

**Abstract:** The article discusses the relationship between Gyorgy Lukács and Agnes Heller. It is presented as a result of research developed around Agnes Heller's philosophy, through qualitative research methodology, bibliographic procedures with primary sources and immanent analysis of this material, interpreted in the light of the Marxian dialectical critical perspective. Often, the relationship between Lukács and Heller is reduced to a mere disciplic relationship, so that the latter would be a follower of the former for having been an ever-present contribution in the studies developed by Lukács and the Budapest School. However, it is shown that the theoretical-philosophical choices and the understanding of the historical and political events that took place in the Hungarian social formation gave rise to different interpretations and positions between them, inaugurating important disagreements, evidencing, therefore, the impossibility of referring to a relationship disciple.

**Keywords:** Gyorgy Lukács; Agnes Heller; Budapest School.

Recebido em 01.07.2022. Aprovado em 10.10.2022. Revisado em 02.12.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

O artigo discute a relação entre Gyorgy Lukács e Agnes Heller. A escolha em discorrer sobre o referido tema se justifica pelos resultados obtidos em pesquisa desenvolvida sobre a filosofia helleriana.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, desenvolveu-se por meio de procedimentos metodológicos bibliográficos, com a utilização de fontes primárias e secundárias, mediante leituras, fichamentos e análise imanente de materiais disponíveis em meio eletrônico ou em exemplares físicos, interpretados à luz da perspectiva crítico-dialética marxiana. Tal método propicia o conhecimento teórico partindo da aparência para alcançar a essência do objeto na realidade. Sabendo que este tem uma existência objetiva que independe do sujeito que quer conhecê-lo, a verdadeira construção do conhecimento exige a desconstrução e reconstrução de tal objeto a nível ideal, incorporando movimento dialético e as contradições da realidade. Tendo em vista que as fontes de pesquisa em tela foram teóricas, utilizou-se ainda a análise imanente pela qual é possível construir expositivamente uma teoria interpretativa do texto em questão respeitando o objeto investigado, buscando seus nexos lógicos e causais implícitos, sem desvincular-se das suas determinações históricas e contextuais mais profundas.

Mediante os estudos realizados, observou-se que frequentemente a relação entre Lukács e Heller aparece de maneira mistificada, de modo que a primeira, por ter sido aluna e assistente do último por muitos anos, bem como autora de várias contribuições aos estudos desenvolvidos pela Escola de Budapeste, tivesse seguidos os passos do seu mestre até o fim da vida. Nesse sentido, indagamos se, de fato, é possível relegar a relação entre Heller e Lukács como uma relação discipular.

Desta feita, este artigo objetiva de modo geral discutir a relação entre Agnes Heller e Lukács, abordando especificamente as particularidades históricas e políticas da formação social húngara, as escolhas teórico-filosóficas, bem como a produção desenvolvida por ambos, como resultado do contexto vivenciado. Respeitando tal finalidade, a exposição se inicia pelo contexto histórico e político húngaro, e apresenta, em seguida, as principais diferenças entre os seus pensamentos filosóficos.

## Lukács, Heller e a escola de Budapeste

A Hungria, como um verdadeiro “ponto de choque” entre os povos europeus (DARUVAR, 1970), foi palco de amplas disputas antes, durante e depois dos dois grandes conflitos deflagrados a nível mundial no conturbado século XX. Tanto György Lukács quanto Agnes Heller, nascidos em Budapeste, viveram intensamente esse contexto de diferentes formas e as suas produções filosóficas resultam dessa imersão.

Entre os anos de 1945 e 1948, logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a Hungria passou a ser governada pelo regime soviético, que formou um bloco monopartidário em todo o Leste Europeu, conformando uma verdadeira zona de influência stalinista<sup>1</sup> (CLAUDÍN, 1983). Desse modo, o regime nazista na Hungria foi seguido da instauração do socialismo de modelo soviético, o que causava grande insatisfação na população do país, pois mesmo depois da guerra a autonomia nacional continuava comprometida. Diante desse contexto e das consequências que recaem sobre a formação social húngara, Lukács mobilizou-se em torno da tarefa de renovação do marxismo a partir do próprio Marx. Tal ideia equivalia a colocar a experiência do “socialismo real” no seu devido lugar, discutindo corretamente sobre ela a partir de Marx, e construindo assim o que seria um marxismo verdadeiro (INFRANCA; TONEZZER, 1990), distante dos equívocos que produziu.

Nesse contexto, ainda no ano de 1947, Agnes Heller conheceu Lukács, na Universidade de Budapeste. Previamente inserida no ambiente acadêmico, matriculada no curso de Física aos dezoito anos, Heller foi convidada pelo seu primeiro companheiro, István Hermann, estudante de filosofia à época, para participar das aulas ministradas por Lukács, enquanto professor da universidade supracitada, sobre o tema do desenvolvimento da cultura filosófica em Kant e Hegel. Heller (2011) relata que, mesmo não entendendo bem o que Lukács estava tentando explicar naquele momento, tinha a certeza de ter ouvido a coisa mais importante da sua vida, e por isso resolveu abandonar a formação em física e dedicar-se aos estudos de filosofia.

Depois daquele encontro, Heller iniciou o relacionamento acadêmico com aquele que seria seu amigo e mestre pelos próximos vinte anos. Ela se tornou orientanda e assistente de György Lukács e com ele manteve uma estreita relação de cooperação acadêmica, sendo influenciada pelas suas preocupações

filosóficas, que também foram compartilhadas com os estudiosos da chamada Escola de Budapeste<sup>2</sup>. Na mesma época em que Heller se tornou orientanda e assistente de Lukács, filiou-se também ao partido Comunista Húngaro, atribuindo ao seu mestre o mérito de tê-la tornado marxista sem ter lido uma linha de Marx (ORTEGA, 2002). Naquele momento, Heller ainda tinha uma apropriação muito incipiente da obra marxiana. Só mais tarde, à medida que as condições em que viviam os países sob o domínio stalinista começaram a se agudizar politicamente, provocando amplas discussões no partido; a curiosidade pelos escritos marxianos foi despertada (HELLER, 2011).

O governo de domínio stalinista na Hungria deflagrou, a partir de 1948, uma onda de perseguição contra aqueles que não o apoiassem. Nesse período, de maneira inocente, por não entender adequadamente o desenrolar dos fatos e acreditar que estivesse num ambiente democrático, Heller resolveu explicitar em umas das reuniões do Partido Comunista Húngaro as suas críticas ao stalinismo. Por não ocupar cargos elevados internamente, ela teve a oportunidade de manter a sua autonomia, sendo apenas expulsa no ano seguinte. Infelizmente, os companheiros que tinham se filiado anteriormente não tiveram a mesma sorte. Contudo, a ascensão stalinista e a sua influência sobre a política húngara não foram os únicos motivos da sua expulsão partidária precoce, pois desde a sua filiação os companheiros alimentavam certa desconfiança pela sua ligação anterior com o movimento sionista.

Heller ficou profundamente decepcionada com aquele que seria o chamado “socialismo real” e classificou as posições do partido comunista húngaro à época como totalitárias. Apesar de ter verdadeira paixão pela disposição revolucionária do socialismo, mas a realidade dos fatos era decepcionante: ao longo de quatro anos foram internadas mais de trezentas mil pessoas nos *Gulags*, num país com população de dez milhões, outras foram deportadas ao campo, outras encarceradas e milhares executadas, predominando uma forte sensação de terror e insegurança política (HELLER, 1982a). Por isso, apesar de se considerar particularmente como comunista, não havia como afirmar uma adesão às ideias difundidas pelo Partido Comunista Húngaro e ao regime stalinista, pois existia um abismo entre o que os comunistas desejavam e a realidade vivida.

Enquanto Lukács se dedicava à tarefa de elaboração de *A destruição da Razão*, depois de ter sido hostilizado pelo partido comunista húngaro, desde 1947 na União Soviética os métodos de intervenção, submissão e controle de Stálin foram radicalizados, em detrimento da deflagração da Guerra Fria. Apesar de serem considerados marxistas, nesse período, Lukács e seus alunos não podiam ensinar Marx ou o marxismo na universidade, uma vez que essa tarefa era especialmente determinada por Moscou, sendo destinada àqueles que tivessem permissão para isso. Mas, eles podiam lecionar sobre filosofia, e assim o fizeram. Para Heller, esta era uma boa notícia, pois mesmo não estando mais vinculada ao partido, ela pôde continuar desenvolvendo as suas atividades na Universidade de Budapeste, onde ofereceu cursos na área de Ciências Econômicas do final da década de 1940 até o ano de 1957 (HELLER, 2011).

Essa dura situação se estendeu até o falecimento de Stálin, em 1953, quando se produziu um clima de alívio em todos os países que viviam sob o seu domínio. Foi a partir desse ano que Heller passou a ter contato, de fato, com a obra marxiana juvenil, principalmente com os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, e passou também a visualizar Marx não apenas como o pai do socialismo científico, mas como um idealista, tendo em vista as influências identificadas pela autora do pensamento de Kant, mas também do método interpretativo hegeliano sobre o pensamento de Marx. Ainda, como um agravante de tal entendimento, politicamente o stalinismo representava um grande mito, envolvendo manipulação, fé e cinismo, apresentando uma grande discrepância entre aparência e realidade (HELLER, 1985). Por isso, naquele ano Heller decidiu que já não acreditava mais no “comunismo soviético” e nem se reconhecia mais na essência do comunismo, uma vez que a essência e a aparência agora estavam erradas (HELLER, 2011).

Em 1956, no mesmo ano do XX Congresso do Partido Comunista da URSS, quando Nikita Krushev em sessão solene desferiu uma série de críticas contra Stálin, explodiu a Revolução Húngara pelo resgate da autonomia política do país contra o domínio stalinista. Para Heller, aqueles levantes foram entusiasmantes e compreenderam a única e verdadeira revolução socialista que o mundo conheceu, pois impôs limites à ocupação russa e defendeu um governo livre e democrático. Esses acontecimentos somados aos anteriores causaram profundas inflexões no pensamento de Heller, inaugurando um período de amplos questionamentos que iriam resultar na reinterpretção dos ideais marxistas, coroando as transformações de pensamento que vinham se apresentando desde o início da década de 1950.

Assim, inaugurou-se um processo lento e gradual de afastamento de Marx e do marxismo, dos quais Heller tinha se aproximado majoritariamente através de Lukács, e provocaram profundas mudanças na sua concepção de filosofia, e estas foram canalizadas por uma “autoiluminação kantiana”, pela qual ela reivindica um pensamento próprio pelo qual o marxismo passou então a significar a realização da ética, isto é, o desenvolvimento de uma filosofia moral que mais tarde iria refletir-se em sua contribuição ao projeto de renovação do marxismo, socializado por Lukács com os integrantes da Escola de Budapeste.

Diante do contexto vivido internacionalmente, e de toda a confusão política relativa ao domínio stalinista na Hungria, no momento imediatamente posterior àqueles levantes de 1956, enquanto Heller mergulhava na filosofia clássica alemã (especialmente em Kant), Lukács já estava reelaborando o seu pensamento Estético, como resultado de um maior aprofundamento no marxismo, o que deu concretude a uma das obras mais importantes da sua maturidade teórica.

Paulo Netto (2018) explica que a convicção e as possibilidades concretas para a renovação do marxismo só apareceram, de fato, quando já era possível registrar o ressurgimento da cultura marxista nos antigos países socialistas, bem como a revitalização do movimento operário na Europa Ocidental, e o aprofundamento da luta anti-imperialista nas periferias. Por isso, em Lukács o aporte filosófico necessário ao desenvolvimento do projeto de renascimento do marxismo se deu de forma mais consolidada na *Estética e Para uma Ontologia do Ser Social*, como resultado dos seus esforços na retomada no projeto da sua Ética.

Principalmente durante a década de 1960, Lukács se dedicou àquela tarefa de renovação do marxismo, participando dos encontros dominicais com alunos e colegas estudiosos que compunham a chamada Escola de Budapeste. Com eles, o filósofo também socializou partes das suas obras recentemente elaboradas para a apreciação coletiva do grupo.

Apesar das perseguições políticas sofridas por Lukács naquele país, o filósofo gozava de certos privilégios políticos em função de seus feitos intelectuais, obtendo autorização para continuar produzindo suas obras. E, embora na Hungria o trabalho intelectual funcionasse como uma forma de denunciar os problemas políticos e as contradições daquela sociedade, sem dúvida o grupo que se reunia com ele foi beneficiado não apenas pelo compartilhamento cotidiano das ideias do velho filósofo, mas ainda por certa imunidade política atrelada ao mestre.

Ainda em 1968, a permanência na Hungria se tornou cada vez mais difícil para os integrantes daquela escola, uma vez que esses intelectuais da “nova esquerda” húngara contestavam abertamente a intervenção soviética naquele país. Com a agudização do quadro de saúde de Lukács e o seu falecimento em 1971, a Escola de Budapeste perde o seu “escudo protetor”, e mediante o agravamento da situação daqueles estudiosos, ao final da década de 1970 eles tiveram de se ausentar da Hungria. Agnes Heller e seu companheiro, Ferenc Féher, assim como a família Márkus, migraram para a Austrália, onde se encontraram posteriormente.

Rodriguez (1991) pondera que a ideia de que a Escola de Budapeste esteve empenhada na renovação do marxismo pareceu acertada até o início da década de 1970, enquanto esteve em pleno funcionamento na Hungria. Mas, após este período, principalmente depois do falecimento de Lukács, tal entendimento se torna obsoleto quando se considera a compreensão e caracterização do pensamento de seus membros, que agora se tornavam “ex-discípulos” de Lukács.

Antes mesmo do seu desaparecimento, quando Lukács concluiu *Para uma Ontologia do Ser Social* e socializou o manuscrito para a apreciação do grupo, ele não obteve a aceitação das suas ideias ali desenvolvidas por parte dos estudiosos com os quais compartilhou seus últimos anos de vida e esforços teóricos. Por isso, depois de concluído esse trabalho e de ter a reprovação da chamada Escola de Budapeste, Lukács se concentrou na escrita dos *Prolegômenos à ontologia do ser social*, ou a *Pequena Ontologia*, como ficou conhecida posteriormente.

Konder (1980) explica que Lukács recebeu essas críticas, discutiu com o grupo sobre elas e reconheceu a necessidade de reelaboração do manuscrito, o que provavelmente influenciou a elaboração e a escrita da *Pequena Ontologia*. No entanto, enfatiza ainda que nem todas as críticas foram de fato incorporadas pelo filósofo, que considerou insatisfatórias as ideias de Heller, Fehér, Márkus e Vajda, atribuindo parte da discordância à postura de rebeldia exacerbada nutrida por eles. No entanto, Lessa (1996) discorda diametralmente deste posicionamento, afirmando que na *Pequena Ontologia* Lukács reafirmou todos os elementos discutidos na *Grande Ontologia*. Tertulian (1996, p. 56) corrobora a ideia de que os comentários dos seus alunos não teriam



surtido efeito sobre o pensamento de Lukács, pois “Lukács não mudou uma vírgula nas suas posições de fundo tais como foram expressas ao longo de todo o texto inicial”.

Sobre este aspecto, Frederico (2007) sublinha que, na *Grande Ontologia*, Lukács deu ampla importância a categoria de trabalho como protoforma de toda práxis social, deixando a arte num plano subordinado. Tal posicionamento era uma novidade em relação à *Estética*, sendo aquela última bem mais materialista. Nesse sentido, o campo de liberdade da consciência aparece determinado pelas necessidades que geram e delimitam as possibilidades humanas. Para o autor, tal posicionamento do filósofo húngaro funcionou como um freio ao ativismo da consciência, o que deve ter gerado um efeito segregador em relação aos seus discípulos rebeldes, fazendo-os discordar dela.

Vajda alega que, para os integrantes da Escola de Budapeste, a filosofia lukácsiana que se desenvolveu até a *Destruição da Razão* divergia substantivamente dos escritos daquela que seria a sua última obra filosófica, acusando-o de uma perda de rigor teórico notável (INFRANCA; TONEZZER, 1990). Por isso, no *intermezzo* entre a retomada dos trabalhos da Ética e o encerramento definitivo das atividades do filósofo octogenário, os integrantes da Escola de Budapeste teceram críticas severas ao texto da *Ontologia do Ser Social*<sup>3</sup>.

Diante do fato, nos parece candente que o aguçamento das percepções de Lukács em torno do materialismo histórico-dialético não tenha sido acompanhado pelos integrantes da Escola de Budapeste. Apesar da viga mestra norteadora do pensamento da escola voltar-se para intenções filosóficas e políticas, não havia consenso dos integrantes da referida escola com as ideias da maturidade de Lukács, desconsiderando a dialética de sua obra.

Desse modo, se o grupo tinha em suas origens uma orientação filosófica sob a influência de Lukács, embora divergindo sobre a sua obra em vários aspectos, com a morte do filósofo os integrantes da Escola de Budapeste tiveram as suas preocupações levadas para fora da influência direta desse pensador e do marxismo, remetendo ao contexto da crise e dissolução daquela escola.

### **Sobre uma relação não discipular**

Durante os anos em que esteve ligada aos trabalhos individuais e coletivos da Escola de Budapeste, Heller se propôs a estudar principalmente a vida cotidiana. A sua contribuição sobre esse tema aparece diluída num primeiro projeto filosófico, o de antropologia social, amplamente influenciado pela leitura recente dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx e delineado no texto introdutório de *Sobre os Instintos*.

Este livro demarca a emergência do referido projeto, sendo este o primeiro volume do contributo helleriano para cumprir a tarefa proposta por Lukács de renovação do marxismo. Naquela introdução, Heller apresentava as suas intenções em torno das investigações acerca da essência humana, e estruturava esse projeto em seis volumes: o primeiro, como dissemos, sobre os instintos; o segundo acerca da teoria das sensações, em seguida a teoria das necessidades, a teoria da moral, a teoria da personalidade e por último, a teoria da história (HELLER, 1979).

Contudo, considerando as decepções políticas na Hungria, os estremecimentos da relação com o próprio Marx desde 1956 e a agudização desse quadro em 1968, por ocasião do *Maio Francês*, Heller torna seu projeto uma tentativa de encontrar saídas para as contradições marxianas em relação à subjetividade humana, demonstrando os limites dessa filosofia e apontando as suas possíveis saídas. Por isso, o projeto da antropologia social foi interrompido com a conclusão do seu segundo volume, de modo que Heller fez apenas alguns apontamentos sobre o tema das necessidades humanas, publicado sob o título *Teoria das Necessidades em Marx*, em 1974.

Em sua autobiografia filosófica, Heller justificou que durante os anos que permaneceu na Hungria, os seus trabalhos filosóficos foram amplamente prejudicados, pois não tinha a liberdade de dizer sinceramente a sua opinião acerca dos assuntos e do contexto político húngaro, por isso era necessário agir e se expressar estrategicamente, como num jogo de “esconde-esconde”. Em vista disso, nas suas publicações desses anos, a estratégia utilizada para garantir a sua segurança era tratar das questões políticas a partir da filosofia (HELLER, 2011).

De tal modo, depois de sair da Hungria no ano de 1979, Heller levou adiante os desenvolvimentos sobre a teoria da história, da personalidade e da moral, evidenciando explicitamente outra perspectiva, distante de Marx e do marxismo, gestada desde os anos anteriores, enquanto esteve ligada à chamada Escola de Budapeste.

Os novos desenvolvimentos deram concretude a um segundo projeto filosófico, o da Modernidade, que tinha como preocupação central os desenvolvimentos sobre moral e ética.

Em suma, a obra helleriana constitui um universo filosófico heterogêneo, podendo ser classificada como multiforme, multitemática e eclética, pois, além de se apresentar sob formas variadas — principalmente depois que se retirou da Hungria, em fins da década de 1970 —, a produção helleriana abordou vários temas e conservou as antigas preocupações filosóficas, vinculando-as paulatinamente a uma proposta de filosofia idiossincrática, caminhando para um antimaterialismo explícito, somado à adesão ao veio reformista liberal.

Heller tinha em Lukács uma das pessoas mais influentes da sua vida, depois de seu pai, que exerceu uma grande influência nas suas escolhas filosóficas. Gostava da sua companhia, de modo que, além da relação acadêmica, criou-se também uma relação de amizade e confiança entre ambos. Sem dúvidas, Lukács inspirou os primeiros desenvolvimentos da filosofia helleriana a partir dos seus temas de discussões e de seus posicionamentos.

Heller aprendeu muitas coisas com Lukács, mas poucas sobre filosofia em si, o que lhe permitia se autodenominar como autodidata em tal matéria, o que demonstra a sua autonomia intelectual — mas ela compartilhava com ele principalmente a preocupação com o tema da ética. Sem dúvidas, a importância que a ética ocupou na filosofia helleriana teve influência das preocupações lukácsianas, isto porque o velho filósofo alimentou tais preocupações em toda a sua trajetória intelectual.

Como alega Tertulian (1999), Lukács nunca deixou de produzir sobre a ética, mas por não ter conseguido sistematizar tais produções, deixou uma ética *in nuce*. Mészáros (2011) observa que a ética constitui um imperativo da filosofia lukácsiana, desde quando a perspectiva kantiana ainda condicionava a visão de Lukács, bem como na fase “hegeliana kierkegaardizada”, a ética aparece como uma mediação entre o socialismo realmente existente e a emancipação da humana, reduzindo a distância entre ambos e preenchendo tal lacuna de pensamento.

Observando-se as influências com as quais Heller passa a dialogar principalmente depois de 1956, nota-se que há uma afinidade helleriana com os caminhos apresentados pela ética do primeiro Lukács. Ora, se tanto para Lukács como para Heller o caminho da superação da alienação era a ética, parece evidente que enquanto Lukács avançou no aprofundamento do materialismo histórico e dialético, Heller continuou validando os princípios kantianos e kierkegaardianos, como uma herança das primeiras concepções éticas de Lukács, pelo qual ela e os demais integrantes da chamada Escola de Budapeste pareciam ter preferência, ou pelo menos balizavam as lentes da análise das obras da maturidade filosófica lukácsiana.

Isso demonstra que, enquanto Lukács executou uma trajetória filosófica de aproximação e aprofundamento no materialismo histórico-dialético, Heller utilizou as bases da jovialidade lukácsiana para fundamentar o seu debate filosófico até o fim da vida, afastando-se continuamente de Marx e do marxismo. Nesse sentido, apesar de vivenciarem determinantes sócio-históricos comuns, as éticas de Heller e Lukács assumem caminhos diferentes, ou seja, embora Heller tivesse afinidade com Lukács e suas ideias juvenis, seguiu seu próprio caminho, utilizando-se daquela autonomia filosófica sempre evidente.

Como ela afirma: “ele tinha a sua posição e eu a minha. Naquela época, eu ainda não conhecia a ética da personalidade, mas tinha a seguinte posição: ele havia escolhido a sua vida e seguiu a sua estrela; eu havia escolhido a minha e seguiria a minha estrela” (ORTEGA, 2002, p. 39). Com a metáfora utilizada por Heller para delinear as suas escolhas e trajetória a diferença das de Lukács, fica evidente que se havia alguma concordância principalmente no debate sobre a ética (em relação ao primeiro Lukács), mas as desavenças no campo político eram agudas, principalmente por conta do stalinismo, levando-a posteriormente a sua desvinculação explícita do materialismo histórico.

No entendimento da filósofa, Lukács se considerava um intérprete de Marx, e tudo o que extrapolasse essa interpretação era considerado de origem burguesa e deveria ser refutado, o que conformou um círculo vicioso em seu pensamento interpretativo político. De tal modo, Heller o responsabiliza, como a maioria dos intelectuais da época, por uma postura que dificultou a verdadeira interpretação do marxismo contemporâneo, classificando sua atitude como sectária e negativa (HELLER, 1982b).

Ainda, sobre as divergências políticas, ela não poupou o seu antigo mestre de ácidas críticas. Em *Crítica da Ilustração*, ao discutir as contribuições do velho Lukács, Heller demonstra esse “desvio” de caminho que fez com o seu velho mestre, fazendo um “acerto de contas”, e ao referir-se à suposta decadência filosófica apresentada por Lukács na *Ontologia*, resumiu: “Lukács falara frequentemente do período das consequências. O mesmo período foi reservado para ele. O paradoxo da vida se vingou em seu trabalho” (HELLER, 1984, p. 271).

## Considerações finais

Como se problematizou inicialmente, a relação entre Lukács e Heller aparece frequentemente relegada ao vínculo que ambos estabeleceram quando o ambiente acadêmico os uniu por meio das atividades de orientação e assistência na Universidade de Budapeste, em fins da década de 1940. Inequivocamente, a relação entre ambos se estendeu pelas décadas seguintes e posteriormente foi compartilhada com a chamada Escola de Budapeste.

Contudo, observando-se os caminhos teóricos, políticos e ideologicamente trilhados por Lukács e Heller, identifica-se que essa vinculação, recorrentemente indiferenciada, guarda um equívoco interpretativo. Embora existissem laços pessoais e de estreita cooperação acadêmica desenvolvida *a priori*, as trajetórias teórico filosóficas descritas por ambos se tocam em algum momento, mas se distanciam de maneira inequívoca *a posteriori*.

Sem dúvida, fica evidente que Lukács exerceu um papel de extrema importância sobre os desenvolvimentos filosóficos elaborados por Agnes Heller, como sua aluna, assistente e uma integrante ilustre da chamada Escola de Budapeste. Entretanto, também parece evidente que a interpretação sobre os acontecimentos que perpassaram a formação social húngara por ocasião do século XX, somados às decepções políticas com o partido comunista daquele país, além dos desacordos políticos com Lukács causaram grandes inflexões sobre o pensamento helleriano.

De tal modo, parece ser possível afirmar que, sendo fortemente influenciada pelos equívocos históricos do “socialismo real”, a conjuntura na qual esteve imerso o Leste Europeu durante e depois da Segunda Guerra Mundial fomentou o contínuo afastamento entre Heller, Marx e posteriormente do próprio marxismo, provocando um distanciamento que culminou na ruptura com o materialismo histórico, transitando em última instância para o antimaterialismo.

Na verdade, Lukács e Heller fizeram um percurso teórico filosófico contrário, e as suas divergências políticas têm um peso central nesse movimento, pois à medida que o primeiro se aproxima e aprofunda suas percepções e produções a partir do materialismo histórico-dialético, a última se afasta daquelas influências apreendidas principalmente através do mestre. Em suma, Lukács e Heller descrevem trajetórias teórico filosóficas díspares, que embora se toquem em algum momento, afastam-se diametralmente ao final.

Portanto, a ideia amplamente difundida de que Heller foi uma inequívoca discípula de Lukács constitui um duplo equívoco. Primeiro, com o velho filósofo, que morreu sem saber ao certo as consequências que a sua obra iria produzir entre os seus antigos alunos, e até a morte se dedicou incansavelmente à tarefa hercúlea de reinterpretar o marxismo a partir do próprio Marx. Por outro lado, apesar da afinidade pessoal com Lukács, Heller prezava indiscutivelmente por uma autonomia intelectual e escolheu seus próprios caminhos teóricos filosóficos, transitando em última instância para o antimaterialismo.

## Referências

- AMADEO, J. Notas sobre o marxismo: a tradição ocidental. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CLAUDÍN, F. A oposição no “socialismo real”: União Soviética, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia: 1953/1980. Tradução de Felipe José Lindoso. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- DARUVAR, Y. DE. O destino dramático da Hungria: Trianon ou a Hungria isolada. São Paulo: Loyola, 1970.
- FREDERICO, C. Lukács: o caminho para a Ontologia. Revista Novos Rumos, ano 22, n. 48. 2007. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/1297>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- HELLER, A. La revolución de la vida cotidiana. Barcelona: Ediciones Península, 1982a.
- HELLER, A. Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia. Entrevista a Ferdinando Adornato. São Paulo: Brasiliense, 1982b.
- HELLER, A. Crítica de la Ilustración. Barcelona: Ediciones Península, 1984.
- HELLER, A. La teoría de la historia. 2. ed. Barcelona: Fontarama, 1985.
- HELLER, A. A short history of my philosophy. United States: Lexington Books, 2011.
- INFANCA, A.; TONEZZER, T. La distruzione del marxismo. Entrevista com Mihály Vajda. Lettera Internazionale, n. 23, 1990. Disponível em: <https://gyorgylukacs.wordpress.com/tag/scuola-di-budapest/>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- KONDER, L. Lukács. Coleção Fontes do pensamento político. Rio Grande do Sul: L&PM Editores, 1980.

- LESSA, S. Lukács e Heller: a centralidade do trabalho. *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 13, 1996. Disponível em: [http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/lukacs\\_heller\\_1996.pdf](http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/lukacs_heller_1996.pdf). Acesso em janeiro de 2017.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital. 1. ed. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ORTEGA, F. Agnes Heller entrevistada por Francisco Ortega. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- PAULO NETTO, J. O que é stalinismo. São Paulo: Brasiliense, 1981. v. 34. (Coleção Primeiros Passos)
- PAULO NETTO, J. Apresentação. In: LUKÁCS, G. Para uma ontologia do Ser Social I. São Paulo: Boitempo, 2018.
- RODRÍGUEZ, A. R. Ética, democracia y socialismo: una aproximación a la racionalidad práctica em Agnes Heller. Tese (Doutorado em Filosofia y Letras) – Universidade Autónoma de Madrid. 1991. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/11829>. Acesso em outubro de 2019.
- TERTULIAN, N. Uma apresentação à Ontologia do ser social, de Lukács. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 3, p. 54–69, 1996. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo18Art1.4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo18Art1.4.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021.
- TERTULIAN, N. O grande projeto da ética. In: *Ensaio Ad Hominem*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, Tomo 1: Marxismo, n. 1, 1999.

## Notas

- <sup>1</sup> O stalinismo ficou historicamente conhecido pelas arbitrariedades que realizou, a partir do enviesamento e deturpação do aporte teórico marxiano. Nesse sentido, falar em “socialismo real” equivale a reportar às experiências que, ao tentarem implementar o que Marx chamou de socialismo científico, esbarraram em erros expressivos que distorceram a ideia original, fazendo emergir experiências equivocadas de socialismo, resultando em análises diferenciadas e até conflitantes. O “socialismo real” foi legitimado a partir do marxismo-leninismo, cujas similaridades com o pensamento marxiano são apenas terminológicas (KONDER, 1980). Para Meszáros (2011), tal regime seria o resultado do imperialismo capitalista, dando concretude a um novo tipo de imperialismo, com sede em Moscou. O autor alega ainda que Stálin tentou “confinar a validade da concepção marxiana de capital estritamente ao capitalismo, distorcendo assim grosseiramente o significado de sua obra” (p. 12), de modo que o bloco soviético jamais se livrou do capital, e se manteve regulado pelo conflito entre capital e trabalho, fomentando a acumulação. Nesse sentido, durante o governo de Stálin houve um falso socialismo de mercado, de maneira que o capital ainda regia o funcionamento da economia soviética. Para Paulo Netto (1981), as condições concretas existentes quando os bolcheviques chegaram ao poder durante a Revolução Russa não estavam de acordo com as expectativas marxianas, por isso os revolucionários tiveram que primeiramente fomentar a industrialização para só então depois pensar em uma transição socialista. O autor reconhece que são inegáveis os avanços que a Rússia teve naquele período, pois passou de uma sociedade agrária tradicional e atrasada a um estágio industrial dinâmico e moderno. No entanto, quando essa passagem se processa, diante de total bloqueio econômico e isolamento político, o resultado foi de um traumatismo social. Por isso, o stalinismo e a transição socialista são coisas distintas. Sendo o primeiro “uma forma específica pela qual se criaram, na Rússia, as bases da moderna sociedade urbano-industrial na direção da transição socialista” (PAULO NETTO, 1981, p. 87). Nesse sentido, seguindo as indicações de Lênin, a melhor forma de proceder a uma análise do stalinismo é considerando o Estado soviético como um estado proletário com deformações burocráticas.
- <sup>2</sup> A Escola de Budapeste tornou-se uma inequívoca referência do marxismo a nível global ainda no século XX (AMADEO, 2015). Essa escola pode ser compreendida como um grupo de alunos e estudiosos que se reuniram em torno de György Lukács, principalmente durante a década de 1960, na Hungria, com a finalidade de compreender os acontecimentos que perpassavam o mundo e a particularidade daquele país, fomentando o projeto de renovação do marxismo a partir das contribuições dos seus principais membros: Agnes Heller, Ferenc Fehér, György Márkus, e Mihály Vajda. A ideia de renascimento do marxismo, empreendida por Lukács, funcionou como um projeto coletivo que uniu as reflexões da referida escola, sendo este, portanto, o intento geral e comum dos estudiosos que se agruparam em torno de Lukács. Por isso, naquele contexto adverso, a Escola de Budapeste ficou conhecida como a “nova esquerda”, pois o objetivo que reuniu esse grupo de pensadores extrapolava a discussão filosófica e voltava-se também para uma intenção política (RODRÍGUEZ, 1991). Por iniciativa do próprio Lukács esse círculo de estudiosos que esteve com ele por quase uma década foi denominado de Escola de Budapeste.
- <sup>3</sup> Sobre tais divergências, vale acrescentar que o resultado da leitura de *Para uma Ontologia do Ser Social* pelos jovens estudiosos resultou num artigo intitulado “Notas sobre a ontologia de Lukács”, publicado em 1975, no qual Heller, Fehér, Márkus e Vajda escreveram anotações críticas sobre a importância da práxis, o papel central da categoria de trabalho, a consideração da ideologia como força ativa e não apenas como reflexo, a centralidade da categoria de alinhamento, entre outras. Vajda particularmente classifica a *Ontologia* como um trabalho ultrapassado, no qual Lukács tenta reler alguns elementos de sua primeira práxis marxista junto com o conceito posterior de materialismo histórico-dialético. Nesse sentido, seria um trabalho estranho aos demais por ele produzidos (INFRANCA; TONEZZER, 1990).

**Liana Amaro Augusto de Carvalho**

lianacarvalhoss@hotmail.com

Doutorado em Serviço Social pela Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN).

Professora Substituta no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (DSS/UEPB).

**UEPB**

Rua Baraúnas

Campina Grande, PB – Brasil

CEP: 58429-500

**Agradecimentos**

Não se aplica.

**Agência financiadora**

Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo período de 09/2016 a 03/2017 e 02/2018 a 02/2021, sob o número de processo 88882376292/2019-01.

**Contribuições das autoras**

A autora é responsável pelo conteúdo do artigo publicado.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

Não se aplica.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMA LIVRE**

# A emancipação social no Estado plurinacional boliviano

**João Paulo Rocha Pereira da Silva**<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0000-0002-1918-0764>

**Fran Espinoza**<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-7882-5449>

**Carlos Augusto Alcântara Machado**<sup>3</sup>  
<https://orcid.org/0000-0002-2834-9699>

<sup>1</sup>Faculdade São Vicente de Pão de Açúcar, Curso de Direito, Pão de Açúcar- AL, Brasil.

<sup>2</sup>Universidade Tiradentes, Programa de Pós-Graduação em Direito, Aracaju, SE, Brasil.

<sup>3</sup>Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Direito, São Cristóvão, SE, Brasil.

## A emancipação social no Estado plurinacional boliviano

**Resumo:** O presente trabalho analisa a relação entre o conceito de emancipação e a formação do chamado novo constitucionalismo latino-americano, com ênfase no caso boliviano. O referido fenômeno político possibilita um processo emancipatório, haja vista que esse novo modelo de constitucionalismo é fruto de reivindicações sociais de grupos historicamente excluídos do jogo do poder, como os indígenas? A Constituição boliviana de 2009 trouxe uma ruptura do constitucionalismo tradicional de matriz europeia, propondo a construção de um Estado plurinacional que reconhece e respeita as diferenças. Sua elaboração segue o materialismo histórico que possibilita compreender os fenômenos sociais e sua evolução ao longo da história e considera aspectos econômicos, sociais, jurídicos do objeto investigado. Nas considerações finais indica-se que o novo constitucionalismo latino-americano possui diretrizes legais fundamentadas na emancipação humana, assim como é permeado por limites estruturais de ordem econômica, social, política e cultural.

**Palavras-chave:** Novo constitucionalismo latino-americano; Emancipação humana; Emancipação social; Constituição boliviana.

## A social emancipation in the bolivian plurinational State

**Abstract:** the present paper analyzes the relationship between the concept of emancipation and the formation of the so-called new Latin American constitutionalism, with emphasis on the Bolivian case. Does this political phenomenon enable an emancipatory process, given that this new model of constitutionalism is the result of social demands from groups historically excluded from the game of power, such as the indigenous peoples? The Bolivian Constitution of 2009 brought a rupture from the traditional constitutionalism of European matrix, proposing the construction of a plurinational state that recognizes and respects differences. Its elaboration follows the historical materialism that makes it possible to understand social phenomena and their evolution throughout history and considers economic, social, legal aspects of the investigated object. In the final considerations it is indicated that the new Latin American constitutionalism has legal guidelines based on human emancipation, as well as being permeated by structural limits of economic, social, political and cultural order.

**Keywords** New Latin American constitutionalism; Human Emancipation; Social Emancipation Bolivian Constitution.

Recebido em 01.07.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 02.12.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

O presente artigo traz uma análise do potencial emancipatório, conforme o conceito de Marx (2010a) sobre o novo constitucionalismo latino-americano, especificamente na particularidade boliviana.

O constitucionalismo moderno nasce com as revoluções burguesas<sup>1</sup> que, entre outros objetivos, visava à criação do Estado liberal, prevendo a defesa das liberdades individuais, da propriedade privada, além da consagração da separação dos poderes.

O novo constitucionalismo latino-americano se desenvolveu como resposta ao Estado homogeneizado, seletivo e elitista, trazendo a oportunidade para grupos até então não contemplados de colaborar com a construção de um Estado inclusivo e garantidor da diversidade.

O objetivo do presente artigo é analisar o novo constitucionalismo latino-americano a partir da experiência recente do Estado boliviano e sua relação com o conceito de emancipação social defendido por Marx. Pretende-se responder se o referido fenômeno político, em especial na realidade boliviana, possibilita um real processo de emancipação social.

Na primeira seção são discutidas as características conceituais e históricas do processo de construção do chamado novo constitucionalismo latino-americano, dando destaque aos dispositivos constitucionais da Bolívia e Equador. O conteúdo aqui exposto é dividido inicialmente nas inovações constitucionais conquistadas pelo novo fenômeno e seu processo de formação, dando especial enfoque a Constituição boliviana de 2009. A investigação é construída a partir de uma análise da evolução histórica do constitucionalismo e sua abertura para as reivindicações dos povos indígenas pelo reconhecimento da sua cultura e de seus valores no texto constitucional.

A segunda seção consiste em uma análise histórica do processo que fez despontar a Assembleia Constituinte da Constituição pluralista boliviana (2009), com a conseqüente observação da introdução de valores caracterizadores do processo de emancipação do povo boliviano.

Na terceira seção, aborda-se a categoria de emancipação humana na perspectiva de Marx, passando pelos conceitos de alienação e desalienação. Dessa forma, unem-se argumentos para compreender qual a concepção de emancipação adotada na Constituição boliviana.

O percurso investigativo para a elaboração do presente artigo segue inicialmente o método materialismo histórico de Marx e Engels, que pode ser definido como uma forma de se compreender e interpretar os fenômenos das relações sociais por meio da produção e troca de produtos. Para Marx e Engels, a infraestrutura (economia) vai desenvolver a superestrutura (jurídica, política etc.) de forma dialética e orgânica, concebendo, assim, a consciência social que tem por finalidade assegurar a economia como está posta (GIL, 2011). Nessa perspectiva, o processo constitucional que deu origem ao movimento do novo constitucionalismo é fruto de reivindicações, marcado por questões históricas e materiais envoltas em características de cada povo.

Nas considerações finais, sinaliza-se que as promessas do novo constitucionalismo americano, positivado nos textos constitucionais, não rompe com a estrutura jurídica liberal burguesa, entretanto, o novo constitucionalismo é uma versão que contempla de forma mais inclusivas as minorias sociais, sobretudo os indígenas a partir da ressignificação da natureza.

## Base conceitual do novo constitucionalismo latino-americano

O constitucionalismo liberal e o social foram produtos da importação de ideias europeias e, por mais que descrevessem uma realidade comparável, o fazia a partir do homem branco. Nessa perspectiva, entende-se que não houve uma tentativa de adequar os textos jurídicos a realidade social e cultural dos países latino-americanos em suas especificidades.

O novo constitucionalismo latino-americano rompe com o processo elitista de construção normativa da Constituição, uma vez que possui especificidades locais e se origina na reivindicação dos povos excluídos do poder, sobretudo os indígenas. Como fenômeno jurídico-constitucional recente, por mais inovador que pareça, não representa, rigorosamente, um rompimento do constitucionalismo (WOLKMER, 2013).

Por maior que seja a diferença entre o novo constitucionalismo latino-americano do modelo clássico, ele ainda é um desdobramento da ideia de Estado de Direito.

O constitucionalismo liberal perdeu a vitalidade na América-latina em razão de suas promessas não cumpridas, o que levou ao aumento da tensão, fomentando o alargamento da consciência dos cidadãos e resultando na busca de um constitucionalismo latino-americano que vise a reestruturação dos processos sociopolíticos de transformação, além de promover a edificação de um Estado mais empenhado em propiciar bem-estar a seus cidadãos (PASTOR; DALMAU, 2013).

O primeiro ciclo constitucional identificado como constitucionalismo multicultural tem como marco a Constituição da Guatemala de 1985 e da Nicarágua em 1987, as quais adotaram a característica comum do reconhecimento às questões multiétnicas e multiculturais dos países, resguardando a proteção dos direitos culturais, linguísticos e territoriais (BRANDÃO, 2015).

A Constituição brasileira de 1988 é configurada nesse primeiro ciclo, haja vista as proteções contidas em seu texto, a exemplo da proteção a língua nativa, disposta no artigo 210, § 2º, e da proteção a outras culturas não homogêneas ou dominantes, disposta no art. 215, §1º. Entretanto, essa Carta não reconheceu uma autonomia jurídica, política e cultural aos povos nativos. (MACHADO, 2016).

O marco definidor do início do segundo ciclo é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989. Trata-se da introdução do pluralismo jurídico no texto constitucional, o qual passou a reconhecer as tradições, costumes e autoridade dos povos nativos indígenas<sup>2</sup>. Este ciclo tem como característica o rompimento do monismo jurídico do Estado de Direito liberal. Tal transformação surgiu devido às reivindicações indígenas por mais espaço no jogo democrático, propiciando, “[...] o reconhecimento dos povos indígenas e tribais como sujeitos políticos e não como objetos de política de assimilação” (HAGINO; QUINTANS, 2015, p. 610), transformando essa relação em âmbito interno em face do desenvolvimento do direito internacional dos povos indígenas, conjuntamente com o desenvolvimento do multiculturalismo.

Os marcos normativos do referido ciclo são as Constituições da Colômbia, de 1991; México, de 1992; Paraguai e Peru, em 1993, e Venezuela, em 1999.

O terceiro ciclo é chamado constitucionalismo plurinacional, e tem como marco normativo a Constituição do Equador de 2008 e a da Bolívia de 2009, as quais incluem os povos indígenas como protagonistas do poder constituinte originário. O texto jurídico reconstrói o Estado com base plurinacional, numa cosmovisão de povo originário que havia sido excluído (FAGUNDES, 2013).

O texto da Constituição Equatoriana protege a identidade dos povos indígenas, a manutenção da posse ancestral comunitária de suas terras, a sua regionalidade, sua tradição cultural, social, política e econômica, seu conhecimento ancestral e os patrimônios históricos.

Uma das inovações do texto equatoriano é o *Sumak Kawsay* (bem viver).

O bem viver, continua, supõe ter tempo livre para a contemplação e emancipação, e que as liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais dos indivíduos/coletividades se ampliem e floresçam de modo que permita lograr simultaneamente aquilo que a sociedade, os territórios, as diversas identidades coletivas e cada um, visto como ser humano/coletivo, universal e particular, por sua vez, valoram como objetivo desejável (tanto material como subjetivamente, sem produzir nenhum tipo de dominação de um sobre o outro). (MORAES; FREITAS, 2013, p. 116).

Trata-se da inserção dos valores epistemológicos indígenas no texto jurídico constitucional. É uma visão crítica de mundo que propõe um novo olhar sobre a política e a cultura ao tempo em que denuncia as injustiças do sistema econômico do capital. O *Sumak Kawsay* (bem viver) “é constitucionalizado no Equador sob a forma de direitos do bem viver, relacionados, no Título dos Direitos (Título segundo)” (MORAES; FREITAS, 2013).

Nessa nova visão ou dessa introdução de visão dos povos tradicionais indígenas, foi que a Constituição do Equador legitimou a *Pachamama* como sujeito de direito.

*Pacha* é um termo plurissignificativo e multidimensional, no qual todas as formas de existência vêm a ser a síntese das forças que movem a vida. A *Pachamama* e o Bem viver são manifestações dos saberes não eurocêntricos (BRANDÃO, 2015), uma vez que harmonizam saberes ancestrais com saberes modernos, e dessa forma criam laços de solidariedade entre povos que por séculos se acreditou que não poderiam coexistir e compartilhar valores em comum. O novo constitucionalismo possibilita o pluralismo epistemológico emancipador ao abrir o jogo democrático aos excluídos, rompendo com o padrão estabelecido que fora importado pelas elites.



Busca-se superar o modelo homogeneizante e uniformizado da vida humana, fazendo emergir um conhecimento há muito esquecido de valores, como o *Sumak Kawsay* e a *Pachamama*, criando um modelo que mescla a participação popular dos excluídos, sem romper ou superar o Estado de Direito capitalista.

No processo de transformação dos Estados, tanto a Bolívia como o Equador tiveram grande participação de movimentos sociais, a exemplo dos *cocaleros desplazados*, mineiros, mulheres, homossexuais, afrodescendentes e indígenas. Vale ressaltar que mesmo apresentando universos diversos, cheios de especificidades, esses movimentos compartilham a opressão e a exclusão imposta pelo sistema.

Dessa forma, é possível se compreender que o novo constitucionalismo latino-americano foi construído a partir da exclusão gerada pela aplicação de um sistema normativo que não possibilitava o reconhecimento de outras culturas dentro de seu território. É fato que cada fase do novo constitucionalismo está relacionada aos aspectos históricos e materiais de cada estado nacional, o que o torna um processo multifacetado, mas com um núcleo comum fundado nas bases valorativas de cada cultura.

### A Constituição pluralista da Bolívia

A Bolívia é um país localizado no centro da América Latina, que nunca teve uma economia capitalista plenamente desenvolvida, o que resultou em estruturas comunitárias de funcionamento próprio, as quais permaneceram muito tempo sem qualquer relação com o mercado. Em que pese à população ter sido majoritariamente formada por indígenas e mestiços, não se assegurou relevante participação popular para atuação junto à organização social e política do Estado, controlada por uma minoria branca boliviana (LEONEL JÚNIOR, 2018). A história da cidadania boliviana pode ser dividida em três fases: inicia-se com a cidadania da carta do século XIX e passa para a corporativa entre 1930 e 1970 (LEONEL JÚNIOR, 2018). As manifestações de 1979 não conseguiram alterar a estrutura de classes sociais bolivianas, causando um enorme descontentamento na organização indígena. Já na década de 1980, houve uma reorganização do Estado e dos partidos políticos com a introdução da igualdade individual e o voto, na tentativa de camuflar a desigualdade estrutural e o não reconhecimento da cultura e do modo de vida das várias etnias indígenas.

Tal exclusão levou a uma convergência de vários grupos minoritários no início do novo século numa mobilização com o objetivo de reformular as instituições políticas. Essa mobilização se intensificou em razão da privatização do sistema de abastecimento de água na cidade de Cochabamba (ocorrida nos anos 2000), bem como da venda do gás natural aos Estados Unidos, através dos portos chilenos (ocorrida no ano 2003). Tais eventos levaram às conhecidas Guerra da Água e do Gás, tornando-se os marcos das referidas mobilizações (BELLO; KELLER, 2018).

Em face de todo o contexto apresentado entre mobilizações e conflitos, houve a queda do presidente boliviano Sanchez de Lozada, em 2003. Após a queda, Carlos Mesa o substituiu, realizando alguma reforma política e anistiando os agentes políticos envolvidos na Guerra do Gás e da Água. Entre os anistiados estava Evo Morales, líder *cocalero* e deputado. (PRONER, 2013).

A estabilidade política na Bolívia atingiu seu ápice em junho de 2005 devido à amplitude dos protestos. O então presidente Carlos Mesa renunciou ao seu cargo, dando início a uma sequência de renúncias do presidente do Congresso e do presidente da Câmara de Deputados, levando o presidente da Suprema Corte a assumir o Poder Executivo e convocar novas eleições para dezembro daquele mesmo ano. As eleições de 2005 trouxeram Evo Morales como presidente eleito, de forma direta sua vitória:

Conjugou a história da exclusão, a luta das reivindicações sociais e a revalorização dos povos indígenas, particularmente do povo aymara. Desde aquele momento, o poder simbólico passou a ser identificado na figura de Evo Morales<sup>3</sup>. (ESPINOZA, 2015, p. 173, tradução nossa).

O presidente eleito convocou uma Assembleia Constituinte que era tida pelo bloco indígena popular como uma forma de reestruturar o Estado, alcançando as transformações desejadas diante do enfraquecimento do bloco do poder, fragilizado pela perda da eleição presidencial.

Apesar das ações golpistas ocorridas durante o governo de Evo Morales, houve a consolidação do bloco histórico indígena popular que controlava o aparato estatal, o qual se aliou as forças armadas e a sociedade civil

vencendo as tentativas de golpes e garantindo a reeleição de Evo Morales em 2009, bem como a promulgação da Constituição.

O novo texto constitucional da Bolívia não tinha como objetivo introduzir um direito, mas refundar uma sociedade multicultural que se utilizasse do texto jurídico e não que dependesse dele para existir. A formação do Estado a partir das duas visões de mundo busca não o antagonismo, mas o desenvolvimento compartilhado no qual todos os valores são partilhados. Essa concepção é introduzida através do pluralismo jurídico.

Nessa perspectiva, a construção da justiça boliviana funciona em nível comunitário, invocando o direito consuetudinário ao permitir que cada comunidade solucione os seus litígios sem acionar o Estado-juiz, rompendo com o ideal eurocêntrico e o monismo jurídico, com o acionamento de suas próprias autoridades naturais. A Bolívia possui quatro níveis de autonomia, a saber: departamental, regional, municipal e indígena originário campesino (DAN; NASCIMENTO, 2016).

A vitória da população indígena não se traduziu em garantias de direito, mas uma alteração na pirâmide kelseniana, pois novas categorias originárias tiveram um especial protagonista, com destaque para o povo indígena. O texto da Carta Magna boliviana de 2009 tem aproximadamente 400 artigos, dos quais dedica 80 ao povo indígena. Dentre as proteções constitucionais, está a medicina tradicional indígena como propriedade intelectual e cultural; as línguas originárias, o apoio estatal e as manifestações culturais, direitos representados no artigo 8º do texto boliviano.

A introdução da cosmovisão no texto constitucional do *Bien Vivir* e da *Pachamama* como novo sujeito de direito, a criação de um tribunal constitucional plurinacional, a igualdade de gênero, jurisdição autônoma indígena igualitária, direito a água e a segurança alimentar, reconhecimento das autoridades indígenas e a democracia comunitária são algumas das conquistas obtidas pelo povo boliviano (BRANDÃO, 2015).

O bem viver não é uma concepção excludente de outras ou fechada em si, mas é uma concepção agregadora que coordena as concepções em busca de um consenso, onde o individualismo e a exploração do sistema não permitem o desenvolvimento das potencialidades.

O bem viver não é uma filosofia indígena abstrata, mas uma forma de vivenciar a vida em sua completude e sua positivação normativa guiando a política do Estado a construir meios para alcançar essa meta, nos termos do artigo 8º da Constituição da Bolívia.

Guiado pelo princípio do bem viver, os serviços públicos devem ser efetivos no combate ao individualismo exploratório, próprio do sistema capitalista. Trata-se de reconstruir a sociedade através da solidariedade, trazendo harmonia entre o homem e a natureza, entre os saberes de duas culturas e o pensar, raciocinar, atuar e viver, como um que faz parte do todo.

Entretanto, sua aplicação e eficácia encontram dificuldades materiais para sua concretude, uma vez que o Estado boliviano é carente de recursos para a aplicação de políticas capazes de promover a superação da desigualdade social e fomentar uma melhor prestação de serviços essenciais para todos, o que transforma o bem viver numa meta a ser alcançada. (ESPINOZA; MARQUES; LOURENÇO, 2020).

Como visto, o novo constitucionalismo latino-americano boliviano busca a emancipação através do conhecimento e do olhar dos povos indígenas sobre o mundo.

## **Emancipação Segundo Karl Marx**

Karl Marx (2010a) entende que a emancipação humana é o objetivo final que só pode ser alcançada com a superação do capitalismo, cabendo ao proletariado industrial o protagonismo do movimento de transformação.

Marx (2010b) trata do conceito de alienação e desalienação inserido na relação de produção do capitalismo: “o conceito de alienação é concebido pelo método dialético como necessariamente reflexivo” (BELLO; KELLER, 2014, p. 20). Logo, não é possível a existência da alienação sem a desalienação.

E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a ‘auto-alienação’ ou alienação de si mesmo, não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação) (PETROVICK, 2006, p. 5).

A alienação carrega consigo sua própria superação, uma vez que está contida num processo histórico e social do desenvolvimento do ser. Superar a alienação significa superar o modelo social da divisão do trabalho, das classes sociais, da propriedade privada e dos meios de produção. Marx (2010b) afirma que somente após abandonar os antigos grilhões os seres humanos poderão ser livres e buscar sua autorrealização.

Nesse sentido, os objetivos da desalienação são quatro: a natureza, o próprio homem, à vida humana, e os demais homens. A alienação provém da vida em sociedade, e por essa razão, seu fim só poderá acontecer quando determinadas condições materiais estiverem presentes.

É possível destacar como condições a política, a cultura, o direito e a economia, todos interligados. Baseado nisso, Karl Marx propõe a revolução política social como meio de romper e trazer as transformações sociais de um mundo pós-capitalista (MARX, 2010b).

Outro aspecto importante para a desalienação é a “reforma da consciência”, fundamental para alterar a ideologia vigente e poder transformar a sociedade. Nesse sentido “na concepção marxiana, a ‘reforma da consciência’ consiste em um desdobramento positivo da aplicação do método do materialismo histórico e dialético, na qualidade de compreensão da realidade em que se vive e busca a sua superação” (BELLO; KELLER, 2014, p. 22). Para que os homens sejam livres e conscientes de si mesmos, aduz a teoria marxiana ser necessário que a sociedade tenha uma base material e outras condições para romper com o processo de produção e este processo é longo e dificultoso (MARX, 2010b).

Na obra de 1883 “Sobre a questão judaica”, Karl Marx (2010a), apresenta uma forte crítica a sociedade capitalista e o papel do judaísmo no desenvolvimento do Estado. A obra faz parte dos escritos do jovem Marx e tem como objetivo de estudo o dever do Estado de reconhecer os indivíduos na qualidade de cidadãos, independentemente da religião e da separação da religião e do Estado. (BELLO; KELLER, 2014).

Para Marx (2010a), a emancipação política não está vinculada à dependência religiosa de qualquer tipo. Para ele, o que deve ser buscado é a emancipação humana<sup>4</sup>, porém, reconhece que para tal é imperiosa a emancipação política.

A concepção de emancipação humana necessita da superação completa da opressão que imposta pelo sistema capitalista do Estado, que garante esse modelo econômico. A superação da lógica do capital está distante, é incerta e utópica. Entretanto, não se deve deixar de buscá-la e no processo de procura, deve-se reconhecer que as conquistas aproximaram todos dessa utopia. Na perspectiva teórica adotada

[a] emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual, real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado sua “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separada de si mesma a força social na forma de força política. (MARX, 2010a, p. 54).

A conquista da emancipação social parcial é uma conquista contra o capital, não devendo separar as reformas que são fruto dessa emancipação na luta anticapitalista. O valor libertário, trazido pela emancipação parcial quando realizada de forma crítica, possibilita um instrumento de luta vital contra a opressão. Dessa maneira, “A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui forma de emancipação humana da ordem mundial vigente até aqui” (MARX, 2010a, p. 41).

A emancipação política é uma conquista social que vai auxiliar no alcance da emancipação humana. Nesse sentido, deve-se analisar o fenômeno jurídico-político do novo constitucionalismo e sua potencialidade para a emancipação.

As conquistas alcançadas pelo processo constitucional da América Latina devem ser compreendidas como um ato revolucionário que concebeu a emancipação social indígena, criando uma alternativa política e econômica. Sobre a ampliação do horizonte jurídico: “[...] não há como se negar que a luta por direitos e, nesse sentido, a linguagem dos direitos humanos, é um campo vital de busca de autonomia de pessoas e povos e, de efeitos, tem um papel relevante e respeitável no projeto emancipatório”. (CUNHA, 2014, p. 444).

Quanto à emancipação humana, as conquistas do constitucionalismo boliviano atual não podem ser vistas como um fim já que outros grupos excluídos não tiveram o mesmo êxito, a exemplo dos afrodescendentes, como destacado no art. 32 da Constituição da Bolívia<sup>5</sup>.

Mesmo usufruindo de todos os direitos sociais, econômicos e culturais reconhecidos para a população indígena, não é aceitável considerar que a emancipação da população afrodescendente esteja subordinada às leis que não contemplam suas peculiaridades. Deve-se ter sensibilidade para que uma minoria não cubra a compreensão da outra. Essa é a razão maior da busca da emancipação humana, visto que é a única capaz de proporcionar uma fraternidade absoluta.

A emancipação humana prescinde de uma confluência de fatores que escapam do viés estrito do trabalho, que perde ou mesmo divide a centralidade nas pautas reivindicatórias contemporâneas. Se a emancipação humana depender exclusivamente do “Revolucionamento” da infraestrutura, será preciso suspender a sua utilização enquanto as ditas condições objetivas e subjetivas não permitirem se pensar no salto qualitativo de superação do capital. (BELLO; KELLER, 2014, p. 27).

O movimento do novo constitucionalismo latino-americano não ocorreu pelo proletariado, o que fugiu das previsões de Karl Marx<sup>6</sup>. Os atores mais destacáveis nos processos constitucionais da Bolívia foram a população indígena e campesina, que buscaram a sua emancipação social, a libertação econômica, a ruptura com o eurocentrismo e a nova epistemologia do Bem viver.

As Constituições da Bolívia e do Equador têm as marcas da sua formação social particular, sendo o indígena o principal ator sociopolítico. Ainda que, na maioria das vezes, ele possa também ser proletário, não foi ostentando a condição de trabalhador ou vindicando direitos dessa ordem que ascendeu politicamente. (BELLO; KELLER, 2014, p. 26).

Os excluídos e oprimidos rejeitaram a imposição jurídica trazida pelas elites, que por séculos ignoraram sua cultura. Nessa direção “as cartas constitucionais são mais amplas, complexas e detalhadas, radicadas na realidade histórico-culturais de cada país e, portanto, declaradamente comprometida com os processos de descolonização” (MELO, 2013, p. 53). Houve um rompimento nesses países com a concepção de mundo e com as normas eurocêntricas, uma troca de poder e não uma superação do poder, a troca de uma cultura importada por uma cultura ancestral e nacional.

A consciência de classe, em relação ao critério econômico classista da exploração do labor, não ocorreu. Dessa forma, concorda-se, na perspectiva teórica adotada nesse artigo, que “[...] o homem não foi libertado da religião, ele ganhou a liberdade de religião. Ele não foi libertado da propriedade. Ele ganhou a liberdade de propriedade. Ele não foi liberto do Egoísmo do comércio. Ele ganhou a liberdade de comércio” (MARX, 2010a, p. 53).

Nesse sentido afirma-se que

[...] o mundo jurídico é um importante campo de luta que não deve ser desprezado ou minimizado, não denota acreditar que o direito ultrapasse a forma econômica da sociedade, mas sim que os processos de transformação da sociedade acontecem, ao mesmo tempo, em distintos setores específicos e no todo social. (CUNHA 2014, p. 422).

Pela leitura de todo o contexto apresentado na presente reflexão, no novo constitucionalismo latino-americano e no caso boliviano, os povos indígenas e campesinos não superaram o Estado Liberal de direito, mas se tornaram sujeitos de direito e de fato. Ainda que não coincida com a emancipação plena, o reconhecimento da condição indígena na Constituição representa uma forma de emancipação política, a qual é fundamental para possibilitar o ambiente propício ao fomento do desenvolvimento de ferramentas que sejam capazes de gerar a emancipação humana.

### **Considerações finais**

O estudo em tela objetivou refletir sobre a relação da emancipação e o movimento do novo constitucionalismo latino-americano, em especial o boliviano, a partir da perspectiva marxiana, e responder a seguinte pergunta: o referido fenômeno político, em especial, na realidade boliviana, possibilita um real processo de emancipação social?

De acordo com todo o aqui exposto, compreende-se que o constitucionalismo latino-americano possibilita parcialmente o processo emancipatório, haja vista ser precursor da emancipação humana. Essa emancipação política representa uma conquista, por ter sido gerada pela camada que não possuía voz ou espaço significativo nas Constituições anteriores, como demonstrado no primeiro tópico.

O novo constitucionalismo latino-americano é um movimento construído pela população indígena e campesina que visa alcançar maior participação política e social para seus pares. Este conseguiu com sua luta uma reestruturação parcial do Estado de direito constitucional, criando o Estado plurinacional, com maior espaço democrático.

Entretanto, é importante deixar claro que, por si só, não consegue alcançar a emancipação humana, posto que seu fato gerador é um texto jurídico que está inserido dentro da lógica do capital. Por mais heterodoxo e inovador que seja o Estado plurinacional, é, ainda, um Estado que opera dentro das regras mercantilistas. Como apresentado no segundo tópico temático do presente estudo, a aplicação dos direitos inseridos no novo texto constitucional carece de recursos para garantir sua plenitude e eficácia, o que torna um trabalho hercúleo sua execução, uma vez que o Estado boliviano é pobre e, enquanto estiver vinculado a essa realidade, não poderá gerar a emancipação humana, de acordo com Marx.

Mesmo que, conforme as definições de Marx, o constitucionalismo latino-americano não seja capaz de promover a emancipação humana plena, a conquista da emancipação política está construindo as bases fundamentais para a emancipação humana, uma vez que representa uma evolução nas etapas que levam à emancipação plena.

## Referências

- BRANDÃO, P. O novo Constitucionalismo pluralista latino-americano. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- BELLO, E.; KELLER, J. R. Direitos humanos e emancipação: reflexões sobre a retirada de crucifixos do TJ/RS à luz da questão judaica, de Karl Marx. In: WOLKMER, A. C.; CORREAS, O. (org.) Crítica Jurídica na América Latina. Aguascalientes: CENEJUS, 2013.
- BELLO, E.; KELLER, J. R. Emancipação e subjetividades coletivas no novo constitucionalismo latino-americano: uma análise da atuação política dos movimentos sociais na Bolívia, no Equador e no Brasil. In: BELLO, E. et al. Direito e Marxismo: as novas tendências constitucionais da América Latina. Caixas do Sul: Educs, 2014. p. 19–40.
- BOLÍVIA. Constituição da Bolívia. Disponível em: [https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion\\_Bolivia.pdf](https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf). Acesso em: 25 jun. 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- COLOMBIA. Constituição da Colômbia. Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Constitucion%20politica%20de%20Colombia.pdf>. Acesso: 15 jun. 2022.
- COURTIS, C. Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina. Sur, Rev. *int. direitos human.* [online], v. 6, n. 10, p. 52-81, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452009000100004>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- CUNHA, J. R. Direito e Marxismo: é possível uma emancipação pelo direito? *Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 422-461, 2014.
- DAN, V. L. C.; NASCIMENTO, D. de C. Análises sobre o Tribunal Constitucional Plurinacional Boliviano. *Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 350-375, 2016.
- EQUADOR. Constituição do Equador. Ano 2008. Disponível em: [https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4\\_ecu\\_const.pdf](https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf). Acesso em: 13 jan. 2022.
- ESPINOZA, F. Bolivia: la circulación de sus élites (2006-2014). Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País. 2015.
- ESPINOZA, F. El dilema de Bolivia: la élite cruceña (camba). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31512/rdj.v16i27.2130>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- ESPINOZA, F.; MARQUES, V. T.; LOURENÇO, L. F. de Q. Bolívia: entre o Eltipnis e o Bem Viver. Disponível em: [https://www.academia.edu/40789936/BOL%C3%8DVIA\\_ENTRE\\_O\\_EL\\_TIPNIS\\_E\\_O\\_BEM\\_VIVER\\_ISSN\\_2316-266X](https://www.academia.edu/40789936/BOL%C3%8DVIA_ENTRE_O_EL_TIPNIS_E_O_BEM_VIVER_ISSN_2316-266X). Acesso em: 20 jan. 2022.
- FAGUNDES, L. M. Reflexões sobre o processo constituinte boliviano e o novo constitucionalismo sul-americano. In: WOLKMER, A. C.; MELO, M. P. Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas. Curitiba: Juruá, 2013. p. 153–168.
- LINERA, Á. G. Marxismo e indianismo. *Tareas*, Centro de Estudios Latinoamericanos Justo Arosemena, Panamá, n. 130, p. 107-120, 2008.
- GIL, A. C. Método e técnica de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2011.

- HAGINO, C. H.; QUINTANS, M. T. D. O reconhecimento de povos tradicionais e os usos contra-hegemônicos do direito no Brasil: entre a violência e a emancipação social. *Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 598-644, 2015.
- LEONEL JÚNIOR, G. O Novo Constitucionalismo Latino-americano: um estudo sobre a Bolívia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- LUKES, S. Verbete “Emancipação”. In: BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 190–191.
- MACHADO, C. A. A. Fraternidade e democracia: considerações sobre os mecanismos de participação popular e fraterno na Carta Constitucional de Brasil de 1988. In: VERONESE, J. R. P. et al. *O direito no século XXI: o que a Fraternidade tem a dizer: estudos desenvolvidos no programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 59–71.
- MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política: livro I o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MELO, M. P. As recentes evoluções do constitucionalismo na América-Latina: o neoconstitucionalismo? In: WOLKMER, A. C.; MELO, M. P. *Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 59–87.
- MORAES, G. de O.; FREITAS, R. C. O novo constitucionalismo latino-americano e o giro ecocêntrico da Constituição do Equador de 2008: os direitos de Pachamama e o bem viver (sumak kawsay). In: WOLKMER, A. C.; MELO, M. P. *Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 103–124.
- PASTOR, R. V.; DAUMAU, R. M. O processo constituinte venezuelano no marco do novo constitucionalismo latino-americano. In: WOLKMER, A. C.; MELO, M. P. *Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 43–57.
- PETROVICK, G. Verbete “Alienação”. In: BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 05–09.
- PRONER, C. O Estado plurinacional e a nova constituição boliviana: contribuições da experiência boliviana ao debate dos limites ao modelo democrático liberal. In: WOLKMER, A. C.; MELO, M. P. *Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 141–152.
- WOLKMER, A. C. Pluralismo crítico e perspectivas para um novo constitucionalismo na América Latina. In: WOLKMER, A. C.; MELO, M. P. *Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 19–42.

## Notas

- <sup>1</sup> Especificamente as revoluções: inglesa (1688), americana (1776) e francesa (1789).
- <sup>2</sup> Christian Courtis (2009) afirma: “Muitas das cláusulas constitucionais que reconhecem direitos dos povos indígenas tomaram como inspiração os padrões internacionais sobre o tema, entre os quais destacamos, como exemplo privilegiado, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho”.
- <sup>3</sup> *conjugó la historia de la exclusión, la lucha por las reivindicaciones sociales y la revalorización de los pueblos indígenas, particularmente la del pueblo aymara. Desde aquel momento, el poder simbólico pasó a ser personificado en la figura de Evo Morales*. (ESPINOZA, 2015, p. 173).
- <sup>4</sup> “**Emancipação:**[...] Marx e os marxistas tendem a ver a liberdade em termos da eliminação dos obstáculos à emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição humana. Entre esses obstáculos, destacam-se as condições do trabalho assalariado. [...] para superar esses obstáculos é necessária uma tentativa coletiva, e a liberdade como autodeterminação é coletiva no sentido de que consiste na imposição, socialmente cooperativa e organizada, do controle humano tanto sobre a natureza como sobre as condições sociais de produção [...]” (LUKES, 2006, p. 190).
- <sup>5</sup> *Artículo 32. El pueblo afroboliviano goza, en todo lo que corresponda, de los derechos económicos, sociales, políticos y culturales reconocidos en la Constitución para las naciones y pueblos indígena originario campesinos*.
- <sup>6</sup> Para Linera (2008) o movimento indígena e os teóricos marxistas latino-americano em grande parte do século XX nunca foi capaz de dialogar entre si. Logo, o marxismo não contribuiu com a investigação sobre os determinantes históricos e sociais indígenas, além disso, não articulou processos políticos de lutas sociais no território latino-americano.

## João Paulo Rocha Pereira da Silva

jprpsilva@hotmail.com

Mestrado em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes (UNIT).

Advogado e Professor do curso de Direito da Faculdade São Vicente de Pão de Açúcar (FASVIPA).

## FASVIPA

R. Padre Soares Pinto, Centro,

Pão de Açúcar- AL, Brasil  
CEP: 57400-000.

**Fran Espinoza**

espinoza.fran@gmail.com

Doutor em Estudos Internacionais, Universidade de Deusto, Espanha.

Professor titular da Pós-graduação em Direitos Humanos na Universidade Tiradentes (UNIT).

**UNIT**

Av. Murilo Dantas, 300, Farolândia

Aracaju, SE – Brasil

CEP: 80210-170

**Carlos Augusto Alcântara Machado**

cmachado@infonet.com.br

Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Professor permanente do Mestrado em Direitos Humanos na Universidade Tiradentes (UNIT).

Professor colaborador do Mestrado em Constitucionalização do Direito na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

**UFS**

Campus universitário, Jardim Rosa Elze

São Cristóvão, SE – Brasil

CEP: 49100-000

**Agradecimentos**

Ao estímulo a pesquisa viabilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Agência financiadora**

Não se aplica.

**Contribuições das autoras**

Os doutores Carlos Augusto Alcântara Machado e Fran Espinoza e coautores em questão contribuíram com o debate, orientações, correções e revisão da presente produção teórica. O autor principal, o Mestre João Paulo Rocha Pereira da Silva,

contribuiu com a inovação teórica, escrita e estruturação do texto.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

Consentimento dos autores.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMA LIVRE**

## Breve história da crítica marxista ao fascismo: disputas e elementos de análise

**Antônio Gabriel Santana Martins<sup>1</sup>**  
<https://orcid.org/0000-0003-2505-8201>

**Matheus Garcia<sup>2</sup>**  
<https://orcid.org/0000-0002-8654-8813>

**Daniela Cristina da Silva Garcia<sup>3</sup>**  
<https://orcid.org/0000-0003-1954-2304>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social, Florianópolis, SC, Brasil.

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Educação, Florianópolis, SC, Brasil.

<sup>3</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, SC, Brasil.

### Breve história da crítica marxista ao fascismo: disputas e elementos de análise

**Resumo:** Em 2022, a ascensão fascista ao poder na Itália completou seu centenário. Desde as primeiras manifestações do fascismo, o marxismo se deteve à análise deste fenômeno com notável acuidade. Durante todo o período de ascensão do fascismo, a tradição marxista disputou internamente a compreensão e, conseqüentemente, seu enfrentamento, desenvolvendo três estratégias distintas, que se confrontaram no seio da Internacional Comunista. Dessas estratégias, apenas uma se deteve aos elementos metodológicos próprios do marxismo, analisando o fenômeno como vinculado à luta de classes e o situando no contexto da reprodução ampliada de capital em crise. Conseqüentemente, esta estratégia, delineada na década de 1920 e que alcança seu apogeu na década seguinte, mostra-se ainda mais pertinente diante do retorno do tema nos últimos anos. Assim, o presente texto resgata as categorias de análise da tradição marxista, traçando suas disputas e destacando suas conquistas a fim de qualificar o debate da atual quadra histórica e os riscos da volta do fascismo ao mundo do capital e suas possibilidades de enfrentamento.

**Palavras-chave:** Fascismo; Marxismo; Crise.

### Brief history of Marxist criticism of fascism: struggle and elements of analysis

**Abstract:** In 2022, the fascist victory in Italy completes one hundred years. Since the first manifestations of fascism, Marxism analyzes this phenomenon with remarkable accuracy. Throughout the period of the rise of fascism, the Marxist tradition disputed understanding internally and, consequently, the ways of combating fascism, developing three distinct strategies, which confronted each other. Of these strategies, only one dealt with the methodological elements inherent to Marxism, analyzing the phenomenon as linked to the class struggle and placing it in the context of capital in crisis. Consequently, this strategy, outlined in the 1920s and reaching its peak in the 1930s, is even more pertinent in the face of the return of the theme in recent months. Thus, the present text rescues the categories of analysis of the Marxist tradition, tracing its disputes and highlighting its achievements to analyze the current historical period and the imminent risks of the return of fascism to the world of capital.

**Keywords:** Fascism; Marxism; Crisis.

Recebido em 30.06.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 05.12.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.



## Introdução

Quando completou o centenário da posse de Benito Mussolini na Itália, ocorrida em 1922, o fascismo já ocupava o debate teórico-político há anos. Não somente em símbolos e atividades de grupos paramilitares e milícias, mas enquanto ações concatenadas e de influência e participação ativa em governos de economias relevantes como Hungria, Brasil, Ucrânia, Índia e Estados Unidos. Nesse momento, portanto, retomar o arsenal teórico mais consistente é imprescindível para superar a nova ofensiva fascista que confirma o predito pela tradição marxista de possível retorno diante da manutenção da sociabilidade capitalista.

Em contraposição à tentativa de apagamento da história, no presente trabalho apresentaremos uma breve síntese da história da tradição marxista na teorização e definição de estratégias de luta contra o fascismo. Longe de ser um relato idílico de consensos, os embates entre as diferentes compreensões sobre o fenômeno apontam a distintas estratégias, das quais a apreensão mais radical, que aglutina nomes como Antonio Gramsci, José Carlos Mariátegui, Clara Zetkin, Leon Trotsky e Ernest Mandel, saiu sempre derrotada. Este registro, todavia, não se limita ao resgate histórico. Ao serem sintetizadas as concepções e disputas, visamos trazer ao debate contemporâneo as categorias de análise da tradição marxista, agora já passíveis de crítica pelos combates realizados durante a ascensão, apogeu e declínio do fascismo entre 1920 e 1970.

Dessa forma, esse movimento de mergulhar ao fundo de um rio em que são depositadas as mais radicais críticas ao fascismo não se realiza para colocar artefatos em um museu, mas sobretudo para sua restauração ao uso como instrumento de luta e enfrentamento desta ameaça.

Com o objetivo de resgatar a história e, ainda, as categorias e o método da mais radical tradição marxista naquilo que denominamos antifascismo revolucionário, o presente texto busca qualificar o debate na atual quadra histórica em suas determinações e tendências de desenvolvimento, sem perdermos de vista sua inseparável unidade entre teoria e prática. Portanto, longe de esgotar o debate, nos propomos a iniciá-lo a partir dos marcos da Crítica da Economia Política, expondo os fundamentos do que se apresentaram como as três principais teses antifascistas da tradição marxista, com destaque ao antifascismo revolucionário.

## A aurora do antifascismo revolucionário: Gramsci, Mariátegui e a Itália de 1920

Em 1920, Antonio Gramsci redige seu primeiro artigo sobre o fascismo. Na ocasião, o marxista italiano já observa o movimento de classes que fundamenta o fenômeno, tornado público e organizado a partir da fundação do Partido Fascista, em 1915 — posteriormente renomeado para Partido Nacional Fascista, após o fracasso eleitoral em 1919. À época, Gramsci associa o fascismo à contrarrevolução, baseada na violência paraestatal para restauração do Estado liberal em crise. É nítida a acuidade do revolucionário sardo em perceber que o fascismo, já em seus primórdios, não se restringe à Itália e se direciona a “[...] um aguçamento da luta capitalista contra as exigências mais vitais da classe operária” (GRAMSCI, 2004a, p. 429).

No ano seguinte, 1921, Gramsci avança em sua teorização do fascismo, apontando à base social da pequena burguesia que perdia poder no espaço da produção e buscava “resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadora” (GRAMSCI, 2004b, p. 46). É neste mesmo ano que, residindo na Itália e atento à ascensão fascista, o revolucionário peruano José Carlos Mariátegui publica em sua terra natal seu primeiro artigo crítico ao tema. Assim como Gramsci, Mariátegui caracteriza o fascismo enquanto um movimento contrarrevolucionário, de ação paraestatal, enquanto milícia que defende os interesses da burguesia em sua luta contra o avanço revolucionário do proletariado (MARIÁTEGUI, 2010).

Importante destacar que naquele momento a Itália vive um processo político intenso, protagonizado pelo operariado industrial da região de Piemonte. As greves e ocupações de fábricas levadas a cabo por este movimento se chocam abertamente ao Estado italiano, à época conduzido por Giovanni Giolitti. Ligado à democracia liberal burguesa e defensor dos interesses econômicos do capital industrial, o governo italiano não tem sucesso na contenção do movimento. Nesse período, tanto Gramsci quanto Mariátegui veem a Revolução Italiana florescer. O desaguar dessa história, contudo, termina em 1922, com a ascensão do fascismo ao governo e no golpe de Estado promovido pelos *camiciés neres*, após a capitulação do Partido Socialista Italiano (PSI) e posterior cooptação do movimento operário pelo governo liberal.

No alvorecer da segunda década do Século XX, este final trágico não era, no entanto, um fato dado. A organização do proletariado colocou o governo italiano em xeque e enquanto a revolução era impulsionada concretamente pelos comunistas, o fascismo crescia nas bordas da sociedade, porém sem passar despercebido. Em princípio, as milícias dos camisas negras davam vazão a ex-militares descontentes com o próprio Estado italiano do primeiro pós-guerra, porém, em pouco tempo seu caráter de classe torna-se explícito e sua ação contra o proletariado fica mais visível à acuidade de revolucionários do quilate de Gramsci e Mariátegui.

As primeiras aproximações do marxismo com o fascismo assinalam, portanto, o caráter reacionário e antirrevolucionário deste movimento, voltado ao ataque frontal à possível ação revolucionária dos trabalhadores. Ao acentuarem o caráter paraestatal das milícias fascistas, Gramsci e Mariátegui alertam para a dialética entre aparência e essência do fenômeno: discurso de restauração da ordem a partir da ação violenta contra a classe trabalhadora revolucionária.

Já naquele momento, tanto Gramsci quanto Mariátegui apontavam à cumplicidade liberal diante do crescimento do fascismo. Merece relevo ainda que a caracterização de classe e a ação política reacionária do fascismo anterior à posse de Benito Mussolini como primeiro-ministro da Itália —ocorrida em outubro de 1922—, que por si só elimina uma das mais marcantes definições de nazismo e fascismo como um autoritarismo de extrema-direita centrado em uma liderança carismática, populista e quase hipnótica, posto já ter alguns de seus principais elementos elencados antes do crescimento da popularidade do principal líder do Partido Nacional Fascista e ainda distante da ascensão da figura de Hitler na Alemanha.

O desenvolvimento do fascismo na Itália na década de 1920 suscita em Gramsci (2004a) e Mariátegui (2010) o aprofundamento de suas análises. Suas conclusões se assemelham e tocam em diversos pontos, principalmente na consideração de que o fascismo apenas poderia ter dado frutos sobre as cinzas da revolução não realizada.

Para Mariátegui (2010, p. 317): “o fascismo italiano representa, plenamente, a antirrevolução ou, como se prefira chamá-la, a contrarrevolução. A ofensiva fascista se explica e se realiza na Itália como consequência de uma retirada ou de uma derrota revolucionária”. Na mesma esteira, Gramsci (2004a) acentua o terrorismo paraestatal durante as greves e ocupações de fábrica em Piemonte, seguida da cooptação do movimento pelo governo conciliador de Giolitti.

Ambos os revolucionários apontam que o fascismo já em seus primórdios atua em defesa dos interesses do grande capital contra a classe trabalhadora revolucionária, mas que possui como base social a pequena-burguesia, desesperada diante de sua crescente proletarização. A retórica fascista aponta a um movimento aparentemente anticapitalista, como no caso italiano com a evocação da restauração do Império Romano. Sua ação concreta, contudo, atende aos interesses político-econômicos do capitalismo monopolista e atenta violentamente contra os quadros revolucionários e as conquistas do movimento proletário, como sua organização em sindicatos e partidos.

Dessa forma, as primeiras críticas marxistas ao fascismo encontram muitos pontos em comum em Gramsci e Mariátegui, que desde o princípio deste fenômeno apontam à reação burguesa contrarrevolucionária. Assim, desde o princípio, o fascismo foi compreendido pela tradição marxista enquanto uma ação de classe voltada a impedir a revolução proletária e que somente triunfa (o fascismo) quando o movimento revolucionário é derrotado, cooptado ou se retira da ação ofensiva. Com isso, a estratégia antifascista é uma só: a ofensiva revolucionária dos trabalhadores. Como sabemos, esta ofensiva não ocorreu naquele tempo e a Segunda Guerra Mundial é explícita quanto a isso.

Entretanto, tanto Gramsci quanto Mariátegui não viveram nem mesmo até o princípio da Segunda Guerra Mundial. O marxista italiano foi aprisionado em 1926 por Mussolini e morreu em 1937, pouco após sua libertação, enquanto o marxista peruano foi assassinado em 1930, com apenas 36 anos. E o que se seguiu após esse período permitiu analisar o fascismo em seus mais sombrios matizes e em todo seu processo de ascensão, maturidade e declínio.

### **A disputa pela estratégia antifascista marxista: social-fascismo e Frentes Populares**

No IV Congresso Mundial da Internacional Comunista, o fascismo é pela primeira vez debatido, na esteira da posse de Benito Mussolini na Itália, poucos dias antes do evento. O convidado à análise do tema é

Amadeo Bordiga, secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCd'I) e que expõe a tese conhecida como social-fascismo, que compreende o fascismo como fruto do recrudescimento temporário da democracia liberal burguesa (RIDDELL, 2012). Para o social-fascismo, não é necessária uma proposta de enfrentamento ao fascismo em específico, conduzindo à conclusão de que o fascismo se trata de fenômeno passageiro e pontual extremamente violento, que, portanto, demanda que o movimento comunista aguarde seu declínio para voltar à cena política, evitando fustigar as milícias fascistas (RIDDELL, 2012, p. 419).

Nos encontros prévios para o V Congresso, Clara Zetkin, representante do Partido Comunista Alemão (KPD) na III reunião do Pleno Ampliado do Comitê Executivo da Internacional Comunista, apresenta um informe em que expõe a compreensão do fascismo em termos muito semelhantes aos de Gramsci e Mariátegui. Para a revolucionária alemã, o fascismo expressa a decadência da economia capitalista que desperta e arrasta massas sociais que perderam segurança e garantia de sua existência (ZETKIN, 2019, p. 37-38).

Com milhares de sujeitos procurando novas possibilidades de sobrevivência, o fascismo, segundo Zetkin, possui uma ampla base social que é inflada por funcionários públicos, oficiais e militares de baixa patente e um amplo contingente de desempregados. Essa massa, desesperada em contexto de crise econômica, somente se junta às trincheiras fascistas quando o movimento revolucionário hesita diante da crise e se perde em acordos reformistas, ao invés de tornar o movimento uma ofensiva revolucionária. Assim, ficam desiludidos proletários e pequenos-burgueses em proletarização que viam nos ideais do socialismo uma solução diante de crise e, com isso, aderem ao radicalismo demagógico do fascismo quando observam não somente a constante piora de sua condição de vida, mas a passividade de diversos quadros de trabalhadores (ZETKIN, 2019, p. 38-39).

A burguesia é ciente de que diante de uma crise é necessário intensificar a exploração sobre o proletariado e vê nos aliados fascistas a ferramenta de que não dispõe naturalmente para impor esse destino aos trabalhadores. Assim, a burguesia financia as milícias fascistas que se voltam contra o movimento dos trabalhadores, bodes expiatórios do hipócrita “projeto revolucionário” fascista e seus meios de terror para frear os “inimigos da nação”: os socialistas. Em seguida, o informe de Zetkin prossegue apresentando a análise do fascismo na Itália e Alemanha, demonstrando o caráter demagógico de seu programa e seu tendencial ocaso no aparato do Estado de que são incapazes de alterar e questiona a tese do social-fascismo (TABLER; RIDDELL, 2019).

Assim como Gramsci, Zetkin opõe-se em seu país à socialdemocracia e seus acordos com governos moderados, mas como fez o revolucionário sardo, compreende que as hordas fascistas são distintas tanto da socialdemocracia, quanto também são uma ameaça diferente dos embates entre comunistas e socialdemocratas em seus respectivos países. No entanto, assim na Itália como na Alemanha, a disputa entre comunistas e socialdemocratas é levada erroneamente à pauta prioritária do movimento revolucionário, nublando a análise concreta do avanço nazifascista. Esta situação é agravada com a morte de Lênin no ano do V Congresso em que Zetkin se preparava a debater o fascismo a partir da análise de seu contexto econômico e base social que releva o tema em torno dos próprios rumos da Internacional Comunista.

Com a radical mudança de rumos na União Soviética (URRS), com Joseph Stálin à frente e sua tese do “socialismo em um só país”, a socialdemocracia é alçada ao posto de grande inimiga da revolução, fundamentando expulsões, prisões e execuções de dissidentes e opositores mesmo no seio do Partido Comunista da URSS (PCUS). No V Congresso, nem Zetkin, nem Gramsci apresentam suas propostas de radicalização, com o encontro sendo hegemonizado pelos debates do fracasso da Revolução Alemã e pela sucessão de Lenin, com Joseph Stálin à frente da URSS e Mikhail Bukharin da Internacional Comunista.

Em 1925, com o crescimento do fascismo na Alemanha após o fracasso de sua revolução, a Internacional não realiza seu congresso. Se até 1923 os encontros são anuais, a partir de 1924, ano da morte de Lênin, os congressos passam a ser esporádicos. Desse modo, o VI Congresso somente se realiza em 1928, com Gramsci já prisioneiro de Mussolini, e ratifica a estratégia já utilizada pelo KPD de não aderir a uma frente única antifascista, adiando a ação revolucionária ao momento de definhamento do movimento fascista.

O social-fascismo, entretanto, já enfrentava forte resistência no período, tanto na Alemanha, quanto na URSS. Na Alemanha, a influência de Zetkin fomenta em Otto Bauer e Thalheimere a difusão da compreensão da luta ofensiva socialista como alternativa, enquanto na URSS Evguiéni Pachukanis (2020), no final de 1926, publicava seu primeiro texto sobre o fascismo, reconhecendo a grande participação de camadas pequeno-burguesas no movimento fascista, mas não a considerando como base do movimento que se apoiaria em um irracionalismo e chauvinismo de diversas vertentes e que expressaria a desilusão democrático-parlamentar da sociedade capitalista em sua fase imperialista, governada para o grande capital monopolista e financeiro

(PACHUKANIS, 2020, p. 25-55). No ano seguinte Pachukanis é mais enfático e se aproxima ao apresentado por Zetkin três anos antes, e, em 1927, afirma que o fascismo busca conduzir a política do grande capital se apoiando na organização de massas, na qual estão representados predominantemente pequeno-burgueses, mas também proletários. (PACHUKANIS, 2020, p. 60-61).

Nos anos seguintes, o revolucionário se aproxima ainda mais do antifascismo revolucionário, contudo, tem seu estudo interrompido por um processo de perseguição iniciado a partir de 1935 e que o leva à prisão no ano seguinte e execução em 1937. Diante disso, a posição antifascista de cunho revolucionário perde sua conexão na URSS e as críticas ao social-fascismo recaem em um novo caminho, iniciado no VII e último Congresso Mundial da Internacional Comunista, realizado em 1935 após os primeiros processos a Pachukanis e com Adolf Hitler como chanceler da Alemanha há dois anos e meio — demonstrando o fracasso da estratégia social-fascista. Na ocasião, Bukharin já não mais preside a Internacional há um ano, estando à frente agora o comunista búlgaro Georgi Dimitrov, duro opositor não somente à fracassada estratégia social-fascista, mas, sobretudo um crítico veemente da compreensão que vincula o fascismo a uma base social pequeno-burguesa, como defendido 12 anos antes por Zetkin, e com considerável crescimento nos partidos comunistas da Alemanha e relativa inserção na União Soviética. Nesse congresso, Dimitrov (1935) apresenta uma terceira e nova compreensão sobre o fascismo: a de que se trata de um fenômeno próprio do capital financeiro e dos círculos mais reacionários da burguesia que desenvolve uma demagogia anticapitalista diante da perda de credibilidade dos tradicionais partidos burgueses. Em um cenário de crise econômica e agravamento da miséria, uma massa pode aderir a este projeto hipocritamente anticapitalista comandado pelo capital financeiro e contra si mesma.

Sob essa compreensão é formulada a estratégia das Frentes Populares, que busca agrupar a classe trabalhadora aos grupos menos reacionários, imperialistas e chauvinistas da própria burguesia. A urgência das Frentes Populares supraclassistas aponta ao outro extremo da estratégia do social-fascismo e ainda que combata o fascismo, igualmente adia a luta revolucionária para depois da derrota fascista, agora a ser efetivada por uma aliança dos sujeitos mais progressistas da sociedade em geral. Essa estratégia logo se torna hegemônica, e como sabemos, não freia o crescimento do fascismo nem na Alemanha, nem no restante da Europa, com consequências gravíssimas na Ásia, como a invasão à Manchúria.

### **A crítica de Trotsky e a retomada do antifascismo revolucionário**

No princípio da década de 1930, Alemanha, Itália e Japão vivenciam a consolidação do fascismo, vivenciando processos genocidas, somente combatidos quando ameaçou os países do capitalismo central, pois enquanto a Etiópia fora conquistada pela Itália (1936) e a Manchúria e a China foram invadidas pelo Japão (1931 e 1936), o mundo capitalista permaneceu em silêncio. A omissão liberal e socialdemocrata, todavia, não silenciou as análises de diversos críticos que se debruçaram sobre estes eventos. Tanto os teóricos da Escola de Frankfurt quanto os marxistas se envolveram no desvelamento do fenômeno, com produções de fôlego. Trotsky ingressa nesse debate retomando os elementos elencados por Zethin e continuados por Talhemeire e outros integrantes do KPD e sintetiza esta análise com a inserção da base econômica que sustenta o fascismo. Sua tarefa é intensificada dramaticamente pelo fracasso das Frentes Populares e a nomeação de Hitler a chanceler da Alemanha (1933).

Já naquele momento, o revolucionário soviético avança nas compreensões de Gramsci e Mariátegui — que não foram conhecidas nem pelo KPD, nem por Trotsky — e insere em sua análise a base material que fundamenta a ação contrarrevolucionária do fascismo oriunda de sua base social pequeno-burguesa e que apenas pode ocorrer em um período de aguda crise que fundamente uma situação revolucionária ao proletariado (TROTSKY, 2018).

Trotsky afirma que para abalar a resistência da classe trabalhadora em um período de aguda crise é necessário um movimento de massas, para vencer os trabalhadores pela violência nas ruas. Isso de fato ocorreu no desenrolar da crise de 1929 na Itália, Alemanha e Japão, com profundas marcas em Portugal a partir de 1933 e na Espanha após sua Guerra Civil (1936–1939). E esse movimento de massas apenas pode ocorrer quando a pequena-burguesia, esta classe entre o proletariado e os capitalistas, consegue conduzir um movimento de massas contra sua própria proletarização, mas em nome de todas as frações de classes atingidas

pela crise em curso, angariando apoio decisivo no lumpemproletariado, campesinato, pequenos proprietários, funcionários do Estado etc.

Trotsky (2018) assinala que, antes de chegar ao Estado, o fascismo tem como propósito aniquilar os avanços da classe trabalhadora, dentre os quais os elementos da democracia socialista presentes na democracia parlamentar burguesa, como os sindicatos, partidos políticos, movimentos etc. Desse modo, o socialista soviético alerta que o fascismo é um movimento de classe que atende às necessidades do grande capital monopolista, mas que, por ser o capital monopolista constituído de poucos sujeitos, encontra na pequena-burguesia em vias de proletarização diante de uma crise econômica sua base de massas necessárias a aniquilar o movimento revolucionário da classe trabalhadora.

O momento em que sua base social (a pequena-burguesia) está disposta ao grande capital é fundamental, pois em períodos de crise do capital o proletariado tem a oportunidade revolucionária, ao que também pode convocar a pequena-burguesia (TROTSKY, 2019). Diante do potencial avanço revolucionário dos trabalhadores, o capital pode ter de renunciar a sua democracia liberal, politicamente apoiada na socialdemocracia e sua base proletária (TROTSKY, 2019, p. 207). Com isso, o capital monopolista rompe com seu consenso e cooptação construído a partir da convocação da socialdemocracia para a acomodação da classe trabalhadora e, diante da piora das condições de vida da classe trabalhadora e ante a possibilidade concreta desta classe abandonar os sirênicos cânticos da socialdemocracia, ao capital monopolista não restam muitas opções a não ser financiar o fascismo, conduzido ideologicamente pela pequena-burguesia e com adesão de outras classes e frações de classe (TROTSKY, 2019, p. 207). E é somente aqui que ingressa o capital financeiro, ou melhor, sua junção com o grande capital industrial para a conformação do capital monopolista.

Dessa forma, em momentos de crise, abrem-se condições para ação revolucionária do proletariado, como desde 1848 Marx e Engels (2017) assinalaram e reiteraram (2011, 2012). Frente à insatisfação generalizada, ao capital, em sua fase monopolista, a socialdemocracia perde suas condições de cooptação da classe trabalhadora, crescendo o movimento da pequena-burguesia reacionária e antirrevolucionária. Entre financiar uma ou outra base de apoio, o capital monopolista pode aderir ao fascismo desde que este se apresente como o mais forte aliado contrarrevolucionário (TROTSKY, 2019, p. 208).

O apoio do capital monopolista ao fascismo é somente a última opção do capital monopolista, alerta Trotsky (2019, p. 365), pois este teme o fascismo tendo de apoiá-lo quando a socialdemocracia já não pode mais conter os avanços autônomos da classe trabalhadora, como pode ocorrer quando diante de uma crise o operariado caminha à revolução como resolução da condição de crescente penúria das classes trabalhadoras e camponesas, além das camadas médias, como a própria pequena-burguesia. Ao contrário da estratégia das Frentes Populares, o revolucionário soviético destaca aqui o papel do capital monopolista de financiador, não criador, de um movimento de massas de base pequeno-burguesa, apoiado por diversas frações de classes, como o lumpemproletariado.

Como Gramsci, Mariátegui e Zetkin, Trotsky aponta à perda do horizonte revolucionário radical a desmoralização do movimento revolucionário, que perde apoio não somente da pequena-burguesia, mas das demais classes e frações de classe potencialmente revolucionárias, como o lumpemproletariado e grandes parcelas do próprio proletariado. Com projeto mais ousado, o fascismo pode se apresentar como a proposta anticapitalista mais radical de resolução da crise, ainda que este projeto seja meramente demagógico.

Assim, as hordas fascistas podem ser compostas por diversas frações de classes, sobretudo aquelas que mais sofrem com o agravamento da miséria e da proletarização, mas seu movimento é conduzido pela pequena-burguesia, apoiada em um ousado e hipócrita projeto anticapitalista de cunho nacionalista e repleto de supostos inimigos internos, sendo o principal deles o socialismo/comunismo. Este movimento não é, entretanto, autônomo, crescendo somente quando financiado pelo capital monopolista, que nele investe quando a socialdemocracia já não possui mais respaldo material para prosperar, diante de uma grave crise econômica que expurga sua capacidade de cooptação do proletariado, do campesinato e das camadas médias.

Assim, o capital monopolista faz com que a pequena-burguesia comande a contrarrevolução e mesmo que não consiga a controlar em suas tentativas de chegar ao Estado; assim que esta o alcança, o capital monopolista faz com a pequena-burguesia o que já fizera com o proletariado na socialdemocracia: a desarma e mantém o controle do Estado capitalista.

O fascismo, desse modo, somente ascende ao Estado quando a revolução proletária já foi debelada. Uma vez no Estado, o cinismo pequeno-burguês se explicita e os projetos e propostas anticapitalistas e

antissistema são abandonados por um Estado que atua em benefício do capital monopolista em detrimento da própria pequena-burguesia, decaindo, então, a um Estado Forte, ditatorial em benefício do capital monopolista. (MANDEL, 1974).

A análise de Trotsky elaborada na década de 1930, especialmente em seu exílio na Turquia (1933-1936), não pôde observar todo o movimento fascista em seu crescimento, apogeu e declínio, mas sintetiza a mais radical compreensão antifascista revolucionária sobre o tema. Trotsky então realiza o papel de elencar as categorias de análise deste fenômeno a partir do método marxiano, analisando a produção e reprodução de capital e a luta de classes engendrada na sociabilidade capitalista, fundamentando não somente a análise deste fenômeno, como também realizando uma substancial crítica às estratégias delineadas na Internacional Comunista e derrotadas na Itália (social-fascismo) e na Alemanha (Frentes Populares).

### **O desenvolvimento do método: Mandel e os governos autoritários de 1960 e 1970**

A riqueza da síntese trotskista se confirma com nitidez nos governos da Península Ibérica entre meados da década de 1930 e primeira metade da década de 1970. Em Portugal, sob o governo de Salazar (1933-1974) e na Espanha sob Franco (1936-1975), a acuidade desta tradição que culmina em Trotsky se mostra com precisão. Diante da Guerra e de avanços de movimentos revolucionários naquelas nações, os fascistas derrotam violentamente nas ruas a classe trabalhadora, mas, uma vez no Estado, atuam não somente em prol do capital monopolista como se caracterizam pelo mais completo Estado Forte capitalista até meados dos anos 1970. E é antes do fim da ditadura na Espanha que o fascismo volta ao debate mundial.

A despeito das análises que viam nessas ditaduras o retorno do fascismo, Mandel (1976, p. 36) é enfático: “a tarefa principal hoje em dia não é a luta contra o neofascismo impotente, mas, sim, contra a ameaça real de um ‘Estado forte’, que é importante evitar a confusão nas ideias”. Mandel compreende que naquele momento a incapacidade do capital, em se reproduzir em suas bases diante de uma debilitante crise de superacumulação, demanda grande necessidade de centralização do poder do Estado no capitalismo. O custo dessa centralização pode, todavia, ser demasiado elevado ao capitalismo, dada a resistência da classe trabalhadora, o que tende a limitar o espaço de tempo das formas autoritárias capitalistas.

O acerto de Mandel (1976, p. 39), todavia, não possuía validade *ad infinitum* ao que o economista alerta: “enquanto existir o capitalismo de monopólio, o mesmo perigo, talvez sob uma forma ainda mais terrível e com uma barbárie ainda mais inumana, pode ressurgir”. Para defender sua conclusão, Mandel realiza um indispensável movimento de síntese da produção teórica marxista sobre o fascismo. Sem propor-se a atualizar as categorias da teorização marxista sobre o tema, Mandel resgata a concepção trotskista e analisa seu tempo à luz dos elementos sintetizados pelo revolucionário soviético, com destaque ao ensaio “Sobre o fascismo” (MANDEL, 1976).

No texto, o economista responde à crescente análise do fascismo desenvolvida pelo pensamento liberal e socialdemocrata na busca por compreender as ditaduras militares que se espalhavam por todos os continentes. Naquele período, não era raro chamar toda ditadura de fascismo. À época, o texto de Mandel reverberou menos do que era necessário. A história, entretanto, ainda que tenha obscurecido a síntese mandeliana de-lhe razão, e não podemos chamar as ditaduras mundiais dos anos 1960 e 1970 de fascistas, ainda que cruéis, desumanas e antirrevolucionárias. Isso porque todos esses Estados, como destaca Mandel, se caracterizam enquanto Estados Fortes dada sua composição de classe e a organização da própria luta de classes em cada nação, carecendo das características próprias da ditadura fascista, a dizer: o contexto de crise capitalista; a ação de massas dirigida pela pequena-burguesia contra o proletariado e suas conquistas na democracia burguesa; o confronto violento que somente alça o movimento fascista ao Estado quando o proletariado já foi derrotado nas ruas, com eliminação dos elementos da democracia socialista presentes na democracia burguesa, como partidos e sindicatos antes da tomada do Estado pelo fascismo, que não o toma de assalto, mas sucessivamente em uma luta de milícias, até chegar ao Estado sem enfrentar resistência.

Uma vez no Estado, o fascismo deixa de ser dirigido pela pequena-burguesia e volta às mãos do capital monopolista, enquanto se define em um Estado Forte sem resistência da classe trabalhadora, previamente silenciada e carente de seus instrumentos de luta. A esses elementos precede uma situação revolucionária que o proletariado não soube realizar, perdendo sua direção no movimento de massas ao aparente radicalismo

“anticapitalista” da pequena-burguesia. E são esses os elementos que constituem a conquista mais radical do marxismo sobre o tema, na única estratégia não posta à prova pelo movimento revolucionário, diferente das duas fracassadas estratégias do social-fascismo e das Frentes Populares.

### Considerações finais

Historicamente, a tradição marxista se dividiu no combate teórico e político ao fascismo. Parte dessa tradição analisou o fenômeno a partir da luta de classes, compreendendo o contexto de crise econômica e política do capital em suas dificuldades inerentes ao seu contraditório movimento de autorreprodução ampliada, que fundamentam uma ação revolucionária do proletariado em meio às lutas de classes, enquanto outras correntes partiram de análise conjunturais, deslocando-se do centro econômico e da base de classes que constitui o método.

Se desde a aurora do fascismo o antifascismo revolucionário concebeu o fenômeno como a resposta do capital monopolista que convoca a pequena-burguesia e seduz parte do proletariado ante a piora das condições de vida e frente ao vacilo revolucionário do proletariado, já na década seguinte, marxistas soviéticos conceberam o fascismo enquanto (a) um movimento autoritário do próprio do capitalismo e, posteriormente, como (b) uma ação do capital financeiro em tempos de crise e direcionada contra todas as demais frações de classes.

Como consequência, essas compreensões conduziram a táticas pautadas em (a) o proletariado não se envolver na luta antifascista, e em (b) unir-se a todas as demais classes e frações de classe sem pôr como ordem do dia uma ofensiva socialista. Ambas as táticas realizaram o que alertaram os antifascistas revolucionários: o vacilo proletário diante de uma crise e potencial situação revolucionária. Com isso, uma fração de classe – que radicalizou as ações de combate à crise cresceu e se tornou um amplo movimento de massas – inicia sua ação terrorista aniquilando a própria classe trabalhadora apequenada diante de uma situação desta magnitude.

A ação que tem à frente a pequena-burguesia, a despeito de se dirigir como promete (a dizer “contra o sistema”), assume as tarefas que a democracia burguesa em crise não pode fazer ante uma ascensão do movimento operário, ou seja, atacar direitos, conquistas e instrumentos de luta da classe trabalhadora com a finalidade de ajustar a base de exploração em tempos de crise de valorização do valor. Em discurso contra a ordem vigente, o fascismo ganha apoio das massas empobrecidas que já não mais veem no movimento operário força suficiente para a resolução de seus males, enquanto na prática o fascismo atua contra a revolução em germen.

Se o esmagamento do proletariado se concretiza, o movimento fascista tende a alcançar o Estado de onde opera dentro dos ditames do capital monopolista em crise. A resolução da crise, mediante o avanço sobre a classe trabalhadora, é igualmente prejudicial à pequena-burguesia e seus apoiadores — à exceção do capital monopolista —, e conduz o Estado fascista ao definhamento restaurador em um Estado Forte.

Vemos nesse processo muitas semelhanças aos movimentos recentes na Ucrânia, Itália, Hungria, Brasil, Índia e Estados Unidos, por exemplo. Não é acaso — nem tampouco fruto das redes sociais, nova geração, surgimento da pós-política, da desdemocratização ou do sadopopulismo — que todos esses movimentos se desenvolvem a partir de 2008, ano da maior crise capitalista desde 1973. Tanto há cerca de um século quanto hoje, o crescimento dos movimentos fascistas e neofascistas tem sua origem em um mesmo contexto: uma crise detonada pela incapacidade do capital de encontrar formas de reprodução ao excesso de valor acumulado pelo capital financeiro. Vivemos em um período sem precedentes na história humana, o que tem criado dificuldades imensas ao movimento de valorização do valor (DANTAS, 2009; CHESNAIS, 2008): há hoje tanto capital acumulado na esfera financeira que as fontes capitalistas que recebem investimento não conseguem reproduzir este valor nas taxas de valorização anteriores. Com isso, são desencadeados movimentos econômicos e políticos.

Economicamente, a superacumulação de capital é tanta que já não existem mais condições objetivas concretas de valorização ampliada da mais-valia acumulada (CHESNAIS, *idem*), em uma característica crise de superacumulação de capital, implicando na necessidade recorrente de crises, como já demonstrara Marx (2008) ainda no século XIX. Politicamente, esta crise demanda do Estado capitalista a reorganização das bases para exploração da força de trabalho, colocando em xeque as conquistas democráticas, sociais e trabalhistas reconhecidas pelo Estado capitalista, como sindicatos, partidos políticos, liberdade de organização e pensamento etc. Sem possibilidades de manter o movimento de valorização do valor diante da queda da taxa de lucros,

o capitalismo se arrasta em crises cíclicas, que desde o princípio da década de 1970 tem cada vez menores períodos de crescimento (MANDEL, 1985).

A partir da crise de 2007, o capital passa a avançar sobre fundos de pensão, aposentadorias e outros direitos da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que os endividamentos públicos, o autoemprego e o trabalho remunerado por hora passam a ser a alternativa ao drástico crescimento do desemprego no mundo. Após a crise de 2008 se espalhar, ocorrem as primeiras manifestações sociais contra o avanço autoritário do Estado burguês em direção à readequação das taxas de lucro e exploração, sob o comando cada vez mais tirano do capital financeiro, pouco a pouco contaminadas pelos anseios da pequena-burguesia.

À primavera árabe (2010-2012), foram seguidos os atentados neonazistas na Noruega (2011), a guerra civil ucraniana (2014) e as eleições de Donald Trump nos Estados Unidos (2016), Jair Bolsonaro no Brasil (2018) e Narendra Modi na Índia (2019). Entre esses grandes eventos em pontos centrais de disputa da geopolítica, o Brasil conheceu seu movimento capitaneado pelos ideais pequeno-burgueses: as Jornadas de Junho de 2013, inicialmente um movimento sem a direção pequeno-burguesa, mas posteriormente hegemônico por seus ideais. Às jornadas de Junho de 2013, seguem-se o vacilante movimento contra a Copa de 2014, os movimentos de 2015 (já majoritariamente reacionários), e o golpe de Estado de 2016, promovido pelo capital financeiro e proprietários fundiários, e seguido pela eleição presidencial de Jair Bolsonaro (2018) e sua base de apoio pequeno-burguesa em aliança com o lumpemproletariado, parte da aristocracia proletária, dos proprietários fundiários e do capital financeiro.

Dispensa dizer que todas essas manifestações atendem a necessidade capitalista de reorganização do Estado em tempos de crise e que carregam em si a inevitável exclusão do pequeno capital, que luta por sua sobrevivência. Com potencial de mobilização das massas e de organização de todas as demais classes excluídas do poder estatal em reorganização, o pequeno capital se apresenta, assim, como anticapitalista em sua aparência, até ser absorvido pelo poder Estatal e ou abandonar as demais classes à sua própria sorte, ou constituir um Estado fascista.

Nesse cenário, observa-se um embate entre socialdemocracia e fascismo; a primeira se apoiando na democracia parlamentar burguesa e o segundo combatendo-a. Em comum, ambas buscam garantir condições de produção e realização da mais-valia produzida pela classe trabalhadora. Em momentos de prosperidade, o fascismo se recolhe em guetos, mas, diante de mais um estágio de agonizante crise, espalha-se em locais específicos da geopolítica global. Com as democracias capitalistas ameaçadas, a socialdemocracia luta para hegemônica a luta antifascista, sem colocar na ordem do dia a revolução proletária, que já não pode prosperar sem aderir à defesa da democracia. Cabe, todavia, compreender quais os limites e desafios não somente diante do avanço do fascismo e do neofascismo ontem e hoje, mas da necessidade de realização do maior temor de fascistas e socialdemocratas: a revolução proletária.

Mais de cinquenta anos após esta última grande polêmica marxista quanto ao fascismo, nos deparamos com a volta à tona deste movimento não somente em discursos e símbolos, mas em ações que aproximam o fascismo de Estados nacionais. Faz-se relevante observar, portanto, para além das retóricas, pois pelo seu discurso o fascismo é até mesmo anticapitalista.

Assim, se a retórica de diversos chefes de Estado se aproxima assustadoramente da ideologia e fraseologia fascista, é indispensável considerar sua base de apoio, sua ação paramilitar, o momento de crise e, em especial, seu processo de ascensão realizado após debelar os instrumentos de luta e resistência da classe trabalhadora. Por este último elemento, percebe-se que, por exemplo, a ditadura civil-militar brasileira de 1964 a 1985 não era fascista, posto o Estado ser tomado de golpe com posterior fechamento de partidos, sindicatos e exílio e assassinato de opositores. Este elemento é comum a todo Estado Forte capitalista, mas não é característico ao fascismo que esmaga a classe trabalhadora *antes* de chegar ao governo e esvanecer paulatinamente em um Estado Forte. O mesmo se observa em Estados como a Hungria e os Estados Unidos, por exemplo. Para além da retórica e do autoritarismo, há movimentos de resistência e instrumentos de organização, tanto que o governo Trump foi derrotado em eleições presidenciais, algo que não aconteceria em um governo fascista.

Em vista disso, o processo de ascensão fascista marca que as opções revolucionárias não se esgotaram, posto a classe trabalhadora ainda conservar seus instrumentos de luta, ainda que sob ataque, não derrotados totalmente. A crise perdura e deve se agudizar nos dias que seguem. Se olharmos para a realidade concreta com os meios científicos que o marxismo nos fornece, não nos compete mais reformar o irreformável, mas fundar o novo. Enquanto o fascismo não houver derrotado todas as opções revolucionárias, sua presença como



ameaça é indício de que está em disputa a opção mais radical de resolução da crise. As opções de abster-se da luta antifascista ou de os trabalhadores se unirem às demais classes, renunciando à direção e ação radical revolucionária, já falharam e indicam confirmar o que a tradição marxista iniciada em Gramsci, Mariátegui e Clara Zetkin, aproximada por Pachukanis e sintetizada por Trotsky afirma: o fascismo apenas se torna um movimento de massas quando o movimento revolucionário deixa de ser uma alternativa radical às classes trabalhadoras e à pequena-burguesia. Não se trata ainda, portanto, de uma luta entre fascismo e democracia, mas entre fascismo ou democracia socialista.

## Referências

- BANCO MUNDIAL. GDP Growth (annual): 1961-2019. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?view=chart>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- CHESNAIS, F. et al. Como la crisis de 29, o más... Um nuevo contexto mundial. *In: Crack del Capitalismo Mundial*. [S. l.]: Condor Editores, 2008.
- DANTAS, A. A grande crise do capital. *Cadernos de Ética e Filosofia política*, v. 1, n. 14, 2009, p. 47-72. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/82984>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- DIMITROV, G. A luta pela unidade da classe operaria contra o fascismo. *In: CONGRESSO MUNDIAL DA INTERNACIONAL COMUNISTA*, 7., 2 ago. 1935. Editora História, Aldeia Global, (Informe). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dimitrov/1935/fascismo/index.htm>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. São Paulo: Edipro, 2017.
- GRAMSCI, A. *Escritos Políticos: Volume 1, 1910-1920*, São Paulo: Civilização Brasileira, 2004a.
- GRAMSCI, A. *Escritos Políticos: Volume 2, 1921-1926*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004b.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MANDEL, E. A teoria do fascismo de Leão Trotski. *In: TROTSKY, L. Como vencer o fascismo*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1974/mes/fascismo.htm>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- MANDEL, E. *Sobre o fascismo*. Lisboa, Edições Antídoto, 1976.
- MARIÁTEGUI, J. C. *As origens do fascismo*. São Paulo: Alameda, 2010.
- MARX, K. *O capital: o processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro III, v. 4, 2008.
- MARX, K. *Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PACHUKANIS, E. B. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- RIDDELL, J. *Proceedings of the Fourth Congress of the Communist International, 1922*. Chicago: Haymarket Books, 2012.
- M. TABLER; J. RIDDELL. Introdução. *In: ZETHKIN, C. Como nasce e morre o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- TROTSKY, L. *Como esmagar o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- TROTSKY, L. *A luta contra o fascismo: revolução e contrarrevolução*. São Paulo: Sundermann, 2019.
- ZETHKIN, C. *Como nasce e morre o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

## Antônio Gabriel Santana Martins

[gabriel.agecom.ufsc@gmail.com](mailto:gabriel.agecom.ufsc@gmail.com)

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Questão Social e América Latina (Nepqtsal/UFSC).

## UFSC

R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n – Trindade

Florianópolis, SC – Brasil

CEP: 88040-970

**Matheus Garcia**

m.estefole@gmail.com

Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Membro do Projeto de extensão Estudos Marxistas da Universidade Federal de Santa Catarina e tem interesse nas áreas de Crítica da Economia Política, História das revoluções e dos movimentos sociais, Educação e formação de professores.

**Daniela Cristina da Silva Garcia**

dani.letasport@gmail.com

Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Membro do Núcleo em Linguística Aplicada (NELA) da Universidade Federal de Santa Catarina e do grupo de estudos Cultura escrita e escolarização no âmbito do mesmo Núcleo.

**Agradecimentos**

Aos participantes dos cursos do projeto de extensão Estudos Marxistas, da UFSC, que proporcionaram e instigaram parte da reflexão aqui exibida.

**Agência financiadora**

Não se aplica.

**Contribuições das autoras**

O presente artigo é fruto dos estudos coletivos dos autores junto ao projeto de extensão Estudos Marxistas, do qual os três autores são os fundadores. O projeto é vinculado

à Universidade Federal de Santa Catarina sob o número 202209015. Elaborado inicialmente como curso de curta duração, parte deste estudo foi sistematizado no presente artigo.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

Todos os autores consentem com a publicação.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**RESENHA**

## Por que não houve socialismo na experiência soviética?

**João Guilherme Alvares de Farias<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-7488-8370>

<sup>1</sup>Universidade Federal de São Paulo, Curso de Ciências Sociais, São Paulo, SP, Brasil.

### **RESENHA: Por que não houve socialismo na experiência soviética?**

ALBUQUERQUE, Rafael. *Por que não houve socialismo na experiência soviética?* São Paulo, SP: Instituto Lukács, 1. ed., 2020. p. 95.

### **REVIEW: Why there was no socialism in the Soviet experience?**

Albuquerque, Rafael. *Why was there no socialism in the Soviet experience?* São Paulo, SP: Instituto Lukács, 1. ed., 2020. p. 95.

Recebido em 25.05.2022. Aprovado em 07.10.2022. Revisado em 21.11.2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Em uma de suas reflexões sobre a experiência soviética e seu impacto no movimento comunista internacional, Francisco Martins Rodrigues (1997) afirma que a classe trabalhadora não precisa ser consolada por uma “imagem idealizada do passado”. Rodrigues nos coloca diante da seguinte pergunta: “porque é tão importante desmistificar definitivamente o caráter ‘socialista’ da ex-URSS?”. Segundo ele, “porque sem isso o pensamento comunista não poderá sair do eclipse em que foi mergulhado pela longa agonia desse regime”.

Essa menção à crítica de Rodrigues contribui para ilustrar, de modo geral, a orientação assumida pelo livro de Rafael Albuquerque, cujo maior mérito reside precisamente na difícil (mas bem realizada) tarefa de desmistificação do caráter das relações de produção dominantes na formação social e econômica soviética. Essa característica já é suficiente para inserir a reflexão de Albuquerque como referência obrigatória dentro da tradição marxista dedicada ao estudo do “sistema soviético”.

O livro de Rafael Albuquerque conta com uma introdução, três capítulos e uma conclusão, além de trazer ao final uma seção de sugestões para aprofundamento do tema, na qual nos deparamos com obras teóricas, romances literários e produções cinematográficas. A escrita do autor é clara, objetiva e prazerosa. A brevidade do livro condensa uma linha interpretativa rica e complexa da experiência soviética. Não se trata, portanto, de uma revisão bibliográfica das principais tentativas de caracterização da formação social e econômica soviética como aquela escrita por Haddad (1992).

Albuquerque estabelece uma leitura da experiência soviética ancorada na interpretação de István Mészáros em *Para além do capital* (1995). O ponto de partida da reflexão de Albuquerque (2020, p. 9) é a leitura, segundo ele equivocada, que compreende a experiência soviética como “sinônimo de socialismo”. Para ele, “não houve socialismo na experiência soviética”. O autor ainda registra três fatores que teriam, de acordo com ele, impossibilitado o surgimento do socialismo, dentre os quais estaria a ausência do desenvolvimento das forças produtivas como pressuposto da transição socialista, tema sobre o qual trataremos mais adiante.

O objetivo do livro de Albuquerque é desenvolver uma reflexão crítica no interior da tradição marxista sobre o caráter da formação social e econômica soviética. O autor recusa a existência do socialismo na experiência soviética a partir de três argumentos fundamentais que são distribuídos ao longo de três capítulos: o primeiro argumento diz respeito à permanência do antagonismo entre a classe produtora e a classe dominante; o segundo faz referência ao fortalecimento do Estado; o terceiro trata da permanência do “sistema do capital”.

O primeiro capítulo revela um esforço de síntese teórica para demonstrar que o caractere fundamental das relações capitalistas de produção reside na ausência de domínio, pela classe trabalhadora, tanto dos meios de produção quanto das condições do processo produtivo. De modo bastante adequado, Albuquerque (2020, p. 23) registra que “a exploração do trabalho não está diretamente ligada aos capitalistas privados através de uma simples relação de propriedade”, demarcando uma leitura muito precisa e contrária àquela que tradicionalmente reduz as relações de produção à relação jurídica de propriedade.

Em seguida, o autor passa a analisar especificamente a experiência soviética, e constata que lá foram mantidas a divisão social e técnica do trabalho, a exploração da força de trabalho e a extração do mais-trabalho. Em resumo, a classe trabalhadora soviética não pôde exercer seu próprio domínio sobre as condições da produção, o que é um caractere próprio e fundamental das relações capitalistas de produção. Entretanto, segundo ele, o processo revolucionário bolchevique teria transformado a estrutura da sociedade e criado um modo de produção parcialmente novo, de modo que o capitalismo teria sido destruído junto com o capital privado. Esse processo teria resultado na formação de duas classes antagonicas: de um lado, os trabalhadores socialistas; de outro, os burocratas soviéticos (ALBUQUERQUE, 2020).

O capítulo segundo estabelece como premissa teórica fundante da existência do Estado a “expropriação do trabalho excedente dos produtores” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 39). Em seguida, Albuquerque (2020, p. 46) constata que, na URSS, verificou-se um contínuo fortalecimento dos aparelhos de Estado, o que corresponderia, segundo ele, à permanência da “cisão dos indivíduos em classes sociais e a consequente expropriação do trabalho excedente dos produtores”. De modo bastante adequado, sua análise evidencia a leitura unilateral e insuficiente de se atribuir ao cerco capitalista o motivo de fortalecimento do Estado soviético, como propunha Stalin (1939).

O terceiro capítulo aborda a diferença entre “sistema do capital” e “capitalismo”. O primeiro é entendido como uma relação social voltada à produção e reprodução de riqueza e que se caracteriza pela extração de mais-trabalho. O segundo nos remete a quem exerce o efetivo comando sobre as condições do processo de produção (ALBUQUERQUE, 2020). A este segundo é que pertence a noção de “personificação do capital”,

que, de acordo com Albuquerque (2020, p. 60), “pode ou não ser o capitalista”. Munido desse referencial, o autor sustenta que a experiência soviética “continuou dentro dos parâmetros estruturais que caracterizam o sistema do capital, *apesar* de ter destruído o capitalismo” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 56). Daí sua conclusão de que “a contradição fundamental na sociedade soviética continuava sendo a mesma da sociedade capitalista: a relação antagonica entre capital e trabalho” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 73).

Para Albuquerque, portanto, a experiência soviética possibilitou o surgimento de um “modo de produção parcialmente novo” no qual, a despeito da preservação da mesma contradição fundante da sociedade capitalista, isto é, a oposição entre produtores diretos e agentes exploradores, o capitalismo havia sido “destruído”. Nessa perspectiva, como classificar, então, o tal modo de produção parcialmente novo? Esse sistema do capital que assume uma “forma metamorfoseada” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 76) será denominado de “sistema do capital pós-capitalista soviético”, no qual será a burocracia dirigente do Partido Comunista que desempenhará o controle das condições e do resultado da produção.

Um momento até certo ponto trivial no texto de Albuquerque, mas que merece nossa atenção devido às suas consequências teóricas e políticas, diz respeito ao elevado desenvolvimento das forças produtivas como pressuposto da transição socialista. É neste momento que nos deparamos com a ausência de um referencial teórico que problematiza e recusa essa perspectiva economicista (BETTELHEIM, 1976, 1978, 1982, 1983, 1983<sup>a</sup>, CHAVANCE, 1980; FABRÈGUES, 1976; LA GRASSA, 1975, 1978; NAVES, 1994). Essa literatura inclusive atinge resultados muito próximos das conclusões alcançadas por Albuquerque sobre a natureza das relações de produção na formação social soviética, mas não chega a ser expressamente mencionada em sua reflexão. Trata-se de uma ausência notável.

Stalin (1952) e a economia política soviética conseguiram disseminar uma leitura equivocada e economicista de acordo com a qual as forças produtivas constituem um elemento externo às relações de produção e também mais dinâmico do que estas, de modo que nessa relação entre uma e outra, seriam as forças produtivas as responsáveis por revolucionar o seu “invólucro” formado pelas relações de produção.

Atento a esse problema, La Grassa (1975) formulou uma reflexão rigorosa que estabelece um vínculo orgânico e não de exterioridade entre as relações de produção e as forças produtivas, de modo que as relações de produção, nessa perspectiva, constituem o “tecido conectivo” e a própria forma intrínseca de desenvolvimento das forças produtivas. Isso significa que o desenvolvimento exponencial das forças produtivas, *sem que ocorra a destruição das relações capitalistas de produção*, irá irremediavelmente preservar o seu caráter capitalista.

A experiência soviética pós-1930 cristaliza precisamente esse processo orientado pelo progresso técnico-científico no âmbito da produção econômica, mas ancorado em relações de produção capitalistas. Seu resultado, de um lado, foi a crença de que o comunismo poderia ser alcançado por meio de um processo autônomo decorrente do desenvolvimento das forças produtivas, como propõe Magaline (1977); e, de outro, a recusa da necessidade de prosseguimento da luta de classes durante a transição socialista, como argumentam Fabrègues et al. (1973).

No que diz respeito ao aspecto nuclear do texto, é possível percebermos um tratamento pouco rigoroso com relação às categorias marxistas necessárias no estudo do caráter de uma dada “formação social e econômica concreta” e na relação que esta estabelece com um dado “modo de produção”, conforme expõe Althusser (2008). A consequência é que o texto tende a oferecer uma interpretação segundo a qual haveria na formação social soviética apenas um modo de produção, quando o que, na realidade, se verifica nas formações sociais são distintos *modos* de produção e relações de produção que correspondem a um modo de produção *dominante*.

Um desdobramento da ausência desse tratamento categorial rigoroso resulta na inexistente mediação capaz de explicar o processo que teria levado, segundo Albuquerque, à transição que redundaria no “modo de produção parcialmente novo”, isto é, no modo de produção pós-capitalista soviético. O mesmo ocorre ao final de seu texto, momento em que afirma que o processo revolucionário que destruiu o capitalismo a ele teve que retornar no final dos anos 1990 (ALBUQUERQUE, 2020, p. 80). Também verificamos, como desdobramento dessa mencionada ausência, que apesar de textualmente considerar o socialismo como um período de transição, sua reflexão tende a possibilitar uma leitura equivocada do socialismo como modo de produção original (ALBUQUERQUE, 2020, p. 81), leitura que já foi objeto de crítica profunda por parte de Balibar (1977).

Se na União Soviética as relações de produção preservaram sua natureza capitalista, o que o autor denomina de “relação do capital”, então o que precisa ser problematizado é se a simples mudança de direção do processo de produção e extração do trabalho excedente seria suficiente para constituir um modo de produção

novo (“pós-capitalista”). Vale notar que, segundo o próprio autor, tanto o capitalismo quanto o pós-capitalismo se erguiam sobre a mesma contradição fundante: a relação trabalho x capital. Assim, tanto a transição para o pós-capitalismo (1917), como do pós-capitalismo para o capitalismo (1990), não parece fazer muito sentido diante da idêntica especificidade que marca as relações de produção entre um e outro.

Nessas condições, não nos parece que tenha surgido na experiência soviética um novo modo de produção, mas ao contrário: que o modo de produção dominante parcialmente abalado pela revolução bolchevique continuou sendo aquele correspondente às relações capitalistas de produção, com a especificidade de que tais relações de produção passaram a se articular com a propriedade pública e estatal, assumindo, desse modo, a forma particular de um capitalismo de Estado, em que a dominação de classe era exercida pela burguesia de Estado, que efetivamente dispunha dos meios de produção e do produto resultante do processo produtivo, além de exercer o efetivo controle sobre as condições e o processo de trabalho.

Por fim, quanto às sugestões literárias e cinematográficas elencadas ao final do livro, acrescentaríamos algumas referências para fortalecer a proposta interdisciplinar de Albuquerque. Na literatura, acrescentaríamos *A confissão: na engrenagem do processo de Praga*, de Artur London, e também *O zero e o infinito*, de Arthur Koestler, para um debate sobre a utilização dos aparelhos repressivos de Estado contra qualquer forma de oposição política. Na produção fílmica, adicionaríamos *O homem de mármore* e *O homem de ferro*, ambos de Andrzej Wajda, para uma discussão sobre o produtivismo stakhanovista e também sobre o papel repressor do Partido Comunista contra a classe trabalhadora; *O velho e o novo*, de Grigori Aleksandrov e Serguei Eisenstein, para tematizar o papel privilegiado ocupado na URSS pelo desenvolvimento das forças produtivas; *Alexander Nevsky*, de Sergei Eisenstein e Dmitri Vasiliev, para tratar da retomada nacionalista russa; bem como a recém-lançada película *Caros Camaradas*, de Andrey Konchalovsky, cujos fatos sobre os quais o filme foi baseado são um sintoma da manutenção das relações capitalistas de produção ou, como propõe Albuquerque, da sobrevivência do “sistema do capital” na experiência soviética.

## Referências

- ALTHUSSER, L. Sobre a Reprodução. Tradução de Guilherme João de Freitas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BETTELHEIM, C. A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917–1923). 1. ed. Tradução de Bolívar Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BETTELHEIM, C. Nature de la société soviétique. In: Pouvoir et opposition dans les sociétés postrévolutionnaires. Tradução de Philippe Guilhaon et al. Paris: Éditions du Seuil, 1978. p. 95–99.
- BETTELHEIM, C. As lutas de classes na URSS: 3º período: 1930–1941: os dominados. Tradução de Henrique de Barros. Portugal: Publicações Europa-América, 1982.
- BETTELHEIM, C. A luta de classes na União Soviética: segundo período: 1923–1930. 1. ed. Tradução de Flávio Vieira Pinto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- BETTELHEIM, C. As lutas de classes na URSS: 3º período: 1930–1941: os dominantes. Tradução de Henrique de Barros. Portugal: Publicações Europa-América, 1983b.
- CHAVANCE, B. Le capital socialiste: histoire critique de l'économie politique du socialisme 1917-1954. 1. ed. Paris: Le Sycomore, 1980.
- FABRÈGUES, B. et al. Lutte de classes et transition socialiste: les leçons de l'expérience chinoise. *Communisme*, Paris, n. 3, p. 75–92, 1973.
- FABRÈGUES, B. Staline, la lutte des classes, l'État. In: *Communisme*. Paris, n. 24, 1976. p. 15–49.
- HADDAD, F. O sistema soviético: relato de uma polêmica. 1. ed. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.
- LA GRASSA, G. Valore e formazione sociale. 1. ed. Roma, Itália: Editori Riuniti, 1975.
- LA GRASSA, G. Organización del proceso productivo capitalista y 'socialismo' en la URSS. p. 111-143. In: JAGUIN, A.; LA GRASSA, G. Proceso productivo capitalista y socialismo en la URSS. Tradução de Tomás March. Valencia: [s. n.], 1978.
- MAGALINE, A. D. Luta de classes e desvalorização do capital. Tradução de Ana Prata. Lisboa, Portugal: Moraes Editores. 1. ed. 1977.
- NAVES, M. B. Marxismo e capitalismo de Estado. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994. p. 71-74.
- RODRIGUES, F. M. A revolução que não pôde ser socialista. *Revista Política Operária*, n. 61. 1997. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/1997/10/socialista.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

STALIN, J. Otchetnyy doklad na XVIII s'yezde partii o rabote TSK VKP(b) 10 marta 1939 goda. 1939. [Relatório no XVIII Congresso do Partido sobre o trabalho do Comitê Central do Partido Comunista da União dos Bolcheviques]. Disponível em: [http://grachev62.narod.ru/stalin/t14/t14\\_57.htm#r3](http://grachev62.narod.ru/stalin/t14/t14_57.htm#r3). Acesso em: 15 jul. 2020.

STALIN, J. Problemas Económicos do Socialismo na URSS. 1952. Disponível em: [www.hist-socialismo.net](http://www.hist-socialismo.net). Acesso em: 15 jul. 2020.

**João Guilherme Alvares de Farias**

alvares.farias@unifesp.br

Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

**Agradecimentos**

Agradeço ao professor Márcio B. Naves por ter facilitado o meu acesso a algumas das principais referências mencionadas.

**Agência financiadora**

Não se aplica.

**Contribuições das autoras**

Não se aplica.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

Consentimento do autor.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.